



**Governo do Estado de Roraima**  
**Secretaria de Estado de Licitação e Contratação**  
*"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"*

<b>EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 025/2024</b> <b>PROCESSO Nº: 21101.001066/2024.34- SEINF</b>	
<b>OBJETO:</b>	Contratação de Empresa Especializada para Execução dos Serviços das Obras de Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga VIC. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93Km de Rodovia, 60m de Pontes e 189m de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR.
<b>Órgão de Origem:</b>	<b>Secretaria de Estado da Infraestrutura/RR</b>
<b>Valor Estimado:</b>	<b>R\$ 2.075.266,08</b>
<b>Critério de Julgamento:</b>	<b>Menor Preço</b>
<b>Modo de Disputa:</b>	<b>Fechado e Aberto</b>
<b>Lote(s):</b>	<b>Único</b>
<b>Regime de Execução:</b>	<b>Empreitada por Preço Unitário</b>
<b>Preferência ME/ EPP:</b>	<b>Ampla participação (sem reserva de cota)</b>
<b>Data da Abertura da Sessão:</b>	<b>Dia 21/01/2025 às 09:00 (horário local)</b>
<b>Local da Sessão Pública:</b>	<b>Sala de Reunião da SELC-RR, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 - Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista - Roraima.</b>

## 1. PREÂMBULO

1.1. O Estado de Roraima, através do(a) Agente de Contratação da Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC, designada pela PORTARIA Nº 254/SELC/SEC/GABEXEC de 22 de agosto de 2024, publicada no DOE Nº 4749, de 23 de agosto de 2024, Despacho 1421/2024/SELC/SEC/COELIC e Despacho 1722/2024/SELC/SEC/COELIC; para conduzir o presente procedimento; torna público aos interessados que, realizará licitação na Modalidade CONCORRÊNCIA, na forma Presencial, do tipo MENOR PREÇO, pelo regime de execução por Empreitada por Preço Unitário, sob a forma de execução indireta, regida pela [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas regulamentares, da Instrução Normativa nº 73, de 2022 (art. 1º, §2º c/c art. 22, III); da [Instrução Normativa Nº 5, de 2017](#); que dispõe sobre as regras e diretrizes do

procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta; pela [Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#); e Lei Complementar Nº 123, de 2006; conforme especificações técnicas, condições e exigências constantes neste Edital e seus anexos, são parte integrante desta licitação.

## **2. DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA**

### **2.1. Entrega dos Envelopes:**

2.1.1. Os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, **poderão ser entregues até o dia: 21 de janeiro de 2025**, às **09:00** (horário local), diretamente no **Protocolo** da Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 - Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista-RR.

### **2.2. Abertura da Sessão:**

2.2.1. **Data/Hora: 21/01/2025**, às **09:00** (horário local).

2.2.2. **Local:** Sala de Reunião da Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 – Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista-RR.

**2.3.** A sessão será realizada **presencialmente**, e será **gravada em áudio e vídeo**, e **registrada em Ata**, em obediência ao disposto no art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**2.4.** Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública referente a esta Concorrência, será transferida automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

**2.5.** A abertura **dos Envelopes nº 01** – contendo a **Proposta de Preços** e as Declarações complementares serão recebidos em Sessão pública que será realizada no dia, horário e local indicados no Item 2.2 deste Edital.

**2.6.** A abertura **do Envelope nº 02** – contendo os **Documentos de Habilitação**, será aberto e analisado apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal 14.133/2021, após julgamento das propostas.

**2.7.** Conforme art. 55, Inc. II, "a" da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto desta concorrência trata-se de obra, o prazo para apresentação das propostas, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, será de 25 (vinte e cinco) dias úteis.

**2.8.** O **Edital e seus anexos**, estarão disponíveis para download no portal: <http://www.selc.rr.gov.br>, ou no Protocolo da Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 – Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista-RR, de segunda a sexta feira, no horário das 07h30 às 13h30, sem qualquer ônus, devendo apenas o interessado dispor de mídia que suporte os respectivos arquivos.

## **3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**3.1.** O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE VICINAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIROS, CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NA RODOVIA VICINAL PÉ DA SERRA - (ANTIGA VIC. 6A) - CTA-266, COM EXTENSÃO TOTAL DE 7,93KM DE RODOVIA, 60M DE PONTES E 189M DE BUEIROS, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CANTÁ-RR.**

**3.2.** A licitação será realizada em lote **único**, conforme **Item 11** do Projeto Básico (14766641).

**3.3.** Critério de **julgamento**, será o de **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

**3.4.** Modo de Disputa: **Fechado e Aberto**.

**3.5.** Preferência ME/EPP/Equiparadas: **Ampla participação** (sem reserva de cota).

**3.6.** Regime de execução do objeto: **empreitada por preço unitário**, nos termos do Projeto Básico.

**3.7.** O objeto acima descrito, deverá ser executado conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo; Quantitativos; Planilhas Orçamentárias; Cronograma Físico-Financeiro; Planilha de B.D.I.; Composições de Preços Unitários; Cotações; Curva ABC; Projetos e Especificações Técnicas, Relatórios, dentre outros, todos anexos do presente Edital e demais normas adotadas pela SEINF.

#### **4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E INFORMAÇÕES CORRELATAS**

**4.1.** O valor máximo estimado para execução da obra, é de **RS 2.075.266,08 (dois milhões setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e seis reais e oito centavos)**, sendo neste já incluso os custos de mão de obra; encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais; materiais, equipamentos, taxas, transportes, impostos, contribuições, bonificação e despesas indiretas (B.D.I.), correspondente com o [Sistema de Custos Referenciais de Obras \(SICRO\)](#), nos termos do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.** A proposta de preços apresentada pela empresa licitante, será considerada no sentido de que os preços fixados pela licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas da obra, conforme Cronograma Físico-Financeiro.

**4.3.** Conforme dispõe a [Súmula nº 258 do TCU](#), "as composições de custos unitários" e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra, devendo constar dos anexos do futuro edital da licitação.

**4.4.** A licitante deverá indicar, para o mês desta licitação, o valor global, em reais, para a execução do objeto licitado.

**4.5.** Em caso de adoção do **regime de empreitada por preço unitário**, a CONTRATADA concorda com a adequação do projeto que integra o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, em atendimento ao Art. 13, inciso II do [DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013](#).

#### **5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**5.1.** As despesas decorrentes do objeto desta licitação, correrão por conta da dotação abaixo descrita, nos termos da declaração (14739944).

- a) **Unidade Orçamentária:** 21.101
- b) **Funcional Programática:** 26.782.075.3340 / 26.782.075.334
- c) **Elemento de Despesa:** 44.90.51.00
- d) **Fontes de Recursos:** 1.500 - Co: 0000.1 e 1.501 - Co: 0000.4

#### **6. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO LEGAL**

**6.1.** Será admitido **apenas 01 (um) representante credenciado** para cada licitante; ou seja, cada representante, ainda que munido de procuração, somente poderá representar apenas uma empresa.

**6.2.** No dia, horário e local designados para recebimento dos envelopes, os licitantes que desejarem participar da licitação, deverão estar devidamente representados por:

**6.2.1. Titular da empresa licitante ou sócio da licitante**, apresentar [Cédula de Identidade](#) ou outro documento de identificação oficial com foto, acompanhado de: [Registro comercial](#) ou [Contrato Social](#) ou Estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura devendo ser entregue a Comissão uma cópia legível;

**6.2.2. Representante designado pela empresa licitante:** credencia-se somente 01 (um) representante para o certame, devendo apresentar [Cédula de Identidade](#) ou outro documento de identificação oficial com foto, acompanhado preferencialmente da [CARTA DE CREDENCIAMENTO](#), conforme modelo no **ANEXO II**, ou de instrumento particular

de procuração específica, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado do Registro comercial ou Contrato Social ou Estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para delegar direitos e obrigações a outrem devendo ser entregue a Comissão uma cópia legível;

6.2.3. É dispensável a procuração, na hipótese da empresa concorrente se fazer representar pelo próprio titular, no caso de firma individual, ou por sócio com poderes para representá-la, na licitação, através do Ato Constitutivo.

**6.3.** Toda a documentação relativa ao **credenciamento** deverá ser apresentada **fora dos envelopes** de "Documentos de Habilitação" e de "Proposta de Preços".

**6.4.** Declarado **encerrado** o procedimento de credenciamento, **não mais será admitida** a participação de outras Proponentes.

**6.5.** Os representantes dos licitantes deverão permanecer no local da sessão até a conclusão dos procedimentos, vez que deverão assinar a ata da reunião e documentos respectivos.

**6.6.** A licitante que apresentar no Credenciamento, o Ato Constitutivo, Estatuto, Contrato Social e suas Alterações **ou** Consolidação respectiva ou outro instrumento de Registro Comercial com suas devidas alterações, **fica dispensada de apresentá-los novamente**, no Envelope nº 02 – “Documentos de Habilitação”. Entretanto, toda a documentação apresentada no **credenciamento**, **passará a integrar a estrutura do processo** objeto desta licitação.

**6.7. Será obrigatório que a licitante constitua** representante credenciado perante à Comissão de Contratação, para participação das sessões públicas, para participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, declarar a intenção de interpor recurso, enfim, representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes de “Propostas de Preços” ou de “Habilitação” relativos a este Edital.

6.7.1. A não apresentação dos documentos para o credenciamento não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento;

**6.8.** Devendo apresentar ainda, a **DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**, conforme modelo constante no **ANEXO XIV**, deste Edital.

**6.9.** A declaração mencionada no item anterior, deverá ser entregue junto com a documentação de **CREDENCIAMENTO**, ou seja, separadamente dos envelopes (Proposta e Habilitação).

**6.10.** Quando for o caso, apresentar **DECLARAÇÃO** de enquadramento sob a condição de EPP - Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Nº 123/2006, que deverá ser comprovada mediante apresentação de Declaração, nos termos do modelo do **ANEXO XVII** deste Edital, firmada pelo representante legal da empresa, ratificando não haver nenhum dos impedimentos previstos no art. 3º, §4º, da referida Lei.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**7.1.** Poderão participar desta licitação, **os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto** da contratação, e que preencherem as condições estabelecidas neste Edital, especialmente aos requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto desta Concorrência, e que estiverem previamente credenciados no SICAF, conforme art. 87, § 3º.

**7.2. Será permitida** a participação de **empresas em consórcio**, nos termos do artigo 15, da Lei nº 14.133, de 2021. O compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, deverá ser apresentado dentro do **ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO** e incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

7.2.1. **Comprovação** de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

7.2.2. **Indicação da empresa líder** do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Contratante, a qual deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio;



7.2.3. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, a qual deverá atender às condições de liderança;

7.2.4. Os documentos de habilitação previstos neste Edital, deverão ser apresentados por parte **de cada consorciado**, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação;

7.2.5. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital;

7.2.6. A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante;

7.2.7. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida;

7.2.8. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato;

7.2.9. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva;

7.2.10. Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada, além das demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

7.2.11. Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, **antes da celebração do contrato**, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso;

7.2.12. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital;

7.2.13. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, sem prévia autorização do Contratante, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original;

7.2.14. Os consorciados deverão apresentar compromissos de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente da de seus integrantes;

7.2.15. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato, conforme preceitua o § 5º do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

### 7.3. Do tratamento às Empresas de Pequeno Porte:

7.3.1. As Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e fizerem jus aos benefícios, deverão apresentar Termo de Opção e Declaração para Empresa de Pequeno Porte conforme **ANEXO XVII e Certidão específica expedida pela Junta Comercial, comprovando a condição de empresa de pequeno porte**, com data de emissão **não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas** (ou com as alterações atualizadas).

7.3.2. De acordo com o § 4º, artigo 3º da LC 123/2006, não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal.

7.3.3. As empresas comprovadamente classificadas na categoria de “empresas de pequeno porte (EPP)” **não estão desobrigadas da apresentação da documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal**, ainda que esta apresente alguma restrição.

7.3.4. Ocorrendo alguma restrição quanto à comprovação da regularidade fiscal da EPP, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que não exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para empenho, devidamente justificados, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**7.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**

7.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

7.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

7.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição;

7.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.5.** O impedimento de que trata o item 7.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**7.6.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.4.2 e 7.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**7.7.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**7.8.** O disposto nos itens 7.4.2 e 7.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**7.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou

jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**7.10.** A vedação de que trata o item 7.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES - PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO**

**8.1.** No local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, o titular ou procurador, definido na forma do Item 6 deste Edital, caso já não tenha sido protocolados, deverá entregar ao Agente de Contratação ou Comissão, os envelopes referentes à PROPOSTA COMERCIAL e DOCUMENTAÇÃO, separadamente, ou seja, em envelopes distintos e devidamente lacrados:

8.1.1. O envelope nº 01 contendo a Proposta de Preços;

8.1.2. O envelope nº 02 contendo os Documentos de Habilitação;

8.1.3. Os documentos constantes do ENVELOPE 01 e do ENVELOPE 02 **deverão ser apresentados em uma única via, com as folhas rubricadas pelo representante legal e numeradas em ordem crescente (parte inferior/centro da página)** apresentando ao final **Termo de Encerramento**, conforme ANEXO XVIII, constante neste Edital;

8.1.4. A ausência dos dizeres na parte externa dos envelopes não constituirá motivo para desclassificação da licitante, fato que poderá ser regularizado na sessão;

8.1.5. Caso ocorra a abertura do ENVELOPE nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO - antes do ENVELOPE nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL - por falta de informação na parte externa dos envelopes, tal envelope será novamente lacrado, sem análise de seu conteúdo, sendo rubricado o lacre pelos integrantes da Comissão de Contratação.

8.1.6. Os documentos dos ENVELOPES quando expedidos por órgão público ou privados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório competente, ou autenticado por servidor administrativo ou por integrante da Comissão, **(preferencialmente até 02 (dois) dias antes da data do certame de modo a não tumultuar o andamento do certame)** ou publicação em órgão da imprensa oficial. As cópias devem ser legíveis e não serão aceitas cópias em fax ou com rasuras.

8.1.7. A licitante deverá apresentar, além da via impressa inserida nos Envelopes nº 01 e nº 02, e, ainda, uma via digitalizada em arquivo eletrônico (CD ou DVD) dos documentos de Habilitação e da Proposta de Preços, em arquivos separados dentro de cada envelope respectivo, a fim de otimizar e dar celeridade à introdução no Sistema Eletrônico de Informações - SEI-RR. Ressalta-se que, caso seja verificado alguma divergência entre o arquivo digital e o impresso, prevalecerá as informações descritas no documento impresso.

**8.2.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente edital e anexos.

**8.3.** As propostas de preços apresentadas no certame, bem como as documentações de habilitação que tiverem seus envelopes descerrados, farão parte dos autos do processo administrativo pertinente a licitação deste Edital, e não serão devolvidos aos licitantes.

## **9. DA PROPOSTA DE PREÇO - ENVELOPE Nº. 01**

**9.1.** A Proposta deverá ser apresentada em envelope opaco fechado e lacrado, **rubricado no fecho**, o qual conterá na parte externa o nome, o CNPJ da licitante e o seguinte texto:

<p style="text-align: center;"><b>ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL</b></p> <p><b>REMETENTE</b> (razão social da licitante) (CNPJ da licitante) (endereço da licitante)</p>
---

**DESTINATÁRIO****SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO - SELC****CONCORRÊNCIA Nº.: 025/2024**Data de Abertura: **21/01/2025**Horário: **09:00 horas (horário local)**

**9.2.** O valor da Proposta deverá estar acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, definidos por meio de composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do **Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO)**, para serviços e obras de infraestrutura de transportes, nos termos do art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021, conforme **Projeto Básico**.

**9.3.** Conforme dispõe a Súmula nº 258 do TCU, "as composições de custos unitários" e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram a planilha orçamentária da licitante.

**9.4.** Os preços adotados pelas licitantes deverão estar de acordo com os praticados no mercado e, neles, deverão estar incluídas todas as despesas necessárias, inclusive custos com, materiais, impostos, taxas, transportes, fretes, instalações, depreciações, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, instalações e quaisquer outras despesas inerentes aos serviços, na forma do item anterior.

**9.5.** No envelope nº. 01 deve conter a **Proposta Comercial** e os **Documentos** que atendem aos seguintes requisitos:

**9.5.1. Carta Proposta**, conforme **ANEXO XIII**, deste Edital, devendo **ser impressa**, redigida preferencialmente com **fonte no mínimo "11"**, em papel timbrado da empresa ou com o carimbo que a identifique, redigida em língua portuguesa com clareza, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo Titular ou Procurador, **devendo ainda constar**:

a) o **mês de referência** dos preços, que **deverá ser o mês do orçamento** da Administração apresentado na proposta; nº do Processo, nº do Edital da Concorrência, dia e hora da sessão pública;

b) o **prazo de validade** da Proposta Comercial, não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, prorrogável, a pedido da Administração.

**obs:** as propostas omissas ou que constarem prazo inferior serão válidas e consideradas com o prazo mínimo estabelecido nesta alínea;

c) o nome do BANCO, número da respectiva AGÊNCIA e o número da CONTA CORRENTE que desejar receber seus créditos;

d) o **prazo de execução e local de execução**;

**9.5.2. Declaração** de Elaboração Independente da Proposta, conforme **ANEXO XIV**;

**9.5.3. Planilhas Orçamentárias, inclusive relação dos preços unitários dos insumos**, tais como materiais, mão de obra, equipamentos, serviços especializados, que acompanha com preços em real, que poderá ser grafada em computador ou equivalente, devendo ser apresentada em 01 (uma) via original e 01 (uma) via digital (formato EXCEL), contendo:

a) identificação da empresa licitante;

b) rubrica em todas as folhas e assinatura do representante legal da empresa e seu responsável técnico ao final;

c) mesma ordem, numeração, descrição e quantitativos apresentados na planilha fornecida pela SEINF, com os preços propostos pela licitante, que, multiplicados pelas quantidades correspondentes e efetuado o somatório dos itens, resultarão o valor final da proposta.

**9.5.4. Cronograma físico-financeiro**, no qual deverão ser apresentados, na parte física, os percentuais de serviços, e na parte financeira, os valores em reais correspondentes aos serviços a serem faturados em cada mês, devidamente assinados pelo representante legal da licitante e seu responsável técnico.

9.5.5. Os **preços unitários** apresentados pela licitante **não poderão ultrapassar** os preços unitários constantes do orçamento da Administração.

9.5.6. **Planilha de Composições de Preços Unitários**, conforme Item 12.2.2.

9.6. Na **Planilha Orçamentária** os campos destinados aos preços unitários propostos, **deverão ser preenchidos escritos em algarismos arábicos, e calculados os preços parciais e totais fazendo os arredondamentos necessários (duas casas decimais).**

9.7. **Todos os cálculos** efetuados pela empresa licitante **em suas planilhas deverão considerar o arredondamento com duas casas decimais.**

9.8. A licitante que deixar de apresentar algum documento/planilha exigidos no referido edital e/ou apresentar documento em divergência ao que fora solicitado e/ou apresentar vícios que impactem no cálculo do valor proposto será desclassificada.

9.9. Os modelos das planilhas orçamentárias, poderão ser extraídos do arquivo Excel a ser fornecido com as planilhas de composição dos preços da Proposta de Preço, anexo a este Edital.

9.10. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.

9.11. Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.

## 10. **DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02**

10.1. Os Documentos de HABILITAÇÃO serão exigidos apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do Inciso II, artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/21, que deverão ser apresentados em envelope opaco, fechado e lacrado, contendo na parte externa o nome, CNPJ da licitante e o seguinte texto:

### **ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO**

#### **REMETENTE**

(razão social da licitante)

(CNPJ da licitante)

(endereço da licitante)

#### **DESTINATÁRIO**

**SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO - SELC**

**CONCORRÊNCIA Nº.: 025/2024**

**Data de Abertura: 21/01/2025**

**Horário: 09:00 horas (horário local)**

10.2. A documentação para fins de habilitação, a ser apresentada e inclusa no respectivo (Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação) pelas licitantes, é constituída de:

### 10.3. **Habilitação Jurídica:**

10.3.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações ou Contrato Social Consolidado devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.3.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações **ou** da **consolidação** respectiva se houver.

10.3.3. Os documentos relacionados ao subitens **6.2 e 6.6**, não precisarão constar do envelope **“Documentos de Habilitação”**, caso tenham sido apresentados para o **Credenciamento** nesta licitação.

### 10.4. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

10.4.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** inclusive Contribuições Previdenciárias por meio da **Certidão Conjunta** de regularidade da Fazenda e Dívida Ativa da União;

10.4.3. Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

**Obs:** caso o licitante seja de outra Unidade da Federação deverá apresentar, também, a regularidade para com a Fazenda do Estado de Roraima;

10.4.4. Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante expedida pelo órgão competente;

10.4.5. Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**;

10.4.6. Prova de **inexistência de débitos** inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**);

10.4.7. Quando se tratar de CONSÓRCIO, cada empresa dele integrante deve apresentar os documentos relacionados acima;

10.4.8. Conforme Art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sob pena de desclassificação, os licitantes deverão apresentar DECLARAÇÃO de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, (conforme modelo **ANEXO IV**);

10.4.9. A eventual participação de empresas de pequeno porte (EPP), neste certame, **ficam obrigadas** a apresentar toda documentação exigida neste Edital.

## **10.5. Qualificação Econômico - Financeira:**

10.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante - Lei nº 14.133, de 2021, (art. 69, *caput*, inciso II);

10.5.2.1. todas as formas societárias deverão apresentar Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, do CNPJ da matriz, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante.

10.5.2.2. caso a certidão exigida no item 10.3.2, não contiver a indicação de data de validade, deverá ser expedida **até 60 (sessenta) dias** antes da data de abertura da licitação.

10.5.3. O **balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos limitar-se-ão ao último exercício. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º); vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

10.5.3.1. o **balanço patrimonial** deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente **registrado no Conselho Regional de Contabilidade**, ressalvado o disposto na Lei nº 10.406/02 e Resolução CFC 1402/12, e arquivado na Junta Comercial;

10.5.3.2. o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar registrados na Junta Comercial;

10.5.4. Balanço patrimonial, demonstração do resultado de exercício e demais demonstrações contábeis que os índices de liquidez geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1(um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:



$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1 \text{ (maior ou igual a 1)}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1 \text{ (maior ou igual a 1)}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1 \text{ (maior ou igual a 1)}$$

10.5.5. o licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação;

10.5.6. Em conformidade com o Art. 69 Lei Federal nº 14.133, de 2021, o uso dos referidos índices, que contém parâmetros atualizados de mercado, justifica-se uma vez que a comprovação da boa situação financeira da empresa contratada é relevante, a fim de suportar eventuais situações que comprometam a execução integral do objeto a ser entregue pela contratada;

10.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

10.5.8. O balanço patrimonial das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser o aprovado em Assembleia e a respectiva Ata registrada na Junta Comercial, devidamente publicada, sendo que o das de Capital Aberto deverá, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor Independente;

10.5.9. Quando se tratar de CONSÓRCIO, cada empresa dele integrante deve apresentar os documentos relacionados acima;

10.5.9.1. em se tratando de CONSÓRCIO, fica estabelecido um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para a Licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado;

10.5.10. Todas as Empresas licitantes, independentemente da forma de constituição, deverão apresentar dentro do envelope nº 02, os elementos discriminados no **ANEXO VI DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA**, todos devidamente calculados com assinatura do Contador responsável pela elaboração, ressalvado o disposto na **Resolução CFC Nº. 1402/12 de 27.07.2012**.

## 10.6. Qualificação Técnica:

10.6.1. A documentação relativa à **capacidade técnica profissional e operacional** consistirá em:

- a) a Licitante, **deverá ser pessoa jurídica registrada** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, estando sujeito o contrato à "Anotação de Responsabilidade Técnica – ART", conforme Lei Nº6.496, de 1977.
- b) nos termos do art. 67, da Lei nº 14.133/2021, o **Responsável Técnico** pela realização dos serviços envolvidos no processo **deverá** ser um Engenheiro Civil ou profissional equivalente que possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 junho de 1973.
- c) as empresas com seus empregados devem cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme DECRETO-LEI Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.6.2. Do Procedimento de contratação sem prejuízo de outros documentos, a proponente/licitante deverá possuir:

- a) Na forma do art. 88, § 3º da Lei nº 14.133/2021, **registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** do domicílio ou sede da proponente/licitante, válido e com a indicação de seu(s) responsável(eis) técnico(s), de nível superior com graduação em Engenharia Civil, com atribuições profissionais

compatíveis com o serviço de implantação e construção de obras de artes correntes, reconhecidas pelo CONFEA.

**b) Apresentar Termo de Compromisso** da licitante (**ANEXO V**) de que o(s) responsável (is) técnico(s), detentor (es) da(s) Certidões de Acervo Técnico(s)/Atestados referido(s) no subitem **10.14**; será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) **pela execução da obra**, devidamente assinado conjuntamente pelo representante legal da licitante e pelo(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s), **juntamente com a cópia da identidade do Representante Legal e cópia da carteira do Conselho de Classe do Responsável Técnico** nos termos do inciso II, do art. 3º da Lei nº 13.726 de 08 de outubro de 2018.

**c)** O Termo de Compromisso deverá ser assinado na licitação somente por profissionais **detentores dos Acervos Técnicos** apresentados para atendimento ao **edital de licitação** e pelo **representante legal da empresa**.

**d)** Apresentar prova (válida) de registro e **regularidade da empresa** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU na qual constem todos os seus responsáveis técnicos, com jurisdição sob o domicílio da sede do Licitante.

**e)** Apresentar prova (válida) de registro e **regularidade do(s) responsável(is) técnico(s)** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, com jurisdição sob o domicílio da sede da empresa.

**10.7. Apresentar Certidão de Acervo Técnico** – CAT, expedida pelo **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia–CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU** da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membro(s) da equipe técnica que participarão da execução dos serviços, para fins de comprovação técnico-profissional, demonstrando que o(s) profissional (is) indicado(s) como **responsável (is) técnico (s) dos serviços**, desempenhou (**aram**) **individualmente** atividades relativas à execução de obra ou serviços de engenharia, compatíveis com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação conforme abaixo especificado:

Item da planilha	Descrição	Und.	Quant. total Planilha	Quant. Exigida (40%)
3.3	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1200 A 1400m c/esc.	m³	4.673,50	1.869,40
3.4	Compactação de aterros a 100% do Proctor Normal	m³	16.623,81	6.649,52
4.1	Execução de revestimento primário com material de jazida	m³	5.947,50	2.379,00

10.7.1. Apresentar comprovação da existência em quadro permanente ou eventual da licitante na data prevista para entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preços, profissional (is) de nível superior reconhecido pela entidade competente (CREA/CAU), habilitado (s) para realizar (em) o objeto desta licitação.

10.7.2. Entende-se, para os fins da licitação, como pertencente ao quadro permanente:

**a) sócio:** Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

**b) diretor:** cópia do contrato social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

**c) funcionário:** cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

**d) responsável técnico:** cópia da certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- d1) Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
- d2) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em nome do profissional; ou
- d3) Contrato social ou último aditivo se houver; ou
- d4) Contrato de prestação de serviço futuro para a realização do objeto da licitação, sem vínculo empregatício.

10.7.3. Entende-se, para os fins da licitação, como pertencente ao quadro eventual:

- a) profissional sem vínculo: Contrato de prestação de serviço futuro comprometendo-se como Responsável(is) Técnico(s) da mencionada obra caso a licitante seja vencedora da licitação.

10.7.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente ou eventual da licitante, na data prevista para entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preços, observando o seguinte:

- a) caso a contratação de prestação de serviços já tenha sido firmada (quadro permanente) há mais de 60 (sessenta) dias, o nome do profissional indicado como Responsável Técnico deverá constar no rol dos nomes de “Responsáveis Técnicos” da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica/CREA/CAU da empresa licitante;
- b) bem como, o nome do Profissional indicado para ser Responsável Técnico da licitante deverá constar no rol dos nomes de “Responsabilidades Técnicas” da Certidão de Registro de Pessoa Física/CREA/CAU;
- c) caso seja apresentado Contrato de prestação de serviço futuro (quadro eventual) o profissional indicado não poderá ter extrapolado o quantitativo permitido pelo CREA/CAU para registro de responsabilidade técnica de empresas.

**10.8. Apresentar ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou DECLARAÇÕES DE CAPACIDADE TÉCNICA** expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado **devidamente registrado(s)** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo/CAU, para fins de comprovação técnico-operacional, demonstrando que a empresa desempenhou atividades relativas à execução de obra ou serviços de engenharia, compatíveis com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação conforme abaixo especificado:

Item da planilha	Descrição	Und.	Quant. total Planilha	Quant. Exigida (40%)
3.3	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1200 A 1400m c/esc.	m³	4.673,50	1.869,40
3.4	Compactação de aterros a 100% do Proctor Normal	m³	16.623,81	6.649,52
4.1	Execução de revestimento primário com material de jazida	m³	5.947,50	2.379,00

10.8.1. Somente serão aceitos atestado(s) e/ou certidão(es) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU da região onde foram executados os serviços **ou** emitidas via internet pelo respectivo CREA/CAU da região onde foram executados os serviços.

10.8.2. Os atestados para a comprovação de aptidão técnico operacional (**item 10.9**) somente serão aceitos se estiverem em nome da LICITANTE, salvo nos casos de fusão, cisão, incorporação ou alteração da razão social, quando devem ser apresentados os documentos comprobatórios, contendo todas as condições dessas transações, em especial as que se referem ao acervo técnico que deverão ser consideradas na LICITAÇÃO.

10.8.3. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido no subitem 10.7 e subitem 10.8 e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências;

**10.9.** As CERTIDÃO (ÕES) DE ACERVO TÉCNICO (CAT) ou CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO(S) emitidas via internet deverão estar **impressas na sua totalidade, na íntegra** e anexadas à documentação de habilitação.

**10.10.** Será(ão) **inválida(as)** a(as) certidão(es) **que não apresentar(em)** rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme [RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023, do CONFEA](#).

**10.11.** Os atestados e acervos para efeito de qualificação técnica poderão conter um ou mais itens exigidos, admitindo-se, o somatório dos quantitativos.

**10.12.** Os atestados deverão estar consolidados em formulário conforme a seguir:

**a) Quadro 01 - Relação dos Serviços Executados pela Licitante Compatíveis com o Objeto da Licitação:**

Quadro 01			RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA LICITANTE DE SERVIÇOS COMPATÍVEL(IS) COM OBJETO DA LICITAÇÃO	
Profissional Indicado:			Função proposta:	
Nº DE ORDEM	PÁGINA	ATESTADO/CERTIDÃO Nº	FUNÇÃO DESEMPENHADA	SERVIÇO EXECUTADO
Data:		Nome da empresa licitante:		Identificação, qualificação e assinatura do representante legal
Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, devidamente acompanhado do registro no conselho regional competente.				

**b) Quadro 02 – Relação dos Serviços Executados pelo(s) profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) compatível(is) com o objeto da licitação:**

Quadro 02			RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO(S) PROFISSIONAL(IS) DETENTOR(ES) DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPATÍVEL(IS) COM OBJETO DA LICITAÇÃO	
Profissional Indicado:			Função proposta:	
Nº DE ORDEM	PÁGINA	ATESTADO/CERTIDÃO Nº	FUNÇÃO DESEMPENHADA	SERVIÇO EXECUTADO
Data:		Nome da empresa licitante:		Identificação, qualificação e assinatura do representante legal
Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, devidamente acompanhado do registro no conselho regional competente.				

**10.13.** É assegurado ao licitante o direito de realizar **vistoria prévia** no local de execução da obra, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. (Art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

**10.14.** O licitante poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar, mediante **declaração formal** do representante legal da empresa e seu responsável técnico (Art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), ressaltando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação,

para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo total responsabilidade por esse fato, citando expressamente que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros que sejam avenças técnicas ou financeiras com o Governo do Estado.

**10.15. O prazo para vistoria** iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**10.15.1. Declaração de Visita Técnica** a ser fornecida pela SEINF, **ANEXO III DECLARAÇÃO (MODELO A)**. As visitas ao local das obras, a serem feitas pelo representante da licitante, deverão ser solicitadas em até 02 (dois) dias úteis antes da data de entrega das propostas e esta solicitação deverá ser feita ao **DEIT/SEINF**, por meio escrito e protocolado no protocolo geral da SEINF para atendimento até 01 (um) dia útil antes da licitação. No requerimento supracitado deverão constar os dados da empresa, o nome do representante, a comprovação de seu vínculo com a licitante (Contrato social da empresa ou Contrato de prestação de serviços, celebrado (s) em conformidade com a legislação civil comum ou Carteira de Trabalho), a indicação do número do edital e seu respectivo objeto.

**10.15.2.** Caso a Licitante tenha conhecimento das informações necessárias sobre o local onde os serviços serão executados e não deseje efetuar a visita, deverá apresentar **DECLARAÇÃO (MODELO B)** formal assinada pelo representante da empresa, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato, citando expressamente que não utilizará para quaisquer questionamentos, futuros que sejam, avenças técnicas ou financeiras com o Governo do Estado. Na declaração supracitada deverão constar os dados da empresa, o nome do representante, a comprovação de seu vínculo com a licitante, a indicação do número do edital e seu respectivo objeto.

#### **10.16. Outros Documentos para Habilitação:**

**10.16.1.** DECLARAÇÃO expedida pela licitante de **total conhecimento e aceitação das condições** estipulados neste Edital e disposição de equipamentos necessários a execução dos serviços, conforme **ANEXO VII**, constante deste Edital;

**10.16.2.** DECLARAÇÃO de **ciência e concordância com as condições do edital e anexos, de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação** contidas no instrumento convocatório e desvinculação com servidores da Administração conforme **ANEXO VIII**;

**10.16.3.** DECLARAÇÃO, sob as penas da lei, de que até a presente data **inexistem fatos impeditivos** para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores conforme **ANEXO IX**, ciente de que a Comissão de Contratação, **verificará a situação das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, por meio de acesso ao Portal da Transparência, bem como a existência de impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa, disponível no site do CNJ, sob pena de inabilitação da mesma no processo licitatório (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceise> <http://www.cnj.jus.br>);

**10.16.4.** As consultas previstas nas condições anteriores serão realizadas em nome da **RAZÃO SOCIAL da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 02/06/1992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

**10.16.5.** DECLARAÇÃO para fins do disposto no Art. 67 da Lei 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal conforme **ANEXO X**;

**10.16.6.** DECLARAÇÃO de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal conforme **ANEXO XI**;



10.16.7. DECLARAÇÃO de que a empresa licitante se compromete a realizar os serviços objeto em conformidade com as Legislações Ambientais Vigentes conforme **ANEXO XII**;

10.16.8. DECLARAÇÃO de que a empresa assume compromisso em atender o art. 1º, da Lei nº 899/2013, **ANEXO XVI**.

**10.17. Na instrução da documentação a licitante ainda deverá observar o seguinte:**

10.17.1. se a licitante for a **matriz**, todos os documentos devem estar em nome da **matriz**;

10.17.2. se a licitante for **filial**, todos os documentos devem estar em nome da **filial**, **exceto** aqueles para os quais a **legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da Matriz**;

10.17.3. os **atestados de capacidade técnica** poderão ser apresentados em nome e com o número do CNPJ da **matriz ou da filial** da licitante; e

10.17.4. em se tratando de **matriz ou filial**, na hipótese em que a **empresa que efetivamente vai executar o objeto não for a mesma que participou da sessão pública**, os documentos de habilitação **da empresa que celebrará o contrato com a SEINF também deverão ser apresentados**, ressalvadas as hipóteses de exceção citadas no item 10.17.2.

**10.18.** A fim de simplificar o exame da documentação, **a licitante deverá apresentar somente os documentos solicitados em única via**, considerados indispensáveis à correta avaliação, já que nenhum outro documento, além dos solicitados, terá qualquer influência no julgamento.

**10.19.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

10.19.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.19.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**10.20.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação ou Comissão examinará os documentos de habilitação da licitante que teve a proposta classificada subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**11. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, EXAME DA CONFORMIDADE DA(S) PROPOSTA(S) E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**11.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública; **após a fase de credenciamento**, o(a) Agente de Contratação ou Comissão, abrirá os Envelopes nº. 01 - PROPOSTA COMERCIAL e posteriormente procederá, o **exame de conformidade** das propostas apresentadas, face aos requisitos do Edital, levando-se em consideração as quantidades, unidades e as especificações do objeto licitado.

11.1.1. Durante o credenciamento o(a) Agente de Contratação ou Comissão, **realizará Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**, junto ao sítio: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>; e demais verificações do atendimento do Item 6, deste Edital.

**11.2.** Após a entrega dos **Envelopes 01 e 02**, ao Agente de Contratação ou Comissão, **não será admitida a inclusão posterior** de qualquer documento, informações ou esclarecimentos que deveriam constar originalmente dos mesmos, exceto no caso de interesse da Comissão, objetivando dissipar eventuais dúvidas.

11.2.1. O exame de conformidade é realizado da **seguinte forma**: faz-se o exame de todos os itens da(s) Proposta(s) do(s) licitante(s). Somente depois dessa preliminar, será aberta a fase de lances verbais, na qual competirão apenas o(s) licitante(s) classificado(s) no exame, os demais estarão desclassificados para as fases posteriores.

11.2.2. Atendendo ao disposto no art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a sessão será realizada presencialmente, **gravada em áudio e vídeo e registrada em ata**, para ser inserido nos autos do processo.



11.2.3. Será **lavrada ata circunstanciada da reunião**, onde constarão todas as ocorrências, que será assinada pelo(a) Agente de Contratação ou membros da Comissão e pelas Licitantes que participarem da reunião.

11.2.4. O(a) Agente de Contratação ou Comissão, poderá suspender a sessão antes da etapa de lances, para análise das propostas iniciais. Para exame da conformidade das mesmas, o agente ou comissão **poderá** enviar o processo licitatório ao órgão de origem, para manifestação técnica, a ser proferida por profissional da área de engenharia civil.

**11.3.** Considerando o disposto no artigo 56 da Lei 14.133/2021, o modo de disputa será **Fechado e Aberto**, no qual os licitantes apresentarão suas propostas, primeiramente lacradas, até a data e hora designada para sua divulgação, e posteriormente por meio de lances sucessivos e decrescentes.

11.3.1. Nesta etapa, as propostas que forem menores ou iguais ao preço estimado do **Item 4.1**, deste edital, serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, a licitante que apresentou a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superior àquela, passarão para a fase dos lances públicos e abertos (art. 22, III da IN 73/2022).

#### **11.4. Etapa de Lances**

11.4.1. O(A) Agente de Contratação ou Comissão, convocará individualmente os licitantes classificados nas condições dos subitens **9.1 a 9.11**, após observado os subitens 11.2.4 e 11.3.1, da classificação na ordem **decrescente de valores**, a oferecerem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada com **menor preço**, procedendo do mesmo modo com os demais licitantes e repetindo o procedimento até que nenhum deles tenha lances a oferecer.

11.4.1.1. Nesse momento o(a) Agente de Contratação ou Comissão, poderá estabelecer o **INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES**, que poderá ser em **VALOR ou PERCENTUAL**, conforme o caso, com a finalidade de otimizar o tempo da sessão desta concorrência.

11.4.2. Não havendo pelo menos **03 (três) propostas** nas condições estabelecidas no **subitem anterior**, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de **03 (três)**, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

11.4.3. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado;

11.4.4. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os licitantes convocados não formularem novos lances verbais;

11.4.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados;

11.4.6. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**11.5.** Encerrada a Etapa de lances, o(a) Agente de Contratação ou Comissão, na hipótese da proposta do primeiro colocado estiver acima do preço definido para a contratação, **poderá negociar condições mais vantajosas**, após definido o resultado do julgamento.

11.5.1. A **negociação** poderá ser realizada com os demais licitantes, seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.5.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e registrado em Ata, para que seja anexado aos autos do processo licitatório.

#### **11.6. As regras de desempate entre propostas serão as seguintes:**

11.6.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

11.6.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

11.6.2.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.6.2.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

11.6.2.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

11.6.2.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.6.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

11.6.3.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

11.6.3.2. empresas brasileiras;

11.6.3.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.6.3.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

## 12. DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

**12.1.** O Agente de Contratação ou Comissão, verificará se o licitante provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, e, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, **mediante a consulta** aos seguintes cadastros:

12.1.1. SICAF;

12.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) e

12.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

12.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.1.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação ou Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

*Nota explicativa: A recomendação de consulta a esses cadastros se dá à luz do [§ 4º do art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021](#), sem prejuízo da possibilidade, a critério do órgão respectivo, de consulta complementar a outros cadastros análogos, tais como os mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU*

12.1.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

12.1.7. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

12.1.8. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado **inabilitado**, por falta de condição de participação.

**12.2.** Para auxiliar na análise e conferências das propostas, o(a) Agente de Contratação ou Comissão, **enviará o processo licitatório** ao órgão demandante, para **análise técnica das propostas**, a ser proferida por profissional da área de Engenharia Civil.

12.2.1. Serão **analisadas a compatibilidade dos preços unitários** apresentados na planilha de custos e formação de preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos, levando em consideração a **data-base do orçamento**.

12.2.2. As demonstrações que contemplam as planilhas da PROPOSTA, **deverão ser apresentadas em 01 (uma) via impressa assinada por seu responsável técnico e representante legal**, e, em 01 (uma) via em arquivo eletrônico – (CD/DVD/PEN DRIVE) em formato EXCEL, (conforme subitem 9.5.3 deste edital) com a finalidade de facilitar as análises da referida proposta por parte da área técnica, para fins de promover a celeridade dos procedimentos de análises.

**12.3.** Deverão ser observados por parte da empresa licitante em razão das responsabilidades fiscais e tributárias pertinentes à sua atividade empresarial as respectivas taxas, tributos, encargos a serem informados nas Propostas de Preços, inclusive o percentual real do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do Município **onde ocorrerá a obra/serviços** ou quando este abranger mais de uma localidade observar o código tributário de cada município onde ocorrerão os serviços.

**12.4.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

12.4.1. O ajuste de que trata este item, se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**12.5.** Quando a **proposta mais vantajosa não for aceita** ou **se o respectivo licitante for inabilitado**, o(a) Agente de Contratação ou Comissão, examinará a aceitabilidade das propostas subsequentes, obedecida a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

**12.6.** É responsabilidade exclusiva da licitante proponente, a verificação da correta soma dos itens da planilha orçamentária, não sendo admitida correção de erro de soma após julgamento das propostas.

**12.7. Serão desclassificadas as propostas:**

12.7.1. Contiverem vícios insanáveis;

12.7.2. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no **Projeto Básico**;

12.7.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

12.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.7.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável;

12.7.6. Contiver qualquer oferta de vantagem imprevista neste Edital e seus Anexos será desconsiderada;

12.7.7. Apresentem **qualquer preço unitário** que **ultrapasse** os preços unitários constantes do **orçamento** apresentado da SEINF;

12.7.8. Tenham inobservado as legislações pertinentes e os termos do presente Edital;

12.7.9. Apresentar **um ou mais valores** da planilha de custo **que sejam inferiores** àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes;

**12.8.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa a este Edital.

**12.9.** Em razão do objeto tratar-se de obra, serão consideradas **inexequíveis as propostas** cujos valores forem **inferiores a 75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 59, §§ 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021.

12.9.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa

comprove a exequibilidade da proposta.

**12.10.** Após **julgamento de classificação**, os documentos de **habilitação serão abertos apenas do licitante mais bem classificado**, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme subitens 2.6 e 10.1 deste Edital.

**12.11.** Todas as Certidões e Provas devem ter validade na data prevista para a abertura das propostas.

12.11.1. Serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias todas as certidões e provas nas quais não constem expressamente seu prazo de validade.

**12.12.** Qualquer interessado poderá requerer **a realização de diligências** para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

12.12.1. Se a licitante melhor classificada não apresentar situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o(a) Agente de Contratação ou Comissão, negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

### **12.13. Do Encaminhamento da Proposta Vencedora - Ajustada**

12.13.1. Após definido o vencedor (**classificação da proposta e habilitação**), ocorrendo oferta de lances ou negociação, o(a) Agente de Contratação ou Comissão, solicitará do licitante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, que envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, e já apresentados.

a) é facultado ao(à) Agente de Contratação ou Comissão, prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada por escrito, enviada por E-mail pelo licitante, antes de findo o prazo.

b) a proposta enviada implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos; e será documentada nos autos para fins de aplicação de eventual sanção à contratada, no decorrer da execução do contrato, se for o caso.

12.13.2. Não havendo lances ou negociação, será mantida a proposta inicial apresentada no certame, que esteja declarada vencedora provisória, para prosseguimento das fases subsequentes.

**12.14.** Somente após a análise detalhada das demonstrações dos custos, será divulgado o resultado do julgamento de classificação, mediante comunicação direta às participantes, e lavrado em ata.

## **13. APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**13.1.** Os Documentos de habilitação serão examinados pelo(a) Agente de Contratação ou Comissão, após a fase de classificação de propostas, quando será realizado o julgamento dos documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O(a) Agente de Contratação ou Comissão, **poderá** enviar o processo licitatório ao órgão de origem, para manifestação técnica, a ser proferida por profissional da área de engenharia civil, considerando os aspectos técnicos do objeto, quanto à análise de qualificação técnica, arroladas nos subitens dos Itens 10.6 ao 10.15 deste edital.

**13.2.** Será considerada **habilitada** a licitante que **atender integralmente** os termos e condições dos subitens do item 7 ao item 10 deste edital.

**13.3.** As Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação** exigida para efeito de HABILITAÇÃO, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.3.1. Havendo alguma restrição nos documentos apresentados para comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério exclusivo do(a) Agente de Contratação.

13.3.2. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da EPP à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

**13.4.** Será julgada **inabilitada** a licitante que **deixar de apresentar** quaisquer dos documentos exigidos nos subitens do item 10.6 ao item 10.15 deste edital, ou apresentá-lo em desacordo.

**13.5.** Ocorrerá a devolução dos envelopes lacrados aos concorrentes desclassificados, contendo as respectivas documentações que não tenha sido examinada, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

## **14. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**14.1.** A Licitante vencedora prestará Garantia de Execução no ato da assinatura do Contrato, podendo **optar por uma das modalidades** referidas no § 1º do Art. 96, da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.** Em atenção ao Art. 98, da Lei nº 14.133/2021, a licitante vencedora apresentará **garantia** no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, conforme cláusula específica da Minuta de Contrato, anexo deste Edital.

**14.3.** O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações, conforme disposto no Art. 97, da Lei nº 14.133/2021.

**14.4.** No caso da Garantia ser prestada na modalidade de seguro-garantia esta deverá ter seu prazo de validade estendida para **mais 90 (noventa) dias** além do prazo final da execução do objeto.

**14.5.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

14.5.1. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

**14.6.** A liberação das garantias estará condicionada à emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias do **efetivo cumprimento** das obrigações contratuais.

**14.7.** O emitente da garantia não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1.** O objeto desta Concorrência, será **adjudicado** pela autoridade superior, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade superior competente para homologação.

**15.2.** A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente, do órgão de origem, denominado Ordenador de Despesas, e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à Licitante vencedora pelo(a) Agente de Contratação ou Comissão.

**15.3.** Quando houver recurso e o(a) Agente de Contratação ou Comissão mantiver sua decisão, deverá ser submetido à Autoridade responsável pela Licitação, nesse caso ao Secretário de Estado de Licitação e Contratação, para decidir acerca dos atos do(a) Agente de Contratação ou Comissão.

## **16. DA CONTRATAÇÃO E DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO**

**16.1.** O prazo de execução do objeto, será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, conforme estabelecido no Cronograma físico-financeiro, aprovado pela fiscalização.

**16.2.** A vigência do contrato será de **240 (duzentos e quarenta) dias**, a contar da data de sua assinatura, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

**16.3.** Os prazos acima, **poderão ser prorrogados** nos termos dos artigos 105 e 111 da Lei nº 14.133/2021, condicionada ao ateste da fiscalização de que as condições, e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

**16.4.** A **convocação** para assinatura do contrato se dará após transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, a Administração verificará, previamente à celebração do contrato, a existência de eventual registro de sanção aplicada à contratada, cujos efeitos a tornem proibida de celebrar contrato administrativo, por meio de consulta aos sistemas do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (<https://portal.datransparencia.gov.br/>), e da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (<https://portal.tcu.gov.br/inicio>).

**16.5.** O licitante vencedor será convocado para, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação, assinar o Contrato, mediante apresentação de **seguro-garantia** da execução, conforme previsto nos **itens 14.1 a 14.7** deste Edital.

16.5.1. A assinatura do contrato se dará de forma eletrônica, mediante uso de certificação digital no SEI - Sistema Eletrônico de Informação, no mesmo prazo indicado no subitem acima.

16.5.2. O licitante convocado poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela Contratante.

16.5.3. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocado outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**16.6.** Serão partes integrantes do contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente Edital de licitação, seus anexos e quaisquer complementos, bem como os documentos, propostas e informações apresentadas pelo licitante vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação.

**16.7.** A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/21, sem direito a qualquer indenização.

**16.8.** As OBRIGAÇÕES da CONTRATANTE e da CONTRATADA, estão dispostas nas **Cláusulas Nona e Décima da Minuta de Contrato** e nos **itens 14 e 15 do Projeto Básico**, ambos anexos deste Edital.

**16.9.** Será admitida a subcontratação parcial do objeto, mediante autorização prévia da CONTRATANTE, até o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, conforme art. 67, §9º da Lei nº 14.133/2021, nos termos do **item 17, do Projeto Básico**, e nas condições dispostas na **Cláusula Quinta da Minuta de Contrato**.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE DE PREÇOS**

**17.1.** O reajustamento na forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a



variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, conforme art. 25, §§ 7º e 8º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e condições da **minuta de contrato**, anexo deste Edital.

**17.2.** Os preços contratuais, poderão ser reajustados pelos índices utilizados pelo DNIT, para o setor rodoviário, apurados e fornecidos pela FGV, após decurso do prazo de **12 (doze) meses**, a contar da **data-base do orçamento** estimado da SEINF, indicado no Projeto básico, sendo o índice inicial (I<sub>0</sub>) referente ao tabela de preço **referencial SICRO/SINAPI**, data-base **10/2023**.

**17.3.** Aplica-se a [Instrução Normativa nº 1/2023 - DNIT](#), que regulamenta a aplicação dos índices de reajustamentos de contratos de obras rodoviárias e serviços de engenharia no âmbito do DNIT, em razão do objeto, os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados a partir da fórmula apresentada abaixo:

$$R = \frac{(I_i - I_0) \times V}{I_0}$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I<sub>0</sub> = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I<sub>i</sub> = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

**17.4.** Para itens de contratos vigentes que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens devem ser desmembradas, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice, da seguinte forma:

- a) verificar, na planilha de quantidades e preços unitários dos contratos, os itens que devem sofrer desmembramento;
- b) na planilha de preços unitários, manter o preço da proposta até o mês "m" do primeiro reajustamento após a adoção dos novos índices; e
- c) a partir do mês seguinte (mês "m+ 1"), a planilha de medição deve incluir, além do item original com a respectiva quantidade prevista igual à quantidade acumulada medida até o mês "m", os itens deles desmembrados cujas quantidades previstas devem ser iguais ao saldo não medido do item original após o mês "m".

**17.5.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**17.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**17.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

**17.8.** A data-base para contagem da anualidade para fins de reajustamento de preços será a data do SICRO/SINAPI que serviu de referência para elaboração do orçamento básico/SEINF/RR.

**17.9.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**17.10.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**17.11.** Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**17.12.** Em havendo atraso na execução do objeto por motivos atribuídos ao contratado, este não faz jus ao benefício advindo de possível elevação do índice de reajuste, devendo ser mantido o preço original do contrato. Em caso de redução do referido índice, haverá impacto no valor do contrato, o qual deve ser reduzido.

## **18. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**18.1.** Caso não possua, a CONTRATADA terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para providenciar a abertura de conta corrente no Banco do Brasil S/A, a contar da assinatura do contrato.

**18.2.** Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no **Cronograma Físico-Financeiro**, a **Contratada** apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e **memória de cálculo** detalhada e **relatório fotográfico**, encaminhada devidamente datadas e assinadas ao **DEIT/SEINF**, para aferição do **gestor do contrato / administrativo**, e emissão do competente **Atestado da fiscalização/Fiscal Técnico**.

18.2.1. A primeira medição será realizada depois de transcorrido **30 (trinta) dias** da expedição da Ordem de Serviço, e a última medição, após a conclusão do serviço ou obra.

18.2.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

**18.3.** Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal, conforme disposto no art. 92, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**18.4.** Caso não haja serviços a medir e a obra não esteja paralisada, a Contratada deverá apresentar medição obrigatoriamente a cada 30 (trinta) dias, deverá ser apresentado medição “Zero”.

**18.5.** Entre duas medições não poderá, decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (medição final).

**18.6.** No dever de pagamento pela Administração, deverá ser observada a **ordem cronológica** para cada fonte diferenciada de recursos, conforme art. 141, da Lei nº 14.133/2021.

**18.7.** A ordem cronológica referida no item acima, poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, nas hipóteses do § 1º, do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

**18.8.** No caso de prorrogação regular da execução das etapas, deverá ser refeito e aprovado o novo Cronograma Físico-Financeiro da Contratada, prevalecendo em real vigente nas novas datas previstas para a execução do objeto contratado.

**18.9.** No caso de erro na fatura que for apresentada será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, ficando o prazo estipulado “para pagamento de até 30 (trinta) dias” prorrogado até a apresentação da medição corrigida. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação da fatura corrigida não acarretando qualquer ônus para o Estado de Roraima.

**18.10.** O **pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação**, pela Contratada, da regularidade **fiscal e trabalhista**, devendo ser apresentado juntamente com a Fatura, a Nota Fiscal e o documento comprobatório de regularidade do contribuinte para com o recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social e a outras entidades de fundos arrecadados pela RFB, ou seja, a **Certidão Negativa de Débitos – Previdenciários e Trabalhista**, em conformidade com o disposto nos artigos 405 e 406 do IN nº 971/09 da Receita Federal do Brasil.

**18.11.** Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade.

**18.12.** Ao ser liberada para pagamento a **última parcela** prevista no cronograma físico-financeiro, o (s) fiscal (is) da obra ou serviços de engenharia, encaminhará ao **Diretor do DEIT/SEINF**, o Termo de Recebimento Provisório.

**18.13.** O pagamento da última parcela da obra/serviço ficará condicionada à juntada de cópia do **Termo de Recebimento Provisório** aos respectivos autos do contrato.

**18.14.** Quaisquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicado ao Estado de Roraima/SEINF/RR, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

**18.15.** Caso **haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente** no Governo Estado de Roraima em favor da Contratada; Caso o mesmo seja superior ao

crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

**18.16.** O pagamento efetuado pelo Estado de Roraima não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

**18.17.** Será **efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.17.1. Não produziu os resultados acordados;

18.17.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.17.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**18.18.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**18.19.** Constatando-se, a situação de irregularidade da Contratada e verificada a ausência da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**18.20.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**18.21.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**18.22.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação fiscal.

**18.23.** Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**18.24.** No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**18.25.** Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**18.26.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme [art. 145, da Lei Nº 14.133/2021](#).

## **19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**19.1.** A execução das obrigações contratuais será fiscalizada por no mínimo 01 (um) servidor ou mais, doravante denominado **fiscal técnico**, e 02 (dois) servidores, doravante denominados **fiscais administrativos**, designados por Portaria específica pela Autoridade competente, nos termos da **Minuta de Contrato**, e **Item 20 do Projeto Básico**, ambos anexos deste Edital.

## **20. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**20.1.** O objeto do contrato será recebido pela SEINF, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, após concluídos os serviços que contemplam a obra.

**20.2.** Concluídos os serviços, serão **recebidos provisoriamente**, pela Fiscalização do **DEIT/SEINF**, em estreita conformidade com as condições estabelecidas no Projeto básico, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme alínea "a", I, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

20.2.1. No prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a partir do recebimento dos documentos da Contratada, o fiscal do contrato ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao superior imediato.

20.2.2. Assinado o **Termo de Recebimento Provisório**, o departamento demandante (**DEIT/SEINF**), providenciará, no prazo de até 30 (trinta) dias, a constituição de Comissão de servidores designados para efetuar o recebimento definitivo, após o decurso do prazo de observação, mediante Termo circunstanciado que ateste a adequação do objeto aos termos do Projeto Básico.

20.2.3. O prazo para observação a que se refere a alínea anterior **não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias**, salvo em caso excepcionais, devidamente justificado.

20.2.4. Quando a fiscalização técnica for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

20.2.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**20.3.** O objeto do contrato, será **recebido definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme art. 140, I, alínea "b", do art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

20.3.1. O recebimento dos serviços será efetuado ao longo das etapas da execução do objeto, verificando-se a obediência a todos os requisitos nas especificações de projeto. Todas as peças que durante a inspeção final apresentarem-se insatisfatórias deverão ser substituídas, de modo a serem evitadas deformações não previstas ou mudança do esquema estrutural.

20.3.2. Na hipótese de a verificação a que se refere as alíneas do **item 20.2**, não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

20.3.3. O superior imediato realizará a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

20.3.4. O **Termo de Recebimento Definitivo**, será emitido pelo Grupo Técnico Especializado em Gestão Estratégica/**GTEGE/SEINF**, mediante manifestação em relatório final expedido pelo **fiscal administrativo**, que deverá ocorrer **após** elaboração de **Relatório da Comissão Técnica**, esta última, integrada por servidores designados em Portaria, e assinado pelo representante da Contratada.

20.3.5. Em ato contínuo ao recebimento definitivo da obra, o Diretor do **DEIT/SEINF**, comunicará ao Secretário da SEINF a liberação da garantia contratual de que trata o art. 100, da Lei 14.133/2021.

**20.4.** O não cumprimento das disposições constantes nos **Itens 20.2 e 20.3**, poderá ensejar a abertura de processo administrativo para apurar a responsabilidade dos servidores designados e aplicação das penalidades contidas no art. 121 da Lei Complementar n. 053/2001 e art. 127 da Lei 8.112/1990.

**20.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta vencedora, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades, nos termos do § 1º, art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

**20.6.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, conforme disposto no § 2º, art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

**20.7.** Considerando tratar-se de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, no que tange a responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da obra, em caso de incorreções identificadas, o contratado ficará responsável pela reparação, correção, e, reconstrução necessárias, de acordo com o art. 140, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

**20.8.** O Atestado de Capacidade Técnica deverá ser emitido juntamente com o Termo de Recebimento definitivo.

## **21. DA INEXECUÇÃO E EXTINÇÃO/RESCISÃO DO CONTRATO**

**21.1.** A inexecução, total ou parcial, do contrato constitui motivos para sua extinção/rescisão unilateral, conforme inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital.

**21.2.** Constituirão motivos para extinção/rescisão do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos descritos no art. 137, da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes situações:

21.2.1. O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos.

21.2.2. O desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade (Fiscal Técnico) para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.

21.2.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.

21.2.4. A decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

21.2.5. Em razão de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.

21.2.6. O atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto.

21.2.7. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

21.2.8. O não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**21.3.** A licitante a ser contratada terá direito à extinção/rescisão do contrato, nos termos do art. 137, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**21.4.** As hipóteses de extinção/rescisão a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do art. 137, da Lei nº 14.133/2021, observarão as seguintes disposições:

21.4.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído.

21.4.2. Assegurarão ao futuro contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio



econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).

**21.5.** De acordo com § 4º, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021, os emitentes das garantias contratuais previstas no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#), deverão ser notificados pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**21.6.** Conforme o Art. 138, da Lei nº 14.133/2021, a extinção/rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; ou consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração. Podendo ainda, ser determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**21.7.** A extinção/rescisão determinada por ato unilateral da Administração e a extinção/rescisão consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo, na forma do § 1º, do art. 138, da Lei nº 14.133/2021.

**21.8.** Nos termos do § 2º, do art. 138, da Lei nº 14.133/2021, quando a extinção/rescisão decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a devolução da garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção/rescisão, e pagamento do custo da desmobilização.

**21.9.** A extinção/rescisão determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei de Licitações, as seguintes consequências:

21.9.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

21.9.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.

21.9.3. Execução da garantia contratual para o ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução, pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível, pagamento das multas devidas à Administração Pública, a exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível, e ainda, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**21.10.** A aplicação das medidas previstas no art. 139, Lei 14.133/2021, ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta, cujo ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário da SEINF, conforme o caso.

## **22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**22.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

22.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação ou Comissão durante o certame;

22.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

22.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

22.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

22.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

22.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

22.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

22.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



22.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;

22.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

22.1.5. Fraudar a licitação;

22.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

22.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

22.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

22.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

22.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**22.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

22.2.1. Advertência;

22.2.2. Multa;

22.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

22.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**22.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

22.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

22.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

22.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

22.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

22.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**22.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

22.4.1. Para as infrações previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

22.4.2. Para as infrações previstas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**22.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**22.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**22.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**22.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos , que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**22.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 22.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**22.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.10.1. Nos termos do art. 158, § 1º da Lei nº 14.133/2021, quando o órgão ou entidade não dispuser em seu quadro funcional de servidores estatutários, a comissão será composta por 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

**22.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**22.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**22.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**22.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**22.15.** Constatada qualquer das situações previstas nos itens anteriores para aplicação das sanções de advertência, multa ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, a licitante deverá ser notificada, por escrito, sobre as irregularidades em que incorreram, sendo-lhes assegurado a vista do processo no qual foram produzidas as provas das irregularidades, bem assim facultada à apresentação de defesa.

## **23. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**23.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**23.2.** O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**23.3.** Serão considerados desde logo intimados os licitantes cujos representantes credenciados estiverem presentes na sessão pública em que o resultado for proclamado pela Comissão, hipótese em que a intimação constará da respectiva Ata.

**23.4.** Será admitido o encaminhamento de recurso administrativo por meio de e-mail, por intermédio de petição dirigida à autoridade competente da Entidade de Licitação, por intermédio do Agente de Contratação ou Comissão, a qual poderá reconsiderar sua decisão:

23.4.1. A apreciação dar-se-á em **fase única**.

23.4.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme § 2º do Inciso II, art 165 da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

23.4.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será, igualmente de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da

interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

23.4.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, *vide* item , 22.13 deste Edital.

23.4.5. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes através do e-mail indicado no credenciamento, após o término do período de razões, os quais poderão apresentar contrarrazões no prazo de três dias úteis.

**23.5.** Não serão conhecidos os recursos intempestivos ou que estiverem desacompanhados das respectivas razões de fato e de direito.

**23.6.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**23.7.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação exclusivamente pelo endereço eletrônico: [coelic@selc.rr.gov.br](mailto:coelic@selc.rr.gov.br).

**23.8.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

**23.9.** Depois de decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo de licitação será submetido à autoridade competente da Entidade de Licitação, para que se proceda à devida homologação e consequente adjudicação.

## **24. DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL**

**24.1.** Compete à licitante fazer minucioso estudo deste instrumento e de toda a documentação técnica que integram este Ato Convocatório, para a plena execução do objeto deste Edital.

**24.2.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico: [coelic@selc.rr.gov.br](mailto:coelic@selc.rr.gov.br).

**24.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será promovida no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos termos do artigo 164, p. único, da Lei nº 14.133/2021, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

**24.4.** Acolhida a impugnação, resultando em eventuais modificações no Edital, implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

**24.5.** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Administração a licitante que não o fizer até o prazo previsto no Item 24.2, que anteceder a abertura dos envelopes de proposta.

24.5.1. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar desta Concorrência;

24.5.2. A não impugnação deste Edital, e seus Anexos, na forma do art. 165, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021, implica na aceitação de todos os seus termos;

**24.6.** A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

**24.7.** Quando a impugnação ou pedido de esclarecimento tratar de temas alheios à competência dos membros da Comissão de Contratação, ou seja, sobre especificações técnicas ou diretamente vinculados ao Projeto Básico, a petição poderá ser encaminhada ao órgão originário do processo para que se pronuncie acerca da demanda, cabendo ao órgão responder no prazo pré-estabelecido. Caso não o faça, o certame deverá ser adiado “*sine-die*”, até que os questionamentos sejam sanados.

**24.8.** As retificações do Edital, de ofício ou decorrentes de impugnações procedentes, serão divulgadas pela mesma forma que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo

inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **25. DAS NORMAS AMBIENTAIS**

**25.1.** A futura Contratada deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental estabelecidos nos estudos apresentados pela SEINF, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do **Projeto Básico** (14766641).

**25.2.** A futura Contratada deverá considerar os critérios e práticas sustentáveis previstas na **Lei 14.133/21**, em especial no seu **Art. 45, nos incisos I, II e III**.

**25.3.** Devendo ainda, observar as normas ambientais existentes no ordenamento pátrio, estando compreendidas as normas locais e federais, como: Código Florestal Brasileiro, Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente e Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e observar as exigências contidas no CONAMA nº 307/2002, não se limitando apenas às leis mencionadas.

**25.4.** A Contratada deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental estabelecidos nos estudos apresentados para o licenciamento, bem como as condicionantes estabelecidas pela SEINF, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do projeto.

**25.5.** Os prejuízos causados por embargos pelo órgão de controle ambiental, devido a danos decorrentes da execução dos serviços, serão de responsabilidade da Contratada, bem como os autos de infração lavrados que gerarem pagamentos de multas.

**25.6.** As licenças ambientais existentes para a obra, não dispensam nem substituem a obtenção pela Contratada, de certidões, ou outras licenças, de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal no decorrer do contrato.

**25.7.** Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a pertinente licitação observará os critérios elencados na **Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010** da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**25.8.** A empresa Contratada somente receberá a Ordem de Serviço após apresentação da Licença de Instalação.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**26.1.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, os princípios da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.1.1. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

26.1.2. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.1.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.1.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**26.2.** Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida nos artigos 137 e 139, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

26.2.1 A extinção/rescisão do Contrato poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

**26.3.** O Contrato a ser celebrado **poderá ser alterado**, na forma e condições estabelecidas nos artigos 124 e 125, da Lei nº 14.133/2021, conforme estabelecido na Minuta de Contrato, anexo deste Edital.

**26.4.** Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

26.4.1. Caso a Licitante se recuse a executar os serviços propostos ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a SEINF/RR poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato.

**26.5.** A Autoridade competente para homologar este procedimento licitatório, poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

26.5.1. A anulação desta Concorrência induz à do contrato;

26.5.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**26.6.** É facultado à Comissão de Contratação e à Autoridade Superior, em qualquer fase desta Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**26.7.** No julgamento das propostas e da documentação de habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observando o disposto na Lei nº 418 de 15/01/2004.

**26.8.** Não serão aceitos “**protocolo de entrega**” ou “**solicitação/requerimento de documento**” em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus anexos.

**26.9.** No caso da Sessão pública da Concorrência, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de concluídas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados, ficarão sob a guarda da Comissão de Contratação, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

26.9.1. Os envelopes de HABILITAÇÃO remanescentes serão devidamente restituídos aos seus respectivos representantes, ao final do certame, nas mesmas condições de recebimento.

**26.10.** Será lavrada Ata dos trabalhos desenvolvidos em ato público de abertura dos envelopes, a qual será assinada pelos integrantes da Comissão de Contratação, e representantes credenciados presentes.

**26.11.** O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

**26.12.** Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Contratação da SELC.

**26.13.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**26.14.** Os prazos previstos neste edital e seus anexos, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e considerará prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica nesta SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO, nos termos do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021.

**26.15.** Quaisquer informações complementares sobre este Edital e seus anexos, poderão ser requeridas através do e-mail: [coelic@selc.rr.gov.br](mailto:coelic@selc.rr.gov.br).

**26.16.** A Lei Federal nº 8.213/1991, dispõe acerca da reserva de vagas, conforme art. 93 da referida lei, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a

5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas.

**26.17.** Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) AGENTE de Contratação ou COMISSÃO, e o SECRETÁRIO DE ESTADO DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**27.1.** Os resultados desta licitação **serão publicados** no Diário Oficial do Estado de Roraima (DOE), por se tratar licitação custeada com recursos federais, e divulgado no sítio da Secretaria de Estado de Licitação e Contratação (<http://www.selc.rr.gov.br>).

**27.2.** Considerando a natureza do objeto deste Edital, e em atenção aos Incisos V e VI, do Art. 18, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), as minutas de edital e de contrato, foram elaboradas pelo órgão de origem, através da Coordenadoria de Instrução Processual e Consultoria Técnica, conforme aspectos técnicos e regras definidas pelo [Departamento de Infraestrutura e Transporte - DEIT/SEINF](#), em seu Projeto Básico, anexo deste Edital.

**27.3.** Ao(à) Agente de Contratação ou Comissão, designada para conduzir este certame coube o ato de divulgação deste Edital, com a abertura da sessão e sua consequente condução até a conclusão, e demais requisitos legalmente previstos nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021.

## **28. DOS ANEXOS**

**28.1. Integram este Edital**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- **ANEXO I - PROJETO BÁSICO SEINF/DEIT (14766641)**
  - Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar (14766604)
  - Apêndice II - Mapa de Risco do ETP (12702013)
  - Apêndices do Projeto Básico - Pasta Técnica:
    - Anexo 01 - Anotação de Responsabilidade Técnica (13503802)
    - Anexo 02 - Relatório Fotográfico parte 01 (12704921)
    - Anexo 03 - Relatório Fotográfico parte 02 (12704925)
    - Anexo 04 - Relatório Fotográfico parte 03 (12704936)
    - Anexo 05 - Mapa georreferenciado da Vicinal Pé da Serra (12704945)
    - Anexo 06 - Mapa georreferenciado - Ponte (12704951)
    - Anexo 07 - Placa de Identificação Sinalização de Obra (12704954)
    - Anexo 08 - Detalhamento Estrutural da Ponte de madeira (12704963)
    - Anexo 09 - Layout da placa de identificação de vicinal (12704965)
    - Anexo 10 - Mod. placas de sinal vertical das pontes (12704970)
    - Anexo 11 - Seção Tipo. Imp. Rod. - Vic. Pé da Serra (12704978)
    - Anexo 12 - Dispositivo de Drenagem - Vic. Pé da Serra (12704986)
    - Anexo 13 - Memória de Cálculo (13503976)
    - Anexo 14 - Planilha de Composições de Preço Unitário (13503997)
    - Anexo 15 - Planilhas Orçamentárias (13504007)
    - Anexo 16 - Especificações Técnicas Vicinal Pé da Serra (13503880)
    - Anexo 17 - Memória de Cálculo - Serviços (13504080)
    - Anexo 18 - Planilha de BDI e Composições Analítica (13504340)
    - Anexo 19 - Planilha Orçamentária\_Cronog\_Curva ABC (13504439)



- Anexo 20 - Orçamentos em Excel - Pontes (12704994)
- Anexo 21 - Orçamentos Excel - Vicinal (12705001)
- Anexo 22 - Licença prévia ambiental (12705007)
- Anexo 23 - Memorial Descritivo SEINF/DEIT/DEPT (13401999)
- **ANEXOS II ao XVIII** - MODELOS
- **ANEXO XIX** - MINUTA DE CONTRATO (14899271).

**28.2.** O Foro da cidade de Boa Vista capita do Estado de Roraima será competente para dirimir questões oriundas deste Edital, renunciado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Boa Vista – RR, 09 de dezembro de 2024.**

(Assinado eletronicamente)

**JULIANO BACARIM**

Secretário Adjunto de Estado de Licitação e Contratação

**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO SEINF/DEIT (14766641)**

(Anexo disponível no portal: <https://selc.rr.gov.br/>)

Apêndices do Anexo I - PASTA TÉCNICA

**(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)**

**ANEXO II**

**MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, C.N.P.J. nº. \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo identificado, CREDENCIA o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (CARGO), portador(a) do R.G. nº. \_\_\_\_\_ e C.P.F. nº. \_\_\_\_\_, para representá-la perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO da SELC/RR, nos atos relacionados à **CONCORRÊNCIA** nº \_\_\_\_/2024, podendo para tanto formular proposta de preços, manifestar intenção de interpor ou desistir de recursos, requerer o registro em ata das observações que entender relevantes, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier e, de modo geral, praticar todos os atos necessários e inerentes ao certame.

A empresa declara, sob as penas da lei que o Contrato Social, Estatuto ou Registro da Firma apresentado neste certame, é a última alteração, consubstanciada no instrumento de alteração ou consolidação datado de \_\_\_\_\_, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de \_\_\_\_\_, sob o número \_\_\_\_\_, na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Localidade, ..... de ..... de 2024.

\_\_\_\_\_  
Empresa  
Representante Legal

CNPJ:

Assinatura do representante legal da empresa **Reconhecida em Cartório**

**Observações:** Encartar esta Declaração Junto ao Credenciamento, ou seja, fora dos Envelope nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e Envelope Nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO.

(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(Este modelo deverá ser transcrito na forma emitido pelo departamento competente (DEIT/SEINF))

#### DECLARAÇÃO (MODELO A)

(Este modelo deverá ser emitido na forma e teor pelo departamento competente –(DEIT/SEINF))

**DECLARO**, para atender às exigências do Edital de Licitação **CONCORRÊNCIA Nº** \_\_\_\_/2024, referente à \_\_\_\_\_, **no município de** \_\_\_\_/RR, que o Senhor xxxxxx **FUNÇÃO (descrever qual a função na empresa)** \_\_\_\_\_, Empresa \_\_\_\_\_, compareceu ao local da obra em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024, onde tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da mencionada licitação, de acordo com o Art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

(LOCAL E DATA)

(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

#### DECLARAÇÃO (MODELO B)

(Este modelo deverá ser emitido na forma e teor pelo representante legal da licitante)

**DECLARO**, para atender às exigências do Edital de Licitação **Concorrência nº** \_\_\_\_/2024, referente à xxxxxxxx, **no município de** \_\_\_\_/RR, Empresa \_\_\_\_\_, que tenho pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da mencionada licitação, de acordo com o Art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 e assumo total responsabilidade por esse fato e não utilizarei para quaisquer questionamentos futuros que sejam avenças técnicas ou financeiras com o Governo do Estado.

(LOCAL E DATA)

*\*Caso a empresa licitante deseje efetuar a visita para obtenção das informações necessárias sobre o local onde os serviços serão executados (APRESENTAR SOMENTE A DECLARAÇÃO MODELO A)*

*\*\*Caso a empresa licitante tenha conhecimento das informações necessárias sobre o local onde os serviços serão executados e não deseje efetuar a visita (APRESENTAR SOMENTE DECLARAÇÃO MODELO B)*

(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

**ANEXO IV****EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/2024****DECLARAÇÃO**

O(A) empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, DECLARA que a Proposta de Preço compreende todas as despesas concernentes ao objeto da licitação, incluindo frete, impostos, taxas e outros encargos de qualquer natureza.

DECLARA ainda, conforme Art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que os preços propostos compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da Proposta de Preço.

(localidade)\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura e Carimbo do Declarante)

***OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:** Encartar esta Declaração no Envelope nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS.*

*(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)*

**ANEXO V****TERMO DE COMPROMISSO DA EMPRESA ACERCA DO(S) RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S) PELA EXECUÇÃO DA OBRA**

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, *em papel impresso da empresa*)

**TERMO DE COMPROMISSO**

A Empresa \_\_\_\_\_, participante da Licitação nº **CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/2024**, destinada à \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_/RR, **COMPROMETE-SE a manter, como Responsável(is) Técnico(s) da mencionada obra, até a sua conclusão**, o(s) Engenheiro(s) \_\_\_\_\_ que está(ão) sendo apresentado(s) no presente Termo.

Declara estar ciente de que a(s) substituição(ões) do(s) referido(s) profissional(is) somente será(ão) possível(is), se previamente autorizada(s) pela SEINF/RR, com a devida justificativa e desde que o(s) novo(s) Responsável(is) Técnico(s) preencha(m) todos os requisitos exigidos no subitem **10.6.2.** do Edital e, que o não cumprimento do presente compromisso implicará desobediência à Lei 14.133/2021, e nos **termos da Instrução Normativa Nº 5, de 25 de Maio de 2017.**

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONFORME CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE OU PROFISSIONAL)

CIENTE(S):

(NOME(S) E ASSINATURA(S) DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) CONFORME CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE OU PROFISSIONAL)

*\*Anexar a cópia da identidade do Representante Legal que assina o referido Termo e cópia da carteira do Conselho de Classe do Responsável Técnico nos termos do inciso II, do art. 3º da Lei nº 13.726 de 08 de outubro de 2018.*

(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

## ANEXO VI

### DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, *em papel impresso da empresa*)

A capacidade econômica e financeira das empresas licitantes será avaliada mediante exame dos seguintes indicadores, computados a partir das informações contábeis contidas no subitem **10.5.9**, do Edital, conforme abaixo:

a) Índice de Liquidez Corrente  $LC > \text{ou} = 1,00$  (um inteiro)

Ativo Circulante = AC

Passivo Circulante = PC

$LC = AC / PC$

b) Índice de Liquidez Geral  $LG > \text{ou} = 1,00$  (um inteiro)

Ativo Circulante = AC

Passivo Circulante = PC

Realizável a Longo Prazo = RLP

Exigível a Longo Prazo = ELP

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

c) Solvência Geral  $SG > \text{ou} = 1,00$  (um inteiro)

Ativo Total = AT

Passivo Circulante = PC

Exigível a Longo Prazo = ELP

$SG = (AT) / (PC + ELP)$

NOTA EXPLICATIVA DO CONTADOR DE QUE A LICITANTE ATENDE AO SUBITEM **10.5.9** do Edital da CONCORRÊNCIA nº \_\_\_\_/2024.

(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE TOTAL CONHECIMENTO, ACEITAÇÃO E DISPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**OBJETO: .....**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, Declara em atendimento ao **EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº \_\_\_\_/2024**, que tem por objeto \_\_\_\_\_, que tem total conhecimento e aceitação das condições estipuladas no Edital e que dispõe de equipamentos necessários a execução dos serviços.

Boa Vista – RR, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura e Carimbo de identificação do  
Representante Legal de empresa.**

.....  
(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM AS CONDIÇÕES DO EDITAL E ANEXOS, DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO CONTIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DESVINCULAÇÃO COM SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO**  
*(Artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022)*

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

**Concorrência nº \_\_\_\_/2024**

\_\_\_\_\_  
sediada no (a) \_\_\_\_\_ (**Razão Social da licitante**) \_\_\_\_\_ (**CNPJ Nº**),  
\_\_\_\_\_  
(**endereço completo**), declara, sob as penas da lei que:

- cumpre, plenamente, os requisitos de habilitação exigidos no procedimento licitatório referenciado;
- nossos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são servidores ou ocupantes de cargo comissionado no Governo do Estado de Roraima e nem possuem vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até terceiro grau) com servidores vinculados a este órgão celebrante;
- temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação e concordamos com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Local e Data

Atenciosamente,

Empresa Licitante/CNPJ  
Assinatura do Representante Legal

.....  
(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, *em papel impresso da empresa*)

[Instrução Normativa Nº 5, de 25 de Maio de 2017](#)

**DECLARAÇÃO**

..... (nome da empresa) ....., inscrita no CNPJ sob o n.º .....,  
sediada ..... (endereço completo) ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)  
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º .....  
DECLARA, sob as penas da lei, em atendimento **ao subitem 10.16.3** do Edital de  
CONCORRÊNCIA Nº 000/2024, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação  
no presente processo licitatório referente à **CONCORRÊNCIA**, destinado à objeto, **no município de**  
**XXXXXXXXXXXX/RR** ciente da obrigatoriedade de declarar as ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_  
(INCLUIR NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)  
(N.º DA CARTEIRA DE IDENTIDADE COM INDICAÇÃO DO ÓRGÃO EXPEDIDOR)

*A Comissão verificará a situação das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, por meio de acesso ao Portal da  
Transparência, bem como a existência de impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de  
improbidade administrativa, disponível no site do CNJ, sob pena de inabilitação da mesma no processo licitatório (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceise>  
<http://www.cnj.jus.br>).  
Podendo haver a substituição das consultas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).*

.....  
(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO FACE AO INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE  
1988**

[Instrução Normativa Nº 5, de 25 de Maio de 2017](#)

**DECLARAÇÃO**

REF.: CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/2024.

....., inscrita no CNPJ n.º ....., por  
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de



Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, para fins do disposto no **Art. 7º, inciso XXXIII, da CF/1988**, em atendimento do **subitem 10.16.5**, deste Edital; que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)  
(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

### ANEXO XI

#### **DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE**

Instrução Normativa Nº 5, de 25 de Maio de 2017

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado. (local e data).

Local e Data

Atenciosamente,

EMPRESA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

.....  
(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

### ANEXO XII

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA LICITANTE REALIZARÁ OS SERVIÇOS DESTES EDITAIS DE ACORDO COM AS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS VIGENTES**

Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010

**Ref.: CONCORRÊNCIA nº \_\_\_\_/2024**

A Empresa (inserir razão social), inscrita no CNPJ nº (inserir número) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) (inserir nome), portador(a) da Carteira de Identidade nº (inserir número e

órgão emissor) e do CPF nº (inserir número), DECLARA, que realizará os serviços objeto do presente edital em conformidade com as Legislações Ambientais Vigentes.

Boa Vista-RR, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2024.

(INCLUIR NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)  
(N.º DA CARTEIRA DE IDENTIDADE COM INDICAÇÃO DO ÓRGÃO EXPEDIDOR)

(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

### ANEXO XIII

#### **CARTA - PROPOSTA COMERCIAL**

*(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)*

(Local e data)

À  
SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO - SELC  
BOA VISTA-RR  
REF.: **LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/2024.**

**OBJETO:** .....

Prezados Senhores,

Tendo examinado as condições do Edital e dos Anexos que o integram, para a execução da mencionada obra (incluindo os materiais e serviços), propomos executar e concluir as obras previstas no mencionado Edital, cuja Proposta de Preço, pelo preço global e condições abaixo:

- Valor global: R\$ ..... (.....);
- Mês de referencia dos preços: .....
- Prazo de validade da Proposta: ..... (.....) dias, contados a partir da data desta licitação;
- Prazo de execução da obra: ..... (.....) dias, **contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviços, emitida pela SEINF.**
- Banco ....., Agencia....., Conta Corrente nº .....
- Responsável(eis) Técnico(s): .....
- Responsável Legal: .....

Outrossim, declaramos que temos conhecimento do local onde serão executadas as obras, bem como, encontra-se incluso, o BDI da obra nos custos unitários da proposta; e, que esta compreende todas as despesas com mão de obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução da obra.

Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital.

Atenciosamente,

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)  
(ENDEREÇO E CNPJ, SE INEXISTENTES NO PAPEL IMPRESSO)

(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

**ANEXO XIV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E  
ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

\_\_\_\_\_ (Identificação da licitante ou Consorcio), inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, doravante denominada (Licitante), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e de CPF nº. \_\_\_\_\_, para fins do disposto no **Edital de Concorrência** nº \_\_\_\_/2024, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. A proposta apresentada, foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Edital nº ....., não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Edital nº ....., por qualquer meio ou qualquer pessoa;
3. Que não tentou, por qualquer meio, ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato no Edital nº.....quanto a participar ou não da referida licitação.
4. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Edital nº....., não será de todo ou em parte, direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Edital nº.....antes da adjudicação do objeto do referido Edital.
5. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação com Edital nº ....., não foi em todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da SEINF/RR antes da abertura oficial das propostas; e
6. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que ora apresenta Proposta perante ao Edital nº ....., trabalha de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013.

(localidade) \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Empresa  
Representante Legal  
CNPJ:

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:** Encartar esta Declaração Junto ao Credenciamento, ou seja, fora dos Envelope nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e Envelope nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO.

---

**ANEXO XV**

**MODELO DE CARTA FIANÇA**  
**GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**  
**(FIANÇA BANCÁRIA)**

Boa Vista – RR, ..... de ..... de **2024**.

A

Secretaria de Estado da Infraestrutura

Boa Vista – RR

REF.: CARTA DE FIANÇA - R\$ .....

Prezados Senhores,

Pela presente, o Banco ....., com sede em ..... à Rua....., inscrito no CNPJ sob o nº ..... por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no art. 827, 835, 838, do Código Civil Brasileiro, da empresa ....., estabelecida à ....., até o limite de R\$..... (.....), em garantia de execução da obra (ou serviço) de....., conforme **Edital de Licitação nº ...../2024**, junto a SEINF/RR.

Este Banco obriga-se, obedecido ao limite especificado, a atender dentro de 24 (vinte e quatro) horas, as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigida pela SEINF/RR.

Obriga-se, ainda, este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de ser a SEINF/RR compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por sua Afiançada.

Declara, outrossim, que só será retratável a fiança na hipótese de a Afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela presente Carta de Fiança Bancária, ou por nova Carta de Fiança, que seja aceita pelo SEINF/RR.

Declara, também, que o capital deste Banco é de R\$ ..... (.....), que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Cartas de Fiança e que o valor da presente está contido dentro dos limites estabelecidos pelo aludido Departamento.

Declara, ainda, que a presente Fiança está devidamente contabilizada neste Banco e, por isso é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil, aplicáveis em especial à legislação bancária.

Declara, finalmente, que os signatários desta, estão regularmente autorizados a prestar fiança desta natureza, conforme disposto no art. ...., do Estatuto do Banco, publicado no Diário Oficial em ...../...../....., tendo sido eleitos pelo conselho de Administração em reunião realizada em ...../...../.....

ASSINATURA DO BANCO FIADOR.

---

(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

**ANEXO XVI**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

**DECLARO**, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, sob as penas da lei, que sagrando-se vencedora da licitação nº \_\_\_\_\_ referente ao Proc. Nº \_\_\_\_\_ cumprirá o estabelecido no art. 1º, da Lei nº 899/2013:

*Art. 1º. Ficam as empresas terceirizadas vencedoras de licitações públicas, no âmbito do Estado de Roraima, obrigadas a reservarem no mínimo 3% (três por cento) do total das vagas existentes, para sentenciados que estejam no regime aberto ou semiaberto, quando da contratação de obras e de serviços públicos.*

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

.....  
(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

### ANEXO XVII

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A(o) \_\_\_\_\_ (nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e de CPF nº. \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no **Edital de CONCORRÊNCIA nº. \_\_\_\_\_**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº. 123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

DECLARA também atender ao §2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no que diz respeito à observância do limite máximo relativo à receita bruta do ano-calendário de ocorrência da licitação.

(localidade) \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Empresa  
Representante Legal  
CNPJ:

**OBS.:** A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando a condição jurídica da empresa licitante - Encartar esta Declaração Junto ao Credenciamento, ou seja, fora dos Envelopes nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO

(ATENÇÃO! NESTE LOCAL - LOGOMARCA - TIMBRE DA EMPRESA)

**ANEXO XVIII**

**MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO**

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, *em papel impresso da empresa*)

**OBJETO: .....**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, declara em atendimento ao **EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº \_\_\_\_/2024**, que esta documentação/proposta de preços possui folhas numeradas de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ incluindo este termo.

Boa Vista – RR \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2024.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura e Carimbo de identificação do  
Representante Legal de empresa.**

.....

**ANEXO XIX**

**MINUTA DE CONTRATO - (14899271)**





**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-RR**

**ART OBRA / SERVIÇO**  
**Nº RR20240142108**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima**

INICIAL

**1. Responsável Técnico**

**MARTA ALVES DOS SANTOS**

Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**

RNP: **0900513780**

Registro: **0900513780RR**

**2. Dados do Contrato**

Contratante: **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA**

CPF/CNPJ: **84.012.012/0001-26**

**AVENIDA GERTÚLIO VARGAS**

Nº: **3941**

Complemento:

Bairro: **CANARINHO**

Cidade: **BOA VISTA**

UF: **RR**

CEP: **69305130**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em: **21/06/2024**

Valor: **R\$ 2.075.266,08**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **CONVÊNIO COM A SEINF - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA**

**3. Dados da Obra/Serviço**

**AVENIDA GETÚLIO VARGAS**

Nº: **3941**

Complemento:

Bairro: **CANARINHO**

Cidade: **BOA VISTA**

UF: **RR**

CEP: **69306545**

Data de Início: **21/12/2024**

Previsão de término: **21/12/2024**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **Infraestrutura**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA**

CPF/CNPJ: **84.012.012/0001-26**

**4. Atividade Técnica**

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #TOS_3.3.1.3 - ATERRO	16.623,81	m3
80 - Projeto > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #TOS_3.3.1.4 - COMPACTAÇÃO	16.623,81	m3
80 - Projeto > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #TOS_5.3.1.2 - BUEIRO	128,00	m
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #TOS_4.1.3 - DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #TOS_3.3.1.3 - ATERRO	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #TOS_3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #TOS_3.3.1.4 - COMPACTAÇÃO	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #TOS_5.3.1.2 - BUEIRO	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > AGRIMENSURA > TERRAPLENAGEM > #TOS_36.10.8 - DE TRANSPORTE - TERRAPLENAGEM	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > AGRIMENSURA > TERRAPLENAGEM > #TOS_36.10.2 - DE VOLUME/ÁREA DE ATERROS - TERRAPLENAGEM	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > ESTRUTURAS > OBRAS DE ARTE > #TOS_2.6.1 - DE PONTES	60,00	m
80 - Projeto > ESTRUTURAS > OBRAS DE ARTE > #TOS_2.6.1 - DE PONTES	60,00	m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

**5. Observações**

ANOTACAO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E MEMORIAL DESCRITIVO; DO OBJETO (PROCESSO SEI Nº 21101.001066/2024.34): ?SERVIÇOS DE IMPLANTACÃO VICINAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIROS, CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NA RODOVIA VICINAL PÉ DA SERRA ? (Antiga Vic. 6A) ? CTA-266, COM EXTENSÃO TOTAL DE 7,93KM DE RODOVIA, 60M DE PONTES E 189M DE BUEIROS, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CANTÁ-RR?. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS

**6. Declarações**

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://sitac.crearr.org.br/publico/>, com a chave: aA28W  
 Impresso em: 01/07/2024 às 21:11:45 por: , ip: 187.13.213.157





**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-RR**

**ART OBRA / SERVIÇO**  
**Nº RR20240142108**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima**

INICIAL

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RR, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

- Declaro para os devidos fins que não possuo nenhuma ART de execução registrada, em andamento em outro regional. Sendo assim, declaro ainda estar ciente da impossibilidade de registrar ARTs de execução junto a outro regional, enquanto durar os contratos no Estado de Roraima, sob pena de sanções previstas na legislação vigente junto ao sistema CONFEA/CREA.

**7. Entidade de Classe**

SENGE - SINDICATOS DOS ENGENHEIROS DE RORAIMA



Documento assinado digitalmente

MARTA ALVES DOS SANTOS

Data: 01/07/2024 22:08:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MARTA ALVES DOS SANTOS - CPF: 383.178.262-87

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
 Local data

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - CNPJ:

84.012.012/0001-26

**9. Informações**

\* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento

\* O comprovante de pagamento deverá ser apensado para comprovação de quitação



Documento assinado digitalmente

RAIMUNDO MAIA MORAIS

Data: 03/07/2024 11:43:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**10. Valor**

Valor da ART: **R\$ 99,64**

Registrada em: **01/07/2024**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://sitac.crearr.org.br/publico/>, com a chave: aA28W  
 Impresso em: 01/07/2024 às 21:11:45 por: , ip: 187.13.213.157

[www.crearr.org.br](http://www.crearr.org.br)  
 Tel: (95) 3623-6522

[atendimento@crearr.org.br](mailto:atendimento@crearr.org.br)  
 Fax: +55 (95) 3623-6522



**CREA-RR**  
 Conselho Regional de Engenharia  
 e Agronomia de Roraima



## **RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**

**OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE VICINAL, BUEIROS TUBULARES E PONTES DE MADEIRA**

**RODOVIA: VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga Vic. 6A) – CTA-266**

**EXTENSÃO: 7,93 Km**

**MUNICÍPIO: CANTÁ**

**BOA VISTA - RORAIMA  
MAIO – 2023**

**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 0,00**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 0,51 – IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 1,20m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 1,00**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 1,75 – CONSTRUIR PONTE DE MADEIRA DE 20,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 1,88 – CONSTRUIR PONTE DE MADEIRA DE 25,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 2,00 – IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 1,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 2,19 – IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 1,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 2,23 – IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 1,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 2,30 – IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 0,80m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 2,35 - CE-01 – LADO ESQUERDO E DIREITO**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 2,37 - IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 0,80m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 2,50 - - IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 1,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 3,63 – IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 1,20m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 3,79**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km – 3,87 - IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 1,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km – 4,35 - IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 1,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 4,60 – ATERRO LOCALIZADO**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 13,70**



**Km 4,68 – INÍCIO DO PICADÃO**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 4,74 - Km – 8,60 - IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 1,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 4,98 Km – 8,60 - IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 0,80m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 5,16 - IMPLANTAÇÃO DE BDTC Ø = 1,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 5,60 – FIM DO PICADÃO**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 6,09 – ATERRO LOCALIZADO**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 6,32 - CONSTRUIR PONTE DE MADEIRA DE 15,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 7,55 – JAZ-01/CE-02 – LADO ESQUERDO**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 7,83 - IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 1,20m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 7,85 – IMPLANTAÇÃO DE BSTC Ø = 1,00m**



**VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga 6A) - CTA-266**



**Km 7,93 – FIM DA VICINAL**



60°40'0"O

60°35'0"O

60°30'0"O

LOCALIZAÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA



2°35'0"N

CTA- 266 - VIC. PÉ DA SERRA			COORDENADAS	
PONTO	KM	DESCRIÇÃO	N	E
1	0,00	INICIO	02°34'11,30"	60°31'36,90"
2	0,51	BSTC Ø 1,20m	02°33'54,80"	60°31'35,80"
3	2,00	BSTC Ø 1,00m	02°33'09,40"	60°31'33,70"
4	2,19	BSTC Ø 1,00m	02°33'04,90"	60°31'33,40"
5	2,23	BSTC Ø 1,00m	02°33'03,40"	60°31'33,01"
6	2,30	BSTC Ø 0,80m	02°33'01,60"	60°31'32,90"
7	2,35	CE- 01	02°32'59,70"	60°31'32,90"
8	2,37	BSTC Ø 0,80m	02°32'59,20"	60°31'33,10"
9	2,50	BSTC Ø 1,00m	02°32'54,90"	60°31'33,01"
10	3,63	BSTC Ø 1,20m	02°32'21,01"	60°31'30,50"
11	3,87	BSTC Ø 1,00m	02°32'16,50"	60°31'36,20"
12	4,35	BSTC Ø 1,00m	02°32'09,30"	60°31'48,90"
13	4,74	BSTC Ø 1,00m	02°32'02,10"	60°31'58,60"
14	4,98	BSTC Ø 0,80m	02°31'54,50"	60°31'59,10"
15	5,16	BDTC Ø 1,00m	02°31'49,40"	60°31'59,70"
16	7,51	BSTC Ø 0,80m	02°31'16,01"	60°33'04,10"
17	7,55	JAZ- 01/ CE- 02	02°32'07,30"	60°30'38,90"
18	7,83	BSTC Ø 1,20m	02°31'11,20"	60°33'12,70"
19	7,85	BSTC Ø 1,00m	02°31'10,30"	60°33'13,50"
20	7,93	FIM	02°31'09,10"	60°33'15,40"

60°40'0"O

60°35'0"O

60°30'0"O

REFERÊNCIA CARTOGRAFICA:

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR-UTM

PLANIMÉTRICA-DATUM HORIZONTAL: SAD69, MC6:63 e 57 WGR

COBERTURA CART. DA AMAZ. LEGAL, ELAB. EM 04/2003, POR IMAGEM DO SAT. CBERS(CHINA BRASIL EXPL. DE REC. NATURAIS), SENSOR CCD COM PREC. DE 20m, PASSAGEM EM 03/2005 (FONTE IBGE / INPE)

ALTIMÉTRICA-DATUM VERTICAL: IBITUBA-SANTA CATARINA

COMPIL. DAS CURVAS DE NÍVEL, DAS CARTAS CART. DA SÉRIE MIR NA ESCALA 1:250.000, ELABORADO PELO IBGE E IMPRESSAS EM A983.

ESCALA GRÁFICA:

1: 100.000

LEGENDA



# SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA - SEINF

## DEPARTAMENTO DE INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTE - DEIT

"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

TÍTULO: MAPA DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: CTA- 266 ( VIC. PÉ DA SERRA)

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE VICINAL, OBRAS DE ARTES CORRENTE E ESPECIAIS

OBJETIVO: MELHORAR TRÁFEGO DE PESSOAS, ANIMAIS E VEÍCULOS ENTRE AS COMUNIDADES DA REGIÃO

LOCAL: REGIÃO LESTE DO ESTADO

MUNICÍPIO DO CANTÁ

AUTOR DO PROJETO:

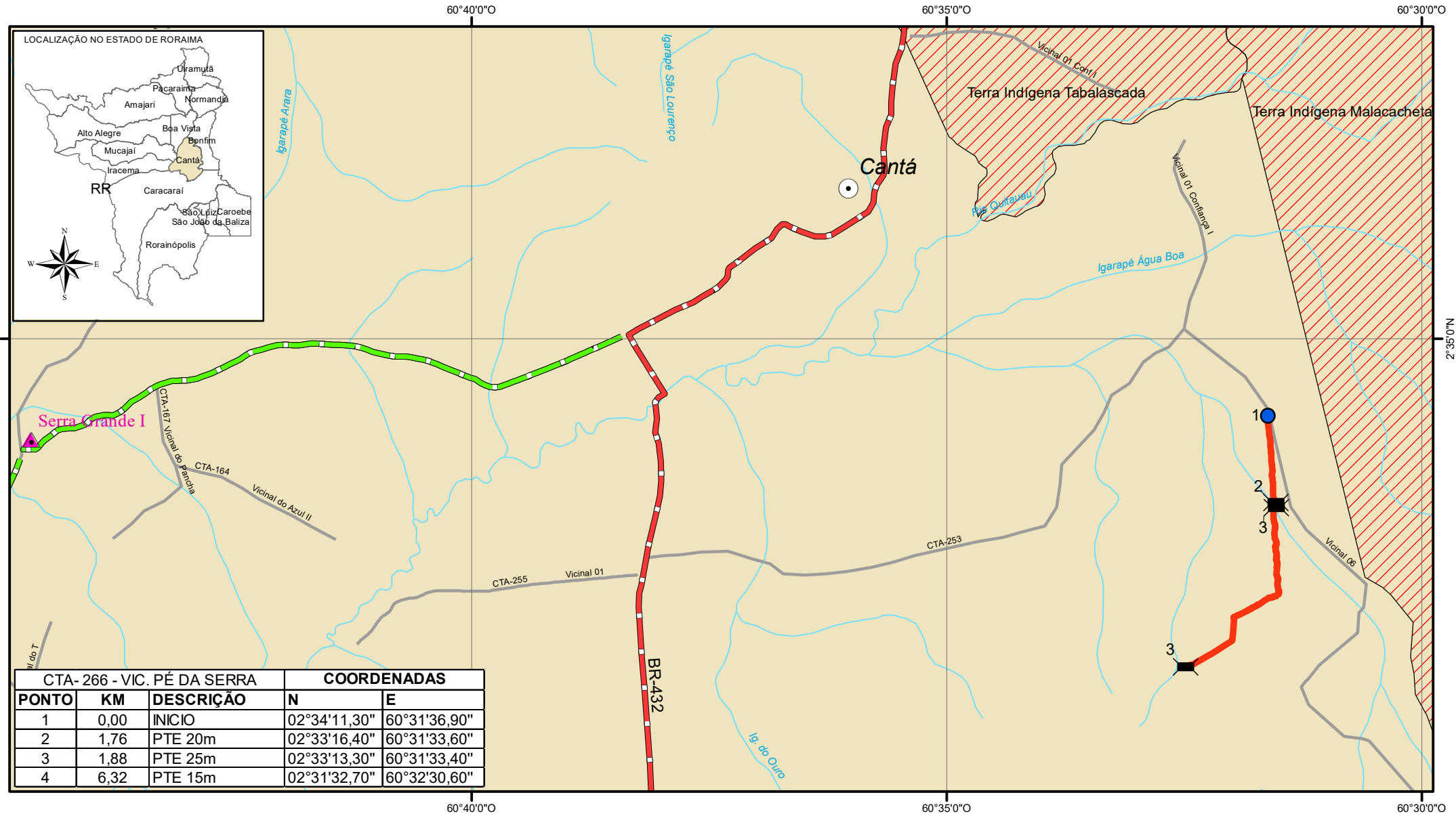
Documento assinado digitalmente

gov.br

MARTA ALVES DOS SANTOS

Data: 02/05/2024 19:59:50-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



REFERÊNCIA CARTOGRAFICA:

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR-UTM

PLANIMÉTRICA-DATUM HORIZONTAL: SAD69, MC6:63 e 57 WGR

COBERTURA CART. DA AMAZ. LEGAL, ELAB. EM 04/2003, POR IMAGEM DO SAT. CBERS(CHINA BRASIL EXPL. DE REC. NATURAIS), SENSOR CCD COM PREC. DE 20m, PASSAGEM EM 03/2005 (FONTE IBGE / INPE)

ALTIMÉTRICA-DATUM VERTICAL: IBITUBA-SANTA CATARINA

COMPIL. DAS CURVAS DE NÍVEL, DAS CARTAS CART. DA SÉRIE MIR NA ESCALA 1:250.000, ELABORADO PELO IBGE E IMPRESSAS EM A983.

ESCALA GRÁFICA:

1: 100.000

LEGENDA

BR  
RR  
Vicinal  
Caminho

Limite Municipal  
Lim. Terra Indígena

Sede Municipal  
Hidrografia  
Localidades RR  
Implantação de Vicinal, Obras de Artes Corrente Especiais

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA - SEINF

DEPARTAMENTO DE INFRA ESTRUTURA DE TRANSPORTE - DEIT

"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

TÍTULO: MAPA DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: CTA- 266 ( VIC. PÉ DA SERRA)

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE VICINAL, OBRAS DE ARTES CORRENTE E ESPECIAIS

OBJETIVO: MELHORAR TRÁFEGO DE PESSOAS, ANIMAIS E VEÍCULOS ENTRE AS COMUNIDADES DA REGIÃO

LOCAL: REGIÃO LESTE DO ESTADO

MUNICÍPIO DO CANTÁ

AUTOR DO PROJETO:

Documento assinado digitalmente

gov.br MARTA ALVES DOS SANTOS

Data: 02/05/2024 19:59:50-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

## ***MODELO DA PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA***

# Aplicação das placas de identificação de obra

Tamanho 4m de largura por 2m de altura

OBRA DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA		
Execução de Reforço de Sinalização da RR-210 Trecho: Km 1+720 a Km 2+600		
INVESTIMENTO	OBJETO	EMPRESA RESPONSÁVEL
R\$ XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXX
ORÇAMENTO	PREÇO DA OBRA	TÉCNICO RESPONSÁVEL
XXXXXXXXXXXXX	XXX/XXX/XXX A XXX/XXX/XXX	XXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXX
SEINF SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		GOVERNO DE RORAIMA

## Recomendações:

As placas de identificação de obras devem estar em local limpo (sem árvores, entulhos ou tapumes)  
Em estradas, devem manter a distância regulamentada para esse tipo de sinalização.

Qualquer dúvida em relação a posicionamento, disposição de elementos,  
cores e inserção de marcas, favor consultar o Departamento de  
Publicidade e Propaganda da SECOM



## PLACA FIXA

- Placa de obra padrão governo estadual 'Governo Trabalhando' medindo **1,50x0,90 m**;
- Chapa galvanizada com estrutura de madeira e impressão digital em vinil PVC.

**GOVERNO  
TRABALHANDO**



## CAVALETE MÓVEL

- Placa de obra padrão governo estadual 'Estamos em Obras' medindo **1,50x0,90 m**;
- Chapa galvanizada e impressão digital em vinil PVC.

**ESTAMOS  
EM OBRAS**



## PLACA FIXA

- Colocação de madeira nas medidas **3,00x0,5x0,5 m**;
- Obs.: A placa fixa terá 60cm de sua estrutura de madeira aterrada para sua colocação.

## CAVALETE MÓVEL

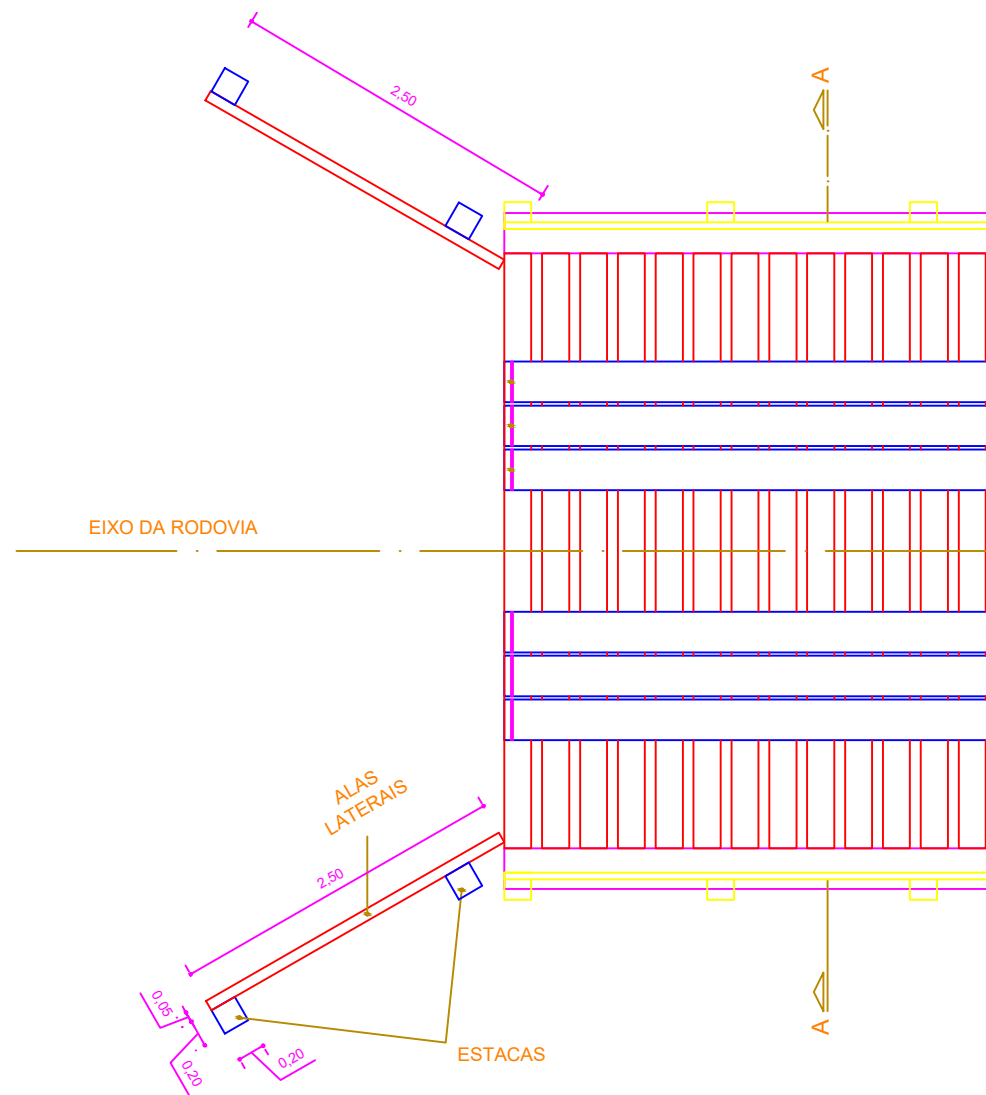
- Cavalete em metalon 30x20mm e 20x20mm, medindo **1,00x1,50m**.



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

## ***DETALHAMENTO ESTRUTURAL DA PONTE DE MADEIRA***





#### MADEIRAMENTO:

CORRIMÃO: 0,15 x 0,08m  
 BALAUSTRÉ: 0,15 x 0,08 x 0,90m  
 GUARDA-RODA: 0,30 x 0,20 x 5,00m  
 PRANCHETAS: 0,20 x 0,10 x 5,00m  
 DESLIZANTES: 0,30X0,08 x 5,00m  
 LONGARINAS: 0,30 x 0,30 x 5,00m  
 BALANCIN: 0,30 X 0,30 X 2,50m  
 TRANSVERSINAS: 0,30X0,30 x 5,00m  
 PILAR: 0,30 x 0,30m  
 ESTACA: 0,30 x 0,30m  
 CONTRAVENTAMENTOS: 0,15 x 0,10 x 5,00m  
 LINHA D'ÁGUA 0,15 x 0,10 x 4,00m  
 BATENTE 0,20 x 0,15 x 5,00m

#### CORTINAS:

ESTACA: 0,20 X 0,20M  
 PRANCHETAS: 0,25 X 0,05M

#### FERRAGENS:

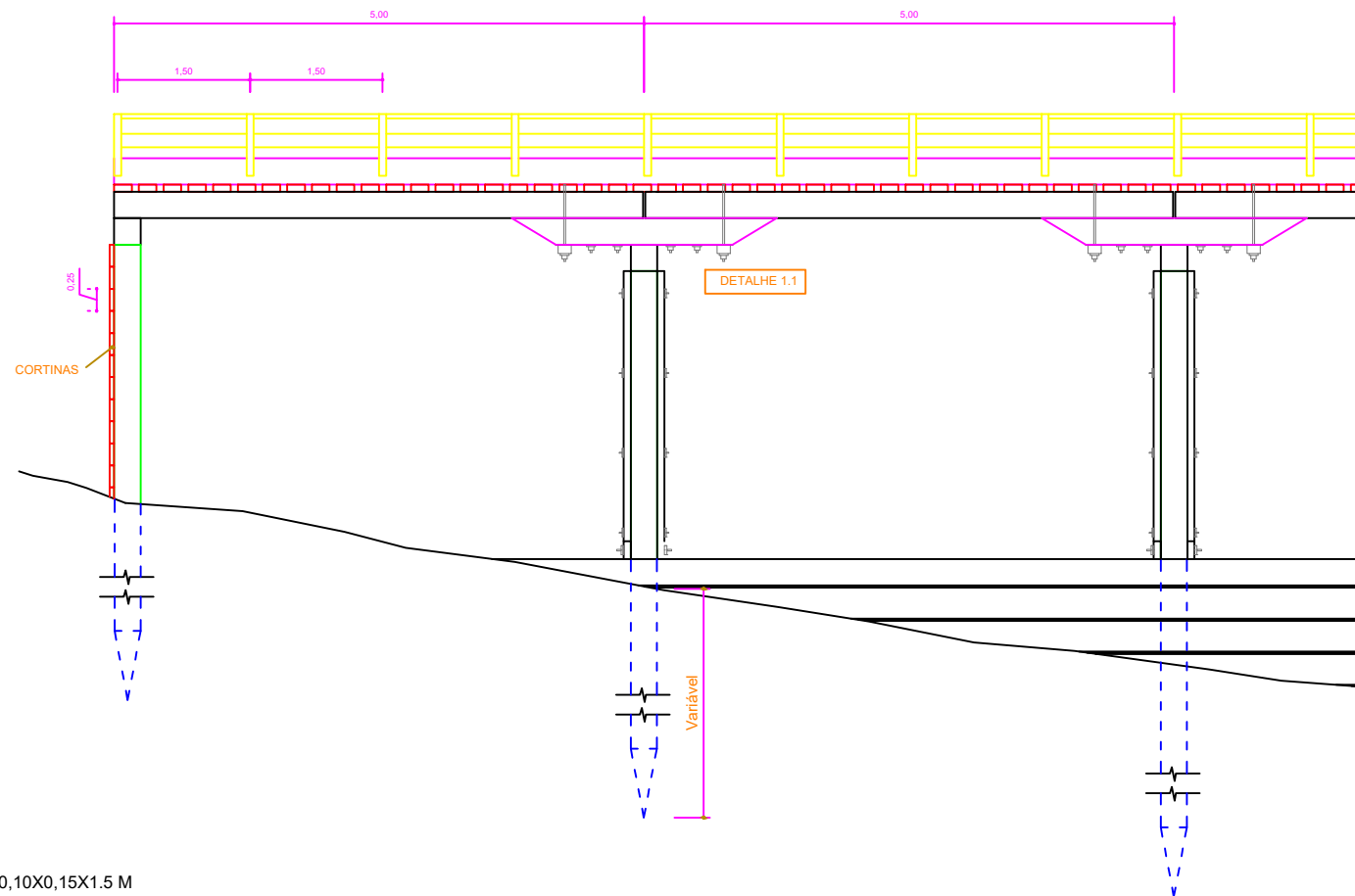
PARAFUSOS: ROSCA DUPLA D=16mm X 500mm  
 PORCA SEXTAVADA 5/8 "  
 PREGOS FERRO CA-50 2 1/2" x 12"

DEPT - DIVISÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, PROJETOS  
E TOPOGRAFIA

FL: 1/5

- PROJETO DE PONTE DE MADEIRA -  
 VÃO 5,00m  
 - PLANTA -

ESCALA: 1:50



#### MADEIRAMENTO:

CORRIMÃO: 0,15 x 0,08m  
 BALAUSTRÉ: 0,15 x 0,08 x 0,90m  
 GUARDA-RODA: 0,30 x 0,20 x 5,00m  
 PRANCHETAS: 0,20 x 0,10 x 5,00m  
 DESLIZANTES: 0,30X0,08 x 5,00m  
 TRAVESSA PARA APERTO DE RODANTE: 0,10X0,15X1,5 M  
 LONGARINAS: 0,30 x 0,30 x 5,00m  
 BALANCIN: 0,30 X 0,30 X 2,50m  
 TRANSVERSINAS: 0,30X0,30 x 5,00m  
 PILAR: 0,30 x 0,30m  
 ESTACA: 0,30 x 0,30m  
 CONTRAVENTAMENTOS: 0,15 x 0,10 x 5,00m  
 LINHA D'ÁGUA 0,15 x 0,10 x 4,00m  
 BATENTE 0,20 x 0,15 x 5,00m

#### CORTINAS:

ESTACA: 0,20 X 0,20M  
 PRANCHETAS: 0,25 X 0,05M

#### FERRAGENS:

PARAFUSOS: ROSCA DUPLA D=16mm X 500mm  
 PORCA SEXTAVADA 5/8 "  
 PREGOS FERRO CA-50 2 1/2" x 12"

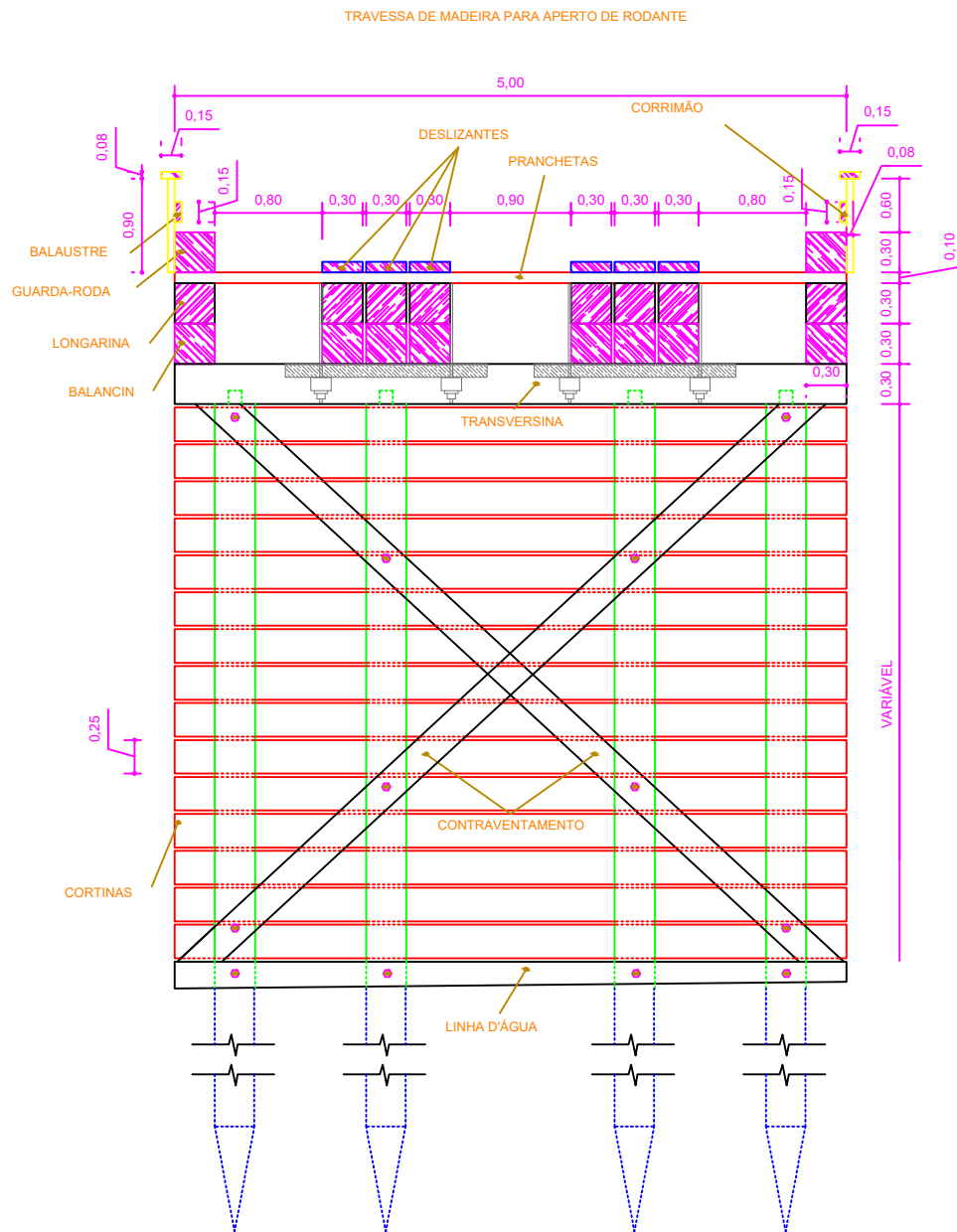
DEPT - DIVISÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, PROJETOS  
 E TOPOGRAFIA

- PROJETO DE PONTE DE MADEIRA -  
 VÃO 5,00m  
 - VISTA LATERAL -

FL: 2/5

ESCALA: 1:75





#### MADEIRAMENTO:

CORRIMÃO: 0,15 x 0,08m  
 BALAUSTRE: 0,15 x 0,08 x 0,90m  
 GUARDA-RODA: 0,30 x 0,20 x 5,00m  
 PRANCHETAS: 0,20 x 0,10 x 5,00m  
 DESLIZANTES: 0,30X0,08 x 5,00m  
 TRAVESSA PARA APERTO DE RODANTE: 0,10X0,15X1,5 M  
 LONGARINAS: 0,30 x 0,30 x 5,00m  
 BALANCIN: 0,30 X 0,30 X 2,50m  
 TRANSVERSINAS: 0,30X0,30 x 5,00m  
 PILAR: 0,30 x 0,30m  
 ESTACA: 0,30 x 0,30m  
 CONTRAVENTAMENTOS: 0,15 x 0,10 x 5,00m  
 LINHA D'ÁGUA 0,15 x 0,10 x 4,00m  
 BATENTE 0,20 x 0,15 x 5,00m

#### CORTINAS:

ESTACA: 0,20 X 0,20M  
 PRANCHETAS: 0,25 X 0,05M

#### FERRAGENS:

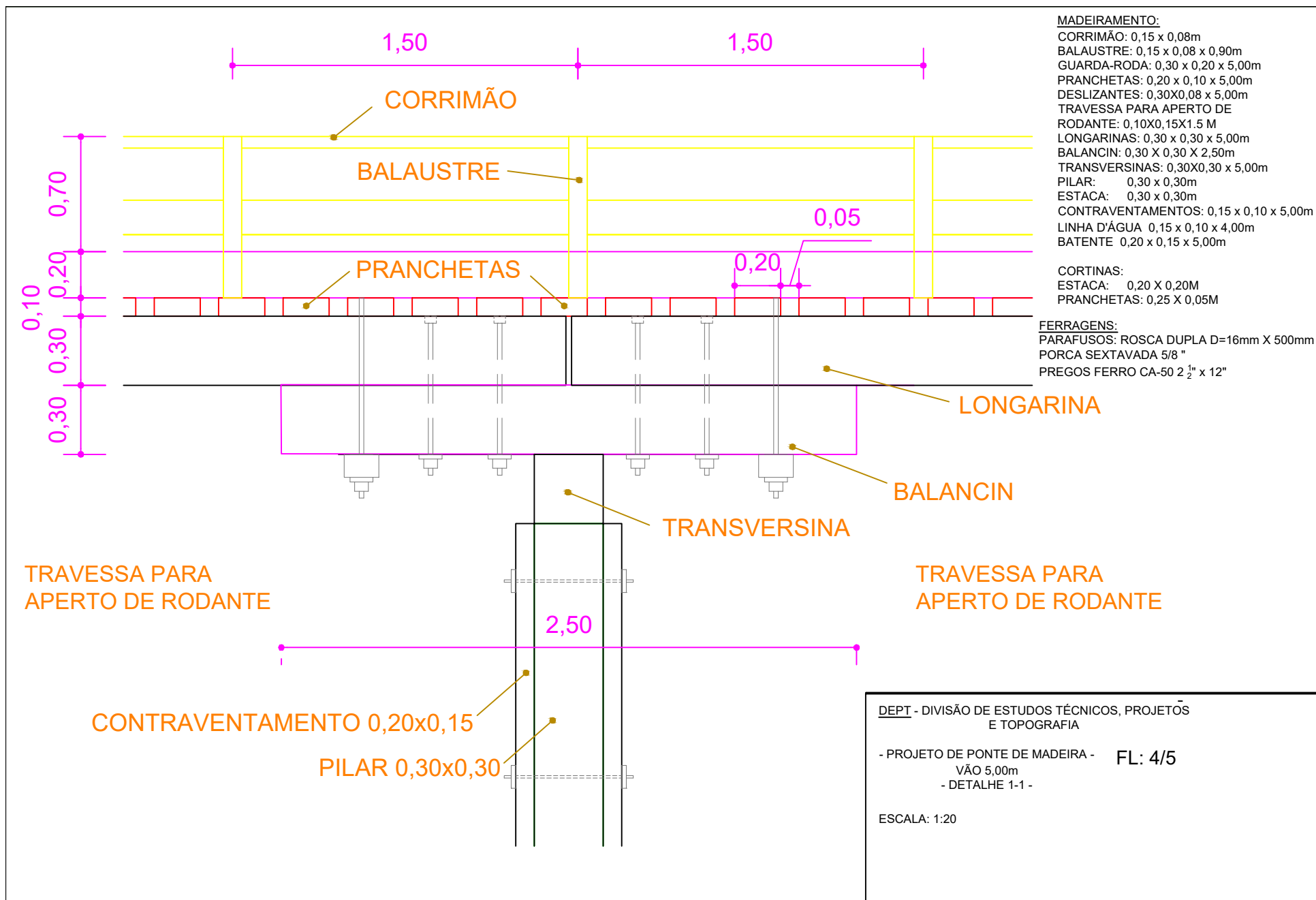
PARAFUSOS: ROSCA DUPLA D=16mm X 500mm  
 PORCA SEXTAVADA 5/8 "  
 PREGOS FERRO CA-50 2 1/2" x 12"

DEPT - DIVISÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, PROJETOS  
E TOPOGRAFIA

- PROJETO DE PONTE DE MADEIRA -  
 VÃO 5,00m  
 - CORTE A-A -

FL: 3/5

ESCALA: 1:50

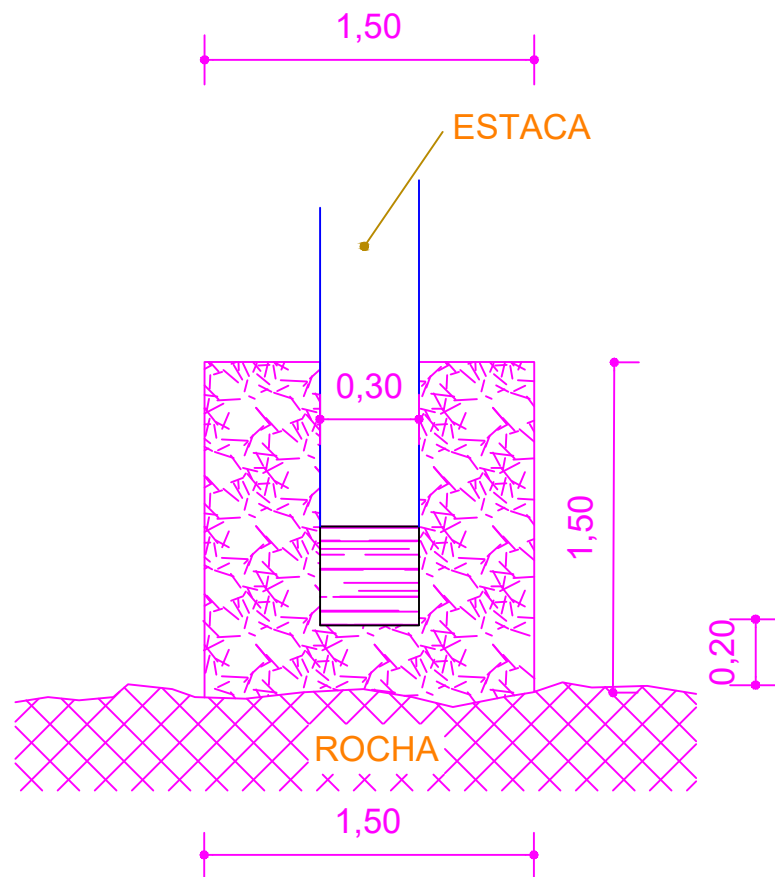


DEPT - DIVISÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, PROJETOS  
E TOPOGRAFIA

- PROJETO DE PONTE DE MADEIRA - FL: 4/5  
VÃO 5,00m  
- DETALHE 1-1 -

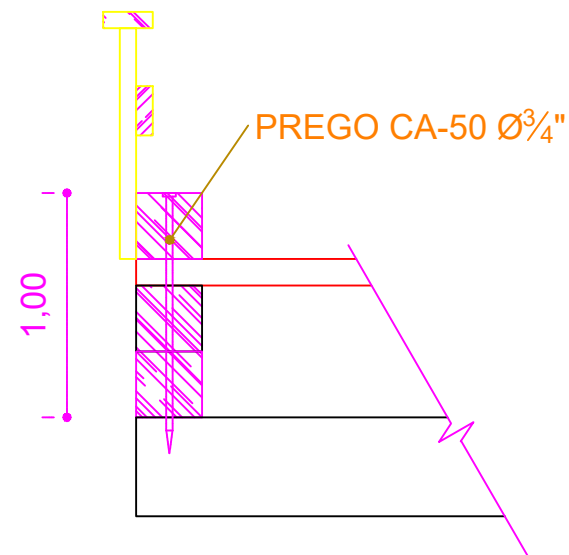
ESCALA: 1:20





### DETALHAMENTO DE FUNDAÇÃO SOBRE LEITO ROCHOSO

ESCALA 1:20



### DETALHE DA AMARRAÇÃO DO GUARDA-RODAS

ESCALA 1:20



Documento assinado digitalmente  
**MARTA ALVES DOS SANTOS**  
Data: 02/05/2024 20:03:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DEPT - DIVISÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, PROJETOS  
E TOPOGRAFIA

- PROJETO DE PONTE DE MADEIRA -  
VÃO 5,00m  
- DETALHES DE AMARRAÇÕES -

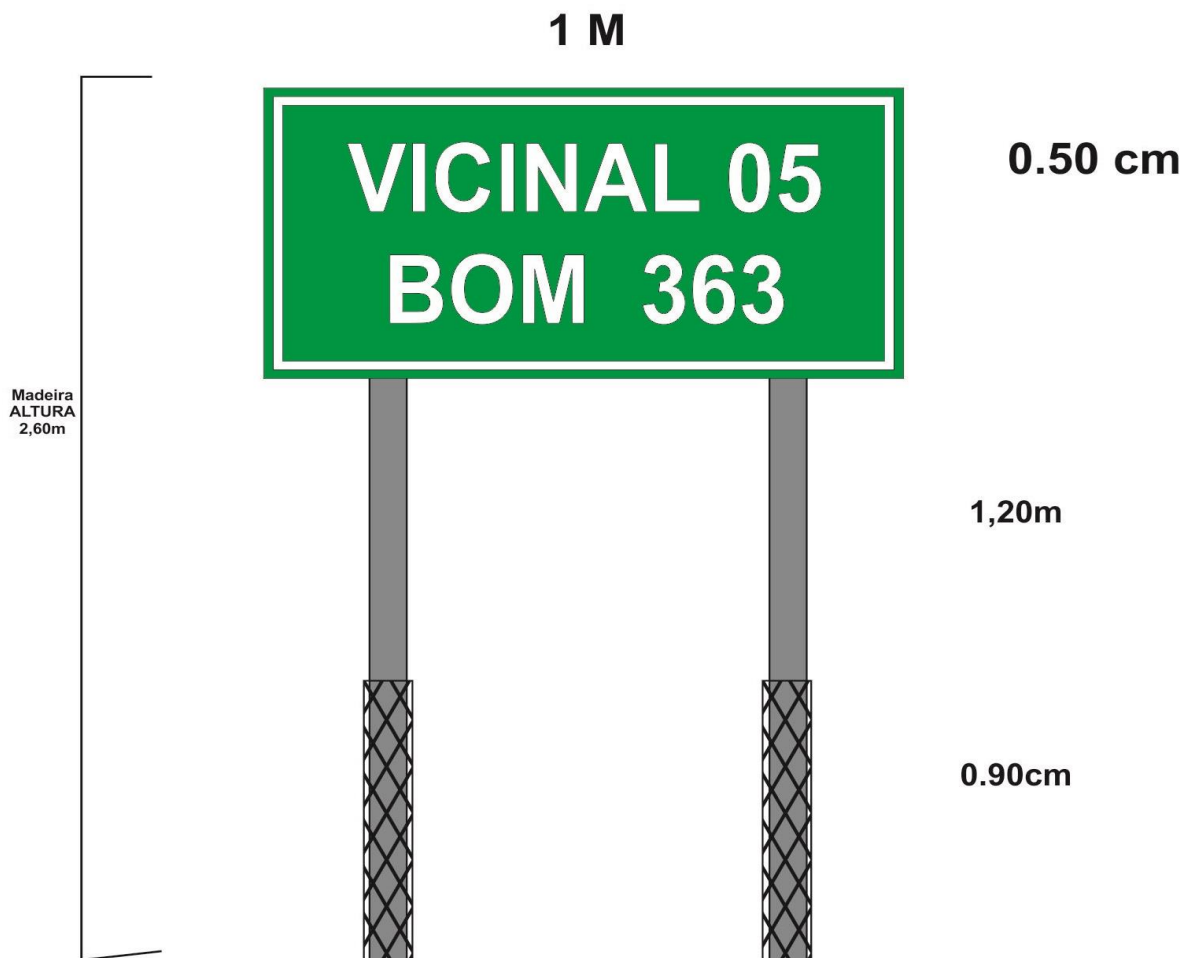
FL: 5/5

ESCALA: IND.



ESTADO DE RORAIMA  
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"  
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

## LAYOUT DA PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VICINAL



Documento assinado digitalmente

MARTA ALVES DOS SANTOS

Data: 02/05/2024 20:03:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





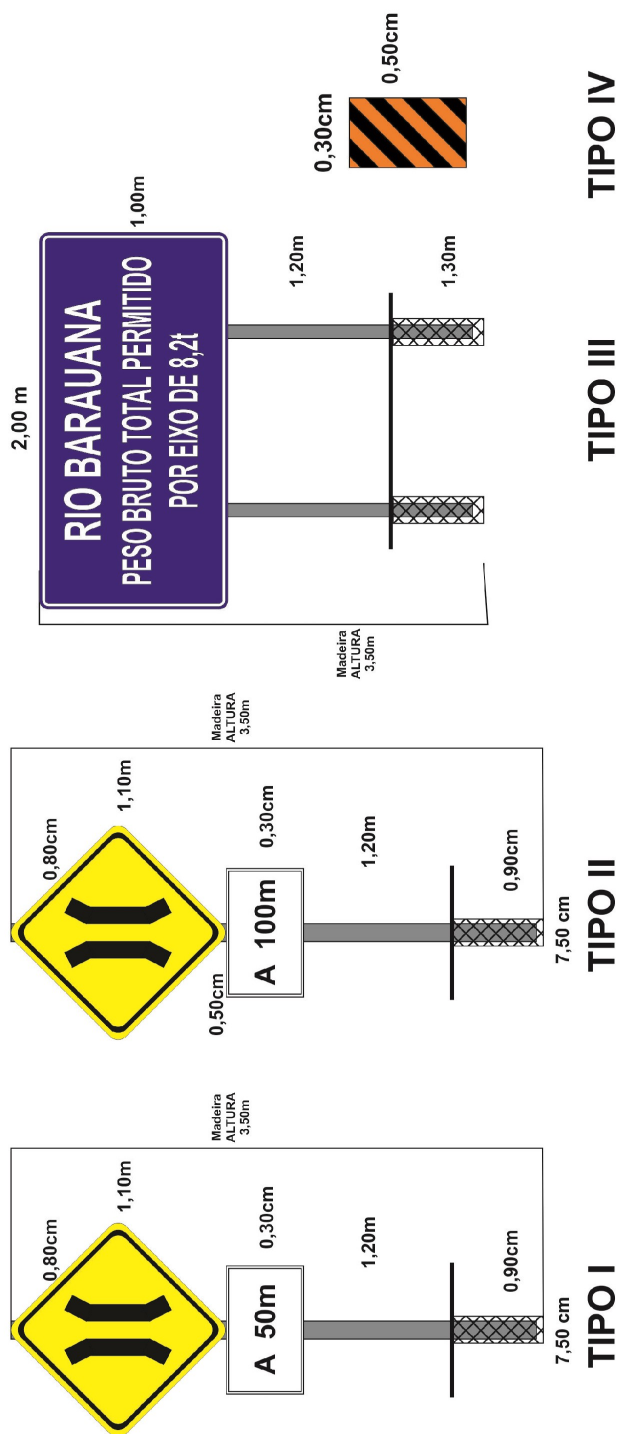
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

# ***MODELO E QUANTITATIVOS DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL***



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

## LAYOUT DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA PONTES DE MADEIRA



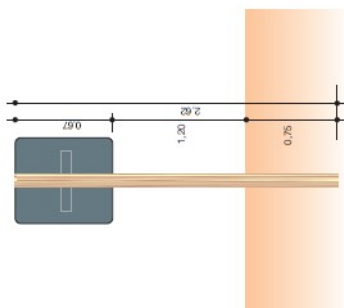
TIPO	Largura (m)	Altura (m)	Área Parcial (m²)	Quantidade (und)	Área Total (m²)
I	0,80	0,80	0,64	2,00	1,28
II	0,50	0,30	0,15	2,00	0,30
III	0,80	0,80	0,64	2,00	1,28
IV	0,50	0,30	0,15	2,00	0,30
	2,00	1,00	2,00	2,00	4,00
	0,30	0,50	0,15	4,00	0,60
Área total em m² das placas de sinalização					7,76



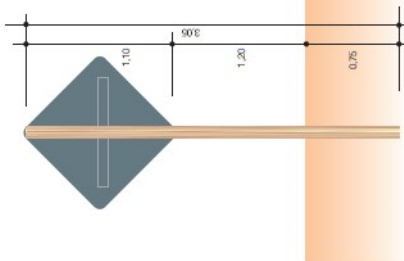


GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

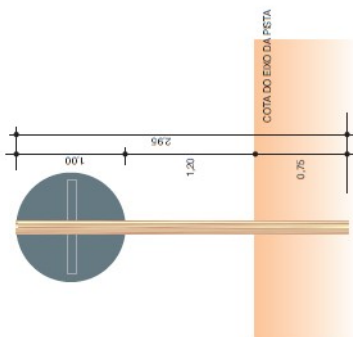
MARCO QUILOMÉTRICO  
0,60 x 0,67



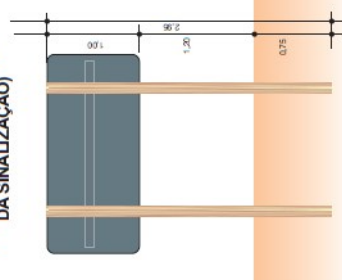
ADVERTÊNCIA  
0,80 x 0,80



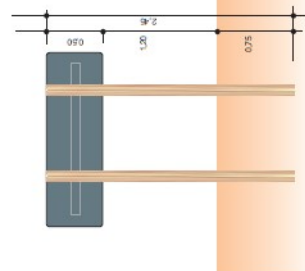
REGULAMENTAÇÃO  
Ø 1,00



INDICATIVA  
(VER NOTA DE SERVIÇO  
DA SINALIZAÇÃO)

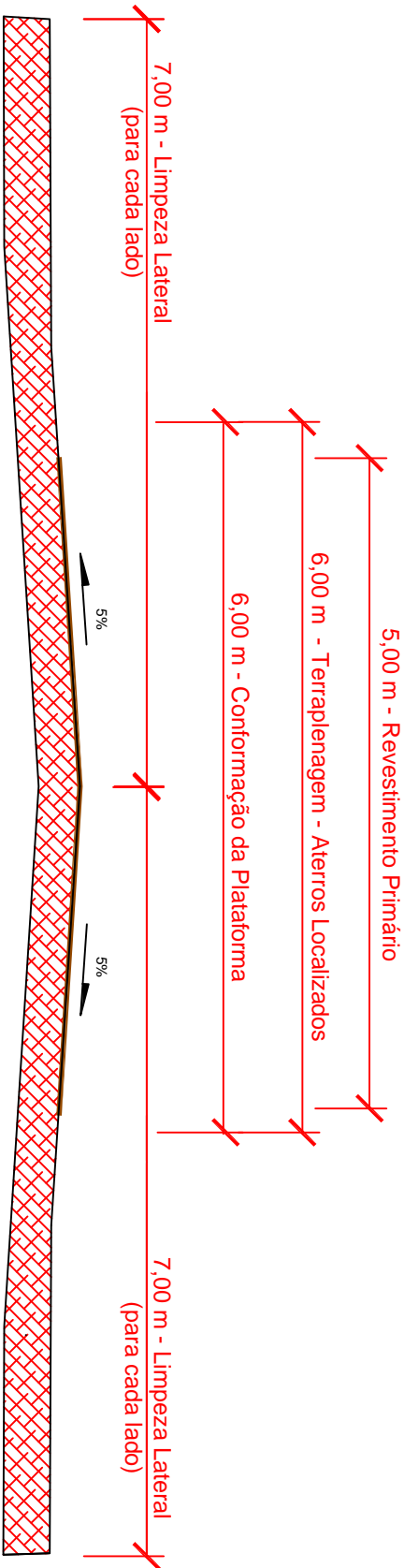


INDICATIVA  
(VER NOTA DE SERVIÇO  
DA SINALIZAÇÃO)



Documento assinado digitalmente  
MARTA ALVES DOS SANTOS  
Data: 02/05/2024 20:03:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Seção Transversal para Implantação  
de Rodovia Vicinal



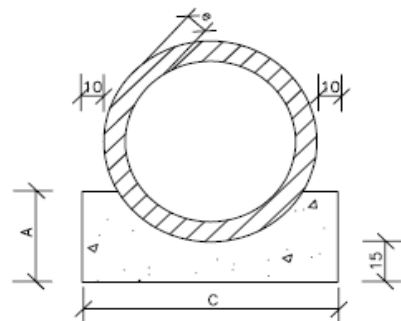
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA			
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINF			
TÍTULO:	PRANCHETA:	DATA:	
PROJETO GEOMÉTRICO	Seção Transversal		
PROJETO:	EXTENSÃO:		
RESP. TÉCNICO:	EXECUÇÃO:	FOLHA:	01 / 01



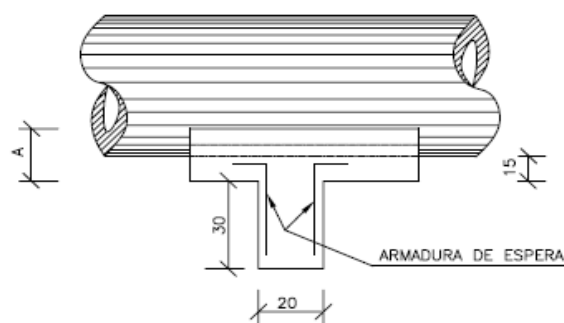
## ***6 – DRENAGEM PARA TRANSPOSIÇÃO DE TALVEGUES***

## BERÇOS PARA ASSENTAMENTOS DE BUEIROS

BERÇOS



VISTA LATERAL



QUADRO DE DIMENSÕES (cm)

DIÂMETRO	A	C	E	F	e
40	25	72	—	—	6
60	30	96	—	—	8
80	35	120	240	—	10
100	40	144	288	432	12
120	45	166	332	498	13
150	50	198	396	594	14

QUANTIDADES UNITÁRIAS DOS DENTES

DIÂMETRO (cm)	SIMPLES		DUPLO		TRIPLO	
	CONCRETO (m³)	ARMADURA (kg)	CONCRETO (m³)	ARMADURA (kg)	CONCRETO (m³)	ARMADURA (kg)
40	0,029	0,500	—	—	—	—
60	0,038	0,500	—	—	—	—
80	0,048	0,750	0,096	1,250	—	—
100	0,058	0,750	0,115	1,500	0,173	2,250
120	0,066	1,000	0,133	1,750	0,199	2,500
150	0,079	1,000	0,158	2,000	0,238	3,000

QUANTIDADES POR METRO LINEAR DE BERÇO

DIÂMETRO (m)	SIMPLES		DUPLO		TRIPLO	
	CONCRETO (m³)	FORMA (m²)	CONCRETO (m³)	FORMA (m²)	CONCRETO (m³)	FORMA (m²)
40	0,151	0,50	—	—	—	—
60	0,225	0,60	—	—	—	—
80	0,308	0,70	0,616	0,70	—	—
100	0,402	0,80	0,804	0,80	1,206	0,80
120	0,499	0,90	0,998	0,90	1,498	0,90
150	0,644	1,00	1,288	1,00	1,933	1,00

NOTAS:

- 1 - Dimensões em cm.
- 2 - Os dentes deverão ser construídos em todos os bueiros cuja declividade de instalação for superior a 4% e ser espaçados de cinco em cinco metros na projeção horizontal;
- 3 - Nos dentes serão colocadas armaduras de espera: 2 ferros de 6,3mm a cada 50 cm com comprimento de 50;
- 4 - Utilizar nos berços concreto ciclópico  $f_{ck} > 15\text{MPa}$ ;
- 5 - No caso de colocação de tubo em valas, poderá ser executado o berço de material granular adequado, adotando-se a espessura mínima de 15 cm, dimensionando-se os tubos em função da carga e das condições de apoio, de acordo com as normas existentes.

MT	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	IPR
BERÇOS PARA ASSENTAMENTO DE BUEIROS		
ALBUM DE PROJETOS-TIPO DE DISPOSITIVOS DE DRENAGEM		DESENHO 6.1



# TUBOS DE CONCRETO ARMADO

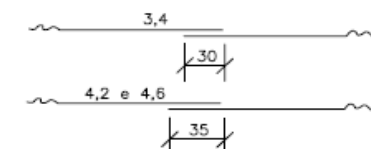
TABELA DE ARMADURAS (POR METRO DE TUBO)

TABELA DE ARMADURAS (POR METRO DE TUBO)																											
TUBOS TIPO CA-1 (ABNT)						TUBOS TIPO CA-2 (ABNT)						TUBOS TIPO CA-3 (ABNT)						TUBOS TIPO CA-4 (ABNT)									
FORMAS		ARMADURAS (CA-60B)				FORMAS		ARMADURAS (CA-60B)				FORMAS		ARMADURAS (CA-60B)				FORMAS		ARMADURAS (CA-60B)							
DI(cm)	e(cm)	N	Ø	ESP.	Q.	COMP.	DI(cm)	e(cm)	N	Ø	ESP.	Q.	COMP.	DI(cm)	e(cm)	N	Ø	ESP.	Q.	COMP.	DI(cm)	e(cm)	N	Ø	ESP.	Q.	COMP.
60	8	1	3,4	15	14	corr.	60	8	1	3,4	15	14	corr.	60	8	3	3,4	15	29	corr.	60	8	3	3,4	15	29	corr.
		2	4,6	10	10	240			2	5,0	9	11	240			4	5,0	10	10	260			4	6,0	10	10	260
80	10	1	3,4	15	18	corr.	80	10	1	4,2	20	14	corr.	80	10	3	4,2	20	28	corr.	80	10	3	4,2	20	28	corr.
		2	5,0	10	10	315			2	6,0	9	11	315			4	6,0	10	10	335			4	7,0	11	9	335
100	12	3	3,4	15	46	corr.	100	12	3	4,2	20	35	corr.	100	12	3	4,2	20	35	corr.	100	12	3	4,6	20	35	corr.
		4	4,6	10	10	405			4	6,0	12	8	405			4	6,0	9	11	405			4	7,0	9	11	405
		5	4,6	10	10	365			5	6,0	12	8	365			5	6,0	9	11	365			5	7,0	9	11	365
		3	3,4	15	56	corr.			3	4,2	20	42	corr.			3	4,6	20	42	corr.			3	4,6	20	42	corr.
120	13	4	5,0	10	10	475	120	13	4	6,0	9	11	475	120	13	4	7,0	9	11	475	120	13	4	8,0	9	11	475
		5	5,0	10	10	425			5	6,0	9	11	425			5	7,0	9	11	425			5	8,0	9	11	425
150	14	3	4,2	20	51	corr.	150	14	3	4,6	20	51	corr.	150	14	3	4,6	20	51	corr.	150	14	3	4,6	20	51	corr.
		4	6,0	10	10	580			4	7,0	9	11	580			4	8,0	8	12	580			4	8,0	6	16	580
		5	6,0	10	10	520			5	7,0	9	11	520			5	8,0	8	12	520			5	8,0	6	16	520

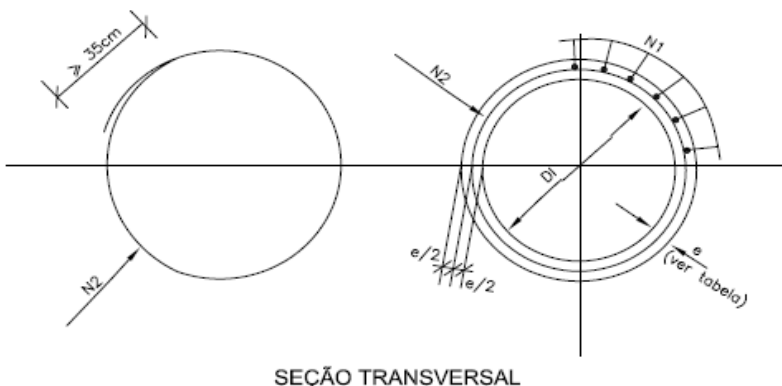
fck ≥ 15 MPa  
AÇO CA-60B

## DET. DE EMENDA

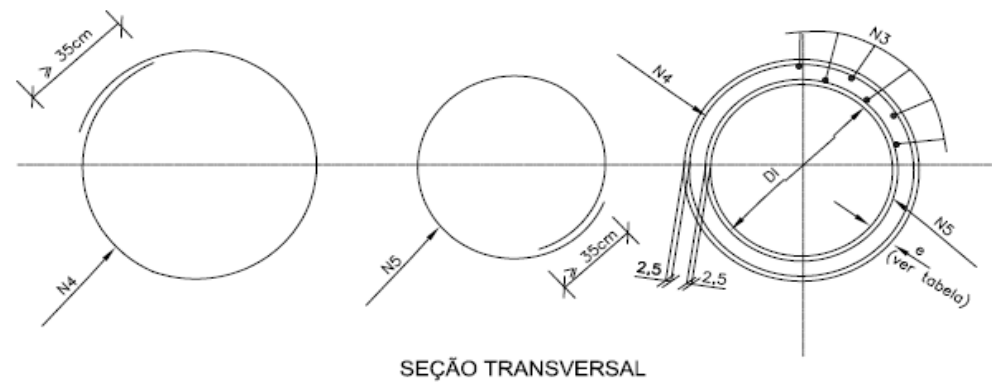
(EMENDAR EM POSIÇÕES DIFERENTES)



CA-1(ALTURA DE ATERRO) 1,0 ≤ h ≤ 3,5m						CA-2(ALTURA DE ATERRO) ≤ 5,0m						CA-3(ALTURA DE ATERRO) ≤ 7,0m						CA-4(ALTURA DE ATERRO) ≤ 8,5m					
RESUMO DE AÇO						RESUMO DE AÇO						RESUMO DE AÇO						RESUMO DE AÇO					
BITOLA	60	80	100	120	150	BITOLA	60	80	100	120	150	BITOLA	60	80	100	120	150	BITOLA	60	80	100	120	150
Ø	kg/m	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	Ø	kg/m	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	Ø	kg/m	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	Ø	kg/m	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)	PESO(kg)
3,4	0,071	1	1	4	4	3,4	0,071	1	—	—	—	3,4	0,071	2	—	—	—	3,4	0,071	2	—	—	—
4,2	0,109	—	—	—	6	4,2	0,109	—	2	4	5	4,2	0,109	—	3	4	—	4,2	0,109	—	3	—	—
4,6	0,130	3	—	10	—	4,6	0,130	—	—	—	7	4,6	0,130	—	—	6	7	4,6	0,130	—	—	5	6
5,0	0,154	—	5	—	14	5,0	0,154	4	—	—	—	5,0	0,154	8	—	—	—	6,0	0,222	11	—	—	—
6,0	0,222	—	—	—	24	6,0	0,222	—	8	14	22	6,0	0,222	—	14	19	—	7,0	0,302	—	17	26	—
						7,0	0,302	—	—	—	37	7,0	0,302	—	—	30	—	8,0	0,393	—	—	—	39
																	52						69
TOTAIS	4	6	14	18	30	TOTAIS	5	10	18	27	44	TOTAIS	10	17	23	36	59	TOTAIS	13	20	31	45	76



SEÇÃO TRANSVERSAL



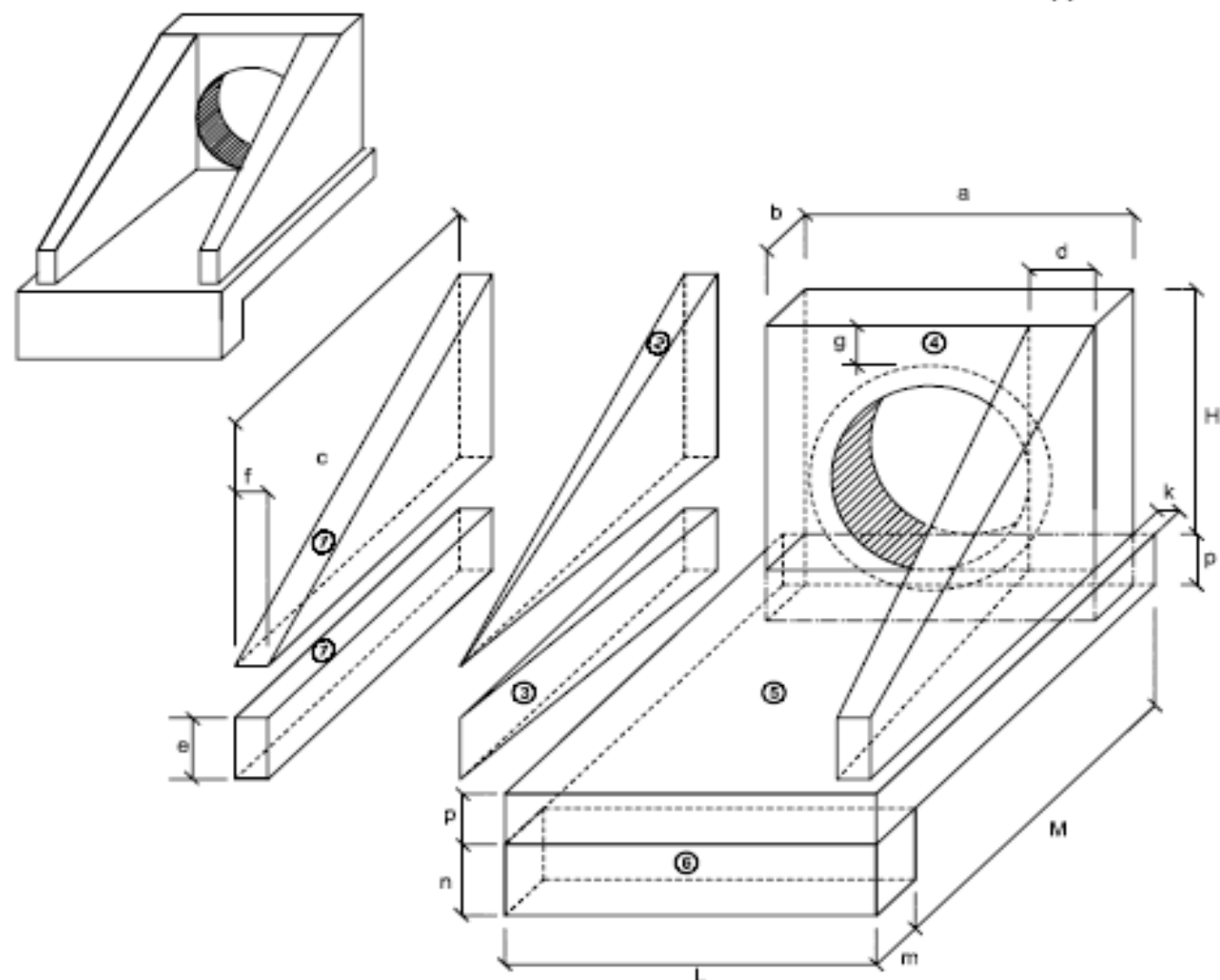
SEÇÃO TRANSVERSAL

### NOTAS:

1 - Dimensões em cm;

MT	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	IPR
TUBOS DE CONCRETO ARMADO		
ÁLBUM DE PROJETOS-TIPO DE DISPOSITIVOS DE DRENAGEM		DESENHO 6.2

# BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO BOCAS NORMAIS E ESCONSAS (I)



## 1-VOLUMES

a) ALAS

① PRISMAS:  $V = c f (h + e)$

② PRISMAS:  $V = 2/3 c [(d + f) (h + e)]$

③ CUNHAS:  $V = c e (d + f)$

b) TESTA

④ TESTA:  $V = b [a (h + g) - \frac{D^2 e}{4}]$

c) CALÇADA

⑤ CALÇADA:  $V = p c L + [L (b + k) - a b]$

⑥ DENTE:  $V = L m n$

## 2-ÁREA DAS FORMAS

a) ALAS

Partes Laterais:  $A = (h + e) (c + \sqrt{c^2 + (d + f)^2})$

Extremidades:  $A = 2 e f$

b) TESTA

Parte Posterior:  $A = \frac{1}{\cos \theta} (a h - \frac{\pi D^2 h}{4})$

Parte Anterior:  $A = \frac{1}{\cos \theta} (D h - \frac{\pi D^2 h}{4})$

Partes Laterais:  $A = 2 b h$

NOTA:

-  $D_{in}$  = diâmetro interno e  $D_{ex}$  = diâmetro externo

MT

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

IPR

BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO (I)  
BOCAS NORMAIS E ESCONSAS

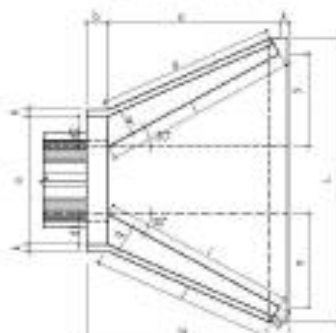
ALBUM DE PROJETOS-TIPO DE DISPOSITIVOS DE DRENAGEM

DESENHO  
6.3

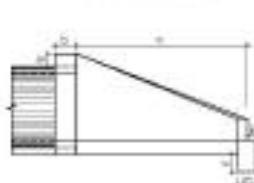


# BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO - BOCAS NORMAIS E ESCONSAS (III)

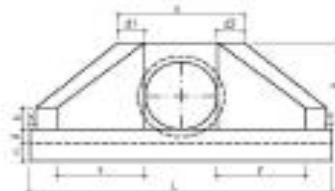
PLANTA NORMAL



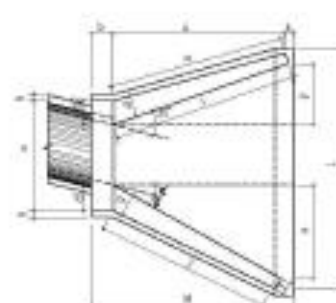
VISTA LATERAL



VISTA FRONTAL



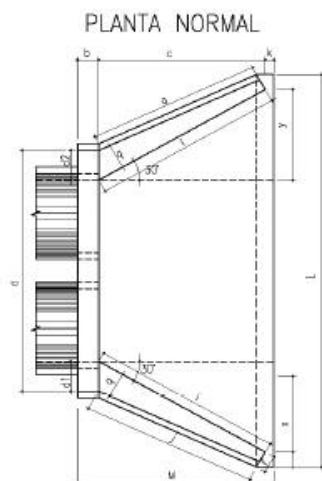
PLANTA ESCONSO



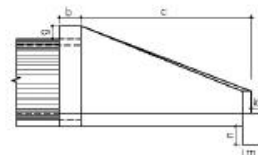
DIMENSÕES E CONSUMOS MÉDIOS PARA UMA UNIDADE																																
Eac	a'	a	b	c	d1	d2	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	x	y	L	M	Formas (m2)	Concreto (m3)	Cimento	Areia	Brita 1 Brita 2	Água	Madeira		
BUEIRO SIMPLES TUBULAR $\phi = 60$																																
0	30	108	28	125	22	23	15	18	38	38	144	133	144	129	124	125	27	28	72	72	242	165	7,45	1,153	5,549	6,784	0,553	0,184	0,188			
15	20	111			28	21						177	167							124	125		33	257	4,82	1,218	5,967	6,826	0,581	0,186	0,121	
30	25	130			35	26						218	190							125	179		0	286	8,71	1,386	6,761	6,939	1,021	0,221	0,218	
45	20	168			47	36						296	253							129	135		268	-33	353	10,68	1,722	8,437	1,171	1,274	0,276	0,261
BUEIRO SIMPLES TUBULAR $\phi = 80$																																
0	30	138	25	145	29	29	28	15	38	129	167	153	167	150	144	145	157	38	25	84	84	293	189	11,17	2,148	10,485	1,466	1,583	0,342	0,279		
15	30	144			35	26					205	180	150							145	145	39		312	11,73	2,262	11,082	1,539	1,674	0,362	0,293	
30	25	167			44	31					253	218	145							207	0	243		13,63	2,538	12,439	1,727	1,879	0,486	0,326		
45	20	216			59	44					343	290	150							311	-39	462		15,97	3,188	15,619	2,168	2,358	0,516	0,399		
BUEIRO SIMPLES TUBULAR $\phi = 100$																																
0	30	179	38	165	35	35	25	28	38	142	191	174	191	18	163	165	179	37	38	95	95	345	295	15,68	3,567	17,476	2,426	2,639	0,571	0,392		
15	30	177			42	31					232	203	171							163	165	44		366	16,41	3,757	18,487	2,565	2,780	0,591	0,419	
30	25	203			52	36					286	246	165							236	0	493		18,10	4,295	20,692	2,860	3,111	0,673	0,456		
45	20	264			71	52					396	326	171							354	-44	499		22,30	5,293	25,932	3,600	3,916	0,847	0,558		
BUEIRO SIMPLES TUBULAR $\phi = 120$																																
0	30	208	48	189	46	46	38	25	38	163	208	189	208	18	186	180	196	43	35	104	104	391	338	20,65	5,506	26,376	3,745	4,074	0,881	0,516		
15	30	216			56	36					256	220	186							177	189	48		414	21,63	6,019	28,589	3,968	4,306	0,931	0,541	
30	25	243			61	43					314	264	180							257	0	455		24,80	6,536	32,822	4,446	4,836	1,046	0,606		
45	20	318			83	63					426	351	186							389	-48	562		29,34	8,243	40,385	5,607	6,099	1,319	0,734		
BUEIRO SIMPLES TUBULAR $\phi = 150$																																
0	30	242	58	209	46	46	35	38	38	194	386	277	386	18	45	258	260	52	48	159	150	522	379	32,54	10,816	52,961	7,363	7,998	1,730	0,814		
15	30	53			57	41					368	328	269							269	269	79		555	34,15	11,431	56,084	7,776	8,458	1,829	0,854	
30	25	293			78	50					453	386	260							260	371	0		612	37,95	12,868	63,044	8,753	9,521	2,058	0,948	
45	20	382			95	75					615	530	289							280	650	-78		762	46,60	16,303	79,873	11,889	12,883	2,886	1,165	

- NOTA:
- 1 - Dimensão em mm.
  - 2 - Bueiros com diâmetro de 40cm e de 60cm apresentam limitações à limpeza. No entanto, por serem largamente utilizados, são apresentados neste Album.
  - 3 - Utilizar preferencialmente bocas normais para bueiros escassos, ajustando o tamanho de acordo com a situação geológica e a topografia do terreno.

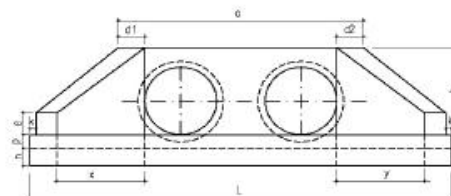
# BUEIRO DUPLO TUBULAR DE CONCRETO - BOCAS NORMAIS E ESCONSAS (II)



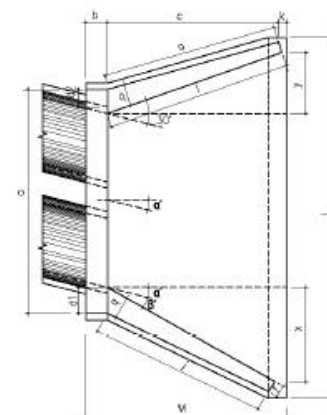
VISTA LATERAL



VISTA FRONTAL



PLANTA ESCONSO



DIMENSÕES E CONSUMOS MÉDIOS PARA UMA UNIDADE

DIMENSÕES E CONSUMOS MÉDIOS PARA UMA UNIDADE																																	
Esc	α°	β°	a	b	c	d1	d2	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	x	y	L	M	Formas (m2)	Concreto (m3)	Cimento	Areia	Brita 1 Brita 2	Água	Madeira		
BUEIRO DUPLO TUBULAR φ = 100																																	
0	30	314	30	165	35	35	30	20	30	142	191	174	10	191	30	40	174	37	30	95	95	489	205	21,08	5,106	25,016	3,473	3,778	0,821	0,527			
15	30	326			42	31					233	203		171			163			165	44	515		22	5,350	26,211	3,639	3,958	0,860	0,550			
30	25	370			52	36					288	245		165			165			0	569	24,45		5,987	29,332	4,072	4,430	0,963	0,611				
45	20	468			71	52					390	326		171			179			354	-44	702		29,94	7,470	36,598	5,081	5,527	1,201	0,749			
BUEIRO DUPLO TUBULAR φ = 120																																	
0	30	366	40	180	40	40	35	25	30	163	208	188	10	208	40	45	188	43	35	104	104	557	230	27,75	7,889	38,651	5,366	5,837	1,269	0,694			
15	30	382			50	36					255	220		186			177			180	48	586		28,99	8,289	40,610	5,638	6,133	1,333	0,725			
30	25	434			61	43					314	264		180			180			0	647	32,17		9,285	45,490	6,315	6,870	1,493	0,804				
45	20	550			83	63					426	351		186			196			386	-48	797		39,35	11,607	56,866	7,895	8,588	1,866	0,984			
BUEIRO DUPLO TUBULAR φ = 150																																	
0	30	440	50	260	46	46	35	30	30	194	300	277	10	300	40	45	277	52	40	150	150	720	320	42,14	15,138	74,166	10,297	11,201	2,434	1,054			
15	30	458			57	41					368	328		26			258			260	70	760		44,09	15,912	77,958	10,823	11,773	2,559	1,102			
30	25	522			70	50					453	396		60			260			371	0	841		49,06	17,876	87,580	12,159	13,226	2,874	1,227			
45	20	662			95	75					615	530		269			280			558	-70	1042		60,18	22,422	109,852	15,251	16,590	3,605	1,505			

1 - Dimensão em mm.

2 - Bueiros com diâmetro de 40cm e de 60cm apresentam limitações à limpeza.

NOTA: No entanto, por serem largamente utilizados, são apresentados neste Álbum.

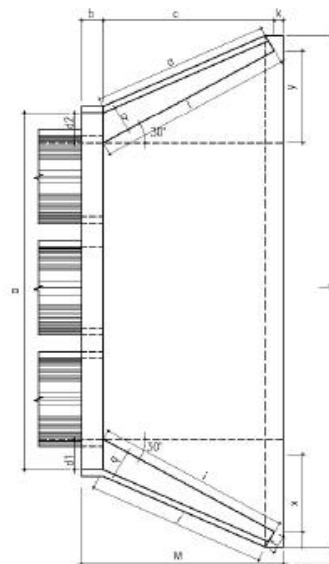
3 - Utilizar preferencialmente bocas normais para bueiros esconsos, ajustando o talude de aterro às alas e/ou prolongando o corpo do bueiro.

MT	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	IPR
BUEIRO DUPLO TUBULAR DE CONCRETO BOCAS NORMAIS E ESCONSAS		
ÁLBUM DE PROJETOS—TIPO DE DISPOSITIVOS DE DRENAGEM		DESENHO 6.7

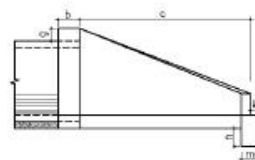


# BUEIRO TRIPLO TUBULAR DE CONCRETO - BOCAS NORMAIS E ESCONSAS (II)

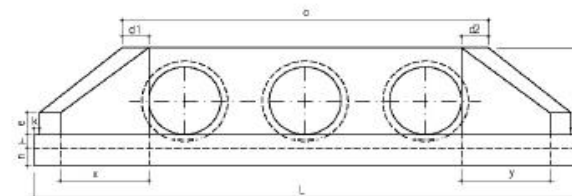
PLANTA NORMAL



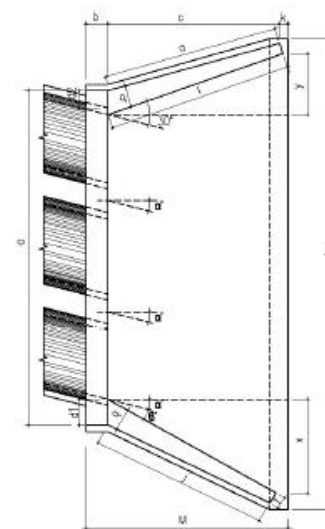
VISTA LATERAL



VISTA FRONTAL



PLANTA ESCONSO



DIMENSÕES E CONSUMOS MÉDIOS PARA UMA UNIDADE																															
Esc	α°	β°	a	b	c	d1	d2	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	x	y	L	M	Formas (m2)	Concreto (m3)	Cimento	Areia	Brita 1 Brita 2	Água	Madeira
BUEIRO TRIPLO TUBULAR φ = 100																															
0	30	458	30	165	35	35	35	20	30	142	191	174	10	191	30	40	174	37	30	95	95	633	205	26,48	6,645	32,556	4,520	4,917	1,069	0,662	
15	30	475			42	31					233	203		171			163			165	44	664		27,59	6,942	34,011	4,722	5,136	1,116	0,690	
30	25	536			52	36					288	245		165			165			0	736	30,68		7,766	38,048	5,282	5,746	1,249	0,767		
45	20	672			71	52					390	326		171			179			354	-44	906		37,69	9,653	47,293	6,566	7,142	1,552	0,942	
BUEIRO TRIPLO TUBULAR φ = 120																															
0	30	532	40	180	40	40	40	25	30	163	208	188	10	208	40	45	188	43	35	104	104	723	230	34,84	10,272	50,326	6,987	7,600	1,652	0,871	
15	30	554			50	36					255	220		186			177			180	48	758		36,35	10,759	52,712	7,318	7,961	1,730	0,909	
30	25	626			61	43					314	264		180			180			257	0	838		40,27	12,039	58,983	8,189	8,908	1,936	1,007	
45	20	785			83	63					426	351		186			196			386	-48	1032		49,39	14,983	73,406	10,191	11,086	2,409	1,235	
BUEIRO TRIPLO TUBULAR φ = 150																															
0	30	638	50	260	46	46	40	30	30	194	300	277	10	300	40	45	277	52	40	150	150	918	320	52,07	19,516	95,615	13,274	14,440	3,138	1,302	
15	30	663			57	41					368	328		269			258			260	70	965		54,37	20,446	100,171	13,907	15,128	3,288	1,359	
30	25	750			70	50					453	396		260			260			371	0	1069		60,48	22,915	112,267	15,586	16,955	3,685	1,512	
45	20	942			95	75					615	530		269			280			558	-70	1322		74,22	28,616	140,198	19,464	21,173	4,601	1,856	

NOTA:

- 1 - Dimensão em mm.
- 2 - Bueiros com diâmetro de 40cm e de 60cm apresentam limitações à limpeza. No entanto, por serem largamente utilizados, são apresentados neste Álbum.
- 3 - Utilizar preferencialmente bocas normais para bueiros esconsos, ajustando o talude de aterro às alas e/ou prolongando o corpo do bueiro.



Documento assinado digitalmente  
MARTA ALVES DOS SANTOS  
Data: 02/05/2024 20:05:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MT	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	IPR
BUEIRO TRIPLO TUBULAR DE CONCRETO BOCAS NORMAIS E ESCONSAS		
ÁLBUM DE PROJETOS-TIPO DE DISPOSITIVOS DE DRENAGEM		DESENHO 6.9



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

## **MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS DAS PONTES DE MADEIRA**





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**QUADRO RESUMO DE DMT FIXO - TRANSPORTE DA MADEIRA**

**Serviço:** Construção de Pontes de Madeira  
**Município:** Cantá

**ORIGEM DA MADEIRA**

**Município:** Boa Vista

**Rodovia:** BR-174

**Km:** 500,00

**Rodovias de acesso as pontes a serem executadas**

Trechos	Rodovia	DMT Fixo Rod. Pav.	DMT Fixo Rod. Não Pav.	Observações
1	BR-174	5,00		Dist. Industrial (Boa Vista) x Entc. BR-401
	BR-401	10,60		Entroc. BR-401 x Entroc. BR-432
	BR-432	34,70		Entroc. BR-432 x Entroc. Vicinal 01 - CTA-253
	Vicinal 01 - CTA-253		13,20	Entroc. Vicinal 01 - CTA-253 x Entroc. Vicinal 06 - Cantá
	Vicinal 06 - Cantá		2,50	Entroc. Vicinal 06 - Cantá x Entroc. Vicinal Pé da Serra - CTA-266
	SOMA DE DMT FIXOS	50,30	15,70	



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

QUADRO RESUMO DE DMT - TRANSPORTE DA MADEIRA													
P.E.C.	Localização P.E.C.					Ext. (m)	DMT do trecho (Km) Rod. Pav.	DMT do trecho (Km) Rod. Não Pav.	DMT fixo (Km) até início trecho Rod Pav.	DMT fixo (Km) ate início trecho Rod Não Pav.	DMT Pavim. (Km)	DMT não pavim. (Km)	Município
	Rodovia	Km	Trecho	Coordenadas									
				N	W								
1	Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266	1,75	1,00	02°33'16,40"	60°31'33,60"	20,00	-	1,75	50,30	15,70	50,30	17,45	Cantá
2	Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266	1,88	1,00	02°33'13,30"	60°31'33,40"	25,00	-	1,88	50,30	15,70	50,30	17,58	Cantá
3	Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266	6,32	1,00	02°31'32,70"	60°32'30,60"	15,00	-	6,32	50,30	15,70	50,30	22,02	Cantá
EXTENSÃO TOTAL DAS PONTES						60,00	Metros						





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**QUANTITATIVOS DA PONTE DE MADEIRA 01**

**Serviço:** Construção de Ponte de Madeira  
**Rodovia:** Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266  
**Localização:** 1,75 Km  
**Extensão:** 20,00 metros  
**Município:** Cantá

COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
N	W
02°33'16,40"	60°31'33,60"

Item	Descrição	Und	Quant.
<b>1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES</b>			
1.1	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. pav.	t.Km	3.279,560
1.2	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. não pav.	t.Km	1.137,740
<b>2.0 INFRAESTRUTURA</b>			
2.1	Estaca de Madeira Cravada (0,30m x 0,30m)	m	90,000
<b>3.0 MESOESTRUTURA</b>			
3.1	Pilar de madeira (0,30x0,30m)	m	80,000
3.2	Linha D'água (0,15 x 0,10 x 4,00m)	pç	6,000
3.3	Contraventamento (0,15 x 0,10 x 5,00m)	pç	6,000
<b>4.0 SUPERESTRUTURA</b>			
4.1	Transversina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	5,000
4.2	Balancin (0,30 x 0,30 x 2,50m)	pç	24,000
4.3	Longarina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	32,000
4.4	Tabuleiro (0,20 x 0,10 x 5,00m)	pç	80,000
4.5	Deslizante (0,30 x 0,08 x 5,00m)	pç	24,000
4.6	Guarda-rodas ( 0,30 x 0,20 x 5,00m)	pç	8,000
4.7	Batente (0,20 x 0,15 x 5,00m)	pç	2,000
<b>5.0 SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>			
5.1	Cortinas de contenção com altura de 2,00 m	m²	20,000
5.2	Alas de contenção laterais com altura de 1,50 m	m²	15,000
5.3	Pintura de proteção das peças estruturais da ponte	m²	973,200
5.4	Fornecim. e implant. de placa de sinaliz. tot. refletiva	m²	7,760



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**MEMORIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS DA PONTE DE MADEIRA 01**

Tipo de serviço a ser executado:	<b>Construção de Ponte de Madeira</b>	Volume total de madeira para esta ponte:	<b>54,330 m³</b>
----------------------------------	---------------------------------------	--	------------------

**CONDICIONANTES UTILIZADAS PARA CÁLCULOS DOS QUANTITATIVOS**

INFRAESTRUTURA E MESOESTRUTURA	
Altura das estacas para fundação:	4,50 m
Altura dos pilares da mesoestrutura:	4,00 m
Altura da cortina de contenção:	2,00 m
Altura das alas laterais de contenção:	1,50 m

Densidade da madeira adotada:	1,20 t/m³
-------------------------------	-----------

Item 1.1 - Desmonte da ponte existente	Quant. (Pç)	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Volume (m³)	Densidade (t/m³)	Peso (t)
Pilar de madeira	0,00	0,30	0,30	2,00	0,00	1,100	-
Linha D'água	0,00	0,10	0,15	4,00	0,00	1,100	-
Contraventamento	0,00	0,10	0,15	5,00	0,00	1,100	-
Transversina	0,00	0,30	0,30	5,00	0,00	1,100	-
Balancin	0,00	0,30	0,30	2,50	0,00	1,100	-
Longarina	0,00	0,30	0,30	5,00	0,00	1,100	-
Tabuleiro	0,00	0,20	0,10	5,00	0,00	1,100	-
Deslizante	0,00	0,30	0,08	5,00	0,00	1,100	-
Guarda-rodas	0,00	0,30	0,20	5,00	0,00	1,100	-
Batente	0,00	0,20	0,15	5,00	0,00	1,100	-
PESO TOTAL DO MATERIAL DEMOLIDO (t)							

Item 1.2 - Demolição de sapatas existentes	Quant. (Pç)	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Volume (m³)	Densidade (t/m³)	Peso (t)
Sapata de concreto	0,00	1,50	1,50	5,00	0,00	1,500	-

Item	Descrição do serviço	Peso (t)	DMT (Km)	Momento (t.Km)
1.3	Transp. Com. Basc.10m³ Rod. Pav (Rem. Mat. Demol)	-	10,80	-
1.4	Transp. Com. Basc.10m³ Rod. Não Pav (Rem. Mat. Demol)	-	-	-
1.5	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. pav.	65,20	50,30	3.279,56
1.6	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. não pav.	65,20	17,45	1.137,74

Item	Descrição	Quant. (Pç)	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Quant. (m)	Volume (m³)	Área de Pintura proteção (m²)
2.1	Estaca de Madeira Cravada	20,00	0,30	0,30	4,50	90,00	8,100	108,000
3.1	Pilar de madeira	20,00	0,30	0,30	4,00	80,00	7,200	96,000
3.2	Linha D'água	6,00	0,15	0,10	4,00	-	0,360	12,000
3.3	Contraventamento	6,00	0,15	0,10	5,00	-	0,450	15,000
4.1	Transversina	5,00	0,30	0,30	5,00	-	2,250	30,000
4.2	Balancin	24,00	0,30	0,30	2,50	-	5,400	72,000
4.3	Longarina	32,00	0,30	0,30	5,00	-	14,400	192,000
4.4	Tabuleiro	80,00	0,20	0,10	5,00	-	8,000	240,000
4.5	Deslizante	24,00	0,30	0,08	5,00	-	2,880	91,200
4.6	Guarda-rodas	8,00	0,30	0,20	5,00	-	2,400	40,000
4.7	Batente	2,00	0,20	0,15	5,00	-	0,300	7,000
Total							51,740	903,200

VOLUME DE MADEIRA DA CORTINA POR m²					
Descrição	Quant.	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Volume (m³)
Pranchetas	4,00	0,25	0,05	1,00	0,050
VOLUME DE MADEIRA DA ALA DE CONTENÇÃO POR m²					
Descrição	Quant.	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Volume (m³)
Estacas	1,00	0,20	0,20	1,40	0,056
Pranchetas	4,00	0,25	0,05	1,00	0,050
VOLUME TOTAL PARA ALA DE CONTENÇÃO					0,106

Item	Descrição	Quant. (und)	Altura (m)	Largura (m)	Área (m²)	Volume de madeira (m³/m²)	Volume total (m³)	Área de Pintura proteção (m²)
5.1	Cortinas de contenção	2,00	2,000	5,000	20,000	0,050	1,000	40,000
5.2	Alas de contenção laterais	4,00	1,500	2,500	15,000	0,106	1,590	30,000





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**QUANTITATIVOS DA PONTE DE MADEIRA 02**

**Serviço:** Construção de Ponte de Madeira  
**Rodovia:** Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266  
**Localização:** 1,88 Km  
**Extensão:** 25,00 metros  
**Município:** Cantá

COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
N	W
02°33'13,30"	60°31'33,40"

Item	Descrição	Und	Quant.
<b>1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES</b>			
1.1	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. pav.	t.Km	4.034,060
1.2	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. não pav.	t.Km	1.409,920
<b>2.0 INFRAESTRUTURA</b>			
2.1	Estaca de Madeira Cravada (0,30m x 0,30m)	m	108,000
<b>3.0 MESOESTRUTURA</b>			
3.1	Pilar de madeira (0,30x0,30m)	m	96,000
3.2	Linha D'água (0,15 x 0,10 x 4,00m)	pç	8,000
3.3	Contraventamento (0,15 x 0,10 x 5,00m)	pç	8,000
<b>4.0 SUPERESTRUTURA</b>			
4.1	Transversina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	6,000
4.2	Balancin (0,30 x 0,30 x 2,50m)	pç	32,000
4.3	Longarina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	40,000
4.4	Tabuleiro (0,20 x 0,10 x 5,00m)	pç	100,000
4.5	Deslizante (0,30 x 0,08 x 5,00m)	pç	30,000
4.6	Guarda-rodas ( 0,30 x 0,20 x 5,00m)	pç	10,000
4.7	Batente (0,20 x 0,15 x 5,00m)	pç	2,000
<b>5.0 SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>			
5.1	Cortinas de contenção com altura de 2,00 m	m²	20,000
5.2	Alas de contenção laterais com altura de 1,50 m	m²	15,000
5.3	Pintura de proteção das peças estruturais da ponte	m²	1.193,800
5.4	Fornecim. e implant. de placa de sinaliz. tot. refletiva	m²	7,760



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**MEMORIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS DA PONTE DE MADEIRA 02**

Tipo de serviço a ser executado:	<b>Construção de Ponte de Madeira</b>	Volume total de madeira para esta ponte:	<b>66,830 m³</b>
----------------------------------	---------------------------------------	--	------------------

**CONDICIONANTES UTILIZADAS PARA CÁLCULOS DOS QUANTITATIVOS**

INFRAESTRUTURA E MESOESTRUTURA	
Altura das estacas para fundação:	4,50 m
Altura dos pilares da mesoestrutura:	4,00 m
Altura da cortina de contenção:	2,00 m
Altura das alas laterais de contenção:	1,50 m

Densidade da madeira adotada:	1,20 t/m³
-------------------------------	-----------

Item 1.1 - Desmonte da ponte existente	Quant. (Pç)	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Volume (m³)	Densidade (t/m³)	Peso (t)
Pilar de madeira	0,00	0,30	0,30	2,00	0,00	1,100	-
Linha D'água	0,00	0,10	0,15	4,00	0,00	1,100	-
Contraventamento	0,00	0,10	0,15	5,00	0,00	1,100	-
Transversina	0,00	0,30	0,30	5,00	0,00	1,100	-
Balancin	0,00	0,30	0,30	2,50	0,00	1,100	-
Longarina	0,00	0,30	0,30	5,00	0,00	1,100	-
Tabuleiro	0,00	0,20	0,10	5,00	0,00	1,100	-
Deslizante	0,00	0,30	0,08	5,00	0,00	1,100	-
Guarda-rodas	0,00	0,30	0,20	5,00	0,00	1,100	-
Batente	0,00	0,20	0,15	5,00	0,00	1,100	-
PESO TOTAL DO MATERIAL DEMOLIDO (t)							

Item	Descrição do serviço	Peso (t)	DMT (Km)	Momento (t.Km)
1.2	Transp. Com. Basc.10m² Rod. Pav (Rem. Mat. Demol)	-	10,80	-
1.3	Transp. Com. Basc.10m² Rod. Não Pav (Rem. Mat. Demol)	-	17,58	-
1.4	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. pav.	80,20	50,30	4.034,06
1.5	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. não pav.	80,20	17,58	1.409,92

Item	Descrição	Quant. (Pç)	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Quant. (m)	Volume (m³)	Área de Pintura proteção (m²)
2.1	Estaca de Madeira Cravada	24,00	0,30	0,30	4,50	108,00	9,720	129,600
3.1	Pilar de madeira	24,00	0,30	0,30	4,00	96,00	8,640	115,200
3.2	Linha D'água	8,00	0,15	0,10	4,00	-	0,480	16,000
3.3	Contraventamento	8,00	0,15	0,10	5,00	-	0,600	20,000
4.1	Transversina	6,00	0,30	0,30	5,00	-	2,700	36,000
4.2	Balancin	32,00	0,30	0,30	2,50	-	7,200	96,000
4.3	Longarina	40,00	0,30	0,30	5,00	-	18,000	240,000
4.4	Tabuleiro	100,00	0,20	0,10	5,00	-	10,000	300,000
4.5	Deslizante	30,00	0,30	0,08	5,00	-	3,600	114,000
4.6	Guarda-rodas	10,00	0,30	0,20	5,00	-	3,000	50,000
4.7	Batente	2,00	0,20	0,15	5,00	-	0,300	7,000
Total							64,240	1123,800

VOLUME DE MADEIRA DA CORTINA POR m²					
Descrição	Quant.	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Volume (m³)
Pranchetas	4,00	0,25	0,05	1,00	0,050
VOLUME DE MADEIRA DA ALA DE CONTENÇÃO POR m²					
Descrição	Quant.	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Volume (m³)
Estacas	1,00	0,20	0,20	1,40	0,056
Pranchetas	4,00	0,25	0,05	1,00	0,050
VOLUME TOTAL PARA ALA DE CONTENÇÃO					0,106

Item	Descrição	Quant. (und)	Altura (m)	Largura (m)	Área (m²)	Volume de madeira (m³/m²)	Volume total (m³)	Área de Pintura proteção (m²)
5.1	Cortinas de contenção	2,00	2,000	5,000	20,000	0,050	1,000	40,000
5.2	Alas de contenção laterais	4,00	1,500	2,500	15,000	0,106	1,590	30,000





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**QUANTITATIVOS DA PONTE DE MADEIRA 03**

**Serviço:** Construção de Ponte de Madeira  
**Rodovia:** Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266  
**Localização:** 6,32 Km  
**Extensão:** 15,00 metros  
**Município:** Cantá

COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
N	W
02°31'32,70"	60°32'30,60"

Item	Descrição	Und	Quant.
<b>1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES</b>			
1.1	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. pav.	t.Km	2.434,520
1.1	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. não pav.	t.Km	1.065,770
<b>2.0 INFRAESTRUTURA</b>			
2.1	Estaca de Madeira Cravada (0,30m x 0,30m)	m	72,000
<b>3.0 MESOESTRUTURA</b>			
3.1	Pilar de madeira (0,30x0,30m)	m	56,000
3.2	Linha D'água (0,15 x 0,10 x 4,00m)	pç	4,000
3.3	Contraventamento (0,15 x 0,10 x 5,00m)	pç	4,000
<b>4.0 SUPERESTRUTURA</b>			
4.1	Transversina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	4,000
4.2	Balancin (0,30 x 0,30 x 2,50m)	pç	16,000
4.3	Longarina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	24,000
4.4	Tabuleiro (0,20 x 0,10 x 5,00m)	pç	60,000
4.5	Deslizante (0,30 x 0,08 x 5,00m)	pç	18,000
4.6	Guarda-rodas ( 0,30 x 0,20 x 5,00m)	pç	6,000
4.7	Batente (0,20 x 0,15 x 5,00m)	pç	2,000
<b>5.0 SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>			
5.1	Cortinas de contenção com altura de 1,50 m	m²	15,000
5.2	Alas de contenção laterais com altura de 1,00 m	m²	10,000
5.3	Pintura de proteção das peças estruturais da ponte	m²	723,000
5.4	Fornecim. e implant. de placa de sinaliz. tot. refletiva	m²	7,760



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

MEMORIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS DA PONTE DE MADEIRA 03

Tipo de serviço a ser executado:	Construção de Ponte de Madeira	Volume total de madeira para esta ponte:	40,330 m³
----------------------------------	--------------------------------	--	-----------

CONDICIONANTES UTILIZADAS PARA CÁLCULOS DOS QUANTITATIVOS

INFRAESTRUTURA E MESOESTRUTURA	
Altura das estacas para fundação:	4,50 m
Altura dos pilares da mesoestrutura:	3,50 m
Altura da cortina de contenção:	1,50 m
Altura das alas laterais de contenção:	1,00 m

Densidade da madeira adotada:	1,20 t/m³
-------------------------------	-----------

Item 1.1 - Desmonte da ponte existente	Quant. (Pç)	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Volume (m³)	Densidade (t/m³)	Peso (t)
Pilar de madeira	0,00	0,30	0,30	2,00	0,00	1,100	-
Linha D'água	0,00	0,10	0,15	4,00	0,00	1,100	-
Contraventamento	0,00	0,10	0,15	5,00	0,00	1,100	-
Transversina	0,00	0,30	0,30	5,00	0,00	1,100	-
Balancin	0,00	0,30	0,30	2,50	0,00	1,100	-
Longarina	0,00	0,30	0,30	5,00	0,00	1,100	-
Tabuleiro	0,00	0,20	0,10	5,00	0,00	1,100	-
Deslizante	0,00	0,30	0,08	5,00	0,00	1,100	-
Guarda-rodas	0,00	0,30	0,20	5,00	0,00	1,100	-
Batente	0,00	0,20	0,15	5,00	0,00	1,100	-
PESO TOTAL DO MATERIAL DEMOLIDO (t)							

Item 1.2 - Demolição de sapatas existentes	Quant. (Pç)	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Volume (m³)	Densidade (t/m³)	Peso (t)
Sapata de concreto	0,00	1,50	1,50	5,00	0,00	1,500	-

Item	Descrição do serviço	Peso (t)	DMT (Km)	Momento (t.Km)
1.3	Transp. Com. Basc.10m³ Rod. Pav (Rem. Mat. Demol)	-	10,80	-
1.4	Transp. Com. Basc.10m³ Rod. Não Pav (Rem. Mat. Demol)	-	22,02	-
1.5	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. pav.	48,40	50,30	2.434,52
1.6	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. não pav.	48,40	22,02	1.065,77

Item	Descrição	Quant. (Pç)	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Quant. (m)	Volume (m³)	Área de Pintura proteção (m²)
2.1	Estaca de Madeira Cravada	16,00	0,30	0,30	4,50	72,00	6,480	86,400
3.1	Pilar de madeira	16,00	0,30	0,30	3,50	56,00	5,040	67,200
3.2	Linha D'água	4,00	0,15	0,10	4,00	-	0,240	8,000
3.3	Contraventamento	4,00	0,15	0,10	5,00	-	0,300	10,000
4.1	Transversina	4,00	0,30	0,30	5,00	-	1,800	24,000
4.2	Balancin	16,00	0,30	0,30	2,50	-	3,600	48,000
4.3	Longarina	24,00	0,30	0,30	5,00	-	10,800	144,000
4.4	Tabuleiro	60,00	0,20	0,10	5,00	-	6,000	180,000
4.5	Deslizante	18,00	0,30	0,08	5,00	-	2,160	68,400
4.6	Guarda-rodas	6,00	0,30	0,20	5,00	-	1,800	30,000
4.7	Batente	2,00	0,20	0,15	5,00	-	0,300	7,000
Total							38,520	673,000

VOLUME DE MADEIRA DA CORTINA POR m²					
Descrição	Quant.	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Volume (m³)
Pranchetas	4,00	0,25	0,05	1,00	0,050
VOLUME DE MADEIRA DA ALA DE CONTENÇÃO POR m²					
Descrição	Quant.	Larg. (m)	Alt. (m)	Comp. (m)	Volume (m³)
Estacas	1,00	0,20	0,20	1,40	0,056
Pranchetas	4,00	0,25	0,05	1,00	0,050
VOLUME TOTAL PARA ALA DE CONTENÇÃO					0,106

Item	Descrição	Quant. (und)	Altura (m)	Largura (m)	Área (m²)	Volume de madeira (m³/m²)	Volume total (m³)	Área de Pintura proteção (m²)
5.1	Cortinas de contenção	2,00	1,500	5,000	15,000	0,050	0,750	30,000
5.2	Alas de contenção laterais	4,00	1,000	2,500	10,000	0,106	1,060	20,000

Documento assinado digitalmente



MARTA ALVES DOS SANTOS  
Data: 01/07/2024 21:21:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





Secretaria Estadual de Infraestrutura - SEINF  
Departamento de Infraestrutura de Transporte – DEIT  
Av. Getúlio Vargas, Nº. 3941 – Canarinho. CEP: 69306-545 – Boa Vista – Roraima  
[www.seinf.rr.gov.br](http://www.seinf.rr.gov.br)



Secretaria Estadual de Infraestrutura - SEINF  
Departamento de Infraestrutura de Transporte – DEIT  
Av. Getúlio Vargas, Nº. 3941 – Canarinho. CEP: 69306-545 – Boa Vista – Roraima  
[www.seinf.rr.gov.br](http://www.seinf.rr.gov.br)





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA	
	Estaca de Madeira Cravada (0,30m x 0,30m)						UNIDADE:	m
Código: Composição 009								
A - Equipamento		Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo Total
				Prod.	Improd.	Prod.	Improd.	
Bate-Estacas por Grav., Pot. de 160 HP, Peso do Martelo até 3 Ton.		89843	1,00	0,80	0,20	224,28	91,16	197,66
Serra Circular de Bancada com Motor Elétrico, Pot. De 5 HP		91692	1,00	0,30	0,70	31,05	30,29	30,52
Talha Manual de Corrente, Capacidade de 2 Ton.		95139	1,00	0,30	0,70	0,06	0,03	0,04
TOTAL - A								228,22
B - Mão de Obra			Codigo	Consumo	Quant.	Salário Horário	Custo Horário	
Encarregado de turma			90776		1,00	34,37	34,37	
Carpinteiro			88262		1,00	28,89	28,89	
Ajudante			88239		4,00	21,25	85,00	
TOTAL - B							148,26	
C-Produção Horária da Equipe		1,00	D-Custo Horário Total (A+B)				376,48	
E- Custo Unitário de Execução D / C							376,48	
F - Materiais			Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário	
Madeira de Lei Nativa/regional serrada aparelhada			Composição 02	m³	0,090	2.048,50	184,37	
TOTAL - F							184,37	
G - Transportes Comerciais e Locais			Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário	
TOTAL - G							0,00	
Custo Direto Total							560,85	
Bonificação e Despesas Indiretas %								
Preço Unitário Total							560,85	



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA	
	Pilar de Madeira (0,30m x 0,30m)						UNIDADE: m	
Código: Composição 011								
A - Equipamento		Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo Total
				Prod.	Improd.	Prod.	Improd.	
Serra Circular de Bancada com Motor Elétrico, Pot. De 5 HP		91692	1,00	0,30	0,70	31,05	30,29	30,52
Talha Manual de Corrente, Capacidade de 2 Ton.		95139	1,00	0,30	0,70	0,06	0,03	0,04
TOTAL - A								30,56
B - Mão de Obra				Código	Consumo	Quant.	Salário Horário	Custo Horário
Encarregado de turma				90776		1,00	34,37	34,37
Carpinteiro				88262		1,50	28,89	43,34
Ajudante				88239		4,00	21,25	85,00
TOTAL - B								162,71
C-Produção Horária da Equipe		4,00	D-Custo Horário Total (A+B)					193,27
			E- Custo Unitário de Execução D / C					48,32
F - Materiais				Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário
Madeira de Lei Nativa/regional serrada aparelhada				Composição 02	m³	0,090	2.048,50	184,37
Parafuso M16 (Rosca Dupla D=16mm) x 500mm				00000428	Und	4,00	38,20	152,80
Porca Sextavada 5/8"				00004340	Und	8,00	1,33	10,64
TOTAL - F								347,81
G - Transportes Comerciais e Locais				Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário
TOTAL - G								0,00
				Custo Direto Total				396,13
				Bonificação e Despesas Indiretas %				
				Preço Unitário Total				396,13





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA			
	Linha D'água (0,15m x 0,10m x 4,00m)						UNIDADE:	Pç		
Código: Composição 012										
A - Equipamento			Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo	Total
					Prod.	Improd.	Prod.	Improd.		
Serra Circular de Bancada com Motor Elétrico, Pot. De 5 HP			91692	0,50	1,00	0,00	31,05	30,29		15,53
Talha Manual de Corrente, Capacidade de 2 Ton.			95139	1,00	1,00	0,00	0,06	0,03		0,06
TOTAL - A										15,59
B - Mão de Obra				Codigo	Consumo	Quant.	Salário Horário	Custo Horário		
Encarregado de turma				90776		1,00	34,37			34,37
Carpinteiro				88262		1,00	28,89			28,89
Ajudante				88239		4,00	21,25			85,00
TOTAL - B										148,26
C-Produção Horária da Equipe			2,00	D-Custo Horário Total (A+B)				163,85		
E- Custo Unitário de Execução D / C									81,93	
F - Materiais				Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário		
Madeira de Lei Nativa/regional serrada aparelhada				Composição 02	m³	0,060	2.048,50			122,91
Parafuso M16 (Rosca Dupla D=16mm) x 500mm				00000428	Und	4,00	38,20			152,80
Porca Sextavada 5/8"				00004340	Und	8,00	1,33			10,64
TOTAL - F										286,35
G - Transportes Comerciais e Locais				Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário		
TOTAL - G										0,00
Custo Direto Total									368,28	
Bonificação e Despesas Indiretas %										
Preço Unitário Total									368,28	



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA			
	Contraventamento (0,15m x 0,10m x 5,00m)						UNIDADE:	Pç		
Código: Composição 013										
A - Equipamento			Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo	Total
					Prod.	Improd.	Prod.	Improd.		
Serra Circular de Bancada com Motor Elétrico, Pot. De 5 HP			91692	0,50	1,00	0,00	31,05	30,29		15,53
Talha Manual de Corrente, Capacidade de 2 Ton.			95139	1,00	1,00	0,00	0,06	0,03		0,06
TOTAL - A									15,59	
B - Mão de Obra				Codigo	Consumo	Quant.	Salario Horário	Custo Horário		
Encarregado de turma				90776		1,00	34,37		34,37	
Carpinteiro				88262		1,00	28,89		28,89	
Ajudante				88239		4,00	21,25		85,00	
TOTAL - B									148,26	
C-Produção Horária da Equipe			4,00	D-Custo Horário Total (A+B)				163,85		
E- Custo Unitário de Execução D / C									40,96	
F - Materiais				Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário		
Madeira de Lei Nativa/regional serrada aparelhada				Composição 02	m³	0,075	2.048,50		153,64	
Parafuso M16 (Rosca Dupla D=16mm) x 500mm				00000428	Und	4,00	38,20		152,80	
Porca Sextavada 5/8"				00004340	Und	8,00	1,33		10,64	
TOTAL - F									317,08	
G - Transportes Comerciais e Locais				Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário		
TOTAL - G									0,00	
Custo Direto Total									358,04	
Bonificação e Despesas Indiretas %										
Preço Unitário Total									358,04	



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA			
	Transversina (0,30m x 0,30m x 5,00m)						UNIDADE:	Pç		
Código: Composição 015										
A - Equipamento			Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo	Total
					Prod.	Improd.	Prod.	Improd.		
Serra Circular de Bancada com Motor Elétrico, Pot. De 5 HP			91692	1,00	0,30	0,70	31,05	30,29		30,52
Talha Manual de Corrente, Capacidade de 2 Ton.			95139	1,00	0,30	0,70	0,06	0,03		0,04
TOTAL - A										30,56
B - Mão de Obra				Codigo	Consumo	Quant.	Salário Horário	Custo Horário		
Encarregado de turma				90776		1,00	34,37			34,37
Carpinteiro				88262		1,00	28,89			28,89
Ajudante				88239		4,00	21,25			85,00
TOTAL - B										148,26
C-Produção Horária da Equipe			1,00	D-Custo Horário Total (A+B)				178,82		
E- Custo Unitário de Execução D / C										178,82
F - Materiais				Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário		
Madeira de Lei Nativa/regional serrada aparelhada				Composição 02	m³	0,450	2.048,50			921,83
Parafuso M16 (Rosca Dupla D=16mm) x 500mm				00000428	Und	4,000	38,20			152,80
TOTAL - F										1.074,63
G - Transportes Comerciais e Locais					Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário	
TOTAL - G										0,00
Custo Direto Total										1.253,45
Bonificação e Despesas Indiretas %										
Preço Unitário Total										1.253,45





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA			
	Balancim (0,30m x 0,30m x 2,50m)						UNIDADE:	Pç		
Código: Composição 016										
A - Equipamento			Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo	Total
					Prod.	Improd.	Prod.	Improd.		
Serra Circular de Bancada com Motor Elétrico, Pot. De 5 HP			91692	1,00	0,30	0,70	31,05	30,29		30,52
Talha Manual de Corrente, Capacidade de 2 Ton.			95139	1,00	0,30	0,70	0,06	0,03		0,04
TOTAL - A										30,56
B - Mão de Obra				Codigo	Consumo	Quant.	Salario Horário	Custo Horário		
Encarregado de turma				90776		1,00	34,37		34,37	
Carpinteiro				88262		1,00	28,89		28,89	
Ajudante				88239		4,00	21,25		85,00	
TOTAL - B										148,26
C-Produção Horária da Equipe			4,00	D-Custo Horário Total (A+B)					178,82	
E- Custo Unitário de Execução D / C										44,71
F - Materiais				Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário		
Madeira de Lei Nativa/regional serrada aparelhada				Composição 02	m³	0,225	2.048,50		460,91	
Parafuso M16 (Rosca Dupla D=16mm) x 500mm				00000428	und	2,00	38,20		76,40	
Porca Sextavada 5/8"				00004340	und	4,00	1,33		5,32	
TOTAL - F										542,63
G - Transportes Comerciais e Locais				Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário		
TOTAL - G										0,00
Custo Direto Total										587,34
Bonificação e Despesas Indiretas %										
Preço Unitário Total										587,34



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA		
	Longarina (0,30m x 0,30m x 5,00m)						UNIDADE:	Pç	
Código: Composição 018									
A - Equipamento		Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo	Total
				Prod.	Improd.	Prod.	Improd.		
Serra Circular de Bancada com Motor Elétrico, Pot. De 5 HP		91692	1,00	0,30	0,70	31,05	30,29		30,52
Talha Manual de Corrente, Capacidade de 2 Ton.		95139	1,00	0,30	0,70	0,06	0,03		0,04
TOTAL - A									30,56
B - Mão de Obra			Codigo	Consumo	Quant.	Salario Horário	Custo Horário		
Encarregado de turma			90776		1,00	34,37			34,37
Carpinteiro			88262		1,00	28,89			28,89
Ajudante			88239		4,00	21,25			85,00
TOTAL - B									148,26
C-Produção Horária da Equipe		2,00	D-Custo Horário Total (A+B)						178,82
E- Custo Unitário de Execução D / C									89,41
F - Materiais			Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário		
Madeira de Lei Nativa/regional serrada aparelhada			Composição 02	m³	0,450	2.048,50			921,83
Parafuso M16 (Rosca Dupla D=16mm) x 500mm			00000428	Und	4,00	38,20			152,80
Porca Sextavada 5/8"			00004340	Und	8,00	1,33			10,64
TOTAL - F									1.085,27
G - Transportes Comerciais e Locais			Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário		
TOTAL - G									0,00
Custo Direto Total									1.174,68
Bonificação e Despesas Indiretas %									
Preço Unitário Total									1.174,68



Secretaria Estadual de Infraestrutura - SEINF  
Departamento de Infraestrutura de Transporte – DEIT  
Av. Getúlio Vargas, Nº. 3941 – Canarinho. CEP: 69306-545 – Boa Vista – Roraima  
[www.seinf.rr.gov.br](http://www.seinf.rr.gov.br)





Secretaria Estadual de Infraestrutura - SEINF  
Departamento de Infraestrutura de Transporte – DEIT  
Av. Getúlio Vargas, Nº. 3941 – Canarinho. CEP: 69306-545 – Boa Vista – Roraima  
[www.seinf.rr.gov.br](http://www.seinf.rr.gov.br)



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA		
	Guarda rodas de madeira (0,30m x 0,20m x 5,00m)						UNIDADE:	Pç	
Código: Composição 023									
A - Equipamento		Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo	Total
				Prod.	Improd.	Prod.	Improd.		
Serra Circular de Bancada com Motor Elétrico, Pot. De 5 HP		91692	0,50	1,00	0,00	31,05	30,29		15,53
Talha Manual de Corrente, Capacidade de 2 Ton.		95139	1,00	1,00	0,00	0,06	0,03		0,06
TOTAL - A								15,59	
B - Mão de Obra			Codigo	Consumo	Quant.	Salario Horário	Custo Horário		
Encarregado de turma			90776		1,00	34,37	34,37		
Carpinteiro			88262		1,00	28,89	28,89		
Ajudante			88239		3,00	21,25	63,75		
TOTAL - B							127,01		
C-Produção Horária da Equipe		2,00	D-Custo Horário Total (A+B)				142,60		
E- Custo Unitário de Execução D / C							71,30		
F - Materiais			Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário		
Madeira de Lei Nativa/regional serrada aparelhada			Composição 02	m³	0,300	2.048,50	614,55		
Parafuso M16 (Rosca Dupla D=16mm) x 500mm			00000428	Und	4,00	38,20	152,80		
Porca Sextavada 5/8"			00004340	Und	8,00	1,33	10,64		
TOTAL - F							777,99		
G - Transportes Comerciais e Locais			Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário		
TOTAL - G							0,00		
Custo Direto Total							849,29		
Bonificação e Despesas Indiretas %									
Preço Unitário Total							849,29		



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA			
	Batente de Madeira (0,20m x 0,15m x 5,00m)						UNIDADE:	Pç		
Código: Composição 024										
A - Equipamento			Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo	Total
					Prod.	Improd.	Prod.	Improd.		
Serra Circular de Bancada com Motor Elétrico, Pot. De 5 HP			91692	0,50	1,00	0,00	31,05	30,29		15,53
Talha Manual de Corrente, Capacidade de 2 Ton.			95139	1,00	1,00	0,00	0,06	0,03		0,06
TOTAL - A										15,59
B - Mão de Obra				Codigo	Consumo	Quant.	Salario Horário	Custo Horário		
Encarregado de turma				90776		1,00	34,37		34,37	
Carpinteiro				88262		1,00	28,89		28,89	
Ajudante				88239		2,00	21,25		42,50	
TOTAL - B									105,76	
C-Produção Horária da Equipe			6,00	D-Custo Horário Total (A+B)				121,35		
E- Custo Unitário de Execução D / C									20,23	
F - Materiais				Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário		
Madeira de Lei Nativa/regional serrada aparelhada				Composição 02	m³	0,150	2.048,50		307,28	
Parafuso M16 (Rosca Dupla D=16mm) x 500mm				00000428	Und	4,00	38,20		152,80	
Porca Sextavada 5/8"				00004340	Und	8,00	1,33		10,64	
TOTAL - F									470,72	
G - Transportes Comerciais e Locais				Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário		
TOTAL - G									0,00	
Custo Direto Total									490,95	
Bonificação e Despesas Indiretas %										
Preço Unitário Total									490,95	





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA				
	Cortina de contenção (Largura 5,00m)						UNIDADE: m²				
Código: Composição 026											
A - Equipamento				Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo	Total
						Prod.	Improd.	Prod.	Improd.		
TOTAL - A										0,00	
B - Mão de Obra					Codigo	Consumo	Quant.	Salario Horário	Custo Horário		
Encarregado de turma					90776		0,06	34,37		2,06	
Carpinteiro					88262		0,05	28,89		1,44	
Ajudante					88239		0,40	21,25		8,50	
TOTAL - B										12,00	
C-Produção Horária da Equipe				2,500		D-Custo Horário Total (A+B)				12,00	
E- Custo Unitário de Execução D / C										4,80	
F - Materiais					Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário		
Pranchetas em madeira de 1ª (0,25 x 0,05 x 5,00)m					Composição 02	m³	0,050	2.048,50		102,43	
Prego de aço 2 1/2" X 12"					00005078	Kg	0,026	19,72		0,51	
TOTAL - F										102,94	
G - Transportes Comerciais e Locais					Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário		
TOTAL - G										0,00	
Custo Direto Total										107,74	
Bonificação e Despesas Indiretas %											
Preço Unitário Total										107,74	



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA			
	Ala de contenção lateral (Largura 2,50m)						UNIDADE: m²			
Código: Composição 027										
A - Equipamento				Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo Total
						Prod.	Improd.	Prod.	Improd.	
Bate-Estacas por Grav., Pot. de 160 HP, Peso do Martelo até 3 Ton.				89843	1,00	0,05	0,95	224,28	91,16	97,82
Serra Circular de Bancada com Motor Elétrico, Pot. De 5 HP				91692	1,00	0,01	0,99	31,05	30,29	30,30
Talha Manual de Corrente, Capacidade de 2 Ton.				95139	1,00	0,01	0,99	0,06	0,03	0,03
TOTAL - A										128,15
B - Mão de Obra					Codigo	Consumo	Quant.	Salário Horário	Custo Horário	
Encarregado de turma					90776		0,06	34,37		2,06
Carpinteiro					88262		0,05	28,89		1,44
Ajudante					88239		0,40	21,25		8,50
TOTAL - B										12,00
C-Produção Horária da Equipe				0,500	D-Custo Horário Total (A+B)				140,15	
E- Custo Unitário de Execução D / C										280,30
F - Materiais					Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário	
Estaca em madeira (0,20x0,20)m					Composição 02	m³	0,056	2.048,50		114,72
Pranchetas em madeira de 1ª (0,25 x 0,05 x 2,50)m					Composição 02	m³	0,050	2.048,50		102,43
Prego de aço 2 1/2" X 12"					00005078	Kg	0,026	19,72		0,51
TOTAL - F										217,66
G - Transportes Comerciais e Locais					Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário	
TOTAL - G										0,00
Custo Direto Total										497,96
Bonificação e Despesas Indiretas %										
Preço Unitário Total										497,96



Secretaria Estadual de Infraestrutura - SEINF  
Departamento de Infraestrutura de Transporte – DEIT  
Av. Getúlio Vargas, Nº. 3941 – Canarinho. CEP: 69306-545 – Boa Vista – Roraima  
[www.seinf.rr.gov.br](http://www.seinf.rr.gov.br)





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

SEINF DEIT DEPT	COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS						BASE DE PREÇOS SINAPI - RR OUT/2023 ONERADA				
	Fornecimento e implantação placas sinalização totalmente refletivas						UNIDADE:      m²				
Código: Composição 029											
A - Equipamento				Cod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo	Total
						Prod.	Improd.	Prod.	Improd.		
Pulverizador de Tinta Elétrico/Maquina de Pintura Airless				95217	1,00	0,30	0,70	0,67	0,00		0,20
Caminhão Toco, Peso Bruto Total 14.300 kg, Pot. 185 CV				5890	1,00	0,50	0,50	217,08	50,48		133,78
TOTAL - A										133,98	
B - Mão de Obra					Codigo	Consumo	Quant.	Salario Horário	Custo Horário		
Encarregado de turma					90776		1,00	34,37		34,37	
Montador					88277		2,00	28,01		56,02	
Pintor					88310		1,00	30,50		30,50	
Serralheiro					88315		1,00	29,07		29,07	
Ajudante					88239		4,00	21,25		85,00	
Servente					88316		2,00	19,99		39,98	
TOTAL - B										274,94	
C-Produção Horária da Equipe				1,000		D-Custo Horário Total (A+B)				408,92	
E- Custo Unitário de Execução D / C										408,92	
F - Materiais					Código	Unid.	Cons.	Custo	Custo Unitário		
Chapa de aço n. 16 (tratada)					00011027	kg	12,400	11,74		145,58	
Tinta esmalte sintetico brilhante					00007292	l	0,530	26,91		14,26	
Película refletiva, GT 7 anos para sinalização vertical					00034744	m²	1,400	23,25		32,55	
Peça de madeira nativa/regional 7,5 x 7,5cm não aparelhada					00004491	m	4,000	2,74		10,96	
Paraf. rosca soberba zincado cab. chata fenda simples 4,8x40mm (1.1/2")					00011057	und	2,00	0,21		0,42	
Paraf. zincado rosca soberba, cabeça sextavada, 5/16" x 85 mm					00004301	und	3,00	1,41		4,23	
TOTAL - F										208,00	
G - Transportes Comerciais e Locais					Und.	DMT	Custo	Cons.	Custo Unitário		
TOTAL - G										0,00	
Custo Direto Total										616,92	
Bonificação e Despesas Indiretas %											
Preço Unitário Total										616,92	



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**ORÇAMENTO DA PONTE DE MADEIRA 01**

<b>Serviço:</b>	Construção de Ponte de Madeira	<b>COORDENADAS GEOGRÁFICAS</b>		<b>BASE ONERADA</b>
<b>Rodovia:</b>	Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - C	<b>N</b>	<b>W</b>	SINAPI - RR OUT/2023
<b>Localização:</b>	1,75 Km	02°33'16,40"	60°31'33,60"	
<b>Extensão:</b>	20,00 metros			
<b>Município:</b>	Cantá			

Item	Código	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário S/ B.D.I. R\$	Valor Total S/ B.D.I. R\$
<b>1.0</b>		<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>				<b>3.689,76</b>
1.1	Comp. 007	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. pav.	t.Km	3.279,560	0,74	2.426,87
1.2	Comp. 008	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. não pav.	t.Km	1.137,740	1,11	1.262,89
<b>2.0</b>		<b>INFRAESTRUTURA</b>				<b>50.476,50</b>
2.1	Comp. 009	Estaca de Madeira Cravada (seção de 0,30m x 0,30m)	m	90,000	560,85	50.476,50
2.2	Comp. 010	Construção de Sapata de concreto (1,5 x 1,5 x 5,00m)	und	-	19.617,90	-
<b>3.0</b>		<b>MESOESTRUTURA</b>				<b>36.048,32</b>
3.1	Comp. 011	Pilar de madeira (0,30x0,30m)	m	80,000	396,13	31.690,40
3.2	Comp. 012	Linha D'água (0,15 x 0,10 x 4,00m)	pç	6,000	368,28	2.209,68
3.3	Comp. 013	Contraventamento (0,15 x 0,10 x 5,00m)	pç	6,000	358,04	2.148,24
<b>4.0</b>		<b>SUPERESTRUTURA</b>				<b>94.563,39</b>
4.1	Comp. 015	Transversina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	5,000	1.253,45	6.267,25
4.2	Comp. 016	Balancin (0,30 x 0,30 x 2,50m)	pç	24,000	587,34	14.096,16
4.3	Comp. 018	Longarina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	32,000	1.174,68	37.589,76
4.4	Comp. 020	Tabuleiro (0,20 x 0,10 x 5,00m)	pç	80,000	240,95	19.276,00
4.5	Comp. 022	Deslizante (0,30 x 0,08 x 5,00m)	pç	24,000	398,25	9.558,00
4.6	Comp. 023	Guarda-rodas ( 0,30 x 0,20 x 5,00m)	pç	8,000	849,29	6.794,32
4.7	Comp. 024	Batente (0,20 x 0,15 x 5,00m)	pç	2,000	490,95	981,90
<b>5.0</b>		<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>				<b>43.004,12</b>
5.1	Comp. 026	Cortinas de contenção com altura de 2,00 m	m²	20,000	107,74	2.154,80
5.2	Comp. 027	Alas de contenção laterais com altura de 1,50 m	m²	15,000	497,96	7.469,40
5.3	Comp. 028	Pintura de proteção das peças estruturais da ponte	m²	973,200	29,38	28.592,62
5.4	Comp. 029	Fornecim. e implant. de placa de sinaliz. tot. refletiva	m²	7,760	616,92	4.787,30

**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS EM R\$ 227.782,09**

**VALOR POR METRO LINEAR DE PONTE EM R\$ 11.389,10**



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**ORÇAMENTO DA PONTE DE MADEIRA 02**

<b>Serviço:</b>	Construção de Ponte de Madeira	<b>COORDENADAS GEOGRÁFICAS</b>		<b>BASE ONERADA</b>
<b>Rodovia:</b>	Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - C	<b>N</b>	<b>W</b>	SINAPI - RR OUT/2023
<b>Localização:</b>	1,88 Km	02°33'13,30"	60°31'33,40"	
<b>Extensão:</b>	25,00 metros			
<b>Município:</b>	Cantá			

Item	Código	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário S/ B.D.I. R\$	Valor Total S/ B.D.I. R\$
<b>1.0</b>		<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>				<b>4.550,21</b>
1.1	Comp. 007	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. pav.	t.Km	4.034,060	0,74	2.985,20
1.2	Comp. 008	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. não pav.	t.Km	1.409,920	1,11	1.565,01
<b>2.0</b>		<b>INFRAESTRUTURA</b>				<b>60.571,80</b>
2.1	Comp. 009	Estaca de Madeira Cravada (seção de 0,30m x 0,30m)	m	108,000	560,85	60.571,80
<b>3.0</b>		<b>MESOESTRUTURA</b>				<b>43.839,04</b>
3.1	Comp. 011	Pilar de madeira (0,30x0,30m)	m	96,000	396,13	38.028,48
3.2	Comp. 012	Linha D'água (0,15 x 0,10 x 4,00m)	pç	8,000	368,28	2.946,24
3.3	Comp. 013	Contraventamento (0,15 x 0,10 x 5,00m)	pç	8,000	358,04	2.864,32
<b>4.0</b>		<b>SUPERESTRUTURA</b>				<b>118.820,08</b>
4.1	Comp. 015	Transversina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	6,000	1.253,45	7.520,70
4.2	Comp. 016	Balancin (0,30 x 0,30 x 2,50m)	pç	32,000	587,34	18.794,88
4.3	Comp. 018	Longarina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	40,000	1.174,68	46.987,20
4.4	Comp. 020	Tabuleiro (0,20 x 0,10 x 5,00m)	pç	100,000	240,95	24.095,00
4.5	Comp. 022	Deslizante (0,30 x 0,08 x 5,00m)	pç	30,000	398,25	11.947,50
4.6	Comp. 023	Guarda-rodas ( 0,30 x 0,20 x 5,00m)	pç	10,000	849,29	8.492,90
4.7	Comp. 024	Batente (0,20 x 0,15 x 5,00m)	pç	2,000	490,95	981,90
<b>5.0</b>		<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>				<b>49.485,34</b>
5.1	Comp. 026	Cortinas de contenção com altura de 2,00 m	m²	20,000	107,74	2.154,80
5.2	Comp. 027	Alas de contenção laterais com altura de 1,50 m	m²	15,000	497,96	7.469,40
5.3	Comp. 028	Pintura de proteção das peças estruturais da ponte	m²	1.193,800	29,38	35.073,84
5.4	Comp. 029	Fornecim. e implant. de placa de sinaliz. tot. refletiva	m²	7,760	616,92	4.787,30

**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS EM R\$ 277.266,47**

**VALOR POR METRO LINEAR DE PONTE EM R\$ 11.090,66**





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**ORÇAMENTO DA PONTE DE MADEIRA 03**

<b>Serviço:</b>	Construção de Ponte de Madeira	<b>COORDENADAS GEOGRÁFICAS</b>		<b>BASE ONERADA</b>
<b>Rodovia:</b>	Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - C	<b>N</b>	<b>W</b>	SINAPI - RR OUT/2023
<b>Localização:</b>	6,32 Km	02°31'32,70"	60°32'30,60"	
<b>Extensão:</b>	15,00 metros			
<b>Município:</b>	Cantá			

Item	Código	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário S/ B.D.I. R\$	Valor Total S/ B.D.I. R\$
<b>1.0</b>		<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>				<b>2.984,54</b>
1.1	Comp. 007	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. pav.	t.Km	2.434,520	0,74	1.801,54
1.2	Comp. 008	Transp. comercial c/ carroceria 15 t rodov. não pav.	t.Km	1.065,770	1,11	1.183,00
<b>2.0</b>		<b>INFRAESTRUTURA</b>				<b>40.381,20</b>
2.1	Comp. 009	Estaca de Madeira Cravada (seção de 0,30m x 0,30m)	m	72,000	560,85	40.381,20
<b>3.0</b>		<b>MESOESTRUTURA</b>				<b>25.088,56</b>
3.1	Comp. 011	Pilar de madeira (0,30x0,30m)	m	56,000	396,13	22.183,28
3.2	Comp. 012	Linha D'água (0,15 x 0,10 x 4,00m)	pç	4,000	368,28	1.473,12
3.3	Comp. 013	Contraventamento (0,15 x 0,10 x 5,00m)	pç	4,000	358,04	1.432,16
<b>4.0</b>		<b>SUPERESTRUTURA</b>				<b>70.306,70</b>
4.1	Comp. 015	Transversina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	4,000	1.253,45	5.013,80
4.2	Comp. 016	Balancin (0,30 x 0,30 x 2,50m)	pç	16,000	587,34	9.397,44
4.3	Comp. 018	Longarina (0,30 x 0,30 x 5,00m)	pç	24,000	1.174,68	28.192,32
4.4	Comp. 020	Tabuleiro (0,20 x 0,10 x 5,00m)	pç	60,000	240,95	14.457,00
4.5	Comp. 022	Deslizante (0,30 x 0,08 x 5,00m)	pç	18,000	398,25	7.168,50
4.6	Comp. 023	Guarda-rodas ( 0,30 x 0,20 x 5,00m)	pç	6,000	849,29	5.095,74
4.7	Comp. 024	Batente (0,20 x 0,15 x 5,00m)	pç	2,000	490,95	981,90
<b>5.0</b>		<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>				<b>32.624,74</b>
5.1	Comp. 026	Cortinas de contenção com altura de 1,50 m	m²	15,000	107,74	1.616,10
5.2	Comp. 027	Alas de contenção laterais com altura de 1,00 m	m²	10,000	497,96	4.979,60
5.3	Comp. 028	Pintura de proteção das peças estruturais da ponte	m²	723,000	29,38	21.241,74
5.4	Comp. 029	Fornecim. e implant. de placa de sinaliz. tot. refletiva	m²	7,760	616,92	4.787,30

**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS EM R\$ 171.385,74**

**VALOR POR METRO LINEAR DE PONTE EM R\$ 11.425,72**



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**PLANILHA DE ORÇAMENTARIA RESUMO**

BASE ONERADA		SINAPI - RR OUT/2023			B.D.I.		0,00%		
Item	Código	Descrição	Vicinal	Km	Ext. (m)	Und	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
2.0		PONTES DE MADEIRA							676.434,30
2.1	Orçamento P.M. 01	Construção de Ponte de Madeira	Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266	1,75	20,00	und	1,000	227.782,09	227.782,09
2.2	Orçamento P.M. 02	Construção de Ponte de Madeira	Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266	1,88	25,00	und	1,000	277.266,47	277.266,47
2.3	Orçamento P.M. 03	Construção de Ponte de Madeira	Vic. Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266	6,32	15,00	und	1,000	171.385,74	171.385,74
0	Orçamento P.M. 04		-						

**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS EM R\$ 676.434,30**  
**EXTENSÃO TOTAL DAS PONTES EM METROS 60,00**  
**VALOR POR METRO LINEAR DE PONTE EM R\$ 11.273,91**

Documento assinado digitalmente



**MARTA ALVES DOS SANTOS**  
Data: 01/07/2024 21:23:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



## GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE IMPLANTACÃO VICINAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIROS, CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NA RODOVIA VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga Vic. 6A) – CTA-266, COM EXTENSÃO TOTAL DE 7,93KM DE RODOVIA, 60M DE PONTES E 189M DE BUEIROS, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CANTÁ-RR.**

### 1. FINALIDADE

As presentes especificações técnicas visam estabelecer as condições gerais para a obra **Implantação e Construção de Obras de Artes Correntes da Rodovia Vicinal Pé da Serra - Cantá – RR.**

### 2. DISPOSIÇÕES GERAIS

As licitantes deverão fazer um reconhecimento no local da obra antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento da situação atual das instalações, da extensão dos serviços à serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da obra, bem como cientificarem-se de todos os detalhes construtivos necessários para a sua perfeita execução. Os aspectos que as LICITANTES acharem julgarem duvidosos, dando margem à dupla interpretação, ou omissos nestas Especificações, deverão ser apresentados à FISCALIZAÇÃO e elucidados antes da Licitação da obra. Após esta fase, qualquer dúvida poderá ser interpretada apenas pela FISCALIZAÇÃO, não cabendo quaisquer recursos ou reclamação, mesmo que isso venha a acarretar acréscimo de serviços previstos no orçamento apresentado por ocasião da Licitação.

#### 1.1. OBJETO

O objeto destas especificações técnicas é fornecer condições e dados dos métodos executivos adotados para a obra **Implantação e Construção de Obras de Artes Correntes da Rodovia Vicinal Itã no Município de Caracará/RR.**

#### DESCRIÇÃO SUCINTA

A obra consistirá na execução dos serviços Terraplenagem, Revestimento Primário e Obras de arte corrente e Obras de Artes Especiais.





## GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

### 1.2. REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por preço unitário.

### 1.3. PRAZO

O prazo para a execução da obra será de 180(cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da emissão da respectiva Ordem de Serviço e ou/ assinatura do contrato, devendo a CONTRATADA submeter à aprovação da Prefeitura Municipal a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.

### 1.4. ABREVIATURAS

No texto destas especificações técnicas serão usadas, além de outras consagradas pelo uso, as seguintes abreviaturas.

FISCALIZAÇÃO: Engenheiro ou preposto credenciado pela Prefeitura

CONTRATADA: Firma com a qual for contratada a execução das obras

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas

CREA: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

### 1.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Serão documentos complementares a estas especificações técnicas, independente de transcrição:

- Todas as normas da ABNT relativas ao objeto destas especificações técnicas;
- As normas do CREA/RR

### 1.6. MATERIAIS

Todos os materiais necessários serão fornecidos pela CONTRATADA. Deverão ser de primeira qualidade e obedecendo às normas técnicas específicas.

### 1.7. MÃO-DE-OBRA E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA



## GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

A CONTRATADA deverá empregar somente mão-de-obra qualificada na execução dos serviços.

Cabem à CONTRATADA as despesas relativas às leis sociais, seguros, vigilância, transporte, alojamento e alimentação do pessoal, durante todo o período da obra.

A CONTRATADA se obriga a fornecer a seguinte documentação relativa à obra:

- Certidão Negativa de Débitos com o INSS;
- Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS e
- Certidão de Quitação do ISS referente ao contrato.

### **1.8. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E GARANTIA**

A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, a ART referente à execução da obra. A guia da ART deverá ser mantida no local dos serviços.

Com relação ao disposto no Art. 618 do Código Civil Brasileiro, entende-se que o prazo de 5 (cinco) anos, nele referido, é de garantia e não de prescrição.

### **1.9. DIVERGÊNCIAS**

Em caso de divergências, salvo quando houver acordo entre as partes, será adotada a seguinte prevalência:

- As normas supracitadas prevalecem sobre estas especificações técnicas e estas, sobre os projetos e caderno de encargos;
- As cotas dos desenhos prevalecem sobre suas dimensões, medidas em escala;
- Os desenhos de maior escala prevalecem sobre os de menor escala;
- Os desenhos e datas mais recentes prevalecem sobre os mais antigos.



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

## **ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **1.0 SERVIÇOS PRELIMINAR**

#### **1.1 Placa de Identificação da obra**

Compreende a execução de placas de identificação da obra, em local de fácil localização e de boa visibilidade. Com os dados da CONTRATANTE e do Órgão Financiador, de acordo com o modelo fornecido pela CONTRATANTE, Em ambos os casos, no entanto, as mesmas deverão ser executadas de acordo com aprovação da Fiscalização e serem instaladas em local definido por ela.

É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, montagem e assentamento da placa, que poderá ser executadas em chapa de aço galvanizado, nº 16 ou 18, com tratamento antioxidante. A placa será fixada em estrutura de madeira serrada. As peças deverão ter dimensões suficientes para suporte das placas e para suportar a ação dos ventos.

Após a conclusão da obra, a placa será desmontada e removida, deixando a área ocupada pela mesma em condições idênticas à encontrada anteriormente.

O pagamento será medido e pago de acordo com o discriminado na planilha orçamentária contratual, após medição aprovada pela Fiscalização. O preço pago deverá incluir todas as despesas com material, ferramentas e mão-de-obra relativa aos serviços indicados nessa especificação, bem como os encargos e outras despesas eventuais necessárias à execução do serviço.

#### **1.2 Placas de Sinalização de Obras**

##### **1.2.1 Confeção de cavalete em perfil metálico para placa de sinalização**

**Finalidade:** Compreende a fabricação e fornecimento de cavaletes metálicos para indicação de trecho em obras, objetivando disciplinar o tráfego de veículos e permitindo maior segurança aos trabalhadores.





## GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

**Execução do serviço:** Para garantir os seus objetivos, a sinalização de obras deve:

- ✓ Estar limpa e em bom estado;
- ✓ Manter inalteradas formas e cores tanto no período diurno quanto noturno;
- ✓ Apresentar dimensões e elementos gráficos padronizados;
- ✓ Ser colocada sempre de forma a favorecer a sua visualização;
- ✓ Ser implantada de acordo com critérios uniformes e de forma a induzir o correto comportamento do usuário;
- ✓ Ser implantada antes do início da intervenção na via;
- ✓ Ser totalmente retirada quando da conclusão da etapa de obra;
- ✓ Ser totalmente retirada quando a obra ou etapa a que ela se refere for concluída.

Os cavaletes metálicos serão fabricados de acordo com projeto apresentado de acordo com o manual de custo do DNIT, anexo 01/2018.

O pagamento será efetuado de acordo com o discriminado na planilha orçamentária contratual, após medição aprovada pela Fiscalização. O preço pago deverá incluir todas as despesas com material, ferramentas e mão-de-obra relativa aos serviços indicados nessa especificação, bem como os encargos e outras despesas eventuais necessárias à execução do serviço.

**Critério de medição:** Unidade de cavelete

### 1.2.2 Confeccção de placa em aço nº 16 galvanizado, com película tipo I + I (cavelete)

**Finalidade:** A placa deve ser confeccionada em chapa nº 16 galvanizada com película tipo I, que são aquelas conhecidas comercialmente como “grau técnico ou grau de engenharia”, podem ser constituídas por microesfera de vidro os microprismas.

**Critério de medição:** m<sup>2</sup>



## GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

### **1.3 Mobilização**

Todos os equipamentos a serem transportados para a execução dos serviços deverão de acordo com o desenvolvimento dos serviços, sendo dividido em 04 categorias, listadas a seguir:

#### **1.3.1 Equipamentos de Grande porte**

São equipamentos que devem ser transportados cavalo mecânicos e reboque devido as suas dimensões e peso.

#### **1.3.2 Equipamentos de médio porte**

São equipamentos que podem ser transportados em caminhões com carroceria reduzindo assim o custo de transporte para a mobilização dos equipamentos.

#### **1.3.3 Veículos de produção**

São equipamentos utilizados diretamente na produção e execução de todos os serviços seja para o transporte de material, ou seja, para apoio e manutenção dos equipamentos de todas as categorias, sendo transportados com condução própria.

#### **1.3.4 Veículo de apoio**

São veículos a serem utilizados para a execução dos mais diversos serviços que vão desde os trabalhos iniciais, como também transporte de materiais diversos do canteiro de obras para as frentes de serviços.

### **1.4 Aluguel de alojamento para pessoal**

Tendo em vista o volume de serviços a ser executado e visando a economicidade está sendo proposto o aluguel de imóvel escritório e alojamento de pessoal.



## GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

Quantidade de imóvel: 01 und

Finalidade do imóvel: Acomodação de pessoal especializado, tais como encarregado, operadores, motorista e engenheiro, pessoal de escritório e demais profissionais especializados.

Critério de medição: Mensal.

### **1.5 Aluguel de mobiliário para alojamento de pessoal**

Finalidade: São mobílias para atender a acomodação de pessoal especializado, tais como encarregado, operadores, motorista e engenheiro, pessoal de escritório e demais profissionais especializados.

Critério de medição: Mensal.

## **2.0 ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

### **2.1 EQUIPE TÉCNICA DE APOIO PARA EXECUÇÃO DA OBRA**

#### **Engenheiro Civil, Encarregado, Topógrafo e Auxiliar de Topografia**

Este deve permanecer na referida obra pelo período estabelecido em planilha orçamentária para atender a demanda de serviços necessários. O mesmo deve estar em dia com suas obrigações junto ao CREA, não estando com punição proveniente do referido órgão como suspensão dos direitos de exercer a profissão. Se o engenheiro que for designado para ser responsável técnico não for o detentor do acervo solicitado no edital, este deve comprovar junto ao corpo da fiscalização, que tem experiência anterior em serviços similares à obra em questão.

Critério de medição: Proporcional a execução total dos serviços





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

### **3.0 TERRAPLENAGEM**

#### **3.1 Desmatamento, destocamento, limpeza de área e estocagem do material de limpeza com árvores de diâmetro até 0,15 m**

Previamente ao início de qualquer serviço, deverá ser feita uma limpeza superficial da faixa de construção de 3,00 metros de largura da extremidade da pista de rolamento, com o objetivo de retirar a vegetação e material imprestável aos serviços de terraplenagem.

O material resultante da limpeza deverá ser retirado e depositado em locais indicados pelo Projeto Básico. O serviço de limpeza lateral, não deverá ser motivo de obstrução no escoamento natural das águas de vias que se cruzam com a estrada em recuperação, nem motivo de formação de acúmulos de água pluviais, que poderão tornar-se locais de condições ambientais favoráveis à proliferação de mosquitos e insetos epidêmicos.

#### **3.2 Regularização de subleito**

A regularização do subleito é o serviço executado na camada superior de Terraplenagem destinado a conformar o leito estradal, transversal e longitudinalmente, de modo a torna-lo compatível com as exigências geométricas do projeto. Esse serviço consta essencialmente de cortes e/ ou aterros até 0,20m, de escarificação e compactação de modo a garantir uma densificação adequada e homogênea nos 0,20m superiores do subleito, sendo sua execução regulamentada pela especificação de serviço DNER ES – 299/97.

Critério de medição: m<sup>2</sup>

**3.3 a 3.14 – Escavação carga e transporte de matéria de 1ª categoria** – Trata-se dos serviços de terraplenagem visando execução dos corpos de aterro das vicinais a serem implantadas ou aterros localizados em vicinais onde já existe revestimento primário, deverá ser executado em conformidade com as normas vigentes do DNIT – ES 280/97, com utilização dos equipamentos previstos nas composições de preços, sob pena de não recebimento e aplicação de penalidades a Empresa e responsável Técnico em caso de não cumprimento das normas.

Critério de medição: m<sup>3</sup>



## GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

**3.5 – Compactação de aterros a 100% do Proctor normal** – Deverá ser executado em camadas de 15cm compactadas, onde deverá ser utilizado rolo compactador vibratório tipo “pé de Carneiro”, obedecendo a Norma do DNIT – ES 282/97 no que se refere a obtenção do grau de compactação solicitado em projeto, onde os trechos que não alcancem o limite mínimo deverão ser condenados e reexecutados.

Critério de medição: m<sup>3</sup>

## **4.0- REVESTIMENTO PRIMÁRIO:**

### **4.1– Execução de revestimento primário com material de jazida**

O revestimento primário compreende a execução de camada granular, composta por agregados naturais ou artificiais, aplicada sobre o reforço do subleito ou diretamente sobre o subleito compactado em rodovias não pavimentadas, com a função de assegurar condições de rolamento e de aderência do tráfego satisfatórias, mesmo sob condições climáticas adversas.

O material a ser aplicado deverá ser retirado das jazidas indicadas em projeto e deverão estar isentos de matéria orgânica, restos vegetais ou outras substâncias prejudiciais a aplicação do mesmo na pista de rolamento. A espessura da camada compactada prevista em projeto deverá ser rigorosamente seguida sob pena de não aceitação do trecho.

Para a execução dos serviços deverão ser observados o previsto na especificação DNER 280/97.

Critério de medição: m<sup>3</sup>

### **4.2 - Transporte com caminhão basculante de 10 m<sup>3</sup> - rodovia em revestimento primário**

Deverá ser feito em caminhões basculantes e terá o momento de transporte calculado em acordo com DMT previsto em projeto, em caso de necessidade de revisão em fase de obras por motivos relacionados a impedimentos de utilização de jazidas de projeto, deverá ser recalculado o DMT e consequentemente o Momento de transporte para a nova condição a ser apresentada na revisão do projeto.

Critério de medição: t x km



## GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

### **5.0– OBRAS DE ARTE CORRENTE:**

#### **5.1.1 a 5.1.4 Implantação de Corpos de Bueiro**

Deverão ser implantados nas localizações previstas em projetos e pré-marcadas pela equipe de topografia, em casos de pequena divergência na localização poderá ser alterado a localização desde que não seja superior 50 metros de distância do previsto em projeto básico. Deverá obrigatoriamente ser implantado onde existe a corrente de água, ou igarapé ou represa natural de água, não podendo ser feito corta rio para desviar a água para escoar para o bueiro implantado. Em caso de substituição de bueiro existente o antigo deverá ser removido sendo ele de madeira, concreto ou armico.

Para a execução dos corpos de bueiro deverão ser observados o previsto na NORMA DNIT 023/2004 - ES

Critério de medição: m

#### **5.2.1 A 5.2.4 – Implantação de Boca de Bueiro**

Serão executadas nos bueiros implantados visando evitar erosões nos corpos de aterro e no terreno onde são lançadas as águas provenientes da vazão do mesmo, assim como ampliar a área de captação de água para melhor escoamento, serão feitas em concreto conforme previsto em norma, não podendo ser executada em alvenaria ou concreto ciclópico.

Para a execução dos corpos de bueiro deverão ser observados o previsto na NORMA DNIT 023/2004 – ES

Critério de medição: und

### **7.0 SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

#### **7.1– Valetamento para saída d’água.**

Deverá ser executado ao longo da extensão da vicinal nos trechos onde tenha maior fluxo de águas provenientes de chuvas, deverá ser executado com a motoniveladora fazendo uma valeta no bordo da plataforma de terraplenagem com 1,00 metro de largura e profundidade de 30cm, e deverá ter as devidas saídas para desviar as águas do corpo estradal fazendo com que a mesma escoe para pontos mais baixos do terreno natural existente ao logo da vicinal.





## GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

Critério de medição: m

### 7.2 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

#### 7.2.1 Carga e descarga de bota fora de limpeza

Compreende os serviços de carga e descarga com utilização de equipamento tipo pá carregadeira e caminhão basculante.

Critério de medição: t

#### 7.2.2 Transporte com caminhão basculante de 10 m<sup>3</sup> - rodovia com revestimento primário (BOTA FORA)

Deverá ser feito em caminhões basculantes e terá o momento de transporte calculado em acordo com DMT previsto em projeto.

Critério de medição: t x km

#### 7.2.3 Espalhamento de material em bota fora

Deverá ser realizado o espalhamento dos solos de bota fora com equipamento tipo motoniveladora.

Critério de medição: m<sup>3</sup>

#### 7.3.4 Confecção de placa em aço nº 16 galvanizado, com película retrorrefletiva tipo III + III

- a) **Finalidade:** Implantação de dispositivo de sinalização vertical de acordo com o projeto.
- b) **Execução e controle de qualidade:** De acordo com a especificação DNIT 340/97-ES
- c) **Critério de medição:** und



## GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

### 7.3.5.6 Desmobilização de equipamentos

Os serviços de desmobilização de equipamentos será seu quantitativo e técnica de transporte igual ao serviço de mobilização.

Critério de medição: und

### ENTREGA DA OBRA

A obra será entregue em perfeito estado de limpeza e conservação.

Uma vistoria final da obra deverá ser feita pela CONTRATADA, antes da comunicação oficial do término da mesma, acompanhada pela FISCALIZAÇÃO. Será, então, firmado o Termo de Entrega Provisória, conforme alínea "a", I, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021, onde deverão constar as pendências e/ou problemas verificados na vistoria.

### PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Tendo em vista a localização do Município de Cantá, e tendo em vista que nem todos os materiais a serem utilizados são encontrados na cidade OS LICITANTES devem se atentar: 1) Para a necessidade do transporte de material em caminhão basculante para brita; 2) Para a distância, pois o transporte dos mesmos deve está de acordo com o gráfico de localização.

Todos os serviços necessários para a execução da obra descrita deverão ser executados conforme o prescrito pela nesta especificação ou sob-consulta pela fiscalização, nos projetos fornecidos, nas normas vigentes sobre cada assunto e nas orientações dos fabricantes dos materiais.

Foi tomada como base para o cálculo e os estabelecimentos dos preços estabelecidos a sistemática do **Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT e do SINAPI Boa Vista-Roraima.**

Todas as imperfeições decorrentes da obra – por exemplo: Áreas cimentadas, asfalto, áreas verdes, redes de energia hidráulicas – deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, sem qualquer acréscimo a ser pago pela CONTRATANTE.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARTA ALVES DOS SANTOS  
Data: 01/07/2024 21:21:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

## MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

### INFORMAÇÕES DA VICINAL

<b>Rodovia:</b>	Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266	
<b>Trecho:</b>	Entr. Vic 06 (Km 6,00) x Km 7,93 (fim)	
<b>Serviço:</b>	Implantação de Vicinal, incluindo Bueiros Tubulares e Pontes de Madeira	
<b>Extensão</b>	7,93	Km
<b>Município:</b>	Cantá	

Km	COORDENADAS	
0,00	N	03°34'11,30"
	W	60°31'36,90"
7,93	N	02°31'09,10"
	W	60°33'15,40"



MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS SERVIÇOS COMUNS DA OBRA							
PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA							
Km	Lado	Quantidade	Altura (m)	Comp. (m)	Área (m²)	Quant. (Und)	Observações
0,00	E	1,00	2,00	3,00	6,00	1,00	Implantar na entrada da Vic. Pé da Serra
MOBILIZAÇÃO							
Quantidade			Observação				
1,00			Memória de cálculo da Mobilização na composição de preço unitário em anexo				
PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE OBRAS							
Quantidade		Altura (m)	Comp. (m)	Área (m²)	Área Total (m²)	Observações	
5,00		0,90	1,50	1,35	6,75	Placa fixas na cor amarela	
5,00		0,90	1,50	1,35	6,75	Cavaletes na cor azul	
ALOJAMENTO DE PESSOAL							
Descrição				Quant.	Und.	Observação	
Aluguel de alojamento para pessoal				6,00	mês	Foi adotado preços da tabela de consultoria do DNIT para estes itens	
Aluguel de mobiliário para alojamento de pessoal				6,00	mês		
DESMOBILIZAÇÃO							
Quantidade			Observação				
1,00			Memória de cálculo da Desmobilização na composição de preço unitário em anexo				

LOCALIZAÇÃO - JAZIDA PARA REVESTIMENTO PRIMÁRIO								
Km	Afastamento (m)	COORDENADAS		OBSERVAÇÕES				
			W					
7,55	0,00	02°31'15,40"	60°33'05,20"	Localizada na Vic. Pe da Serra - LE				
Km Inicial	Km final	Km Médio	Jazida	DF - (m)	Altura (m)	Largura (m)	Volume Compactado (m³)	Momento (m³ x Km)
0,00	7,55	3,78	JAZ-01	-	0,13	5,00	4.907,50	18.525,81
7,55	7,93	7,74	JAZ-01	-	0,13	5,00	247,00	46,93
						TOTAL	5.154,50	18.572,74
							DMT em Km	3.60

LOCALIZAÇÃO - CAIXAS DE EMPRESTIMO - TERRAPLENAGEM					
Nome	Km	Lado	Volume Explorado (m³)	COORDENADAS	
				N	W
CE-01	2,35	LD	14.421,75	02°32'59,70"	60°31'32,90"
CE-02	7,55	LE	6.358,01	02°31'15,40"	60°33'05,20"

REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS							
Km	Lado	Volume Explorado (m³)	Profundidade da camada explorada (m)	Volume de Regularização (m³)			
				Larg. (m)	Comp. (m)	Altura (m)	Volume (m³)
7,55	LE	5.669,95	1,00	75,29	75,29	0,20	1.133,71
2,35	LD	15.863,93	1,00	125,95	125,95	0,20	3.172,68
7,55	LE	6.993,81	1,00	83,62	83,62	0,20	1.398,46
ÁREA TOTAL DE REGULARIZAÇÃO DAS CAIXAS DE EMPRESTIMOS							5.704,85

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS								
Desm. dest. limpeza áreas c/arv. diam. até 0,15 m								
Km Inicial	Km final	Extensão (m)	Largura (m)	Fator de Utilização	Área (m²)	Observações		
0,00	7,93	7.930,00	7,50	2,00	118.950,00			
Total					118.950,00			
Regularização de Sub-leito								
Km Inicial	Km final	Extensão (m)	Largura (m)	Área (m²)		Observações		
0,00	7,93	7.930,00	6,00	47.580,00				
Terraplenagem (Mapa de Cubação em Anexo)								
Km Inicial	Km final	Volume (m³)	Observação					
0,00	0,00		Mapa de cubação e distribuição em anexo					
0,00	0,00							
Execução de revestimento primário com material de jazida								
Km Inicial	Km final	Extensão (m)	Largura (m)	Expossura (m)	Volume (m³)	Observações		
0,00	7,93	7.930,00	5,00	0,15	5.947,50			
Transporte Local Caminhão Basculante 14m³ Rod. Não Pav.								
Km Inicial	Km final	Extensão (m)	Largura (m)	Exp. Camada (m)	Volume compactado (m³)	Densidade (t/m³)	DMT (Km)	Momento de Transporte (t.Km)
0,00	7,93	7.930,00	5,00	0,15	5.947,50	2,06	3,60	44.106,66
Recuperação de áreas degradadas								
Discriminação				Unidade	Extensão (m)	Largura (m)	Alt. (m)	Fator
Carga e descarga de bota fora de limpeza				m³	7.930,00	7,50	0,05	2,00
								Quant. (m³)
								5.947,50
Total								5.947,50
Discriminação				LOCAL	Volume (m³)	Dens. t/m³	DMT	Momento de
Transp. Local (bota fora da limpeza lateral)				JAZ-01	1.133,71	1,20	3,60	4.897,62
Transp. Local (bota fora da limpeza lateral)				CE-01	3.172,68	1,20	3,60	13.705,97
Transp. Local (bota fora da limpeza lateral)				CE-02	1.398,46	1,20	3,60	6.041,34
Total								24.644,93
Discriminação				Unidade	Volume (m³)	Observações		
Regularização mecânica de área degradada				m²	5.704,85	Conforme Memória do DMT de Revestimento e		
PLACA INDICATIVA COM NOMENCLATURA E CÓDIGO DA VICINAL								
Km	Lado	Quantidade	Altura (m)	Comp. (m)	Área (m²)	Área Total (m²)	Observações	
0,00	E	1,00	0,50	1,00	0,50	0,50	ENTR. VIC 06 E vicinal 06A	



## MEMORIA DE CÁLCULO DAS OBRAS DE ARTE CORRENTE

[illegible]

## MEMÓRIA DE TRANSPORTE DE INSUMOS O.A.C

## TUBOS PARA DESVIO

Tipo	Quant. (m)	Peso do Tubo (t)	DMT Rod. Não Pav. (Km)	DMT Rod. Pav. (Km)	Momento Transp. Rod. Não Pav. (t.Km)	Momento Transp. Rod. Não Pav. (t.Km)
BSTC 1,00m	-	1,05	15,66	44,70	-	-
SUBTOTAL PARA TUBOS DE DESVIO					-	-

## CORPO DE BUEIRO

TIPO DE OBRA DE ARTE CORRENTE	Quant. Corpo (m)	DMT Rod. Não Pav. (Km)	DMT Rod. Pav. (Km)	Peso do Tubo (t)	Peso do Cimento (t)	Peso da Brita (t)	Peso do aço (t)	Peso Total (t)	Momento Transp. Rod. Não Pav. (t.Km)	Momento Transp. Rod. Pav. (t.Km)
Corpo de BSTC Ø 0,80m	32,00	15,66	44,70	0,71				22,72	355,80	1015,58
Corpo de BSTC Ø 1,00m	64,00	15,66	44,70	1,05				67,20	1052,35	3003,84
Corpo de BSTC Ø 1,20m	24,00	15,66	44,70	2,36				56,64	886,98	2531,81
Corpo de BDTC Ø 1,00m	8,00	15,66	44,70	2,10				16,80	263,09	750,96
<b>SUBTOTAL PARA CORPOS DE OBRAS DE ARTE CORRENTE</b>									<b>2.558,22</b>	<b>7.302,19</b>

## BOCA DE BUEIRO

TIPO DE OBRA DE ARTE CORRENTE	Quant. Bocas (und)	DMT Rod. Não Pav. (Km)	DMT Rod. Pav. (Km)	Peso do Cimento (t)	Peso da Brita (t)	Peso do aço (t)	Peso Total (t)	Momento Transp. Rod. Não Pav. (t.Km)	Momento Transp. Rod. Pav. (t.Km)
Boca de BSTC $\Phi$ 0,80m	8,00	15,66	44,70	0,60	2,35	0,00	23,60	369,58	1054,92
Boca de BSTC $\Phi$ 1,00m	16,00	15,66	44,70	1,00	3,92	0,00	78,72	1232,76	3518,78
Boca de BSTC $\Phi$ 1,20m	6,00	15,66	44,70	1,54	6,05	0,00	45,54	713,16	2035,64
Corpo de BDTC $\Phi$ 1,00m	2,00	15,66	44,70	1,43	5,61	0,00	14,08	220,49	629,38
<b>SUBTOTAL PARA BOCAS DE OBRAS DE ARTE CORRENTE</b>								<b>2.535,99</b>	<b>7.238,72</b>

MOMENTO DE TRANSPORTE TOTAL PARA RODOVIA NÃO PAVIMENTADA	5.094,21
--	----------

MOMENTO DE TRANSPORTE TOTAL PARA RODOVIA PAVIMENTADA	14.540,91
--	-----------

ATERROS DAS O.A.C. A SEREM IMPLANTADAS							
Plataforma de terraplenagem em metros =				6,00	Empolamento: 25,00%		
Km	Altura Média Aterro (m)	Dist. Media (m)	Seção m²		Volume m³		
			Parcial	Soma	Parcial	Acumulado	Empolado
			-	-			
0,470	-		-	-	-	0,000	0,000
0,510	1,60	40,00	13,44	13,44	268,80	268,800	336,000
0,550	-	40,00	-	13,44	268,80	537,600	672,000
1,940	-	1.390,00	-	-	-	537,600	672,000
2,000	1,40	60,00	11,34	11,34	340,20	877,800	1.097,250
2,060	-	60,00	-	11,34	340,20	1.218,000	1.522,500
2,170	-	110,00	-	-	-	1.218,000	1.522,500
2,190	1,40	20,00	11,34	11,34	113,40	1.331,400	1.664,250
2,210	-	20,00	-	11,34	113,40	1.444,800	1.806,000
2,210	-	-	-	-	-	1.444,800	1.806,000
2,230	1,40	20,00	11,34	11,34	113,40	1.558,200	1.947,750
2,250	-	20,00	-	11,34	113,40	1.671,600	2.089,500
2,270	-	20,00	-	-	-	1.671,600	2.089,500
2,300	1,20	30,00	9,36	9,36	140,40	1.812,000	2.265,000
2,330	-	30,00	-	9,36	140,40	1.952,400	2.440,500
2,350	-	20,00	-	-	-	1.952,400	2.440,500
2,370	1,20	20,00	9,36	9,36	93,60	2.046,000	2.557,500
2,390	-	20,00	-	9,36	93,60	2.139,600	2.674,500
2,470	-	80,00	-	-	-	2.139,600	2.674,500
2,500	1,40	30,00	11,34	11,34	170,10	2.309,700	2.887,125
2,530	-	30,00	-	11,34	170,10	2.479,800	3.099,750
3,550	-	1.020,00	-	-	-	2.479,800	3.099,750
3,630	1,60	80,00	13,44	13,44	537,60	3.017,400	3.771,750
3,710	-	80,00	-	13,44	537,60	3.555,000	4.443,750
3,850	-	140,00	-	-	-	3.555,000	4.443,750
3,870	1,40	20,00	11,34	11,34	113,40	3.668,400	4.585,500
3,890	-	20,00	-	11,34	113,40	3.781,800	4.727,250
4,310	-	420,00	-	-	-	3.781,800	4.727,250
4,350	1,40	40,00	11,34	11,34	226,80	4.008,600	5.010,750
4,390	-	40,00	-	11,34	226,80	4.235,400	5.294,250
4,690	-	300,00	-	-	-	4.235,400	5.294,250
4,740	1,40	50,00	11,34	11,34	283,50	4.518,900	5.648,625
4,790	-	50,00	-	11,34	283,50	4.802,400	6.003,000
4,930	-	140,00	-	-	-	4.802,400	6.003,000
4,980	1,20	50,00	9,36	9,36	234,00	5.036,400	6.295,500
5,030	-	50,00	-	9,36	234,00	5.270,400	6.588,000
5,100	-	70,00	-	-	-	5.270,400	6.588,000
5,160	1,40	60,00	11,34	11,34	340,20	5.610,600	7.013,250
5,220	-	60,00	-	11,34	340,20	5.950,800	7.438,500
7,420	-	2.200,00	-	-	-	5.950,800	7.438,500
7,510	1,20	90,00	9,36	9,36	421,20	6.372,000	7.965,000
7,600	-	90,00	-	9,36	421,20	6.793,200	8.491,500
7,820	-	220,00	-	-	-	6.793,200	8.491,500
7,830	1,60	10,00	13,44	13,44	67,20	6.860,400	8.575,500
7,840	-	10,00	-	13,44	67,20	6.927,600	8.659,500
7,840	-	-	-	-	-	6.927,600	8.659,500
7,850	1,40	10,00	11,34	11,34	56,70	6.984,300	8.730,375
7,860	-	10,00	-	11,34	56,70	7.041,000	8.801,250
						7.041,000	8.801,250

Volume total de aterro em m³ **8.801,250**  
 Volume total de compactação em m³ **7.041,000**



ELEVAÇÕES DE GREIDE A SEREM IMPLANTADAS - ATERROS LOCALIZADOS							
Plataforma de terraplenagem em metros =				6,00	Empolamento: 25,00%		
Km	Altura Média Aterro (m)	Dist. Media (m)	Seção m²		Volume m³		
			Parcial	Soma	Parcial	Acumulado	Empolado
0,000			-	-		0,000	0,000
<b>0,240</b>	0,40	230,00	2,64	2,64	303,600	303,600	379,500
0,470		230,00	-	2,64	303,600	607,200	759,000
0,550	-	-	-	-	0,000	607,200	759,000
<b>1,100</b>	0,40	540,00	2,64	2,64	712,800	1.320,000	1.650,000
1,640	-	540,00	-	2,64	712,800	2.032,800	2.541,000
1,640	-	-	-	-	0,000	2.032,800	2.541,000
<b>1,720</b>	2,00	80,00	18,00	18,00	720,000	2.752,800	3.441,000
1,800	-	80,00	-	18,00	720,000	3.472,800	4.341,000
1,800	-	-	-	-	0,000	3.472,800	4.341,000
<b>1,880</b>	2,00	80,00	18,00	18,00	720,000	4.192,800	5.241,000
1,960	-	80,00	-	18,00	720,000	4.912,800	6.141,000
2,060	-	-	-	-	0,000	4.912,800	6.141,000
<b>2,120</b>	0,40	60,00	2,64	2,64	79,200	4.992,000	6.240,000
2,170		50,00	-	2,64	66,000	5.058,000	6.322,500
2,250	-	-	-	-	0,000	5.058,000	6.322,500
<b>2,260</b>	0,40	10,00	2,64	2,64	13,200	5.071,200	6.339,000
2,270		10,00	-	2,64	13,200	5.084,400	6.355,500
2,330	-	-	-	-	0,000	5.084,400	6.355,500
<b>2,340</b>	0,40	10,00	2,64	2,64	13,200	5.097,600	6.372,000
2,350		10,00	-	2,64	13,200	5.110,800	6.388,500
2,390	-	-	-	-	0,000	5.110,800	6.388,500
<b>2,430</b>	0,40	40,00	2,64	2,64	52,800	5.163,600	6.454,500
2,470		40,00	-	2,64	52,800	5.216,400	6.520,500
2,530	-	-	-	-	0,000	5.216,400	6.520,500
<b>3,040</b>	0,40	510,00	2,64	2,64	673,200	5.889,600	7.362,000
3,550		510,00	-	2,64	673,200	6.562,800	8.203,500
3,710	-	-	-	-	0,000	6.562,800	8.203,500
<b>3,780</b>	0,40	70,00	2,64	2,64	92,400	6.655,200	8.319,000
3,850		70,00	-	2,64	92,400	6.747,600	8.434,500
3,890	-	-	-	-	0,000	6.747,600	8.434,500
<b>4,100</b>	0,40	210,00	2,64	2,64	277,200	7.024,800	8.781,000
4,310	-	210,00	-	2,64	277,200	7.302,000	9.127,500
4,390	-	-	-	-	0,000	7.302,000	9.127,500
<b>4,540</b>	0,40	150,00	2,64	2,64	198,000	7.500,000	9.375,000
4,690		150,00	-	2,64	198,000	7.698,000	9.622,500
4,790	-	-	-	-	0,000	7.698,000	9.622,500
<b>4,860</b>	0,40	70,00	2,64	2,64	92,400	7.790,400	9.738,000
4,930		70,00	-	2,64	92,400	7.882,800	9.853,500
5,030	-	-	-	-	0,000	7.882,800	9.853,500
<b>5,070</b>	0,40	40,00	2,64	2,64	52,800	7.935,600	9.919,500
5,100		30,00	-	2,64	39,600	7.975,200	9.969,000
6,220	-	-	-	-	0,000	7.975,200	9.969,000
<b>6,320</b>	1,50	100,00	12,38	12,38	619,000	8.594,200	10.742,750
6,420		100,00	-	12,38	619,000	9.213,200	11.516,500
7,600	-	-	-	-	0,000	9.213,200	11.516,500
<b>7,710</b>	0,40	110,00	2,64	2,64	145,200	9.358,400	11.698,000
7,820		110,00	-	2,64	145,200	9.503,600	11.879,500
7,860	-	-	-	-	0,000	9.503,600	11.879,500
<b>7,900</b>	0,40	30,00	2,64	2,64	39,600	9.543,200	11.929,000
7,930		30,00	-	2,64	39,600	9.582,800	11.978,500
						9.582,800	11.978,500

Volume Total Escavado em m³ **11.978,500**  
 Volume Total de Compactação em m³ **9.582,800**

DISTRIBUIÇÃO DA TERRAPLENAGEM																							
CORTE			ATERRO - DISTRIBUICAO					DMT (m)	VOLUME TRANSPORTADO COM DMT:												3000	TOTAL	
Nº	CV	DF - M	Volume compactado (m³)	Nº	KM		CV		0	51	201	401	601	801	1001	1201	1401	1601	1801	2001			2501
					INICIAL	FINAL			50	200	400	600	800	1000	1200	1400	1600	1800	2000	2500			3000
DISTRIBUIÇÃO DOS ATERROS NAS O. A. C. E. O. A. E.																							
CE01	2,35	-	537,600	1	0,47	0,55	0,51	1.840,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	672,000	-	-	-	672,000
CE01	2,35	-	680,400	2	1,94	2,06	2,00	350,00	-	-	850,500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	850,500
CE01	2,35	-	226,800	3	2,17	2,21	2,19	160,00	-	283,500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	283,500
CE01	2,35	-	226,800	4	2,21	2,25	2,23	120,00	-	283,500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	283,500
CE01	2,35	-	280,800	5	2,27	2,33	2,30	50,00	351,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	351,000
CE01	2,35	-	187,200	6	2,35	2,39	2,37	20,00	234,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	234,000
CE01	2,35	-	340,200	7	2,47	2,53	2,50	150,00	-	425,250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	425,250
CE01	2,35	-	1.075,200	8	3,55	3,71	3,63	1.280,00	-	-	-	-	-	-	1.344,000	-	-	-	-	-	-	-	1.344,000
CE01	2,35	-	226,800	9	3,85	3,89	3,87	1.520,00	-	-	-	-	-	-	-	283,500	-	-	-	-	-	-	283,500
CE01	2,35	-	453,600	10	4,31	4,39	4,35	2.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	567,000	-	-	-	-	567,000
CE02	7,55	-	567,000	11	4,69	4,79	4,74	2.810,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	708,750	-	708,750
CE02	7,55	-	468,000	12	4,93	5,03	4,98	2.570,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	585,000	-	585,000
CE02	7,55	-	680,400	13	5,10	5,22	5,16	2.390,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	850,500	-	850,500
CE02	7,55	-	842,400	14	7,42	7,60	7,51	40,00	1.053,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.053,000
CE02	7,55	-	134,400	15	7,82	7,84	7,83	280,00	-	-	168,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	168,000
CE02	7,55	-	113,400	16	7,84	7,86	7,85	300,00	-	-	141,750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141,750
DISTRIBUIÇÃO DOS ATERROS LOCALIZADOS E ELEVÇÃO DE GRADE																							
CE01	2,35		607,200		0,00	0,47	0,24	2.110,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	759,000	-	-	-	759,000
CE01	2,35		1.425,600		0,55	1,64	1,10	1.250,00	-	-	-	-	-	-	1.782,000	-	-	-	-	-	-	-	1.782,000
CE01	2,35		1.440,000		1,64	1,80	1,72	630,00	-	-	-	-	1.800,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.800,000
CE01	2,35		1.440,000		1,80	1,96	1,88	470,00	-	-	-	1.800,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.800,000
CE01	2,35		145,200		2,06	2,17	2,12	230,00	-	-	181,500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	181,500
CE01	2,35		26,400		2,25	2,27	2,26	90,00	-	33,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33,000
CE01	2,35		26,400		2,33	2,35	2,34	10,00	33,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33,000
CE01	2,35		105,600		2,39	2,47	2,43	80,00	-	132,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132,000
CE01	2,35		1.346,400		2,53	3,55	3,04	690,00	-	-	-	-	1.683,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.683,000
CE01	2,35		184,800		3,71	3,85	3,78	1.430,00	-	-	-	-	-	-	-	231,000	-	-	-	-	-	-	231,000
CE01	2,35		554,400		3,89	4,31	4,10	1.750,00	-	-	-	-	-	-	-	-	693,000	-	-	-	-	-	693,000
CE02	7,55		396,000		4,39	4,69	4,54	3.010,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	495,000	495,000
CE02	7,55		184,800		4,79	4,93	4,86	2.690,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	231,000	-	231,000
CE02	7,55		92,400		5,03	5,10	5,07	2.480,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115,500	-	-	115,500
CE02	7,55		1.238,000		6,22	6,42	6,32	1.230,00	-	-	-	-	-	-	-	1.547,500	-	-	-	-	-	-	1.547,510
CE02	7,55		290,400		7,60	7,82	7,71	160,00	-	363,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	363,000
CE02	7,55		79,200		7,86	7,93	7,90	350,00	-	-	99,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99,000
VOLUME TOTAL ESCAVADO EM M³									1.671,000	1.520,250	1.440,750	1.800,000	3.483,000	-	-	4.673,500	514,500	693,000	1.239,000	1.725,000	1.524,750	495,000	20779,760



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

**PLANILHA DE B.D.I.  
E  
COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS  
PARTICULARES  
BASE ONERADA**





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI - RODOVIAS - ONERADO	
ITENS	ÍNDICE ADOTADO
Administração Local	4,620%
Seguro + Garantia	0,740%
Risco	0,970%
<b>Total</b>	<b>6,330%</b>
Despesas Financeiras	0,340%
<b>Total</b>	<b>0,340%</b>
Lucro	8,420%
<b>Total</b>	<b>8,420%</b>
COFINS	3,000%
PIS	0,650%
ISS	3,000%
<b>Total</b>	<b>6,650%</b>
<b>B.D.I. A SER ADOTADO</b>	
	<b>23,90%</b>

LEGENDA
AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central; R = taxa representativa de riscos; S = taxa representativa de seguros; G = taxa representativa de garantias; DF = taxa representativa das despesas financeiras; L = taxa representativa do lucro/remuneração; e T = taxa representativa da incidência de tributos.

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G)) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

$$BDI = \frac{(1 + 0,06330) \times (1 + 0,00340) \times (1 + 0,08420)}{(1 - 0,06650)} - 1$$

$$BDI = \frac{(1,06330) \times (1,00340) \times (1,08420)}{(0,93350)} - 1$$

$$BDI = \frac{(1,15675)}{(0,93350)} - 1$$

$$BDI = 1,239 - 1 \times 100$$

$$BDI = 23,90\%$$

**FÓRMULA PARA CÁLCULO DO BDI**

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS										
Distância a ser percorrida em Rodovia Pavimentada:				44,70	Km	Veiculos Pesados	Veloc. Média:	40,00	Km/h Pavim.	BASE DE PREÇOS
Distância a ser percorrida em Rodovia Não Pavimentada:				15,66	Km		Veloc. Média:	30,00	Km/h N Pavim.	SICRO OUT/2023
						Veiculos Leves	Veloc. Média:	60,00	Km/h Pavim.	ONERADO
							Veloc. Média:	40,00	Km/h N Pavim.	
Item	Equipamento	Cód.	Quant.	Tempo de percurso (h)	Fator Utilização	Custo Horário R\$	Total em R\$	Observações		
1.0	Equipamentos Leves									
1.1	Veículo leve tipo pick-up 4x4	E9684	1,00	1,1	1,00	114,44	125,88			
1.2	Caminhão carroceria com capacidade de 9 t	E9508	4,00	1,1	1,00	187,52	825,09			
1.3	Caminhão basculante com capacidade de 6 m³	E9506	4,00	1,1	1,00	190,44	837,94			
1.4	Caminhão Basculante 10m³ - 15t	E9579	10,00	1,1	1,00	294,80	3.242,80			
1.5	Caminhão Pipa Cap. 10.000L	E9571	3,00	1,1	1,00	334,44	1.103,65			
2.0	Equipamentos Pesados									
2.1	Trator de Esteira		1,00	1,6	2,00	423,16	1.354,11	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666		
2.2	Carregadeira de pneus		2,00	1,6	2,00	423,16	2.708,22	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666		
2.3	Escavadeira Hidráulica		3,00	1,6	2,00	423,16	4.062,34	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666		
2.4	Motoniveladora		3,00	1,6	2,00	423,16	4.062,34	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666		
2.5	Trator de pneus c/ grade		2,00	1,6	2,00	423,16	2.708,22	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666		
2.6	Rolo compactador auto propulsor		2,00	1,6	2,00	423,16	2.708,22	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666		
2.7	Retroescavadeira de pneus		2,00	1,6	2,00	423,16	2.708,22	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666		
CUSTO DIRETO DA MOBILIZAÇÃO EM R\$							26.447,03			

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

COMPOSIÇÕES PARTICULARES 02 E03							
Composição	Equipamento	Cód.	Pessoa	K= Port. 5047/2020	Tab. Consult. DNIT B8952 / B8954	Custo Mensal em R\$	Observações
1.0	Alojamento de Pessoal						Tabela 02 - Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos da Engenharia Consultiva - mês de referência: Outubro/2023
Particular 02	Aluguel de alojamento para pessoal	B8952	20,00	12,41	31,05	7.706,61	
Particular 03	Aluguel de mobiliário para alojamento de pessoal	B8954	20,00	12,4	43,89	10.884,72	





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS								BASE DE PREÇOS SICRO OUT/2023 ONERADA	
CÓDIGO Particular 02	SERVIÇO : Equipe técnica de apoio para execução da obra							UNID.: Und	
A - Equipamento	Cod.	Mod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo	Total
				Prod.	Improd.	Prod.	Improd.		
TOTAL - A									0,00
B - Mão de Obra				Código	Quant. Mês	Quant.	Salário mensal	Custo	Total
Engenheiro Civil				P9812		1,000	22.741,368		22.741,37
Encarregado de obras				P9840		2,000	10.625,435		21.250,87
Topógrafo				P9949		1,000	6.188,557		6.188,56
Auxiliar de topografia				P9950		2,000	4.303,656		8.607,31
TOTAL DE OPERÁRIOS / SALÁRIO MÉDIO / TOTAL - B						6,00			58.788,11
C-Produção Horária da Equipe			1,00	D-Custo Horário Total (A+B)					58.788,11
E- Custo Unitário de Execução D / C									58.788,11
F - Materiais				Código	Unid.	Custo	Consumo	Custo	Unitário
TOTAL - F									0,00
G - Transportes Comerciais e Locais			Código	Und.	DMT	Custo	Consumo	Custo	Unitário
TOTAL - G									0,00
Custo Direto Total R\$									58.788,11
Observações :									



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS								BASE DE PREÇOS SICRO OUT/2023 ONERADA	
CÓDIGO Particular 03	SERVIÇO : Valetamento para saída d'água							UNID.: M	
A - Equipamento	Cod.	Mod.	Quant.	Utilização Horária		Custo Horário		Custo Total	
				Prod.	Improd.	Prod.	Improd.		
Motoniveladora	E9524	93Kw	1,00	1,00	0,00	287,52	121,71	287,52	
TOTAL - A								287,52	
B - Mão de Obra				Código	K ou R	Quant.	Salário Horário	Custo Horário	
TOTAL DE OPERÁRIOS / SALÁRIO MÉDIO / TOTAL - B						0,00		0,00	
C-Produção Horária da Equipe			500,00	D-Custo Horário Total (A+B)				287,52	
E- Custo Unitário de Execução D / C								0,58	
F - Materiais				Código	Unid.	Custo	Consumo	Custo Unitário	
TOTAL - F								0,00	
G - Transportes Comerciais e Locais				Código	Und.	DMT	Custo	Consumo	Custo Unitário
TOTAL - G								0,00	
Custo Direto Total R\$								0,58	
Observações :									



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS								
Distância a ser percorrida em Rodovia Pavimentada:		44,70	Km	Veiculos Pesados	Veloc. Média:	40,00	Km/h Pavim.	BASE DE PREÇOS
Distância a ser percorrida em Rodovia Não Pavimentada:		15,66	Km		Veloc. Média:	30,00	Km/h N Pavim.	SICRO OUT/2023
				Veiculos Leves	Veloc. Média:	60,00	Km/h Pavim.	ONERADO
					Veloc. Média:	40,00	Km/h N Pavim.	
Item	Equipamento	Cód.	Quant.	Tempo de percurso (h)	Fator Utilização	Custo Horário R\$	Total em R\$	Observações
1.0	Equipamentos Leves							
1.1	Veículo leve tipo pick-up 4x4	E9684	1,00	1,1	1,00	114,44	125,88	
1.2	Caminhão carroceria com capacidade de 9 t	E9508	4,00	1,1	1,00	187,52	825,09	
1.3	Caminhão basculante com capacidade de 6 m³	E9506	4,00	1,1	1,00	190,44	837,94	
1.4	Caminhão Basculante 10m³ - 15t	E9579	10,00	1,1	1,00	294,80	3.242,80	
1.5	Caminhão Pipa Cap. 10.000L	E9571	3,00	1,1	1,00	334,44	1.103,65	
2.0	Equipamentos Pesados							
2.1	Trator de Esteira		1,00	1,6	2,00	423,16	1.354,11	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666
2.2	Carregadeira de pneus		2,00	1,6	2,00	423,16	2.708,22	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666
2.3	Escavadeira Hidráulica		3,00	1,6	2,00	423,16	4.062,34	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666
2.4	Motoniveladora		3,00	1,6	2,00	423,16	4.062,34	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666
2.5	Trator de pneus c/ grade		2,00	1,6	2,00	423,16	2.708,22	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666
2.6	Rolo compactador auto propulsor		2,00	1,6	2,00	423,16	2.708,22	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666
2.7	Retroescavadeira de pneus		2,00	1,6	2,00	423,16	2.708,22	Transporte c/ Cavalo Mecânico c/ Reboque - E9666
CUSTO DIRETO DA MOBILIZAÇÃO EM R\$							26.447,03	

Documento assinado digitalmente



MARTA ALVES DOS SANTOS  
Data: 01/07/2024 21:23:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**  
**CURVA ABC**  
**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**  
**BASE ONERADA**

<p><b>BASE DE PREÇOS ONERADA</b></p> <p>SICRO OUT/2023</p> <p>Tab. Consult. DNIT OUT/2023</p> <p>SINAPI OUT/2023</p>
<p><b>B.D.I.</b></p> <p>23,90%</p>

ORÇAMENTO GERAL									
Item	Código	Base	Descrição	Unid.	Quant.	Preço Unit. S/ B.D.I. R\$	Valor do B.D.I. R\$	Preço Unit. C/ B.D.I. R\$	Preço Total c/ B.D.I. R\$
1.0			Serviços preliminares						184.925,83
1.1	5213492		Placa de identificação da obra	und	1,00	3.556,78	850,07	4.406,85	4.406,85
1.2	5213418		Placas de sinalização de obras	m²	13,50	570,54	136,36	706,90	9.543,15
1.3	Particular 01		Mobilização de equipamentos	und	1,00	26.447,03	6.320,84	32.767,87	32.767,87
1.4	Particular 02		Aluguel de alojamento para pessoal	mês	6,00	7.706,61	1.841,88	9.548,49	57.290,94
1.5	Particular 03		Aluguel de mobiliário para alojamento de pessoal	mês	6,00	10.884,72	2.601,45	13.486,17	80.917,02
2.0			Administração local						72.838,47
2.1	Particular 04		Equipe técnica de apoio para execução da obra	Und	1,00	58.788,11	14.050,36	72.838,47	72.838,47
3.0			Terraplenagem						426.376,91
3.1	5501700		Desm. dest. limpeza áreas c/arv. diam. até 0,15 m	m²	118.950,00	0,54	0,13	0,67	79.696,50
3.2	4011209		Regularização do Sub-leito	m²	47.580,00	1,16	0,28	1,44	68.515,20
3.3	5501710		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT até 50m c/esc.	m³	1.671,00	2,88	0,69	3,57	5.965,47
3.4	5502135		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 50 A 200m c/esc.	m³	1.520,25	5,30	1,27	6,57	9.988,04
3.5	5502136		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 200 A 400m c/esc.	m³	1.440,75	6,01	1,44	7,45	10.733,59
3.6	5502137		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 400 A 600m c/esc.	m³	1.800,00	6,23	1,49	7,72	13.896,00
3.7	5502138		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 600 A 800m c/esc.	m³	3.483,00	6,45	1,54	7,99	27.829,17
3.8	5502141		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1200 A 1400m c/esc.	m³	4.673,50	7,37	1,76	9,13	42.669,06
3.9	5502142		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1400 A 1600m c/esc.	m³	514,50	7,56	1,81	9,37	4.820,87
3.10	5502143		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1600 A 1800m c/esc.	m³	693,00	7,74	1,85	9,59	6.645,87
3.11	5502144		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1800 A 2000m c/esc.	m³	1.239,00	7,88	1,88	9,76	12.092,64
3.12	5502145		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 2000 A 2500m c/esc.	m³	1.725,00	8,20	1,96	10,16	17.526,00
3.13	5502146		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 2500 A 3000m c/esc.	m³	1.524,75	9,10	2,17	11,27	17.183,93
3.14	5502835		Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 3000 A 5000m c/esc.	m³	495,00	9,37	2,24	11,61	5.746,95
3.15	5502978		Compactação de aterro a 100% Proctor Normal	m³	16.623,81	5,00	1,20	6,20	103.067,62
4.0			Revestimento Primário:						143.354,74
4.1	4015612		Execução de revestimento primário com material de jazida	m³	5.947,50	12,21	2,92	15,13	89.985,68
4.2	5914374		Transp. local cam basc. 10m³ rod.nao.pav.	t.Km	44.106,66	0,98	0,23	1,21	53.369,06
5.0			Obras de Arte Corrente						304.883,10
5.1			Implantação de corpo de bueiro						147.389,84
5.1.1	0804029		Corpo de BSTC Φ 0,80m	m	32,00	622,58	148,80	771,38	24.684,16
5.1.2	0804037		Corpo de BSTC Φ 1,00m	m	64,00	912,96	218,20	1.131,16	72.394,24
5.1.3	0804045		Corpo de BSTC Φ 1,20m	m	24,00	1.098,94	262,65	1.361,59	32.678,16
5.1.4	0804189		Corpo de BDTC Φ 1,00m	m	8,00	1.778,98	425,18	2.204,16	17.633,28
5.2			Implantação de boca de bueiro						136.806,42
5.2.1	0804385		Boca de BSTC Φ 0,80m	und	8,00	2.153,85	514,77	2.668,62	21.348,96
5.2.2	0804393		Boca de BSTC Φ 1,00m	und	16,00	3.375,73	806,80	4.182,53	66.920,48
5.2.3	0804401		Boca de BSTC Φ 1,20m	und	6,00	4.951,52	1.183,41	6.134,93	36.809,58
5.2.4	0804417		Boca de BDTC Φ 1,00m	und	2,00	4.732,61	1.131,09	5.863,70	11.727,40
5.4			Transporte de material						20.686,84
5.4.1	5914374		Transp. c/ cam. Basc. 10m³ - Rod. com rev. primario	t.Km	2.535,99	0,98	0,23	1,21	3.068,55
5.4.2	5914389		Transp. c/ cam. Basc. 10m³ - Rod. Pavimentada	t.Km	7.302,19	0,79	0,19	0,98	7.156,15
5.4.3	5914479		Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rod. Pav.	t.Km	2.535,99	0,73	0,17	0,90	2.282,39
5.4.4	5914464		Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rod. não Pav.	t.Km	7.238,72	0,91	0,22	1,13	8.179,75
6.0			Obras de Artes Especiais						
6.1			Construção de pontes de madeira						838.102,10
6.1.1	Orçamento P.M. 01		Ponte no Km 1,75 da Vic. Pé da Serra - CTA-266 - c/ 20,00m ext.	und	1,00	227.782,09	54.439,92	282.222,01	282.222,01
6.1.2	Orçamento P.M. 02		Ponte no Km 1,88 da Vic. Pé da Serra - CTA-266 - c/ 2500m ext.	und	1,00	277.266,47	66.266,69	343.533,16	343.533,16
6.1.3	Orçamento P.M. 03		Ponte no Km 6,32 da Vic. Pé da Serra - CTA-266 - c/ 15,00m ext.	und	1,00	171.385,74	40.961,19	212.346,93	212.346,93
7.0			Serviços complementares						104.784,93
7.1	Particular 05		Valetamento para saída água	m	7.930,00	0,58	0,14	0,72	5.709,60
7.2			Recuperação de áreas Degradadas						
7.2.1	5915399		Carga e descarga de bota fora de limpeza	t	5.947,50	2,88	0,69	3,57	21.232,58
7.2.2	5914329		Transporte com caminhão basculante de 6 m³ - rodovia com revestimento primário	t.Km	24.644,93	1,06	0,25	1,31	32.284,86
7.2.3	4413942		Espalhamento de material em bota fora	m³	5.704,85	1,76	0,42	2,18	12.436,57
7.3.4	5213418		Confecção de placa em aço nº 16 galvanizado, com película retrorrefletiva tipo III + III	m²	0,50	570,54	136,36	706,90	353,45
7.4.5	Particular 06		Desmobilização de equipamentos	und	1,00	26.447,03	6.320,84	32.767,87	32.767,87

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

Item	Descrição	Dias						Total por Atividade
		0 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 120	121 a 150	151 a 180	
1.0	Serviços preliminares	92.462,91	18.492,58	18.492,58	18.492,58	18.492,58	18.492,58	184.925,83
		50,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	8,91%
2.0	Administração local	14.567,70	14.567,69	14.567,69	14.567,69	7.283,85	7.283,85	72.838,47
		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	10,00%	10,00%	3,51%
3.0	Terraplenagem	42.637,68	42.637,69	85.275,38	85.275,38	85.275,38	85.275,38	426.376,91
		10,00%	10,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,55%
4.0	Revestimento Primário:	-	28.670,95	28.670,95	43.006,42	21.503,21	21.503,21	143.354,74
		0,00%	20,00%	20,00%	30,00%	15,00%	15,00%	6,91%
5.0	Obras de Arte Corrente	91.464,93	60.976,62	45.732,47	45.732,47	30.488,31	30.488,31	304.883,10
		30,00%	20,00%	15,00%	15,00%	10,00%	10,00%	14,69%
6.0	Obras de Artes Especiais	251.430,63	167.620,42	125.715,32	125.715,32	83.810,21	83.810,21	838.102,10
		30,00%	20,00%	15,00%	15,00%	10,00%	10,00%	40,39%
7.0	Serviços complementares	-	-	-	47.153,22	31.435,48	26.196,23	104.784,93
		0,00%	0,00%	0,00%	45,00%	30,00%	25,00%	5,05%
Mensal s/ Adm. Local		477.996,15	318.398,26	303.886,70	365.375,40	271.005,18	265.765,92	2.002.427,61
		23,87%	15,90%	15,18%	18,25%	13,53%	13,27%	
Mensal c/ Adm. Local		492.563,85	332.965,95	318.454,39	379.943,08	278.289,02	273.049,77	2.075.266,08
		23,73%	16,04%	15,35%	18,31%	13,41%	13,15%	100,0%
Acumulado		492.563,85	825.529,81	1.143.984,20	1.523.927,29	1.802.216,31	2.075.266,08	
		23,73%	39,77%	55,12%	73,43%	86,84%	100,00%	





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

PLANILHA DA CURVA ABC - GERAL								
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço Unit. c/ B.D.I. R\$	Preço Total R\$	Porcentagem Individual (%)	Porcentagem acumulada (%)	Classe
6.1.2	Ponte no Km 1,88 da Vic. Pé da Serra - CTA-266 - c/ 2500m ext.	und	1,00	343.533,16	343.533,16	16,55%	16,550%	A
6.1.1	Ponte no Km 1,75 da Vic. Pé da Serra - CTA-266 - c/ 20,00m ext.	und	1,00	282.222,01	282.222,01	13,60%	30,150%	A
6.1.3	Ponte no Km 6,32 da Vic. Pé da Serra - CTA-266 - c/ 15,00m ext.	und	1,00	212.346,93	212.346,93	10,23%	40,380%	A
5.1	Implantação de corpo de bueiro	-	-	-	147.389,84	7,10%	47,480%	A
3.15	Compactação de aterro a 100% Proctor Normal	m³	16.623,81	6,20	103.067,62	4,97%	52,450%	B
4.1	Execução de revestimento primário com material de jazida	m³	5.947,50	15,13	89.985,68	4,34%	56,790%	B
5.1.2	Corpo de BSTC Ø 1,00m	m	64,00	1.131,16	72.394,24	3,49%	60,280%	B
3.1	Desm. dest. limpeza áreas c/arv. diam. até 0,15 m	m²	118.950,00	0,67	79.696,50	3,84%	64,120%	B
1.5	Aluguel de mobiliário para alojamento de pessoal	mês	6,00	13.486,17	80.917,02	3,90%	68,020%	B
2.0	Administração local	-	-	-	72.838,47	3,51%	71,530%	B
2.1	Equipe técnica de apoio para execução da obra	Und	1,00	72.838,47	72.838,47	3,51%	75,040%	B
3.2	Regularização do Sub-leito	m²	47.580,00	1,44	68.515,20	3,30%	78,340%	B
5.2.2	Boca de BSTC Ø 1,00m	und	16,00	4.182,53	66.920,48	3,22%	81,560%	C
4.2	Transp. local cam basc. 10m³ rod. nao.pav.	t.Km	44.106,66	1,21	53.369,06	2,57%	84,130%	C
1.4	Aluguel de alojamento para pessoal	mês	6,00	9.548,49	57.290,94	2,76%	86,890%	C
3.8	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1200 A 1400m c/esc.	m³	4.673,50	9,13	42.669,06	2,06%	88,950%	C
5.1.3	Corpo de BSTC Ø 1,20m	m	24,00	1.361,59	32.678,16	1,57%	90,520%	C
1.3	Mobilização de equipamentos	und	1,00	32.767,87	32.767,87	1,58%	92,100%	C
7.4.5	Desmobilização de equipamentos	und	1,00	32.767,87	32.767,87	1,58%	93,680%	C
7.2.2	Transporte com caminhão basculante de 6 m³ - rodovia com revestimento pr	t.Km	24.644,93	1,31	32.284,86	1,56%	95,240%	C
5.2.3	Boca de BSTC Ø 1,20m	und	6,00	6.134,93	36.809,58	1,77%	97,010%	C
5.1.1	Corpo de BSTC Ø 0,80m	m	32,00	771,38	24.684,16	1,19%	98,200%	C
3.7	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 600 A 800m c/esc.	m³	3.483,00	7,99	27.829,17	1,34%	99,540%	C
7.2.1	Carga e descarga de bota fora de limpeza	t	5.947,50	3,57	21.232,58	1,02%	100,560%	C
5.1.4	Corpo de BDTC Ø 1,00m	m	8,00	2.204,16	17.633,28	0,85%	101,410%	C
5.2.1	Boca de BSTC Ø 0,80m	und	8,00	2.668,62	21.348,96	1,03%	102,440%	C
3.12	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 2000 A 2500m c/esc.	m³	1.725,00	10,16	17.526,00	0,84%	103,280%	C
3.13	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 2500 A 3000m c/esc.	m³	1.524,75	11,27	17.183,93	0,83%	104,110%	C
3.6	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 400 A 600m c/esc.	m³	1.800,00	7,72	13.896,00	0,67%	104,780%	C
3.11	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1800 A 2000m c/esc.	m³	1.239,00	9,76	12.092,64	0,58%	105,360%	C
7.2.3	Espalhamento de material em bota fora	m³	5.704,85	2,18	12.436,57	0,60%	105,960%	C
3.5	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 200 A 400m c/esc.	m³	1.440,75	7,45	10.733,59	0,52%	106,480%	C
3.4	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 50 A 200m c/esc.	m³	1.520,25	6,57	9.988,04	0,48%	106,960%	C
5.2.4	Boca de BDTC Ø 1,00m	und	2,00	5.863,70	11.727,40	0,57%	107,530%	C
1.2	Placas de sinalização de obras	m²	13,50	706,90	9.543,15	0,46%	107,990%	C
5.4.2	Transp. c/ cam. Basc. 10m³ - Rod. Pavimentada	t.Km	7.302,19	0,98	7.156,15	0,34%	108,330%	C
5.4.4	Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rod. não Pav.	t.Km	7.238,72	1,13	8.179,75	0,39%	108,720%	C
3.10	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1600 A 1800m c/esc.	m³	693,00	9,59	6.645,87	0,32%	109,040%	C
3.3	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT até 50m c/esc.	m³	1.671,00	3,57	5.965,47	0,29%	109,330%	C
3.14	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 3000 A 5000m c/esc.	m³	495,00	11,61	5.746,95	0,28%	109,610%	C
7.1	Valetamento para saída água	m	7.930,00	0,72	5.709,60	0,28%	109,890%	C
3.9	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1400 A 1600m c/esc.	m³	514,50	9,37	4.820,87	0,23%	110,120%	C
1.1	Placa de identificação da obra	und	1,00	4.406,85	4.406,85	0,21%	110,330%	C
5.4.1	Transp. c/ cam. Basc. 10m³ - Rod. com rev. primario	t.Km	2.535,99	1,21	3.068,55	0,15%	110,480%	C
5.4.3	Transporte com caminhão carroceria de 15 t - rod. Pav.	t.Km	2.535,99	0,90	2.282,39	0,11%	110,590%	C
7.3.4	Confeção de placa em aço nº 16 galvanizado, com película retrorrefletiva tij	m²	0,50	706,90	353,45	0,02%	110,610%	C
3.2	Destocamento de árvores com diâmetro de 0,15 a 0,30 m	Und	-	51,26	-	0,00%	110,610%	C

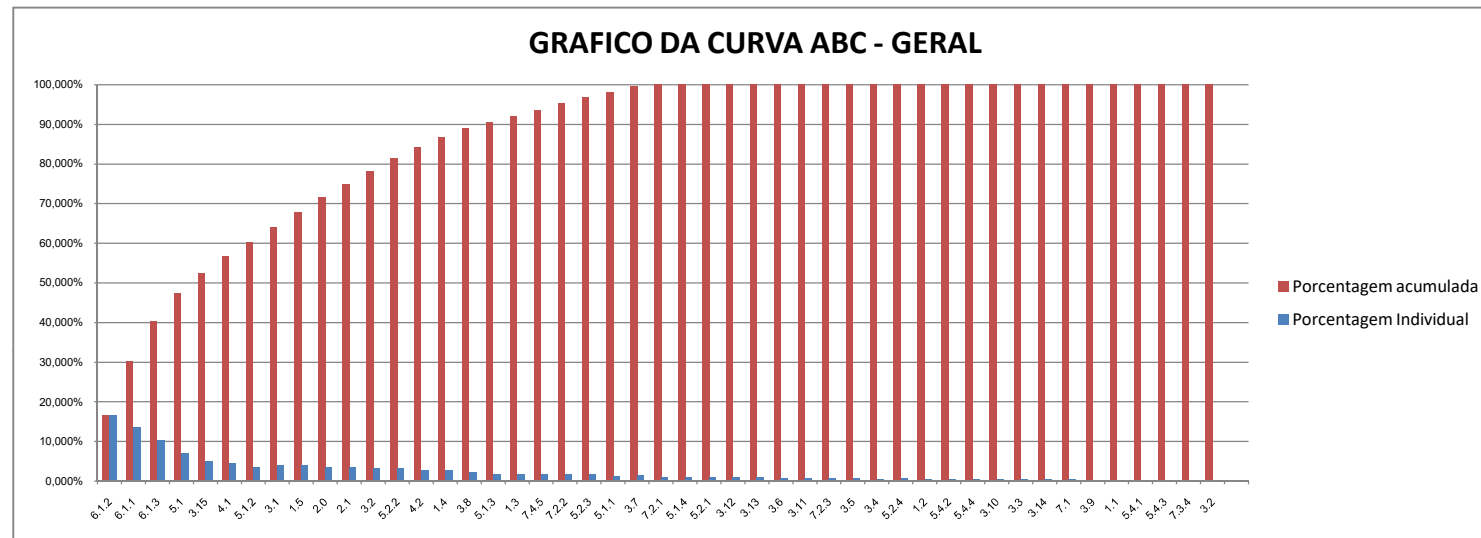


GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Valor total em R\$							2.075.266,08		



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



Documento assinado digitalmente

**MARTA ALVES DOS SANTOS**

Data: 01/07/2024 21:23:22-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





GOVERNO DE RORAIMA  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E  
RECURSOS HÍDRICOS

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*



**LICENÇA PRÉVIA**

**LP N.º 047/2023/DLGA/DLAIIS**

A Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Estadual n.º 001, Art.46, Inciso III e Art.02 de 26 de janeiro de 1991, e regulamentada pela Lei Delegada n.º. 04 de 16 de janeiro de 2003 e da Lei Estadual n.º. 815 de 07 de Julho de 2011, de acordo com o Sistema de Licenciamento de Atividades Potencialmente Poluidoras, instituído através da Lei Complementar n.º. 007 de 26 de Agosto de 1994, concede a presente **LICENÇA PRÉVIA**, referente ao Processo N.º **PR-00649-01/2023**, Parecer Técnico N.º **PAR-00779-01/2023**, registrada na **FEMARH** sob o código **E-01-21-A**, ao Empreendedor:

**NOME:** SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINF  
**CPF/CNPJ:** 84.012.012/0001-26  
**ENDEREÇO:** AV. GETULIO VARGAS, Nº3941.  
**MUNICÍPIO:** BOA VISTA/RR

**ATIVIDADE:** EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE VICINAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIROS, CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NA RODOVIA VICINAL PÉ DA SERRA - (ANTIGA VIC. 6A) - CTA266, COM EXTENSÃO TOTAL DE 7,93 KM DE RODOVIA, 60 M DE PONTES E 189 M DE BUEIROS, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CANTÁ-RR.

**Endereço do Empreendimento:** Rodovia Vicinal Pé da Serra - (antiga Vic. 6A) - CTA266, com extensão total de 7,93 km de rodovia, 60 m de pontes e 189 m de bueiros, localizadas no município de Cantá/RR.

**VALIDADE:** 11/08/2027

Esta licença é válida somente para a atividade supracitada, dentro do período de validade e observada as condições deste documento e seus anexos que embora não transcritos, são partes integrantes do mesmo.

Qualquer alteração deverá ser comunicada imediatamente à FEMARH-RR.

GLICÉRIO MARCOS FERNANDES PEREIRA  
Presidente da FEMARH

Boa Vista/RR, 11/08/2023.

WAGNER SEVERO NOGUEIRA  
Diretor da DLGA/FEMARH-RR



GOVERNO DE RORAIMA  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E  
RECURSOS HÍDRICOS  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



### CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA

Cumprimento das exigências abaixo relacionadas:

- 1 A licença deve ser fixada em um local de fácil visibilidade pelos Órgãos Fiscalizadores;
- 2 Que sejam cumpridas todas as ações descritas nas medidas mitigadoras constantes no PCA e PRAD;
- 3 Entrar com pedido de renovação desta licença **120 dias** antes do vencimento, Qualquer alteração no projeto deverá ser informada preliminarmente a Femarh; Cópia da publicação desta Licença em jornal de grande circulação;
- 4 Caso ocorra algum imprevisto comunicar imediatamente a DLGA/FEMARH;
- 5 O empreendedor deve apresentar junto ao Sistema LicenciaJá a **Publicação** desta Licença em jornal de grande circulação ou Diário Oficial em até **30 (trinta) dias**;
- 6 Que os demais compostos liberados no ambiente não sejam tóxicos, não alterem as características físico-químicas do solo, não altere seletivamente a composição vegetal, nem sejam potencialmente contaminantes de recursos hídricos;

### Coordenadas da Área Requerida

Coordenadas da VICINAL – Datum Sirgas 2000

CTA- 266 - VIC. PÉ DA SERRA	Km	Coordenada N	Coordenada E
INÍCIO	0,00	02°34'11,30"	60°31'36,90"
CE- 01	2,35	02°32'59,70"	60°31'32,90"
JAZ- 01/ CE- 02	7,55	02°32'07,30"	60°30'38,90"
FIM	7,93	02°31'09,10"	60°33'15,40"

CTA- 266 - VIC. PÉ DA SERRA	Km	Coordenada N	Coordenada E
INÍCIO	0,00	02°34'11,30"	60°31'36,90"
PTE 20m	1,76	02°33'16,40"	60°31'33,60"
PTE 25m	1,88	02°33'13,30"	60°31'33,40"
PTE 15m	6,32	02°31'32,70"	60°32'30,60"

### DOCUMENTOS ANEXOS

Os Constantes do Processo Nº: **PR-00649-01/2023/** Parecer Técnico Nº: **PAR-00779-01/2023**

Sem taxa

RESPONSÁVEL TÉCNICO: DORVANIR DA SILVA BARROS  
ART: Nº RR20230122188

FEMARH  
Avenida Ville Roy, 4935 São Pedro - Boa Vista – RR  
CEP 69.306-040  
TELEFAX: 095 2121-9190



**Governo do Estado de Roraima**  
*"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"*

## **MEMORIAL DESCRITIVO**

As especificações aqui prescritas visam fornecer subsídios capazes de garantir uma execução economicamente viável, dentro dos padrões técnicos adotados pela Secretaria de Infraestrutura do Estado - Seinf, devendo ser aplicada apenas em relação aos serviços previstos na planilha de quantitativos e custos, peça componente do Projeto Básico de Engenharia, quando da execução da obra, e que devem ser cumpridos rigorosamente sob pena de, em caso de não cumprimento dos métodos de execução aqui adotados, motivar a rescisão contratual unilateral e passível de penalidades e multa à Contratada, salientando ainda que o responsável técnico da contratada deverá tomar ciência de todas as indicações constantes neste memorial descritivo, para que as mesmas possam ser aplicadas na execução dos serviços, estando o mesmo ciente de que todo e qualquer descumprimento a estas normas caberá também penalidades ao profissional que ora se responsabiliza tecnicamente pelos serviços que estão sendo prestados pela contratada.

### **DISPOSIÇÕES GERAIS:**

Para os efeitos desta especificação são adotadas as seguintes definições:

**Aterros:** segmentos de rodovia cuja implantação requer depósito de materiais provenientes de cortes e/ou de empréstimos no interior dos limites das seções de projeto que definem o corpo estradal.

**Botadentro:** parte de terra, que no terrapleno, é aproveitada como aterro, dispensando grandes distâncias de transporte.

**Botafora:** material de escavação dos cortes não aproveitados nos aterros, devido a sua má qualidade, ao seu volume, ou à excessiva distância de transporte, e que é depositado fora da plataforma da estrada, de preferência nos limites da faixa de domínio, quando possível.

**Corpo do aterro:** parte do aterro situado entre o terreno natural até 0,60m abaixo da cota correspondente ao greide da terraplanagem.

**Cortes:** segmentos de rodovia, em que a implantação requer a escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto que definem o corpo estradal.

**Desmatamento e Limpeza Lateral:** corte e remoção de toda vegetação de qualquer densidade incluindo operações de escavação e remoção total dos tocos e raízes e da camada de solo orgânico, na profundidade necessária para eliminar toda a vegetação rasteira existente.

**DMT:** Distância Média de Transporte adotada para mensurar o momento de transporte de qualquer material, insumo, terraplenagem e pavimentação a serem utilizados para execução da obra.

**Empolamento:** é o processo de expansão volumétrica do terreno natural após o desmonte do material.

**Empréstimos:** área indicada no projeto, ou selecionada, onde serão escavados materiais a utilizar na execução da plataforma da estrada, nos segmentos em aterro.

**Jazida:** área indicada para a obtenção de solos ou rocha a empregar na execução da estrada.

**Material de 1ª categoria:** compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo e inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor de umidade



apresentado.

**Projeto básico:** conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços, elaborados com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

**Regularização:** operação destinada a conformar o leito estradal, quando necessário, transversal e longitudinalmente, compreendendo cortes ou aterros até 20 cm de espessura e de acordo com os perfis transversais e longitudinais indicados no projeto.

**Obra de Arte Corrente:** são dispositivos de pequeno a razoável porte, instalados nos talvegues, destinados a transportar fluxos de águas pluviais (permanentes ou temporários) entre dois pontos interceptados pela estrada.

**Revestimento Primário:** entende-se como aquele constituído de mistura adequada e na proporção correta de solos naturais ou artificiais, ou de ambos, convenientemente umedecida, que formará uma capa de rolamento impermeável e resistente para suportar o tráfego de veículos.

**Seção Transversal Padrão:** perfil do terreno em seção normal ao eixo da estrada definindo sua plataforma e dando-lhe conformação transversal e longitudinal, com a finalidade de dar boas condições de tráfego e drenagem.

## NORMATIVAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Após a Contratada receber a Ordem de Serviço emitida pela Secretaria de Infraestrutura do Estado - Seinf, deverá proceder o início dos serviços respeitando este memorial descritivo e suas normativas, sendo que em caso de não cumprimento dos métodos aqui adotados poderá causar paralisação da obra, não medição de serviços e até rescisão contratual unilateral com penalidades aplicadas a contratada incluindo multa contratual dependendo da gravidade no descumprimento das normativas. Salientando que todo e qualquer serviço, somente poderá ser iniciado após apresentação das licenças ambientais previstas no Projeto Básico.

### 1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES:

**1.1 Fornecimento e implantação de placa em aço para identificação da obra:** deverá ser confeccionada em acordo com as medidas determinadas no Projeto Básico e instalada ao lado direito no início do trecho aonde serão executados os serviços, em caso de mais de uma vicinal deverá ser adotada a vicinal de maior tráfego ou a que sirva de acesso principal para as demais vicinais atendidas pelo projeto.

**1.2 Fornecimento e implantação de placas em aço para sinalização de obras:** deverá ser confeccionada em acordo com as medidas determinadas no Projeto Básico e instalada ao longo do trecho em obras.

**1.3 Mobilização:** Trata-se da mobilização dos equipamentos no início da obra. Será medido de acordo com a planilha do projeto, sendo dividido em duas parcelas, uma no início e outra ao final.

**1.4 Aluguel de alojamento para pessoal:** Recurso destinado a pagamento de alojamento para os colaboradores.

**Aluguel de mobiliário para alojamento de pessoal:** recurso destinado para mobiliar os alojamentos dos colaboradores.



1.5 Aluguel de mobiliário para alojamento de pessoal: recurso destinado para mobiliar os alojamentos dos colaboradores.

## **2.0 ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

2.1 Equipe técnica e Administração Local da Obra: Equipe responsável pela execução e administração local da obra. Este serviço será medido proporcionalmente ao avanço físico da obra.

## **3.0 - TERRAPLENAGEM:**

3.1 - Desmatamento, destocamento, limpeza de área e estocagem do material de limpeza com árvores de diâmetro até 0,15 m – Previamente ao início de qualquer serviço, deverá ser feita uma limpeza superficial da faixa de construção de 2,50 metros de largura da extremidade da pista de rolamento, com o objetivo de retirar a vegetação e material imprestável aos serviços de terraplenagem.

O material resultante da limpeza deverá ser retirado e depositado em locais indicados pelo Projeto Básico. O serviço de limpeza lateral, não deverá ser motivo de obstrução no escoamento natural das águas de vias que se cruzam com a estrada em recuperação, nem motivo de formação de acúmulos de água pluviais, que poderão tornar-se locais de condições ambientais favoráveis à proliferação de mosquitos e insetos epidêmicos.

3.2 - Regularização do Sub-leito – Será executado uma regularização da pista de rolamento existente para nivelamento antes de receber os serviços de revestimento primário.

3.3 a 3.11 – Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria– Trata-se dos serviços de terraplenagem visando execução dos corpos de aterro das vicinais a serem implantadas ou aterros localizados em vicinais onde já existe revestimento primário, deverá ser executado em conformidade com as normas vigentes do DNIT, com utilização dos equipamentos previstos nas composições de preços, sob pena de não recebimento e aplicação de penalidades a Empresa e responsável Técnico em caso de não cumprimento das normas.

3.12 – Compactação de aterros a 100% do Proctor normal– Deverá ser executado em camadas de 20cm compactadas, onde deverá ser utilizado rolo compactador vibratório tipo “pé de Carneiro”, obedecendo a Norma do DNIT no que se refere a obtenção do grau de compactação solicitado em projeto, onde os trechos que não alcancem o limite mínimo deverão ser condenados e reexecutados.

## **4.0- REVESTIMENTO PRIMÁRIO:**

4.1 – Execução de revestimento primário com material de jazida - O revestimento primário compreende a execução de camada granular, composta por agregados naturais ou artificiais, aplicada sobre o reforço do subleito ou diretamente sobre o subleito compactado em rodovias não pavimentadas, com a função de assegurar condições de rolamento e de aderência do tráfego satisfatórias, mesmo sob condições climáticas adversas.

O material a ser aplicado deverá ser retirado das jazidas indicadas em projeto e deverão estar isentos de matéria orgânica, restos vegetais ou outras substâncias prejudiciais a aplicação do mesmo na pista de rolamento. A espessura da camada compactada prevista em projeto deverá ser rigorosamente seguida sob pena de não aceitação do trecho.

4.2 - Transporte com caminhão basculante de 10 m<sup>3</sup> - rodovia com revestimento primário – Deverá ser feito em caminhões basculantes e terá o momento de transporte calculado em acordo com DMT previsto em projeto, em caso de necessidade de revisão em fase de obras por motivos relacionados a impedimentos de utilização de jazidas de projeto, deverá ser recalculado o DMT e consequentemente o Momento de transporte para a nova condição a ser apresentada na revisão do projeto.

## **5.0 – OBRAS DE ARTE CORRENTE:**

5.1 – Implantação de Corpo de Bueiro: Deverão ser implantados nas localizações previstas em projetos e pré-marcadas pela equipe de topografia, em casos de pequena divergência na localização poderá ser alterado a localização desde que não seja superior 50 metros de distância do previsto em projeto básico. Deverá obrigatoriamente ser implantado onde existe a corrente de água, ou igarapé ou represa natural de água, não podendo ser feito corta rio para desviar a água para escoar para o bueiro implantado. Em caso de substituição de bueiro existente o antigo deverá ser removido sendo ele de madeira, concreto ou metal. Deverá ser executado de acordo com projeto fornecido.

5.2 – Implantação de Boca de Bueiro – Serão executadas nos bueiros implantados visando evitar erosões nos corpos de aterro e no terreno onde são lançadas as águas provenientes da vazão do mesmo, assim como ampliar a área de captação de água para melhor escoamento, serão feitas em concreto conforme previsto em norma e de acordo com projeto fornecido, não podendo ser executada em alvenaria ou concreto ciclópico.

## **6.0 - SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

6.1 – Valetamento para saída d'água – Deverá ser executado ao longo da extensão da vicinal nos trechos onde tenha maior fluxo de águas provenientes de chuvas, deverá ser executado com a motoniveladora fazendo uma valeta no bordo da plataforma de terraplenagem com 1,00 metro de largura e profundidade de 30cm, e deverá ter as devidas saídas para desviar as águas do corpo estradal fazendo com que a mesma escoe para pontos mais baixos do terreno natural existente ao logo da vicinal.

### **6.2 - Recuperação de áreas degradadas**

6.2.1 Carga, manobra e descarga de agregados ou solos em caminhão basculante de 6 m<sup>3</sup> - carga com carregadeira e descarga livre - Carga de Material Proveniente da Limpeza Lateral: Parte do material proveniente da limpeza lateral da via que contenha matéria orgânica deverá ser recolhido, com utilização de pá carregadeira. Este serviço será medido em Toneladas.

6.2.2 Transporte com caminhão basculante de 6 m<sup>3</sup> - rodovia com revestimento primário: Todo o material coletado da limpeza lateral será transportado até a jazida de projeto e estocado em leira. Este serviço será realizado em caminhões basculantes. Será medido em TxKm.

6.2.3 Espalhamento de material em bota fora - Regularização mecânica de área degradada: Após a finalização de todo o revestimento primário será realizado a regularização de toda a área explorada da jazida com uso de escavadeira hidráulica e o material vegetal estocado deverá ser espalhado em toda a área com auxílio de pá carregadeira com a finalidade de se obter uma camada de aproximadamente 20cm, e com isso as sementes e mudas de capim nasçam novamente na área e forme uma cobertura vegetal suficiente para não ocorrer erosões no futuro. Este serviço será medido em m<sup>3</sup>.

## PROCEDIMENTOS APÓS CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS

Após conclusão total dos serviços a empresa contratada deverá proceder uma limpeza geral em toda extensão da vicinal, coletando restos de materiais utilizados na construção das obras de arte corrente (restos de areia, brita, madeiras, bueiros velhos que foram substituídos), assim como não deverá ter depósitos de materiais lateríticos às margens da vicinal que por ventura não tenham sido utilizados. Quando da visita da fiscalização para o recebimento final da obra toda esta limpeza já deverá ter sido procedida sob pena de impossibilitar o recebimento da obra.

A placa da obra somente poderá ser retirada após recebimento definitivo da obra tanto pela fiscalização como pela comissão de recebimento, caso a mesma seja retirada antes, a obra não poderá ser recebida causando glosa do referido serviço na medição final e aplicação de penalidades a empresa contratada.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Alves Dos Santos, Engenheira Civil**, em 26/06/2024, às 15:30, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **13401999** e o código CRC **D108196D**.

21101.001066/2024.34

13401999v1

Criado por 38317826287, versão 1 por 38317826287 em 25/06/2024 23:43:58.



**Governo do Estado de Roraima**  
*"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"*

**PROJETO BÁSICO**

(Lei nº 14.133/2021 - Art. 6º, inciso XXV)

Item	Descrição	Valor Estimado
01	<p><b>OBJETO:</b> IMPLANTAÇÃO DE RODOVIA VICINAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIROS, CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA.</p> <p><b>LOCAL:</b> RODOVIA VICINAL PÉ DA SERRA - (ANTIGA VIC. 6A) - CTA-266.</p> <p><b>EXTENSÃO:</b> 7,93KM DE RODOVIA, 60M DE PONTES E 189M DE BUEIROS</p> <p><b>MUNICÍPIO:</b> CANTÁ-RR</p>	<b>R\$ 2.075.266,08</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

**1.1** Com base nos fundamentos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), este Projeto básico e seus anexos, acompanhado das peças técnicas, visa fornecer elementos e subsídios que viabilizem a execução do objeto a seguir descrito.

**1.2** Instrumento exclusivo de obras e serviços de engenharia, elaborado em estrita observância das leis e normas vigentes, e das orientações da AGU, estando presente todos os elementos do art. 6º, inc. XXV, da Lei nº 14.133/2021.

**1.3** Em atenção às disposições da [Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20/12/2021](#), que institui o Cadastro Nacional de Obras (CNO); [Instrução Normativa Nº 5, de 2017](#), que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta; [Instrução Normativa Nº 01, de 2010](#), que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras; e da [Instrução Normativa nº 1/2023 - DNIT](#), que regulamenta a aplicação dos índices de reajustamentos de contratos de obras e serviços de engenharia no âmbito do DNIT.

## 2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

**2.1** Constitui o objeto deste Projeto Básico, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE VICINAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIROS, CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NA RODOVIA VICINAL PÉ DA SERRA - (ANTIGA VIC. 6A) - CTA-266, COM EXTENSÃO TOTAL DE 7,93KM DE RODOVIA, 60M DE PONTES E 189M DE BUEIROS, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CANTÁ-RR.**

## 3. DETALHAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO



**3.1** O objeto deste projeto é caracterizado **obra**, conforme definido no inciso XII, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, do ramo **da infraestrutura de transportes**, cujo obra será executada, em **lote único**, na **Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR.**

**3.2** Nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 2021, o objeto deste projeto, é classificado **"obra de engenharia"**, não podendo ser considerado como serviço comum de engenharia, por sua natureza e características, que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, inova o espaço físico da natureza acarretando alteração substancial das características originais; cuja atividade estabelecida por força de lei, é privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, regulamentados pela [Lei nº 5.194, de 1966](#); e [Lei nº 6.496, de 1977](#).

**3.3** Será realizado no regime de **"execução indireta"**, por meio de contratação de empresa especializada de engenharia, através de licitação na modalidade **"concorrência"**, nos termos do art. 6º, Inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento, **"menor preço"**, tendo em vista a vantajosidade para a Administração, oriunda da economia de escala.

#### **4. DA JUSTIFICATIVA E SOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** As obras de **Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266**, tem por objetivo proporcionar maior qualidade de vida à população que reside na região, promovendo o fortalecimento da capacidade produtiva da região, possibilitando que as famílias residentes ali, a maioria pequenos agricultores, possa escoar a sua produção até os centros urbanos, com custos de transportes reduzidos, visto a qualidade da via, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da região.

**4.2** As obras de Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR, por este instrumento ser considerado de grande relevância para o atendimento dos objetivos da contratação, bem como caracterizar as obrigações e direitos da Contratada a qual será confiada a execução da referida obra.

**4.3** As obras de Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, irá proporcionar maiores e melhores facilidades de acesso a população rural residente na área, promovendo a estruturação das atividades produtivas, rotas de escoamento da produção e integração, buscando assim a sua melhoria da qualidade de vida por meio da dinamização das atividades econômicas locais, bem como a criação de animais, atendendo diretamente aproximadamente 150 moradores da referida região.

**4.4** Desta forma, justifica-se a necessidade de selecionar empresa especializada por meio de processo licitatório em modalidade complexa, para a contratação de empresa especializada para execução das obras de **Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR**, em atendimento a demanda em questão.

#### **5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Projeto Básico, correrão conforme descrito abaixo, nos termos da declaração ([14739944](#)).

- a) **Programa de Trabalho:** 26.782.075.3340 / 26.782.075.334
- b) **Elemento de Despesa:** 44.90.51.00
- c.) **Fonte de Recursos:** 1.500 - Co: 0000.1 e 1.501 - Co: 0000.4

#### **6. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

**6.1** O **prazo de execução** do objeto será executado no prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, conforme estabelecido no Cronograma físico-financeiro,

aprovado pela fiscalização.

**6.2 O prazo de vigência** da contratação será de **240 (duzentos e quarenta) dias**, contados de sua data de assinatura, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

**6.3** Os prazos de que tratam este Item, poderão ser prorrogados nos termos dos artigos 105 e 111 da Lei nº 14.133/2021, condicionada ao ateste da fiscalização de que as condições, e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

**6.4** O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, e quanto às hipóteses de prorrogação, observados os casos de quando o objeto não for concluído no período firmado, desde que haja autorização formal da autoridade competente, sem prejuízo da responsabilização da parte que deu causa ao descumprimento do prazo.

**6.5** Nos casos de ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução, será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante termo aditivo, conforme art. 111, da Lei nº 14.133/2021, observando as condições descritas no item anterior.

## **7. DAS ESPECIFICAÇÕES E LOCAL DE EXECUÇÃO**

**7.1** As especificações estão descritos nos **Anexos** deste, parte integrante deste Projeto Básico.

**7.2** Os serviços serão executados na **Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR**, conforme mapas de localização, anexos ([12704945](#)) e ([12704951](#)), deste projeto básico.

## **8. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**8.1** O presente objeto obedecerá a forma de execução indireta, **empreitada por preço unitário**, nos termos do Art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**8.2** A adoção do regime de empreitada por preço unitário justifica-se pela natureza dos serviços - obras rodoviárias, não sendo possível prever com exatidão a quantidade dos serviços antes da execução.

**8.3** A execução do objeto, seguirá a dinâmica prevista no Cronograma físico-financeiro, ([13504439](#)).

## **9. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** Para viabilizar a avaliação do custo, estima-se o valor máximo aceitável para a execução dos serviços é de **R\$ 2.075.266,08** (dois milhões setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e seis reais e oito centavos), conforme planilhas orçamentárias anexas deste projeto básico.

**9.2** O valor estimado foi elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos do projeto, e tabela de preço **referencial SICRO/SINAPI RR data-base 10/2023**, com o intuito de assegurar a viabilidade técnica, visando ainda possibilitar a avaliação do custo e a definição dos métodos e dos prazos de execução, através de orçamento detalhado, fundamentado em quantitativos, planilhas de BDI, e composições de preços unitários, devidamente mensurados nos anexos do Projeto Básico.

**9.3** Valor estimado crescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, definidos por meio de composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**9.4** Conforme dispõe a Súmula nº 258 do TCU, "as composições de custos unitários" e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra, devendo constar dos anexos do futuro edital da licitação.

**9.5** Os preços adotados pelas licitantes deverão estar de acordo com os praticados no mercado e, neles, deverão estar inclusas todas as despesas necessárias, inclusive custos com, materiais, impostos, taxas, transportes, fretes, instalações, depreciações, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, instalações e quaisquer outras despesas inerentes aos serviços, na forma do item anterior.

**9.6** Os modelos das planilhas orçamentárias, poderão ser extraídos do arquivo Excel a ser fornecido com as planilhas de composição dos preços da Proposta de Preço, anexo ao Edital, na forma dos **anexos** ([12704994](#)) e ([12705001](#)).

**9.7** Será exigida a garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta **for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento)** do valor previsto, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**9.8** As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.

**9.9** O **prazo de validade** da proposta de preços não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, prorrogável, a pedido da Administração.

**9.10** Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.

## **10. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**10.1** Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que satisfaçam todas as exigências estabelecidas neste Edital.

**10.2** Será **permitida** a participação de empresas em consórcio, nos termos do art.15, da Lei nº 14.133/2021, e as seguintes condições:

- a)** comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b)** indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Contratante, a qual deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio;
- c)** no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, a qual deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;
- d)** os documentos de habilitação previstos no futuro Edital, deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação;
- e)** a empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante;
- f)** qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida;
- g)** responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- h)** os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato;
- i)** o prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva;
- j)** estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada, além das demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- k)** tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, **antes da celebração do contrato**, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso;
- l)** os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, sem prévia autorização do Contratante, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original;

**m)** os consorciados deverão apresentar compromissos de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente da de seus integrantes;

**10.3 Não poderão** disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

**a)** o autor do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**b)** a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**c)** pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**d)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**e)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

**f)** pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**g)** o impedimento de que trata a alínea "c" deste Item, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**h)** equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**i)** quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14, da Lei nº 14.133/2021.

## 11. DO PARCELAMENTO

**11.1** O parcelamento **não é viável** para o referido objeto tendo, em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes, a economia de escala, a redução de custos de gestão, e a qualidade na execução dos serviços. (Art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021)

## 12. DA VISTORIA TÉCNICA

**12.1** É assegurado ao licitante o direito de realizar vistoria prévia no local de execução da obra, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. (Art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021)

**12.2** O licitante poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar, mediante **declaração formal** do representante legal da empresa e seu responsável técnico (Art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), ressaltando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo total responsabilidade por esse fato, citando expressamente que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros que sejam avenças técnicas ou financeiras com o Governo do Estado.

**12.3** O **prazo para vistoria** iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**12.4** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário de expediente, devendo o agendamento ser efetuado previamente.



**12.5** Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**12.6** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### 13. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**13.1** Em razão do objeto, será adotada a modalidade de Concorrência, por se tratar de uma contratação de obras, conforme art. 6º, Inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, que deverá ser estabelecido o prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para apresentação das propostas, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação. Tendo como objetivo garantir que haja prazo suficiente para dimensionamento das propostas, em vista da dimensão e complexidade da obra.

**13.2** Importa ressaltar neste Projeto, a atenção ao art. 69 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser demonstrado pelas licitantes balanço patrimonial comprovando os índices contábeis, definido em Edital, sendo ainda exigido da licitante a comprovação de patrimônio mínimo, no valor de 10% do valor estimado da obra.

**13.3** A documentação relativa à **capacidade técnica profissional e operacional** consistirá em:

a) a Licitante, deverá ser pessoa jurídica registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, estando sujeito o contrato à "Anotação de Responsabilidade Técnica – ART", conforme Lei Nº 6.496, de 1977.

b) nos termos do art. 67, da Lei nº 14.133/2021, o Responsável Técnico pela realização dos serviços envolvidos no processo deverá ser um Engenheiro Civil ou profissional equivalente que possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 junho de 1973.

c) as empresas com seus empregados devem cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme DECRETO-LEI Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**13.4** Do Procedimento de contratação sem prejuízo de outros documentos a serem exigidos no Instrumento Convocatório, A Proponente/Licitante deverá possuir:

13.4.1 Na forma do art. 88, § 3º da Lei nº 14.133/2021, registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do domicílio ou sede da proponente/licitante, válido e com a indicação de seu(s) responsável(is) técnico(s), de nível superior com graduação em Engenharia Civil, com atribuições profissionais compatíveis com o serviço de Pavimentação, reconhecidas pelo CONFEA.

**13.5** Apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia–CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU** da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membro(s) da equipe técnica que participarão da execução dos serviços, para fins de comprovação **técnico-profissional**, demonstrando que o(s) profissional (is) indicado(s) como **responsável (is) técnico (s) dos serviços**, desempenhou **(aram) individualmente**, atividades relativas à execução de obra ou serviços de engenharia, compatíveis com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação conforme abaixo especificado:

Item da planilha	Descrição	Und.	Quant. total Planilha	Quant. Exigida (40%)
3.3	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1200 A 1400m c/esc.	m³	4.673,50	1.869,40
3.4	Compactação de aterros a 100% do Proctor Normal	m³	16.623,81	6.649,52
4.1	Execução de revestimento primário com material de jazida	m³	5.947,50	2.379,00

**13.6** Apresentar comprovação da existência em quadro permanente ou eventual da licitante na data prevista para entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preços, profissional (is) de nível superior

reconhecido pela entidade competente (CREA/CAU), habilitado (s) para realizar (em) o objeto desta licitação.

**13.7** Entende-se, para os fins da licitação, como pertencente ao quadro permanente:

- a) sócio:** cópia do Contrato Social ou último aditivo se houver devidamente registrado no órgão competente contemplando o nome do profissional;
- b) diretor:** cópia do Contrato Social ou último aditivo se houver devidamente registrado no órgão competente contemplando o nome do profissional ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa relacionando o nome do profissional em se tratando de sociedade anônima;
- c) funcionário:** cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS comprovadamente atualizada em nome do profissional;
- d) responsável técnico:** Contrato Social ou último aditivo se houver devidamente registrado no órgão competente contemplando o nome do profissional ou Contrato firmado de prestação de serviço;

**13.8** Entende-se, para os fins da licitação, como pertencente ao quadro eventual:

- a) profissional sem vínculo:** Contrato de prestação de serviço futuro comprometendo-se como Responsável(is) Técnico(s) da mencionada obra caso a licitante seja vencedora da licitação.

**13.9** Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente ou eventual da licitante, na data prevista para entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preços, observando o seguinte:

- a)** caso a contratação de prestação de serviços já tenha sido firmada (quadro permanente) há mais de 60 (sessenta) dias, o nome do profissional indicado como Responsável Técnico deverá constar no rol dos nomes de “Responsáveis Técnicos” da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica/CREA/CAU da empresa licitante;
- b)** bem como, o nome do Profissional indicado para ser Responsável Técnico da licitante deverá constar no rol dos nomes de “Responsabilidades Técnicas” da Certidão de Registro de Pessoa Física/CREA/CAU;
- c)** caso seja apresentado Contrato de prestação de serviço futuro (quadro eventual) o profissional indicado não poderá ter extrapolado o quantitativo permitido pelo CREA/CAU para registro de responsabilidade técnica de empresas.

**13.10** Apresentar **ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** ou **DECLARAÇÕES DE CAPACIDADE TÉCNICA** expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado **devidamente registrado(s)** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo/CAU**, para fins de comprovação **técnico-operacional**, demonstrando que a empresa desempenhou atividades relativas à execução de obra ou serviços de engenharia, compatíveis com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação conforme abaixo especificado:

Item da planilha	Descrição	Und.	Quant. total Planilha	Quant. Exigida (40%)
3.3	Esc. Car. Transp. Mat. 1ª Cat. DMT 1200 A 1400m c/esc.	m³	4.673,50	1.869,40
3.4	Compactação de aterros a 100% do Proctor Normal	m³	16.623,81	6.649,52
4.1	Execução de revestimento primário com material de jazida	m³	5.947,50	2.379,00

**13.11** Somente serão aceitos atestado(s) e/ou certidão(es) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU da região onde foram executados os serviços **ou** emitidas via internet pelo respectivo CREA/CAU da região onde foram executados os serviços.

**13.12** Os atestados para a comprovação de aptidão técnico operacional (**item 13.10**) somente serão aceitos se estiverem em nome da LICITANTE, salvo nos casos de fusão, cisão, incorporação ou alteração da razão

social, quando devem ser apresentados os documentos comprobatórios, contendo todas as condições dessas transações, em especial as que se referem ao acervo técnico que deverão ser consideradas na LICITAÇÃO.

**13.13** Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido no subitem **13.5** e subitem **13.10** e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

**13.14** Os atestados deverão estar consolidados em formulário conforme a seguir:

**a) Quadro 01 - Relação dos Serviços Executados pela Licitante Compatíveis com o Objeto da Licitação.**

Quadro 01		RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA LICITANTE DE SERVIÇOS COMPATÍVEL(IS) COM OBJETO DA LICITAÇÃO		
Profissional Indicado:			Função proposta:	
Nº DE ORDEM	PÁGINA	ATESTADO/CERTIDÃO Nº	FUNÇÃO DESEMPENHADA	SERVIÇO EXECUTADO
Data:		Nome da empresa licitante:		Identificação, qualificação e assinatura do representante legal
Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, devidamente acompanhado do registro no conselho regional competente.				

**b) Quadro 02 – Relação dos Serviços Executados pelo(s) profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) compatível(is) com o objeto da licitação**

Quadro 02		RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO(S) PROFISSIONAL(IS) DETENTOR(ES) DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPATÍVEL(IS) COM OBJETO DA LICITAÇÃO		
Profissional Indicado:			Função proposta:	
Nº DE ORDEM	PÁGINA	ATESTADO/CERTIDÃO Nº	FUNÇÃO DESEMPENHADA	SERVIÇO EXECUTADO
Data:		Nome da empresa licitante:		Identificação, qualificação e assinatura do representante legal
Juntar cópias dos atestados e/ou certidões emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes dos serviços, devidamente acompanhado do registro no conselho regional competente.				

**13.15** Apresentar Termo de Compromisso da licitante de que o(s) responsável (is) técnico(s), detentor (es) da(s) Certidões de Acervo Técnico(s)/Atestados referido(s) no subitem **13.5**; será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) **pela execução da obra**, devidamente assinado conjuntamente pelo representante legal da licitante e pelo(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s), **juntamente com a cópia da identidade do Representante Legal e cópia da carteira do Conselho de Classe do Responsável Técnico** nos termos do inciso II, do art. 3º da Lei nº 13.726 de 08 de outubro de 2018, e conforme Edital.

**13.16** O Termo de Compromisso deverá ser assinado na licitação somente por profissionais **detentores dos Acervos Técnicos** apresentados para atendimento ao **edital de licitação** e pelo **representante legal da empresa**.

**13.17** Apresentar prova (válida) de registro e regularidade da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU na qual constem todos os seus responsáveis técnicos, com jurisdição sob o domicílio da sede do LICITANTE.

**13.18** Apresentar prova (válida) de registro e regularidade do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, com jurisdição sob o domicílio da sede da empresa.

**13.19** As CERTIDÃO (ÕES) DE ACERVO TÉCNICO (CAT) ou CERTIDÃO (ÕES) DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO(S) emitidas via internet deverão estar **impressas na sua totalidade, na íntegra** e anexadas à documentação de habilitação.

**13.20** Será(ão) inválida(as) a(as) certidão(es) que não apresentar(em) rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme Resolução Nº 266/79, do CONFEA.

**13.21** Os atestados e acervos para efeito de qualificação técnica poderão conter um ou mais itens exigidos, admitindo-se, o somatório dos quantitativos.

**13.22.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos neste projeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Licitações Sustentáveis](#)”, da CGU/AGU:

13.22.1. A empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

13.22.2. Deverá ser observada, ainda, a Instrução Normativa (IN) SLTI/MPOG Nº 1/2010 e atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente, conforme Item 26.5 deste Projeto.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**14.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelo Contratante, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

**14.2** Emitir, através do setor competente, a Ordem de Serviço, devendo fazê-lo em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato do Contrato e da apresentação da Licença de Instalação e Operação em nome da Contratada.

**14.3** O Contratante, fornecerá toda documentação técnica (projetos, especificações e outros), necessária para a execução dos serviços.

**14.4** Promover, por intermédio do fiscal indicado, a fiscalização, acompanhamento, conferência e avaliação da execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º, da Lei nº 14.133/2021.

**14.5** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, devendo explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contratos regido pela Lei nº 14.133/2021, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.



**14.6** Observar se durante a vigência do Contrato está sendo mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, art. 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021.

**14.7** Comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143, da Lei nº 14.133/2021.

**14.8** Permitir aos funcionários da Contratada, devidamente credenciados, encarregados da prestação dos serviços objeto do Contrato, completo e livre acesso aos locais da execução dos serviços, possibilitando-lhes executá-los e procederem as verificações técnicas necessárias.

**14.9** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro observando o constante no **Item 21**, deste projeto básico e seus subitens.

**14.10** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

**14.11** Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**14.12** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada.

**14.13** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
- b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

**14.14** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

**14.15** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor (es) ou comissão especialmente designado (s) (a), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**14.16** A qualquer momento, mediante real necessidade levantada pela fiscalização e devidamente justificada, o Contratante poderá solicitar a mudança do Responsável Técnico da Obra, contanto que, atenda aos requisitos exigidos no Edital quanto ao item de responsabilidade técnica;

**14.17** Verificada a ocorrência de alteração do cronograma da obra conforme o disposto no § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, por mais de 01 (um) mês, a Administração **deverá** divulgar, em site eletrônico oficial da SEINF, e, em placa a ser afixada em local da obra, o aviso público de obra paralisada, o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

**14.18** Providenciar a lavratura dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra, em cumprimento ao art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**15.1** O contrato deverá ser executado fielmente pela Contratada, de acordo com as normas da Lei nº 14.133/2021 (Art. 115), e responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**15.2** Providenciar o registro do Contrato no CREA/RR, submetendo-o a Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica e aprovando no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do mesmo.

- 15.3** Deverá apresentar, após a assinatura da Ordem de Serviço (O.S) em até 10 (dez) dias úteis, o estudo de logística e canteiro contemplando os acessos dos equipamentos e pessoas, adotando medidas de segurança; a localização, dimensionamento e detalhamento das áreas administrativas, produção e vivência; o posicionamento e detalhamento das áreas de coleta de resíduos incluindo contêineres ou similares.
- 15.4** Executar a obra/serviço nas condições de qualidade, prazo e preço estipulado no Contrato e no documento contratual, utilizando as boas técnicas do ramo, matérias primas e insumos de primeira qualidade e mão-de-obra qualificada, assumindo a administração do objeto contratado.
- 15.4.1. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 15.5** Providenciar o livro “Diário de Obra”, o qual **deverá** ser mantido no local da obra/serviço para as anotações das ocorrências e das observações e ordens da Fiscalização (número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados e ocorrências de outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto etc), devendo ser assinada pelos representantes do Contratante e Contratada.
- 15.6** Cumprir as condições de execução de serviços previstas neste Projeto Básico e seus anexos, Edital e contrato, ficando passível de penalidades e até rescisão unilateral em caso de não cumprimento das etapas descritas nos mesmos.
- 15.7** A Contratada se obriga a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, qualquer empregado, operário ou subordinado seu que, a critério da Fiscalização, venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.
- 15.8** Acatar, imediatamente, as determinações da Fiscalização no sentido de, à suas expensas, refazer os serviços executados com vício ou defeito e, substituir os materiais que não estiverem de acordo com as especificações contratadas.
- 15.9** Ensejar, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da Fiscalização, proporcionando fácil acesso aos serviços em execução.
- 15.10** Manter, permanentemente, no canteiro de obras, um representante autorizado, devidamente credenciado junto ao Contratante, com poderes de decisão, para deste, receber instruções.
- 15.11** Enviar o Responsável Técnico da obra para fazer visita técnica ao local dos serviços acompanhado da Fiscalização do Contratante, antes do início dos serviços.
- 15.12** Não alterar o projeto sem prévia e expressa autorização do Contratante. Manter no canteiro de obras os projetos, as especificações, os desenhos e demais documentos contratuais.
- 15.13** Manter permanente vigilância do canteiro de obras até a entrega do objeto contratado ao Contratante;
- 15.14** Providenciar junto aos órgãos competentes, sem ônus para o Contratante, todos os registros, licenças e autorizações que forem devidas em relação à obra/serviço, e a formalização do Contrato.
- 15.15** Cumprir e fazer cumprir as obrigações relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a legislação brasileira, inclusive fornecendo todo o material e equipamentos (Inclusive EPI e EPC) necessários à execução da obra/serviço, adotando identificação para todo o seu pessoal.
- 15.16** Planejar e conduzir os trabalhos de maneira a evitar acidentes pessoais, danos ao Contratante, a terceiros ou a bens, obedecendo e cumprindo a Legislação de Acidente de Trabalho.
- 15.17** Recolher, pontualmente e exatamente, todos os tributos estabelecidos por lei, a que está obrigada por força do futuro Contrato, respondendo pelos que vierem a ser criados ou majorados sob a sua responsabilidade.
- 15.18** Arcar com todo o ônus referente a testes, ensaios e demais provas exigidas por normas técnicas para a boa execução do objeto contratado, obedecendo às Normas Técnicas em vigor que se aplicam ao serviço contratado, conforme o imposto pelo Código de Defesa do Consumidor, em caso de descumprimento submetendo-se às penalidades nele previstas.
- 15.19** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas

em memorial descritivo com especificações determinadas, promovendo sua substituição quando necessário.

**15.20** Responder integralmente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados ao Contratante ou à terceiros, por seus empregados ou serviços.

**15.21** Entregar a obra/serviço concluída, livre e desembaraçada de quaisquer materiais e equipamentos desnecessários, ou entulhos, inclusive a limpeza das áreas adjacentes.

**15.22** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação (Art. 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021), e qualificação exigidas na licitação e de acordo com os termos da proposta.

**15.23** Fornecer os materiais e/ou serviços conforme as exigências específicas no Projeto Básico, em perfeitas condições de utilização.

**15.24** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, a sinalização da obra durante o período de execução.

**15.25** Todas as etapas previstas neste projeto para execução da obra deverão seguir rigorosamente as normas técnicas vigentes e peças técnicas anexas, visando a garantia de uma boa execução dos serviços.

**15.26** Deverão ser utilizados equipamentos e mão de obra, conforme previstos nas composições unitárias de preço constantes nos anexos deste projeto, visando o total atendimento as produções ali previstas para execução de cada serviço constante, para que a obra/serviços possa ser executada em total acordo com os critérios aqui estabelecidos.

**15.27** No caso de contratação que utilize recursos federais a empresa contratada deve permitir o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, em observância arts. 26, 45 e 49 a 51 da Portaria Ministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016.

**15.28** A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119, da Lei nº 14.133/2021.

**15.29** A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. (Art. 120, da Lei nº 14.133/2021)

**15.30** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, conforme previsão no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

15.30.1 A responsabilidade de que trata o Item anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à Administração Pública, devendo, em qualquer caso, a Contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.

**15.31** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**15.32** É vedado a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

**15.33** A Contratada **não poderá** contratar parentes (até o terceiro grau) de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato. Não poderão também participar da execução do objeto do certame as pessoas descritas no art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

**15.34** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

**15.35** Responsabilizar-se exclusivamente sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, conforme art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021, dispõe que somente o contratado será

responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

15.35.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações.

**15.36** Na forma do art. 50, da Lei nº 14.133/2021, o contratado deverá apresentar no setor competente, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto, e recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- b) comprovante de depósito do FGTS;
- c) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional; e, recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

**15.37** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

**15.38** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**15.39** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

**15.40** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**15.41** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**15.42** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

**15.43** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**15.44** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**15.45** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo se houver.

**15.46** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos e nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**15.47** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico.

**15.48** A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, (Art. 118, da Lei nº 14.133/2021), bem como, todos os equipamentos e materiais necessários a uma execução perfeita dos serviços, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.



**15.49** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

**15.50** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

**15.51** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de **05 (cinco) anos**, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**15.52** Nos termos do Art. 45 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e de caráter ambiental, bem como respeitar, especialmente, no que couber, as normas relativas a:

15.52.1. disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

15.52.2. mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

15.52.3. utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

15.52.4. avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística, quando for o caso;

15.52.5. proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras, quando for o caso.

**15.53** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

**15.54** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas.

**15.55** A Contratada **deverá, obrigatoriamente, absorver durante a execução do contrato**, vagas para egressos do sistema penitenciário, devendo obedecer a proporção de 5% (cinco por cento) das vagas, quando a contratação for igual ou superior a 20 (vinte) trabalhadores, ou uma vaga, quando a contratação for entre 5 (cinco) e 19 (dezenove) trabalhadores, em cumprimento do art. 3º da Lei nº 10.182, de 22 de Dezembro de 2014.

**15.56** Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a [Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20/12/2021](#).

## **16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**16.1** A Contratada deverá prestar garantia, na modalidade Seguro-Garantia, com cláusula de retomada, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, conforme disposto no artigo 98, da Lei nº 14.133/2021.

**16.2** O prazo para apresentação da garantia será de até 30 (trinta) dias, contado da data de homologação da licitação à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021.

**16.3** O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas no art. 97, da Lei nº 14.133/2021.

**a)** o prazo de **vigência da apólice** será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

**b)** o **seguro-garantia** continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas;

**16.4** Na forma do art. 102, da Lei nº 14.1333/2021, em caso de inadimplemento da Contratada, o Contratante exigirá à seguradora que assuma a execução da obra e conclua o objeto desta contratação, sendo-lhe facultada:

- a) a **execução e conclusão da obra**, ficando isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice; e
- b) **não assumir a execução do contrato**, se responsabilizando pelo pagamento da integralidade da importância segurada indicada na apólice.

**16.5** Caso a Seguradora decida assumir a execução do objeto contratado, conforme art. 102, inciso II, da Lei nº 14.1333/2021, será autorizada:

- a) a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, desde que demonstrada a respectiva regularidade fiscal; e
- b) a subcontratação do contrato, total ou parcialmente.

**16.6** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

**16.7** O Contratante restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento.

**16.8** Na hipótese do contido no **Item 9.6** deste Projeto, nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

**16.9** Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO**

**17.1** No caso de **subcontratação**, a Contratada somente poderá subcontratar a execução de partes do contrato a terceiros, mediante autorização prévia do Contratante, sem nenhum prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, conforme art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

**17.2** Poderão ser subcontratados os serviços cuja execução demande especialização técnica evidenciada pela existência de empresas especificamente dedicadas àquele segmento, ou, ainda, quando esta seja a prática no mercado, **limitados a 25% (vinte e cinco por cento)**, do objeto a ser licitado, conforme art. 67, §9º da Lei nº 14.133/2021.

**17.3** Não caracteriza a subcontratação de serviços a instalação, aplicação ou montagem de materiais, equipamentos ou aparelhos cuja aquisição pressuponha a execução dos trabalhos pelo fornecedor (vidros, marcenaria, serralharia, entre outros).

**17.4** Não será admitida a subcontratação exclusiva de mão-de-obra.

**17.5** Será **vedada a subcontratação** de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista com dirigente do órgão ou entidade licitante, ou com agente público que desempenhe função na Concorrência, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme determinação do § 3º do art. 122, da Lei nº 14.133/2021.

**17.6** As empresas subcontratadas, no que concerne aos seus empregados alocados na obra, estarão sujeitas às mesmas regras e exigências aplicáveis à Contratada, incumbindo a esta última todas as providências no sentido do seu cumprimento.

**17.7** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## 18. DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**18.1** Em casos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, a Contratada deverá providenciar requerimento formal devidamente justificado, que será posteriormente analisado pelos setores competentes, observados o estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

**18.2** Nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 104, da lei nº 14.133/2021, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

18.2.1 Na hipótese prevista no inciso I do art. 104, da Lei nº 14.133/2021, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

**18.3** Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, será promovida a alteração contratual por acordo entre as partes, com fulcro no art. 124, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

**18.4** Às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado, será aplicado o disposto do § 2º, Inc. II do art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

**18.5** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**18.6** O parágrafo único do art. 131, da Lei nº 14.133/2021, alerta que pedido da Contratada, acerca do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## 19. DO REAJUSTE DE PREÇOS

**19.1** O reajustamento na forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, conforme art. 25, §§ 7º e 8º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**19.2** Os preços contratuais, poderão ser reajustados pelos Índices utilizados pelo DNIT, para o setor Rodoviário, apurados e fornecidos pela FGV, após decurso do prazo de **12 (doze) meses**, a contar da **data-base do orçamento** estimado da SEINF, indicado neste Projeto básico, sendo o índice inicial (I<sub>0</sub>) referente ao (SICRO/SINAPI 10/2023).

**19.3** Aplica-se a [Instrução Normativa nº 1/2023 - DNIT](#), que regulamenta a aplicação dos índices de reajustamentos de contratos de obras rodoviárias e serviços de engenharia no âmbito do DNIT, em razão do objeto, os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados a partir da fórmula apresentada abaixo:

$$R = \frac{(I_i - I_0)}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I<sub>0</sub> = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I<sub>i</sub> = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

**19.4** Para itens de contratos vigentes que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens devem ser desmembradas, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice, da seguinte forma:

a) verificar, na planilha de quantidades e preços unitários dos contratos, os itens que devem sofrer desmembramento;

b) na planilha de preços unitários, manter o preço da proposta até o mês "m" do primeiro reajustamento após a adoção dos novos índices; e

c) a partir do mês seguinte (mês "m+ 1"), a planilha de medição deve incluir, além do item original com a respectiva quantidade prevista igual à quantidade acumulada medida até o mês "m", os itens deles desmembrados cujas quantidades previstas devem ser iguais ao saldo não medido do item original após o mês "m".

**19.5** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**19.6** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**19.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

**19.8** A data base para contagem da anualidade para fins de reajustamento de preços será a data do SICRO/SINAPI que serviu de referência para elaboração do orçamento básico/SEINF/RR.

**19.9** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**19.10** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**19.11** Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**19.12** Em havendo atraso na execução do objeto por motivos atribuídos ao contratado, este não faz jus ao benefício advindo de possível elevação do índice de reajuste, devendo ser mantido o preço original do contrato. Em caso de redução do referido índice, haverá impacto no valor do contrato, o qual deve ser reduzido.

## **20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**20.1** A execução das obrigações contratuais será fiscalizada por no mínimo 01 (um) servidor ou mais, doravante denominado **Fiscal Técnico**, e 02 (dois) servidores, doravante denominado **Fiscal Administrativo**, designados por Portaria pela Autoridade, para exercerem como representantes desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste Projeto, e do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 117, da Lei nº 14.133/2021, concomitantemente com os termos do [DECRETO Nº 31.408, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021](#), o qual estabelece regras e diretrizes para a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

**20.2** A nomeação de servidor para a execução das atividades de fiscal de contrato e gestor do contrato, nos termos do art. 109, incisos III e VI, da Lei Complementar nº 053/2001 e art. 116, incisos I e IV da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **constitui obrigação** inerente à atividade do servidor público, notadamente o dever de exercer com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares essenciais ao cargo.

**20.3** De acordo com os §§ 1º, 1º e 3º, do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, o fiscal do contrato **anotará** em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; **informará** a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**20.4** O Gestor e o(os) fiscal(is) do contrato serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração vinculados ao órgão demandante, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato, conforme disposto no art. 23, do Decreto Estadual nº 31.408/2021.

**20.5** As **atividades e competências** dos gestores e fiscais da execução do contrato, de acordo com o artigos 18, 19, 20 do Decreto Estadual nº 31.408/2021, que competem ao gestor do contrato, auxiliado



pela fiscalização, de acordo com as seguintes disposições:

**a) fiscalização administrativa do contrato (GTEGE  $\rightleftharpoons$  DEIT):** a gestão do contrato **será exercida duplamente**, em acompanhamento das **obrigações contratuais**, que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos; e acerca dos aspectos que envolvam preparo e **acompanhamento de medição e pagamentos**, dentre outros; ou seja, é coordenação de atividades relacionadas tanto à **fiscalização técnica e administrativa**, bem como de atos preparatórios para instrução processual e para encaminhamento de documentação pertinente ao setor de contratos, pagamentos e assessoramento especializado, para formalização dos respectivos procedimentos.

**b) fiscalização técnica do contrato (DEIT  $\rightleftharpoons$  GTEGE):** é o acompanhamento de contrato com o objetivo de avaliar a execução de objeto em moldes previstos para contratação e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no Edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, bem como acompanhamento de aspectos técnicos e administrativos de contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas em casos de inadimplemento.

**20.6** Caberá ao **gestor do contrato** (fiscalização administrativo), e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, conforme artigo 19, do Decreto Estadual nº 31.408/2021, em especial:

**a)** coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, de que dispõe o art. 20, do Decreto Estadual nº 31.408/2021;

**b)** emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução de contratos, no prazo de até 01 (um) mês, contados da instrução de requerimento, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para boa execução de contratos;

**c)** acompanhar registros realizados por fiscais técnicos do contrato ou de terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução de contrato e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

**d)** acompanhar a manutenção de condições de habilitação de contratadas, para efeito de continuidade de contratações;

**e)** manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização de contratos contendo todos os registros formais de execução em **histórico de gerenciamento de contratos**, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequação ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

**f)** observar os termos do **item 21** deste Projeto básico, para ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no **cronograma físico-financeiro**, acompanhar, promover o que couber dentro das atribuições de gestão administrativas, demandas relativas a **medição prévia dos serviços executados** no período, para aferição do **gestor do contrato / administrativo designado**, e emissão do competente **atestado da fiscalização / fiscal técnico**, dentre outros documentos pertinentes ao pagamento;

**g)** coordenar os atos preparatórios para instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de responsável pela formalização de procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 18 deste decreto;

**h)** estabelecer prazo razoável para comunicar à autoridade competente o término de contratos, em caso de nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade; e

**i)** constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº [14.133](#), de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento de atividades da Administração.

**20.7** Caberá ao **fiscal técnico do contrato**, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, conforme artigo 20, do Decreto Estadual nº 31.408/2021, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- b) verificar a manutenção de condições de habilitação da Contratada;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar as regras que disciplinam a matéria;
- d) anotar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- e) notificar a Contratada tão logo surja defeito ou incorreção, para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração; assim como corrigir qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para correção;
- f) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- g) comunicar imediatamente ao superior imediato, para comunicação ao gestor administrativo do contrato, quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas;
- h) fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para Administração, com livre acesso ao local das obras para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários a boa execução dos serviços;
- i) comunicar ao gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VII do art. 19 do Decreto Estadual nº 31.408/2021, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação;
- j) atestar faturas e as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- k) o ateste equivocado quanto à qualidade e condições de entrega do produto ou prestação do serviço, bem como a emissão do atestado de realização dos serviços definitivos, constitui ato passivo de responsabilização do servidor.

**20.8** A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua função.

**20.9** Promover a fiscalização técnica, para que os serviços prestados obedeçam, rigorosamente, aos preceitos dispostos na Norma Regulamentadora nº 4 - NR 4, que regula os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, para trabalhos desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados.

**20.10** Todos os processos construtivos, serviços e materiais deverão atender às seguintes premissas: a) estabilidade estrutural; b) durabilidade e estanqueidade igual ou superior aos processos convencionais; c) execução de regularização de base em condições perfeitas para a aplicação de materiais de acabamento; d) utilização de materiais de 1ª qualidade e mão-de-obra especializada; e, e) normas de segurança.

**20.11** O contrato poderá ser modificado, a qualquer tempo a critério exclusivo da Contratante, que de comum acordo com os autores deste projeto fixará as implicações e acertos decorrentes, visando à continuidade dos serviços.

a) toda e qualquer alteração dos serviços deverá ser solicitada formalmente e devidamente justificada para ser analisada, podendo posteriormente ser **autorizada pela fiscalização**;

b) modificações no projeto ou colocação de materiais de fornecedores não especificados poderão ou não ser aceitas, mediante prévia consulta aos projetistas.

**20.12** As relações mútuas entre o Contratante e a Contratada serão mantidas por intermédio do Fiscal de Contrato da SEINF, e o preposto da Contratada.

**20.13** À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito a Contratada e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da Ordem de Serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra.

**20.14** Aferir os serviços executados para devido atesto das medições MENSALMENTE conforme previsto no cronograma físico financeiro.

**20.15** Assegurar que todas as etapas previstas neste projeto para execução da obra estejam seguindo rigorosamente as normas técnicas vigentes e anexos do Projeto Básico, visando a garantia de uma boa execução dos serviços.

**20.16** Assegurar que os equipamentos e mão de obra estão sendo utilizados, conforme previstos nas composições unitárias de preço deste projeto, visando o total atendimento as produções ali previstas para execução de cada serviço constante, para que a obra possa ser executada em total acordo com os critérios aqui estabelecidos.

**20.17** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**20.18** As atividades de **gestão e fiscalização da execução contratual** devem ser realizadas de forma **preventiva, rotineira e sistemática**, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**20.19** No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização, solicitar, mensalmente, por amostragem, que a Contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

- a) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- b) à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- c) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- d) aos depósitos do FGTS;
- e) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) solicitar, por amostragem, aos empregados da Contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;
- g) oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;
- h) somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

**20.20** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120, da Lei nº 14.133/2021.

**20.21** O fiscal designado **não deverá ter exercido** a função de Agente de Contratação na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

**20.22** A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

## **21. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**21.1** Caso não possua, a Contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para providenciar a abertura de conta corrente no Banco do Brasil S/A, a contar da assinatura do contrato.

**21.2** Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no **Cronograma Físico-financeiro**, a **Contratada** apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e **memória de cálculo** detalhada e **relatório fotográfico**, encaminhada devidamente datadas e assinadas ao DEIT/SEINF, para aferição do **gestor do contrato / administrativo**, e emissão do competente **Atestado da fiscalização / Fiscal Técnico**.

a) a primeira medição será realizada depois de transcorrido 30 (trinta) dias da expedição da Ordem de Serviço, e a última medição, após a conclusão do serviço ou obra.

b) uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

**21.3** Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal, conforme disposto no art. 92, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**21.4** Caso não haja serviços a medir e a obra não esteja paralisada, a Contratada deverá apresentar medição obrigatoriamente a cada 30 (trinta) dias, deverá ser apresentado medição “Zero”.

**21.5** Entre duas medições não poderá, decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (medição final).

**21.6** No dever de pagamento pela Administração, deverá ser observada a **ordem cronológica** para cada fonte diferenciada de recursos, conforme art. 141, da Lei nº 14.133/2021.

**21.7** A ordem cronológica referida no item acima, poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, nas hipóteses do § 1º, do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

**21.8** No caso de prorrogação regular da execução das etapas, deverá ser feito e aprovado o novo Cronograma Físico-Financeiro da Contratada, prevalecendo em real vigente nas novas datas previstas para a execução do objeto contratado.

**21.9** No caso de erro na fatura que for apresentada será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, ficando o prazo estipulado “para pagamento de até 30 (trinta) dias” prorrogado até a apresentação da medição corrigida. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação da fatura corrigida não acarretando qualquer ônus para o Estado de Roraima.

**21.10** O **pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação**, pela Contratada, da regularidade **fiscal e trabalhista**, devendo ser apresentado juntamente com a Fatura, a Nota Fiscal e o documento comprobatório de regularidade do contribuinte para com o recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social e a outras entidades de fundos arrecadados pela RFB, ou seja, a **Certidão Negativa de Débitos – Previdenciários e Trabalhista**, em conformidade com o disposto nos artigos 405 e 406 do IN nº 971/09 da Receita Federal do Brasil.

**21.11** Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade.

**21.12** Ao ser liberada para pagamento a **última parcela** prevista no cronograma físico-financeiro, o (s) fiscal (is) da obra ou serviços de engenharia, encaminhará ao Diretor do DEIT/SEINF, o Termo de Recebimento Provisório.

**21.13** O pagamento da última parcela da obra ou serviço ficará condicionada à juntada de cópia do **Termo de Recebimento Provisório** aos respectivos autos do contrato.

**21.14** Quaisquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicado ao Estado de Roraima/SEINF/RR, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuízos decorrentes de



pagamentos incorretos devido à falta de informação.

**21.15** Caso **haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente** no Governo Estado de Roraima em favor da Contratada; Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

**21.16** O pagamento efetuado pelo Estado de Roraima não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

**21.17** Será **efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**21.18** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**21.19** Constatando-se, a situação de irregularidade da Contratada e verificada a ausência da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias** úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**21.20** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**21.21** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**21.22** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação fiscal.

**21.23** Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**21.24** No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**21.25** Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**21.26** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme art. 145, da Lei Nº 14.133/2021.

## **22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**22.1** Após concluídos os serviços, serão **recebidos provisoriamente**, pela Fiscalização do DEIT/SEINF, em estreita conformidade com as condições estabelecidas neste Projeto básico, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme alínea "a", I, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

- a) no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a partir do recebimento dos documentos da Contratada, o fiscal do contrato ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao superior imediato;

**b)** assinado o **Termo de Recebimento Provisório**, o departamento demandante (DEIT/SEINF), providenciará, no prazo de até 30 (trinta) dias, a constituição de Comissão de servidores designados para efetuar o recebimento definitivo, após o decurso do prazo de observação, mediante Termo circunstanciado que ateste a adequação do objeto aos termos deste Projeto e Contratual;

**c)** o prazo para observação a que se refere a alínea anterior **não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias**, salvo em caso excepcionais, devidamente justificado e previsto no Edital;

**d)** quando a fiscalização técnica for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

**e)** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**22.2** O objeto do contrato, será **recebido definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme art. 140, I, alínea "b", do art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

**a)** o recebimento dos serviços será efetuado ao longo das etapas da execução do objeto, verificando-se a obediência a todos os requisitos nas especificações de projeto. Todas as peças que durante a inspeção final apresentarem-se insatisfatórias deverão ser substituídas, de modo a serem evitadas deformações não previstas ou mudança do esquema estrutural;

**b)** na hipótese de a verificação a que se refere as alíneas do **item 22.1**, não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo;

**c)** o superior imediato realizará a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

**d)** o **Termo de Recebimento Definitivo**, será emitido pelo Grupo Técnico Especializado em Gestão Estratégica/GTEGE, mediante manifestação em relatório final expedido pelo **fiscal administrativo**, que deverá ocorrer **após** elaboração de **Relatório da Comissão Técnica**, esta última, integrada por servidores designados em Portaria, e assinado pelo representante da Contratada;

**e)** em ato contínuo ao recebimento definitivo da obra ou serviços de engenharia, o Diretor demandante (DEIT/SEINF), comunicará ao Secretário da SEINF a liberação da garantia contratual de que trata o art. 100, da Lei 14.133/2021.

**22.3** O não cumprimento das disposições constantes nos **Itens 22.1 e 22.2**, poderá ensejar a abertura de processo administrativo para apurar a responsabilidade dos servidores designados e aplicação das penalidades contidas no art. 121 da Lei Complementar n. 053/2001 e art. 127 da Lei 8.112/1990.

**22.4** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades, nos termos do § 1º, art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

**22.5** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, conforme disposto no § 2º, art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

**22.6** Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, no que tange a responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da obra, em caso de incorreções identificadas, o contratado ficará responsável pela reparação, correção, e, reconstrução necessárias, de acordo com o art. 140, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

**22.7** Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais de contrato de que trata este decreto, de acordo com art. 22, do Dec. Estadual nº 31.408/2021, deverão ser observadas as seguintes regras:

**a)** a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

**b)** a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

**22.8** Nas hipóteses de contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, a Contratada cederá os direitos patrimoniais, inclusive os direitos autorais, decorrentes da realização do objeto do futuro Edital, para fins de utilização pela Administração, a seu critério, nos termos do disposto no art. 93 da Lei Federal 14.133/2021, sem que lhe assista qualquer direito a indenização referente à esta cessão.

**22.9** O Atestado de Capacidade Técnica deverá ser emitido juntamente com o Termo de Recebimento definitivo.

## **23. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO / RESCISÃO DO CONTRATO**

**23.1** A inexecução, total ou parcial, do contrato constitui motivos para sua rescisão unilateral, conforme inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital.

**23.2** Constituirão motivos para extinção/rescisão do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos descritos no art. 137, da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes situações:

**a)** o não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**b)** o desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade (Fiscal Técnico) para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

**c)** a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**d)** a decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**e)** em razão de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**f)** o atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

**g)** razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

**h)** o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**23.3** A Contratada terá direito à extinção/rescisão do contrato, nos termos do art. 137, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**23.4** As hipóteses de extinção/rescisão a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do art. 137, da Lei nº 14.133/2021, observarão as seguintes disposições:

**a)** não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

**b)** assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.](#)

**23.5** De acordo com § 4º, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021, os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021,](#) deverão ser notificados pelo Contratante quanto ao início de processo

administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**23.6** Conforme o Art. 138, da Lei nº 14.133/2021, a extinção/rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; ou consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração. Podendo ainda, ser determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**23.7** A extinção/rescisão determinada por ato unilateral da Administração e a extinção/rescisão consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo, na forma do § 1º, do art. 138, da Lei nº 14.133/2021.

**23.8** Nos termos do § 2º, do art. 138, da Lei nº 14.133/2021, quando a extinção/rescisão decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a devolução da garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção/rescisão, e pagamento do custo da desmobilização.

**23.9** A extinção/rescisão determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei de Licitações, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual para o ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução, pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível, pagamento das multas devidas à Administração Pública, a exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível, e ainda, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**23.10** A aplicação das medidas previstas no art. 139, Lei 14.133/2021, ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta, cujo ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário da SEINF, conforme o caso.

## **24. DAS PENALIDADES E MULTAS**

**24.1** A Contratada responderá administrativamente pela qualidade e eficiência da obra por ela executada. A verificação, durante a realização da obra, de quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, serão consideradas como inexecução parcial do contrato.

**24.2** A Contratada será responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução da obra que vierem a acarretar prejuízos ao Estado de Roraima, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.

**24.3** Caso a empresa adjudicatária se recuse a prestar a garantia ou a assinar o contrato no prazo indicado, estará sujeita à pena de suspensão do direito de licitar com a Administração Direta, pelo período de até 02 (dois) anos, incorrendo ainda, na multa de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato.

**24.4** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 156 a 159 e 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

**I – Advertência** (aviso por escrito, emitido quando o Licitante ou Contratada descumprir qualquer obrigação) nos casos de desatendimento das determinações regulares dos agentes designados para acompanhar a fiscalização da execução do contrato, assim como a de seus superiores, ou nos casos de descumprimento, doloso ou culposo, do Cronograma Físico-Financeiro e nos demais casos de inexecução parcial do contrato;

**II – Multa** (sanção pecuniária) nos seguintes valores:



a.1) **Moratória** - o atraso na execução do objeto contratado, sem motivação aceita pelo Contratante, ensejará a aplicação de multa diária no valor correspondente a **0,10% (dez centésimos por cento)**, calculada sobre o valor total do Contrato até o limite máximo de **2% (dois por cento)**, ou seja, por 20 dias. O **atraso superior** a esse prazo poderá **ensejar a extinção** do contrato;

a.2) **Moratória** - caso o atraso seja superior a 20 dias, será aplicada a multa de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato;

a.3) **Moratória** - o atraso na apresentação da garantia contratual possibilitará a aplicação da multa de **0,07% (sete centésimos por cento)** do valor do Contrato, até o limite máximo de **2% (dois por cento)**, o que pode ocasionar a extinção do Contrato.

b.1) **Compensatória** - a conduta ilícita pela licitante que tenha durante o certame ensejará a aplicação de multa no percentual de **10% (dez por cento)**, do valor da proposta apresentada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Edital;

b.2) **Compensatória** - a recusa ou o não comparecimento da adjudicatária em assinar o contrato, quando regularmente notificada pelo Contratante dentro do prazo de validade de sua proposta ensejará o pagamento de multa de **10% (dez por cento)**, calculado sobre o valor total do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Edital; e

b.3) **Compensatória** - a inexecução total do objeto contratado possibilitará a aplicação de multa de **10% (dez por cento)** do valor do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

**III - Impedimento** de licitar e contratar; e

**IV - Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar.

**24.5** Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**24.6** As sanções previstas nos subitens I, III e IV do Item **24.4**, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II da mesma cláusula.

a) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção).

**24.7** Da aplicação das sanções previstas nos incisos do I, II e III do Item **24.4**, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, nos termos do art. 157, da Lei nº 14.133/2021.

**24.8** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**24.9** Da aplicação da sanção prevista no subitem IV do Item **24.4**, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**24.10** O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**24.11** A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste Instrumento, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**26.12** Comete falta grave, podendo ensejar a extinção unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a **União**, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021, aquele que:

26.12.1 Não promover o recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS exigíveis até o momento da apresentação da fatura, após o prazo de 15 (quinze) dias da solicitação do Contratante.

**24.13** O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura, da garantia, ou do crédito existente do Contratante em relação à Contratada. Caso o valor da multa seja superior ao do crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**24.14** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante ou, se for o caso, cobrada judicialmente, na forma da lei.

**24.15** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Contratante.

**24.16** Decorridos 01 (um) mês sem que a Contratada tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua extinção.

**24.17** Também ficam sujeitas às penalidades previstas nos subitens III e IV do **Item 26.4**, deste Projeto, a Contratada que, **a)** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; **b)** tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e **c)** demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

**24.18** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**24.19** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de declaração de inidoneidade, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas em contrato e demais cominações legais.

**24.20** A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

**24.21** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, conforme dispõe o art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133 de 2021.

**24.22** A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base na cláusula anterior, por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

**24.23** A aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico, no Edital ou no Contrato não exclui a possibilidade de responsabilização do Licitante ou da Contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**24.24** No caso de inconsistências nos Projetos Básico e/ou Executivo, verificadas na realização do objeto da licitação deverão ser comunicados ao DEIT/SEINF responsável pela aprovação do projeto.

## **25. DA MANUTENÇÃO, GARANTIA E RESPONSABILIDADE DO OBJETO**

**25.1** A Contratada responderá durante o prazo de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança, assim em razão dos materiais, contados a partir da data do Termo de Recebimento Definitivo, sendo de responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, determina o art. 140, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**25.2** O recebimento dos serviços será efetuado ao longo das etapas do processo executivo, verificando-se a obediência a todos os requisitos nas especificações de projeto. Todas as peças que durante a inspeção final apresentarem-se insatisfatórias deverão ser substituídas, de modo a serem evitadas deformações não previstas ou mudança do esquema estrutural. Sendo de total responsabilidade da Contratada as correções necessárias caso ocorram apontamentos por parte da fiscalização.

**25.3** A Contratada deverá fornecer manual do fabricante com as especificações técnicas e prazo de garantia de todos os materiais, equipamentos e elementos construtivos utilizados. A falta de apresentação desses elementos implicará na responsabilidade da Contratada pela sua garantia, e arcará pelos custos do objeto a qualquer tempo.

**25.4** A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com as Especificações Técnicas, demais documentos técnicos fornecidos, bem como, pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.

**25.5** Contratada responsabilizar-se-á pela execução dos equipamentos de proteção coletiva e fornecimento de equipamento de proteção individual, adequados, para proteção das pessoas circulantes no canteiro de obras e vizinhança, observando os aspectos de segurança e higiene da obra adotados pela NR- 18.

**25.6** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, conforme art. 140, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

## **26. DAS NORMAS AMBIENTAIS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**26.1** Para contratação do objeto a empresa Contratada deverá observar as normas ambientais existentes no ordenamento pátrio, estando compreendidas as normas locais e federais, como: Código Florestal Brasileiro, Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente e Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e observar as exigências contidas no CONAMA nº 307/2002, não se limitando apenas às leis mencionadas.

**26.2** A Contratada deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental estabelecidos nos estudos apresentados para o licenciamento, bem como as condicionantes estabelecidas pela SEINF, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do projeto.

**26.3** Os prejuízos causados por embargos pelo órgão de controle ambiental, devido a danos decorrentes da execução dos serviços, serão de responsabilidade da Contratada, bem como os autos de infração lavrados que gerarem pagamentos de multas.

**26.4** As licenças ambientais existentes para a obra, não dispensam nem substituem a obtenção pela Contratada, de certidões, ou outras licenças, de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal no decorrer do contrato.

**26.5** Dentre as recomendações voltadas para **sustentabilidade ambiental**, a pertinente licitação observará os critérios elencados na **Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010** da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**26.6** A empresa Contratada somente receberá a Ordem de Serviço após apresentação da Licença de Instalação no DEIT/SEINF.

## **27. DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**27.1** O regime jurídico das contratações instituídas pela Lei nº 14.133/2021, confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

- a)** modificar os contratos unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;
- b)** extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados na Lei nº 14.133/2021;
- c)** fiscalizar sua execução; aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- d)** ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
  - I. risco à prestação de serviços essenciais;
  - II. necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

## **28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**28.1** O contrato poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade do Governo do Estado de Roraima, observando-se o disposto no art. 124 a 136, da Lei nº 14.133/2021.

**28.2** Em situações especiais e devidamente justificadas, serão admitidas, por acordo entre as partes, alterações que superem os limites legais previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**28.3** Qualquer serviço que venha a ser necessário e que não esteja expressamente especificado neste Projeto Básico deverá ser encaminhado por escrito à fiscalização e à equipe técnica da SEINF, para devidas providências.

**28.4** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. (Art. 131, da Lei nº 14.133/2021)

**28.5** Os casos omissos serão conhecidos e resolvidos pela Secretaria de Infraestrutura - SEINF, à luz da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **29. DOS ANEXOS PERTENCENTES AO PROJETO BÁSICO**

**29.1** Integram este Projeto Básico, o projeto executivo, com os seguintes Anexos:

Anexo 01 - Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ([13503802](#))

Anexo 02 - Relatório Fotográfico parte 01 ([12704921](#))

Anexo 03 - Relatório Fotográfico parte 02 ([12704925](#))

Anexo 04 - Relatório Fotográfico parte 03 ([12704936](#))

Anexo 05 - Mapa georreferenciado da Vicinal Pé da Serra ([12704945](#))

Anexo 06 - Mapa georreferenciado Vicinal Pé da Serra - Ponte ([12704951](#))

Anexo 07 - Placa de Identificação Sinalização de Obra ([12704954](#))

Anexo 08 - Detalhamento Estrutural da Ponte de madeira ([12704963](#))

Anexo 09 - Layout da placa de identificação de vicinal ([12704965](#))

Anexo 10 - Mod. placas de sinal vertical das pontes ([12704970](#))

Anexo 11 - Seção Tipo. Imp. Rod. - Vic. Pé da Serra ([12704978](#))

Anexo 12 - Dispositivo de Drenagem - Vic. Pé da Serra ([12704986](#))

Anexo 13 - Memória de Cálculo ([13503976](#))

Anexo 14 - Planilha de Composições de Preço Unitário ([13503997](#))

Anexo 15 - Planilhas Orçamentárias ([13504007](#))

Anexo 16 - Especificações Técnicas Vicinal Pé da Serra ([13503880](#))

Anexo 17 - Memória de Cálculo - Serviços ([13504080](#))

Anexo 18 - Planilha de BDI e Composições Analítica ([13504340](#))

Anexo 19 - Planilha Orçamentária\_Cronograma\_Curva ABC ([13504439](#))

Anexo 20 - Orçamentos em Excel - Pontes ([12704994](#))

Anexo 21 - Orçamentos Excel - Vicinal ([12705001](#))

Anexo 22 - Licença prévia ambiental ([12705007](#))

Anexo 23 - Memorial Descritivo SEINF/DEIT/DEPT ([13401999](#))

## **30. DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO**



(assinado eletronicamente)

---

**MARTA ALVES DOS SANTOS**

Bela. Engenharia Civil

CREA. 090051378-0

**De acordo:**

(assinado eletronicamente)

---

**Eng.º RAIMUNDO MAIA MORAIS**

Diretor do DEIT/SEINF

**Aprovo:**

(assinado eletronicamente)

---

**EDILSON DAMIÃO LIMA**

Secretário de Estado da Infraestrutura/SEINF



Documento assinado eletronicamente por **Marta Alves Dos Santos, Engenheira Civil**, em 14/10/2024, às 11:27, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Maia Moraes, Diretor do Departamento de Infraestrutura e Transporte**, em 17/10/2024, às 10:15, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Edilson Damião Lima, Secretário de Estado da SEINF**, em 18/10/2024, às 11:57, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **14766641** e o código CRC **116E4803**.



**Governo do Estado de Roraima**  
*"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"*

**MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO XIX DO EDITAL Nº ...../2024**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2024**

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DE RORAIMA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, E A EMPRESA ....., NA FORMA ABAIXO.**

O **Estado de Roraima**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 84.012.012/0001-26, com sede no Palácio Senador Hélio Campos, situado na Praça do Centro Cívico, s/nº, Centro, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representado pelo **Secretário de Estado da Infraestrutura de Roraima**, ....., nomeado(a) pelo Decreto nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no DOE/RR de .... de ..... de ....., portador(a) da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado **Contratante**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designada **Contratada**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **ou** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº: 21101.001066/2024.34**, e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislações aplicáveis; resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **Concorrência nº \_\_\_\_/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O objeto deste instrumento é a **Contratação de Empresa Especializada para execução dos serviços das obras de Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR**, nas condições estabelecidas no Projeto Básico, anexo e na Proposta de Preços do licitante vencedor, ambos anexos a este Contrato.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Edital da Licitação;
- 1.2.2. A Proposta da Contratada;
- 1.2.3. O Projeto Básico;
- 1.2.4. O Mapa de Risco;
- 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**1.3.** As condições estabelecidas no **Projeto Básico**, e seus Anexos, bem como a Proposta da Contratada, serão partes integrantes e indissociáveis deste Contrato, onde nenhuma alteração de quantidades, valores, especificações ou disposições contratuais poderá ocorrer, salvo quando e segundo a forma e hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO

**2.1.** O **prazo de execução** do objeto será executado no prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, conforme estabelecido no Cronograma físico-financeiro.

**2.2.** A **vigência do contrato** será de **240 (duzentos e quarenta) dias**, a contar da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.3.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no art. 183 da Lei nº 14.133/2021.

**2.4.** Os prazos acima, **poderão ser prorrogados** nos termos do **artigos 105 e 111** da Lei nº 14.133/2021, condicionada ao ateste da fiscalização de que as condições, e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

**2.5.** A prorrogação de que trata esta cláusula, é condicionada à **autorização** da autoridade competente, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.5.1. seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.5.2. seja apresentado justificativa e motivo, por escrito, pela fiscalização do contrato, acerca do interesse na prorrogação;

2.5.3. seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.5.4. manifestação expressa da Contratada concordando com a prorrogação; e

2.5.5. seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.6.** A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.7.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de **termo aditivo**.

**2.8.** O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

**3.1.** O **valor** total deste contrato, é de **R\$ .....** (.....), referente ao preço global para **execução da obra**, objeto previsto na Cláusula Primeira.

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução da obra, os custos de mão de obra; encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais; materiais, equipamentos, taxas, impostos, transportes, contribuições previdenciárias, bonificação e despesas indiretas (B.D.I.), correspondente com o Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), nos termos do **art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**.

**3.3.** Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no **Cronograma Físico-Financeiro**, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através

de planilha e **memória de cálculo** detalhada e **relatório fotográfico**, encaminhada devidamente datadas e assinadas ao **DEIT/SEINF**, para aferição do **gestor do contrato/administrativo**, e emissão do competente **Atestado da fiscalização / Fiscal Técnico**.

3.3.1. As medições serão realizadas mensalmente pela Contratada, nos termos do § 5º do art. 92, da Lei nº 14.133/2021;

3.3.2. A primeira medição será realizada depois de transcorrido 30 (trinta) dias da expedição da Ordem de Serviço, e a última medição, após a conclusão do serviço ou obra;

3.3.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

3.4. Somente poderão ser considerados para efeito de **medição** os serviços efetivamente executados pela Contratada, e aprovados pelo fiscal técnica, respeitada a devida correspondência com os requisitos do **Projeto Básico**.

3.5. As medições somente serão liberadas, caso a Contratada atinja no determinado mês o valor mínimo previsto no cronograma físico-financeiro do respectivo mês, caso isso não ocorra, a medição só será encaminhada ao pagamento quando esse mínimo for atingido.

3.6. Para aprovação e liberação da última medição, a Contratada deve cumprir todo o objeto do contrato, de modo que, não haja nenhuma pendência quanto à execução dos serviços e quanto à qualidade, também não deve haver pendências com relação aos documentos necessários para liberação da medição e comprovação da conclusão dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. Os modelos de gestão e de execução do contrato, assim como o detalhamento das condições da contratação, prazos, conclusão, entrega, observação, recebimento, garantia da execução do objeto constam no **Projeto Básico**, anexo a este Contrato, nos termos do art. 92, IV, VII e XVIII, da Lei n.º 14.133/2021.

4.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput).

4.3. Os serviços/obra **serão executados** na **Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR**, conforme item 7.2 do Projeto básico.

4.4. O **regime de execução** do objeto deste Contrato é o de **empreitada por preço unitário**, nos termos do Item 8 do Projeto Básico.

4.5. Em caso de impedimento de execução, por ordem de paralisação ou suspensão, o cronograma físico, **fica suspenso** automaticamente, pelo tempo correspondente, não afetando o prazo previsto na cláusula segunda deste Contrato.

4.6. A execução da obra, objeto deste Contrato, será iniciada com a emissão da Ordem de Serviço, ficando a Contratada apta a iniciar os serviços, nos termos do Item 15, do Projeto Básico.

4.7. A execução do contrato será acompanhada e **fiscalizada** por agentes públicos da SEINF/RR, denominados fiscal(is) técnico(s) e administrativo(a), (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), nos termos do **item 20, do Projeto Básico**, no que tange às **rotinas de fiscalização** contratual e das competências dos **fiscais** técnicos e administrativos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO



**5.1.** No caso de **subcontratação**, a Contratada somente poderá subcontratar a execução de partes do contrato a terceiros, **mediante autorização prévia do Contratante**, sem nenhum prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, conforme art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

**5.2.** Somente será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o **limite de até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, conforme art. 67, §9º da Lei nº 14.133/2021, mediante autorização do Gestor da SEINF, nos termos do **Item 17, do Projeto Básico**.

**5.3.** Não caracteriza a subcontratação de serviços a instalação, aplicação ou montagem de materiais, equipamentos ou aparelhos cuja aquisição pressuponha a execução dos trabalhos pelo fornecedor (vidros, marcenaria, serralharia, entre outros).

**5.4. Não será admitida** a subcontratação exclusiva de mão-de-obra.

**5.5.** É vedada a **subcontratação** de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista com dirigente do órgão ou entidade licitante, ou com agente público que desempenhe função na Concorrência, ou atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato, conforme disposto no § 3º do art. 122, da Lei nº 14.133/2021.

**5.6.** As empresas subcontratadas, no que concerne aos seus empregados alocados na obra, estarão sujeitas às mesmas regras e exigências aplicáveis à Contratada, incumbindo a esta última todas as providências no sentido do seu cumprimento.

**5.7.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo devido cumprimento das obrigações contratuais, correspondentes ao objeto da subcontratação.

**5.8.** Qualquer subcontratação somente será possível com a anuência prévia do Contratante, que exigirá contrato firmado entre a empresa Contratada e o seu subcontratado, com a apresentação de todos os documentos exigidos no Edital referenciado, e autorização expressa que avaliará se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**5.9.** O Contratante reserva-se o direito de **não** autorizar a subcontratação por razões técnicas ou administrativas.

## CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**6.1.** Os pagamentos serão efetuados pelo Estado de Roraima, através de Ordem Bancária na **Conta Corrente** \_\_\_\_, da Contratada, no **Banco do Brasil, Agência** \_\_\_\_, no prazo de **até 30 (trinta) dias, contados da data de aferição da fatura**, mediante a apresentação da Nota Fiscal, Fatura e Boletim de Medição previamente atestados pela Fiscalização, observando ao disposto no Art. 141 § 1º, da Lei n. 14.133/2021.

6.1.1. Caso não possua, a Contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para providenciar a abertura de conta corrente no Banco do Brasil S/A, a contar da assinatura do contrato.

**6.2.** Após a aprovação da medição apresentada pela Contratada, esta apresentará à Contratante a nota fiscal/fatura correspondente com os valores mensais devidos, a qual terá o prazo razoável para aprová-la ou rejeitá-la.

**6.3.** O **pagamento** referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da regularidade **fiscal e trabalhista**, devendo ser apresentado juntamente com a Fatura, a Nota Fiscal e o documento comprobatório de regularidade do contribuinte para com o recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social e a outras entidades de fundos arrecadados pela RFB, ou seja, a **Certidão Negativa de Débitos – Previdenciários e Trabalhista**, em conformidade com o disposto nos artigos 405 e 406 do IN nº 971/09 da Receita Federal do Brasil.

**6.4.** Devendo ser apresentado juntamente com a Fatura e a Nota Fiscal, os seguintes documentos:

- 6.4.1. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.4.2. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado (CND municipal);
- 6.4.3. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 6.4.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6.4.5. A Contratante somente efetuará o pagamento dos valores devidos, após comprovação, pela Contratada, do recolhimento do FGTS, e após a juntada da cópia dos documentos mencionados neste item.

**6.5.** A Nota fiscal/fatura não aprovada pelo Contratante, será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

- 6.5.1. O valor de cada Fatura será obtido pela soma dos quantitativos de serviços executados pelos respectivos preços unitários propostos.

**6.6.** A devolução da Nota fiscal/fatura não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a execução dos serviços.

**6.7.** Nos termos da [Instrução Normativa Nº 5, de 2017](#), será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 6.7.1. não produziu os resultados acordados;
- 6.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 6.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**6.8.** Quando houver glosa parcial dos serviços, o Contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**6.9.** Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Certidões APF <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da [Instrução Normativa Nº 3, de 26 de abril de 2018](#).

**6.10.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista nos termos do item 6 do Anexo XI da [Instrução Normativa Nº 5, de 2017](#), quando couber.

**6.11.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à Contratada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

**6.12.** O pagamento devido em razão de serviços extraordinariamente executados sem previsão contratual, **mas autorizados prévia e expressamente pelo Contratante**, será efetuado, também, contra a apresentação do comprovante de quitação do contribuinte para com o recolhimento das contribuições conforme Item 6.4 desta Cláusula, tendo como base:

- 6.12.1. os preços unitários da Planilha Orçamentária contratada;
- 6.12.2. os preços unitários praticados pelo mercado, apurados pelas partes, no caso de serviços não previstos na Planilha Orçamentária.

**6.13.** Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada, formalmente, ao Contratante, ficando sob inteira responsabilidade da Contratada os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

**6.14.** Ao Contratante, reserva-se o direito de recusar o pagamento de serviços executados em desacordo com o proposto e contratado, conforme relatório emitido pela Fiscalização.

**6.15.** O pagamento efetuado pelo Contratante não isenta a Contratada de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

**7.1.** Após concluídos os serviços, serão **recebidos provisoriamente**, pela Fiscalização do DEIT/SEINF, em estreita conformidade com as condições estabelecidas no Projeto Básico, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme **alínea "a", I, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021**.

7.1.1. **provisoriamente:** no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a partir do recebimento dos documentos da Contratada, o fiscal do contrato ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao superior imediato;

7.1.2. assinado o **Termo de Recebimento Provisório**, o departamento demandante (**DEIT/SEINF**), providenciará, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a constituição de Comissão de servidores designados para efetuar o recebimento definitivo, após o decurso do prazo de observação, mediante Termo circunstanciado que ateste a adequação do objeto aos termos deste Projeto e Contratual;

7.1.3. o prazo para observação a que se refere a alínea anterior **não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias úteis, nem superior a 60 (sessenta) dias úteis**, salvo em caso excepcionais, devidamente justificado e previsto no Edital;

7.1.4. será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.2.** O objeto do contrato, será **recebido definitivamente**, por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme **alínea "b", do art. 140, da Lei nº 14.133/2021**.

7.2.1. **definitivamente:** após assinado o Termo de Recebimento Provisório, o setor técnico (**DEIT/SEINF**), providenciará, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a constituição de Comissão de servidores designados para efetuar o recebimento definitivo, após o decurso do prazo de observação, mediante Termo circunstanciado que ateste a adequação do objeto aos termos do Projeto Básico;

7.2.2. o prazo para observação a que se refere a alínea anterior **não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias**, salvo em caso excepcionais, devidamente justificado;

7.2.3. quando a fiscalização técnica for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

7.2.4. o recebimento dos serviços será efetuado ao longo das etapas da execução do objeto, verificando-se a obediência a todos os requisitos nas especificações de projeto. Todas as peças que durante a inspeção final apresentarem-se insatisfatórias deverão ser substituídas, de modo a serem evitadas deformações não previstas ou mudança do esquema estrutural;

7.2.5. Na hipótese de a verificação a que se refere as alíneas do **item 7.1**, não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo;

7.2.6. o superior imediato realizará a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.2.7. O **Termo de Recebimento Definitivo**, será emitido pelo setor competente, GTEGE - Grupo Técnico Especializado em Gestão Estratégica da SEINF, mediante manifestação em relatório final expedido pelo **fiscal administrativo**, que deverá ocorrer **após** elaboração de **Relatório da Comissão Técnica**, esta última, integrada por servidores designados em Portaria, e assinado pelo representante da Contratada;

7.2.8. Em ato contínuo ao recebimento definitivo da obra, o diretor do **DEIT/SEINF**, comunicará ao Secretário da SEINF a liberação da garantia contratual de que trata o art. 100, da Lei 14.133/2021.

7.3. Observada alguma irregularidade, a empresa Contratada será notificada pelo **Departamento de Infraestrutura de Transportes - DEIT**, para que providencie a correção dentro dos prazos acima citados.

7.4. Os prazos citados foram estabelecidos com base em parâmetros gerais, contudo poderão ser prorrogados por interesse da Administração ou dependendo da complexidade das intervenções a serem realizadas.

7.5. Os serviços **poderão ser rejeitados**, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades, nos termos do § 1º, art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo **não excluirá** a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, conforme disposto no § 2º, art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

7.7. Considerando tratar-se de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá a Contratada, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, no que tange a responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da obra, em caso de incorreções identificadas, a Contratada ficará responsável pela reparação, correção, e, reconstrução necessárias, de acordo com o art. 140, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

7.8. O Atestado de Capacidade Técnica deverá ser emitido juntamente com o Termo de Recebimento definitivo.

## CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ([art. 92, V](#))

8.1. Nos termos do Projeto Básico, os preços contratuais, poderão ser reajustados pelos Índices utilizados pelo DNIT, para o setor rodoviário, apurados e fornecidos pela FGV, após decurso do prazo de **12 (doze) meses**, a contar da **data-base do orçamento** estimado da SEINF, indicado no Projeto básico, sendo o índice inicial (Io) referente ao tabela de preço **referencial SICRO/SINAPI**, data-base **10/2023**.

8.2. O reajustamento na forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, conforme art. 25, §§ 7º e 8º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Em razão do objeto, aplica-se a [Instrução Normativa nº 1/2023 - DNIT](#), que regulamenta a aplicação dos índices de reajustamentos de contratos de obras rodoviárias e serviços de engenharia, os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados a partir da fórmula apresentada abaixo:



$$R = \frac{(I_i - I_0) \times V}{I_0}$$

Onde:

$R$  = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

$I_0$  = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

$I_i$  = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

$V$  = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

**8.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**8.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**8.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.7.** Fica a **Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo** referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**8.8.** A data-base para contagem da anualidade para fins de reajustamento de preços será a data do SICRO/SINAPI que serviu de referência para elaboração do orçamento básico da SEINF.

**8.9.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.10.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**8.11.** Se **havendo atraso na execução da obra** por motivos atribuídos à Contratada, este **não faz jus ao benefício** advindo de possível elevação do índice de reajuste, devendo ser mantido o preço original do contrato. Em caso de redução do referido índice, haverá impacto no valor do contrato, o qual deve ser reduzido.

**8.12. Poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro** inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo, **fundamentado em fatos objetivos, ficando a Contratada obrigada a apresentar uma nova planilha de composição dos preços, detalhando como a elevação dos preços de mercado impactou a proposta inicial.**

**8.13.** Para a **concessão do reequilíbrio econômico-financeiro** contratual, a Contratada **deverá** providenciar requerimento formal devidamente justificado, que será posteriormente analisado pelos setores competentes, observados o estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

**8.14.** O requerimento **não poderá se basear apenas em notas fiscais que demonstram uma variação de preços subjetiva da empresa. É necessário apontar uma mudança do mercado.**

**8.15.** A Administração deverá se manifestar sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido.

**8.16.** O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por Termo Aditivo.

**8.17.** Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro **deverão ser formulados durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, de acordo com parágrafo único do art. 131 da Lei 14.133/2021, sob pena de ocorrência de preclusão lógica.**

**8.18.** No caso em que a execução da **obra** for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos do tipo: desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias à Contratada, será aplicado o disposto do § 2º, Inc. II do art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

**8.19.** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de procedimento indenizatório.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**9.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelo Contratante, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

**9.2.** Emitir, através do setor competente, a Ordem de Serviço, devendo fazê-lo em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato do Contrato e da apresentação da Licença de Instalação e Operação em nome da Contratada.

**9.3.** O Contratante, fornecerá toda documentação técnica (projetos, especificações e outros), necessária para a execução dos serviços.

**9.4.** Promover, por intermédio do fiscal indicado, a fiscalização, acompanhamento, conferência e avaliação da execução dos serviços objeto deste Contrato, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º, da Lei nº 14.133/2021.

**9.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, devendo explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contratos regido pela Lei nº 14.133/2021, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

**9.6.** Observar se durante a vigência do Contrato está sendo mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, art. 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021.

**9.7** Comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143, da Lei nº 14.133/2021.

**9.8** Permitir aos funcionários da Contratada, devidamente credenciados, encarregados da prestação dos serviços objeto do Contrato, completo e livre acesso aos locais da execução dos serviços, possibilitando-lhes executá-los e procederem as verificações técnicas necessárias.

**9.9.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro observando o constante na **Cláusula Sexta** deste Contrato, e seus subitens.

**9.10.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

**9.11** Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**9.12** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada.

**9.13** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.13.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

9.13.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

9.13.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

**9.14.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

**9.15.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor (es) ou comissão especialmente designado (s) (a), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**9.16.** A qualquer momento, mediante real necessidade levantada pela fiscalização e devidamente justificada, o Contratante poderá solicitar a mudança do Responsável Técnico da Obra, contanto que, atenda aos requisitos exigidos no Edital quanto ao item de responsabilidade técnica;

**9.17.** Verificada a ocorrência de alteração do cronograma da obra conforme o disposto no § 5º do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, por mais de 01 (um) mês, a Administração **deverá** divulgar, em site eletrônico oficial da SEINF, e, em placa a ser afixada em local da obra, o aviso público de obra paralisada, o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

**9.18.** Providenciar a lavratura dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra, em cumprimento ao art. 140, da Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**10.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pela Contratada, de acordo com as normas da Lei nº 14.133/2021 (Art. 115), e responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**10.2.** Providenciar o registro do Contrato no CREA/RR, submetendo-o a Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica e aprovando no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do mesmo.

**10.3.** Deverá apresentar, após a assinatura da Ordem de Serviço (O.S) em até 10 (dez) dias úteis, o estudo de logística e canteiro contemplando os acessos dos equipamentos e pessoas, adotando medidas de segurança; a localização, dimensionamento e detalhamento das áreas administrativas, produção e vivência; o posicionamento e detalhamento das áreas de coleta de resíduos incluindo contêineres ou similares.

**10.4.** Executar a obra/serviços nas condições de qualidade, prazo e preço estipulado no Contrato e no documento contratual, utilizando as boas técnicas do ramo, matérias primas e insumos de primeira qualidade e mão-de-obra qualificada, assumindo a administração do objeto contratado.

10.4.1. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

**10.5.** Providenciar o livro “Diário de Obra”, o qual **deverá** ser mantido no local da obra/serviço para as anotações das ocorrências e das observações e ordens da Fiscalização (número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados e ocorrências de outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto etc), devendo ser assinada pelos representantes do Contratante e Contratada.

**10.6.** Cumprir as condições de execução de serviços previstas no Projeto Básico e seus anexos, no Edital e neste Contrato, ficando passível de penalidades e até rescisão unilateral em caso de não cumprimento das etapas descritas nos mesmos.

**10.7.** A Contratada se obriga a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, qualquer empregado, operário ou subordinado seu que, a critério da Fiscalização, venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

**10.8.** Acatar, imediatamente, as determinações da Fiscalização no sentido de, à suas expensas, refazer os serviços executados com vício ou defeito e, substituir os materiais que não estiverem de acordo com as especificações contratadas.

**10.9.** Ensejar, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da Fiscalização, proporcionando fácil acesso aos serviços em execução.

**10.10.** Manter, permanentemente, no canteiro de obras, um representante autorizado, devidamente credenciado junto ao Contratante, com poderes de decisão, para deste, receber instruções.

**10.11.** Enviar o Responsável Técnico da obra para fazer visita técnica ao local dos serviços acompanhado da Fiscalização do Contratante, antes do início dos serviços.

**10.12.** Não alterar o projeto sem prévia e expressa autorização do Contratante, devendo manter no canteiro de obras os projetos básico e executivo, as especificações, os desenhos e demais peças técnicas e documentos contratuais.

**10.13.** Manter permanente vigilância do canteiro de obras até a entrega do objeto contratado ao Contratante.

**10.14.** Providenciar junto aos órgãos competentes, sem ônus para o Contratante, todos os registros, licenças e autorizações que forem devidas em relação à obra/serviço, e a formalização deste Contrato.

**10.15.** Cumprir e fazer cumprir as obrigações relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a legislação brasileira, inclusive fornecendo todo o material e equipamentos (Inclusive EPI e EPC) necessários à execução da obra/serviço, adotando identificação para todo o seu pessoal.

**10.16.** Planejar e conduzir os trabalhos de maneira a evitar acidentes pessoais, danos ao Contratante, a terceiros ou a bens, obedecendo e cumprindo a Legislação de Acidente de Trabalho.

**10.17.** Recolher, pontualmente e exatamente, todos os tributos estabelecidos por lei, a que está obrigada por força do futuro Contrato, respondendo pelos que vierem a ser criados ou majorados sob a sua responsabilidade.

**10.18.** Arcar com todo o ônus referente a testes, ensaios e demais provas exigidas por normas técnicas para a boa execução do objeto contratado, obedecendo às Normas Técnicas em vigor que se aplicam ao serviço contratado, conforme o imposto pelo Código de Defesa do Consumidor, em caso de descumprimento submetendo-se às penalidades nele previstas.

**10.19.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas em memorial descritivo com especificações determinadas, promovendo sua substituição quando necessário.

**10.20.** Responder integralmente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados ao Contratante ou à terceiros, por seus empregados ou serviços.

**10.21.** Entregar a obra/serviço concluída, livre e desembaraçada de quaisquer materiais e equipamentos desnecessários, ou entulhos, inclusive a limpeza das áreas adjacentes.

**10.22.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, técnicas, econômicas e de regularidade fiscal e trabalhistas (Art. 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021), de acordo com os termos da sua Proposta.

**10.23.** Fornecer os materiais e/ou serviços conforme as exigências específicas no Projeto Básico, em perfeitas condições de utilização.

**10.24.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, a sinalização da obra durante o período de execução.

**10.25.** Todas as etapas previstas no Projeto básico e projeto executivo (se houver), para execução da obra deverão seguir rigorosamente as normas técnicas vigentes e peças técnicas anexas, visando a garantia de uma boa execução dos serviços.



**10.26.** Deverão ser utilizados equipamentos e mão de obra, conforme previstos nas composições unitárias de preço constantes nos apêndices do Projeto básico, visando o total atendimento as produções ali previstas para execução de cada serviço constante, para que a obra/serviços possa ser executada em total acordo com os critérios aqui estabelecidos.

**10.27.** No caso do contrato, que **utilize recursos federais** oriundo de convênio, a Empresa Contratada deve permitir o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, em observância arts. 26, 45 e 49 a 51 da Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016 e as disposições da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30/08/2023.

**10.28.** A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119, da Lei nº 14.133/2021.

**10.29.** A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante, (Art. 120, da Lei nº 14.133/2021).

**10.30.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, conforme previsão no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.30.1. A responsabilidade de que trata o Item anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à Administração Pública, devendo, em qualquer caso, a Contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.

**10.31.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**10.32.** É vedado a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

**10.33.** A Contratada **não poderá** contratar parentes (até o terceiro grau) de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato. Não poderão também participar da execução do objeto do certame as pessoas descritas no **art. 9º da Lei nº 14.133/2021**.

**10.34.** Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

**10.35.** Responsabilizar-se exclusivamente sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, conforme art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021, dispõe que somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.35.1. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações.

**10.36.** Na forma do art. 50, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada deverá apresentar no setor competente, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

10.36.1. registro de ponto;

10.36.2. recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

10.36.3. comprovante de depósito do FGTS;

10.36.4. recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

10.36.5. recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional; e, recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

**10.37.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

**10.38.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**10.39.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

**10.40.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**10.41.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.42.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Projeto Básico, no prazo determinado.

**10.43.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**10.44.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**10.45.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo se houver.

**10.46.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos e nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**10.47.** Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Projeto Básico.

**10.48.** A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, (art. 118, da Lei nº 14.133/2021), bem como, todos os equipamentos e materiais necessários a uma execução perfeita dos serviços, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.

**10.49.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

**10.50.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

**10.51.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de **05 (cinco) anos**, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**10.52.** Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e de caráter ambiental, nos termos do Art. 45 da Lei nº 14.133/2021, bem como respeitar, especialmente, no que couber, as normas relativas a:

10.52.1. disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

10.52.2. mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

10.52.3. utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

10.52.4. avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística, quando for o caso;

10.52.5. proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras, quando for o caso.

**10.53.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

**10.54.** Cumprir a exigência de reserva de cargos prevista na Lei Estadual nº 899/2013, nos termos do Item 10.16.8 do Edital.

**10.55.** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas.

**10.56.** A Contratada **deverá**, obrigatoriamente, absorver durante a execução do contrato, vagas para egressos do sistema penitenciário, devendo obedecer a proporção de 3% (três por cento) do total das vagas existentes, para sentenciados que estejam no regime aberto ou semiaberto, quando da contratação de obras e de serviços públicos, em cumprimento ao art. 1º da Lei Estadual nº 899/2013.

**10.57.** Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, conforme art. 18 da [Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021](#).

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**11.1.** A execução das obrigações contratuais **será fiscalizada** por no mínimo 01 (um) servidor ou mais, doravante denominado **Fiscal Técnico**, e 02 (dois) servidores, doravante denominado **Fiscal Administrativo**, designados por Portaria pela Autoridade, para exercerem como representantes desta Secretaria.

11.1.1. Toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do **Projeto Básico**, e deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o art. 117, da Lei nº 14.133/2021, concomitantemente com os termos do [DECRETO Nº 31.408, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021](#), o qual estabelece regras e diretrizes para a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

**11.2.** A nomeação de servidor para a execução das atividades de fiscal de contrato e gestor do contrato, nos termos do art. 109, incisos III e VI, da Lei Complementar nº 053/2001 e art. 116, incisos I e IV da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **constitui obrigação** inerente à atividade do servidor público, notadamente o dever de exercer com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares essenciais ao cargo.

**11.3.** De acordo com os §§ 1º, 1º e 3º, do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, o fiscal do contrato **anotará** em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; **informará** a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**11.4.** O Gestor e o(os) fiscal(is) do contrato, **no que couber, serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração vinculados ao órgão demandante**, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato, conforme disposto no art. 23, do Decreto Estadual nº 31.408/2021.

**11.5.** As **atividades e competências** dos gestores e fiscais da execução do contrato, de acordo com o artigos 18, 19, 20 do Decreto Estadual nº 31.408/2021, que competem ao gestor do contrato, auxiliado pela fiscalização, de acordo com as seguintes disposições:

11.5.1. A **fiscalização administrativa** do contrato (GTEGE ⇔ [DEIT/SEINF](#)): é a coordenação de atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como de atos preparatórios para instrução processual e para encaminhamento de documentação pertinente ao setor de contratos para formalização de procedimentos quanto aos aspectos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

11.5.2. A **fiscalização técnica** ([DEIT/SEINF](#) ⇔ GTEGE): é o acompanhamento de contrato com o objetivo de avaliar a execução de objeto em moldes previstos para contratação e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no Edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, bem como acompanhamento de aspectos técnicos e administrativos de contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas em casos de inadimplemento.

**11.6.** Caberá ao **gestor do contrato** (fiscalização administrativo), e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, conforme artigo 19, do Decreto Estadual nº 31.408/2021, em especial:

11.6.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, de que dispõe o art. 20, do Decreto Estadual nº 31.408/2021;

11.6.2. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução de contratos, no prazo de até 01 (um) mês, contados da instrução de requerimento, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para boa execução de contratos;

11.6.3. Acompanhar registros realizados por fiscais técnicos do contrato ou de terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução de contrato e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

11.6.4. Acompanhar a manutenção de condições de habilitação de contratadas, para efeito de continuidade de contratações;

11.6.5. Manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização de contratos contendo todos os registros formais de execução em **histórico de gerenciamento de contratos**, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequação ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

11.6.6. Observar os termos do **Projeto Básico**, para ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no **cronograma físico-financeiro**, acompanhar, promover o que couber dentro das atribuições de gestão administrativas, demandas relativas a **medição prévia dos serviços executados** no período, para aferição do **gestor do contrato / administrativo designado**, e



emissão do competente **atestado da fiscalização / fiscal técnico**, dentre outros documentos pertinentes ao pagamento;

11.6.7. Coordenar os atos preparatórios para instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de responsável pela formalização de procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 18 do Decreto Estadual nº 31.408/2021;

11.6.8. Estabelecer prazo razoável para comunicar à autoridade competente o término de contratos, em caso de nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade; e

11.6.9. Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº [14.133](#), de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento de atividades da Administração.

**11.7. Caberá ao fiscal técnico do contrato**, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, conforme artigo 20, do Decreto Estadual nº 31.408/2021, em especial:

11.7.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor administrativo do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

11.7.2. Verificar a manutenção de condições de habilitação da Contratada;

11.7.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar as regras que disciplinam a matéria;

11.7.4. Anotar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.7.5. Notificar a Contratada tão logo surja defeito ou incorreção, para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração; assim como corrigir qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para correção;

11.7.6. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

11.7.7. Comunicar imediatamente ao superior imediato, para comunicação ao gestor administrativo do contrato, quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

11.7.8. Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para Administração, com livre acesso ao local das obras para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários a boa execução dos serviços;

11.7.9. Comunicar ao gestor do contrato, no prazo estabelecido nos termos no inciso VII do art. 19 do Decreto Estadual nº 31.408/2021, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação, e

11.7.10. Atestar faturas e as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

11.7.11. O ateste equivocado quanto à qualidade e condições de entrega do produto ou prestação do serviço, bem como a emissão do atestado de realização dos serviços definitivos, constitui ato passivo de responsabilização do servidor.

**11.8. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada**, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua função.

**11.9.** Promover a fiscalização técnica, para que os serviços prestados obedeçam, rigorosamente, aos preceitos dispostos na Norma Regulamentadora nº 4 - NR 4, que regula os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, para trabalhos desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados.

**11.10.** Todos os processos construtivos, serviços e materiais deverão atender às seguintes premissas:

11.10.1. estabilidade estrutural;

11.10.2. durabilidade e estanqueidade igual ou superior aos processos convencionais;

11.10.3. execução de regularização de base em condições perfeitas para a aplicação de materiais de acabamento;

11.10.4. utilização de materiais de 1ª qualidade e mão-de-obra especializada; e,

11.10.5. normas de segurança.

**11.11.** As relações mútuas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidas por intermédio do Fiscal de Contrato da SEINF, e o preposto da CONTRATADA.

**11.12.** À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito a Contratada e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da Ordem de Serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado.

**11.13.** Aferir os serviços executados para devido atesto das medições MENSALMENTE conforme previsto no cronograma físico financeiro.

**11.14.** Assegurar que todas as etapas previstas no **Projeto Básico**, e Projeto Executivo (se houver), para execução dos serviços estejam seguindo rigorosamente as normas técnicas vigentes e anexos do Projeto Básico, visando a garantia de uma boa execução dos serviços.

**11.15.** Assegurar que os equipamentos e mão de obra estão sendo utilizados, conforme previstos nas composições unitárias de preço do **Projeto Básico**, visando o total atendimento as produções ali previstas para execução de cada serviço constante, para que a obra possa ser executada em total acordo com os critérios aqui estabelecidos.

**11.16.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**11.17.** As atividades de **gestão e fiscalização da execução contratual** devem ser realizadas de forma **preventiva, rotineira e sistemática**, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**11.18.** Cumpre, ainda, à fiscalização, nos termos do Art. 50 da Lei nº 14.133/2021, solicitar, mensalmente, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

11.18.1. registro de ponto;

11.18.2. recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

11.18.3. comprovante de depósito do FGTS;

11.18.4. recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

11.18.5. recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

11.18.6. recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva;

11.18.7. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS.

**11.19.** A **fiscalização** de que trata esta cláusula **não exclui nem reduz a responsabilidade** da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120, da Lei nº 14.133/2021.

**11.20.** O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Agente de Contratação na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

**11.21.** O **não cumprimento** das disposições constantes nos **Itens 7.1 e 7.2** da Cláusula Sétima deste Contrato, poderá ensejar a abertura de processo administrativo para apurar a responsabilidade dos servidores designados e aplicação das penalidades contidas no art. 121 da Lei Complementar n. 053/2001 e art. 127 da Lei 8.112/1990.

**11.22.** A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1** A Contratada responderá administrativamente pela qualidade e eficiência da obra por ela executada. A verificação, durante a realização da obra, de quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, serão consideradas como inexecução parcial do contrato.

**12.2** A Contratada será responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução da obra que vierem a **acarretar prejuízos** ao Estado de Roraima, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**12.3.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos **artigos 156 a 159 e 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021**.

**12.4.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Contratada que, com dolo ou culpa:

12.4.1. Dar causa à **inexecução parcial** do contrato;

12.4.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato **que cause grave dano** à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.4.3. Dar causa à **inexecução total** do contrato: decorridos 01 (um) mês sem que a Contratada tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua extinção;

12.4.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.4.5. Apresentar **documentação falsa ou prestar declaração falsa** durante a execução do contrato;

12.4.6. Praticar **ato fraudulento na execução** do contrato;

12.4.7. Comportar-se de modo **inidôneo ou cometer fraude** de qualquer natureza;

12.4.8. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.4.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**12.5.** Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas; garantida a prévia defesa, as infrações seguintes, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.5.1. **Advertência** - quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.5.2. **Impedimento** de licitar e contratar, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.4.2, 12.5.3, 12.4.4, deste Contrato, ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.5.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.4.5, 12.4.6, 12.4.7 e 12.4.8, deste Contrato, bem como nos subitens 12.4.2, 12.4.3 e 12.4.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5.4. **Multa** (sanção pecuniária) nos seguintes critérios e valores:

I- **Moratória** - o atraso de 20 (vinte) dias na execução do objeto contratado, sem motivação aceita pelo Contratante, ensejará a aplicação de multa diária no valor correspondente a **0,10% (dez centésimos por cento)**, calculada sobre o valor total do Contrato até o limite máximo de 2% (dois por cento). O **atraso superior** a esse prazo poderá **ensejar a extinção** do contrato.

II- **Moratória** - caso o atraso seja superior a 20 dias, será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

III- **Moratória** - o atraso na apresentação da garantia contratual possibilitará a aplicação da multa de **0,07% (sete centésimos por cento)** do valor do Contrato, até o limite máximo de **2% (dois por cento)**, o que pode ocasionar a extinção do Contrato.

IV- **Compensatória** - a conduta ilícita pela licitante que tenha durante o certame ensejará a aplicação de multa no percentual de **10% (dez por cento)**, do valor da proposta apresentada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Edital.

V - **Compensatória** - a recusa ou o não comparecimento da adjudicatária em assinar o contrato, quando regularmente notificada pelo Contratante dentro do prazo de validade de sua proposta ensejará o pagamento de multa de **10% (dez por cento)**, calculado sobre o valor total do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Edital; e

VI - **Compensatória** - a inexecução total do objeto contratado possibilitará a aplicação de multa de **10% (dez por cento)** do valor do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

**12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

12.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



**12.8.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas **cumulativamente com multa** (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.9.** Se a **multa** aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9.1. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura, da garantia, ou do crédito existente do Contratante em relação à Contratada. Caso o valor da multa seja superior ao do crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

12.9.2. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Contratante.

**12.10.** A **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 12.4.1 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**12.11.** As sanções previstas nos subitens 12.5.2, 12.5.3 e 12.5.4, deste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 22.4 da mesma cláusula.

12.11.1. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção).

**12.12.** Da aplicação das sanções previstas nos subitens 12.5.2, 12.5.3 e 12.5.4, deste Contrato, **caberá recurso** no prazo de **15 (quinze) dias** úteis, contado da data da intimação, nos termos do art. 157, da Lei nº 14.133/2021.

12.12.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.13.** Da aplicação da sanção prevista no subitem **12.5.4**, caberá apenas **pedido de reconsideração**, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.14.** O recurso e o pedido de reconsideração **terão efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.15.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que **assegure o contraditório e a ampla defesa** à Contratada, observando-se o procedimento previsto no *caput e parágrafos* do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.16.** Comete falta grave, podendo ensejar a extinção unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021, aquele que:

12.16.1. Não promover o recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS exigíveis até o momento da apresentação da fatura, após o prazo de 15 (quinze) dias da solicitação do Contratante.

**12.17.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente ou isoladas, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**12.18.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de declaração de inidoneidade, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas em contrato e demais cominações legais.

**12.19.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato, não exclui a possibilidade de responsabilização do Licitante ou da Contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**12.20.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do

contrato, a título de garantia, conforme dispõe o art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133 de 2021.

**12.21.** No caso de inconsistências nos apêndices do **Projeto Básico**, em especial no Projeto Executivo (se houver), verificadas na execução do objeto desta licitação deverão ser comunicados ao departamento técnico "**DEIT/SEINF**", responsável pela aprovação das peças técnicas anexas dos referidos projetos, para providências quanto à aplicação de sanções contra a empresa autora das referidas peças técnicas, listadas no subitem **28.1**, do Edital.

**12.22.** Os débitos da Contratada para com o Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**12.23.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, bem como as previstas no Projeto Básico, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**12.24.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**12.25.** Constatada qualquer das situações previstas nos itens anteriores, passível de aplicação das sanções de **advertência, multa** ou **suspensão temporária** de participação em licitação e **impedimento** de contratar com a Administração Pública, a SEINF notificará a Contratada, por escrito, sobre as irregularidades em que incorreram, sendo-lhes assegurado a vista do processo no qual foram produzidas as provas das irregularidades, bem assim facultada à apresentação de defesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

**13.1.** Para o cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a Contratada prestou a garantia contratual sob a modalidade de \_\_\_\_\_, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor a preços iniciais do Contrato, conforme APÓLICE nº \_\_\_\_\_, emitida pela \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024, no valor de **R\$ \_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_), com vencimento **em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_**, nos moldes do art. 96, c/c art. 98; art. 102, da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** A garantia contratual tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações, conforme disposto no Art. 97, da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.** No caso da garantia ser prestada na modalidade de **seguro-garantia**, este deverá ter seu prazo de validade estendido para **mais 90 (noventa) dias** além do prazo final da execução do objeto.

13.3.1. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 13.6, desta Cláusula.

**13.4.** O Contratante fica autorizado a utilizar a garantia, para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da Contratada, ou ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

13.4.1. A autorização contida neste item, é extensiva aos casos de multas aplicadas, depois de esgotado o prazo recursal.

13.4.2. A garantia será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da Contratada, sem prejuízo das penalidades cabíveis, previstas na Cláusula Décima Segunda deste Contrato.

**13.5.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.5.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

13.5.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

**13.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.**

13.6.1 Acrescido o valor inicial do Contrato e/ou prorrogado o seu prazo, a Contratada apresentará as garantias complementares, no mesmo percentual e/ou prazo, no ato da assinatura do correspondente Termo Aditivo.

**13.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.**

**13.8. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.**

13.8.1. A garantia será restituída, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive o recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao Contratante e emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**13.9. O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).**

**13.10. O emitente da garantia não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.**

**13.11. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no **Projeto Básico**.**

**13.12. A Contratada responsabilizar-se-á pela realização do Seguro Contra Riscos Diversos de Acidentes Físicos, relativos aos serviços, observados a legislação vigente. Em caso de sinistro não coberto pelo seguro, a Contratada responderá pelos danos e prejuízos causados ao Contratante, coisas, propriedades ou pessoas, em decorrência da execução da obra/serviço correndo por sua conta os ressarcimentos ou indenizações daí resultantes.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

**14.1. O presente Contrato poderá ser extinto por ato administrativo na forma e hipóteses previstas no art. 138, da Lei nº 14.133, de 2021, sem que caiba à Contratada qualquer direito a indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis, em processo administrativo regular.**

14.1.1. Exceto, quando o caso de descumprimento decorrer de sua própria conduta, assegurado à Contratada o pagamento dos serviços efetivamente realizados a contento, nas condições contratadas.

**14.2. Nos termos do art. 138, da Lei nº 14.133/21, a extinção do contrato poderá ser:**

I - **unilateral**, determinada por ato escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - **consensual**, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

### III - determinada por decisão judicial.

**14.3.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo previsto na Cláusula Segunda deste Contrato, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), o qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

14.3.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou das cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

14.3.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

14.3.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

14.3.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

14.3.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

14.3.6. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade Contratante;

14.3.7. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas.

**14.4.** Quando a extinção for determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, as seguintes consequências:

14.4.1. assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

14.4.2. ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

14.4.3. execução da garantia contratual para o ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução, pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível, pagamento das multas devidas à Administração Pública, a exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível, e ainda, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas;

14.4.4. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**14.5.** As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4 deste Contrato, observarão as seguintes disposições:

14.5.1. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a Contratada tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído.

14.5.2 assegurarão à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**14.6.** A aplicação das medidas previstas no art. 139, Lei 14.133/2021, ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta, cujo ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário da SEINF, conforme o caso.

**14.7.** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da Lei nº 14.133/2021.



14.7.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.8.** Quando a extinção/rescisão do Contrato decorrer de culpa exclusiva da Administração, a Contratada será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados, e terá direito a:

14.8.1. devolução da garantia;

14.8.2. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

14.8.3. pagamento do custo da desmobilização.

**14.9.** Nos termos do §2º do art. 137, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

14.9.1. supressão da obra, por parte da Administração, que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

14.9.2. suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

14.9.3. repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

14.9.4. atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras e serviços;

14.9.5. não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração.

**14.10.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**14.11.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**14.12.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

**15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na **Nota de Empenho** \_\_\_\_\_, datada de \_\_\_\_\_, no valor de **R\$** \_\_\_\_\_, do corrente exercício, cujo recursos estão assegurados na dotação abaixo discriminada:

I - Unidade Orçamentária: 21.101.

II - Fontes de Recursos: 1.500 - Co: 0000.1 e 1.501 - Co: 0000.4

III - Programa de Trabalho: 26.782.075.3340 / 26.782.075.334

IV - Elemento de Despesa: 44.90.51.00

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**16.1.** Nenhuma alteração de quantidades, valores, especificações ou disposições contratuais poderá ocorrer, salvo quando e segundo a forma e hipóteses previstas no artigos 124 e 125, da Lei nº 14.133/2021 e no **Edital da Concorrência nº \_\_\_\_\_/2024** e seus Anexos.

**16.2.** No interesse da Administração, o valor inicial da obra, objeto deste Contrato, poderá ser alterado para maior ou para menor, em decorrência de acréscimos ou supressões, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)**, de acordo com os artigos 125, da Lei nº 14.133/2021.

16.2.1 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

16.2.2. As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação (Art. 126, da Lei nº 14.133/2021).

**16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da Consultoria Jurídica/PGE-SEINF, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês, conforme disposto no art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**16.5.** Nos termos do art. 128 da Lei nº 14.133/2021, diferença percentual entre o valor global da obra, e o preço de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

**16.6.** Nas alterações contratuais para supressão de obras, se a Contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local da execução dos serviços, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados, em atenção aos artigos 129 e 130, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA CONTRATADA**

**17.1.** A Contratada tem como Responsável Técnico pela execução do objeto deste Contrato, o senhor \_\_\_\_\_, **Engenheiro Civil** ou profissional equivalente, **registro profissional** \_\_\_\_ n. \_\_\_\_\_, para exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29/06/1973, nos termos do inciso I do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.1. O responsável técnico indicado pela contratada, fica autorizado a representá-la perante o contratante e a fiscalização deste, em tudo que disser respeito a execução do objeto contratado.

**17.2.** O responsável técnico acima indicado só poderá ser substituído por outro com as mesmas qualificações profissionais, mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

**17.3.** A omissão ainda que eventual da Fiscalização, no desempenho de suas atribuições, não eximirá a Contratada da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

**17.4.** A Contratada será representada na execução dos serviços pelo “responsável técnico” indicado na proposta, o qual dirigirá os trabalhos e a representará legalmente, com amplos poderes para decidir, em seu nome, nos assuntos relativos aos serviços contratados.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA MATRIZ DE RISCOS**

**18.1.** O Artigo 6º, parágrafo XXVII, da Lei nº 14.133/2021, define sobre a matriz de riscos, como cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência.

**18.2.** Para atendimento ao dispositivo legal mencionado no item anterior, foi adotado para o objeto desta contratação, o mapa de riscos, contendo itens dos riscos com descrição/serviço, consequência, estratégias de mitigação, e responsável. Desenvolvido e implementado durante a elaboração do Projeto Básico, passando pela fase de licitação, que **deverá** ser observado pela Contratada, durante a execução do contrato até a conclusão da obra.

**18.3.** O Mapa de Riscos é **parte integrante** deste Contrato, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

**19.1.** Para as situações não previstas neste Contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições da Instrução Normativa Nº 5, de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta; e as disposições da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumido, que trata de normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

**20.1.** Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da SEINF (art. 91, caput), na **Imprensa Oficial do Estado (DOE)**, em atenção aos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 10, VI, do Decreto n. 20.477-E, de 2016.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

**21.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, para dirimir quaisquer dúvidas ou os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**21.2.** E por estarem as partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, assinam eletronicamente o presente instrumento, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Boa Vista (RR), data da assinatura no sistema.

(assinado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário de Estado da Infraestrutura de Roraima

*Pelo Contratante*

(assinado eletronicamente)  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Pela Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Nayrana Rosely de Melo Nascimento Figueira**,  
**Consultora Técnica**, em 21/10/2024, às 10:05, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-  
E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar>  
informando o código verificador **14899271** e o código CRC **A8F14851**.

21101.001066/2024.34

14899271v4

Criado por [77909739320](#), versão 4 por [77909739320](#) em 20/10/2024 22:49:31.





**Governo do Estado de Roraima**  
**Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima**  
*"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"*

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022**

PROCESSO Nº	<a href="#">21101.001066/2024.34</a>
Setor Demandante:	<b>Departamento de Infraestrutura de Transportes - DEIT</b>

## **I – INTRODUÇÃO**

**1.1** Este documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

**1.2** O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar a melhor solução para supri-la no mercado, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e da [Instrução Normativa SEGES Nº 58, de 8 de Agosto de 2022](#).

**1.3** O presente estudo, visa materializar os conteúdos necessários a fim de viabilizar a Contratação de Empresa Especializada para Execução das Obras de **Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

## **II - OBJETO PRETENDIDO**

**2.1** Contratação de Empresa Especializada para execução dos serviços das obras de **Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR**.

## **III – NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

**3.1** A demanda surgiu mediante a necessidade de melhorar o acesso e o escoamento da produção da região, através da ampliação da malha viária e assim melhorar a qualidade de vida dos moradores através do fortalecimento das atividades produtivas.

**3.2** A Implantação da Vicinal Pé da Serra, a Construção de Bueiros, a Construção de Pontes de Madeira na referida rodovia (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, localizadas no Município de Cantá-RR, tem como objetivo de melhorar as condições de trafegabilidade dos moradores da região, garantir a segurança do usuário e evitar que os moradores fiquem “ilhados” onde está localizada a vicinal supracitada com extensão de 7,93km, atualmente em péssimo estado de conservação, tanto no que se refere a terraplenagem, revestimento primário e obras de arte correntes. Desta forma, torna-se imprescindível a contratação do objeto pretendido, e por este instrumento ser considerado de grande relevância para o atendimento dos objetivos da contratação.

**3.3** O projeto peças técnicas a serem elaborados Desta forma, torna-se imprescindível contratar os serviços de **Implantação de Vicinal, de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal**

**Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266**, acompanhando as especificações descritas no memorial descritivo e demais projetos, cujas características técnicas adotadas na elaboração do projeto.

**3.4** Foram realizados estudos específicos afim de reconhecer as condições das vicinais em questão, norteando-se por estes levantamentos e estudos realizados, afim de propiciar um projeto com qualidade técnica.

#### **IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** A licitante e o(s) seu(s) responsável(is) técnicos deverão comprovar ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior. As quantidades exigidas, os serviços a serem comprovados e os critérios de aceitabilidade, tanto para a capacidade operacional do licitante quanto a capacidade técnica dos profissionais, serão detalhadas no projeto básico, em caso de futura contratação.

**4.2** O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base no cenário apresentado nos itens anteriores, não possui natureza continuada, sendo o prazo de execução **previsto de 180 (cento e oitenta) dias**.

**4.3** A adoção pela modalidade de **concorrência** nesta contratação é prevista pela **Lei n.º 14.133/2021, art. 6º, inciso XXXVIII**, cuja modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de **obras**. Entende-se que a adoção da concorrência visa ampliar a competitividade, assegurando o tratamento isonômico e a justa competição entre os licitantes, buscando maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos, selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em termos de economicidade e dos resultados esperados.

**4.4** Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações do Projeto básico e seus anexos. Assim como os serviços serão executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Técnicas Brasileiras.

**4.5** Será de competência da contratada fornecer todo material, ferramentas, maquinários e aparelhamento adequado a mais perfeita execução dos serviços contratados, bem como os equipamentos de proteção individual (EPI) e proteção coletiva (EPC).

**4.6** Será de inteira responsabilidade da contratada a concordância entre os projetos, o local de construção (topografia local). Não podendo a Contratada, em hipótese alguma, alegar desconhecimento das cláusulas e condições estabelecidas nas especificações, bem como os detalhes e exigências constantes nos projetos, que fazem parte integrante da contratação.

**4.7** Demais requisitos, instruções de serviço e demais orientações para a execução da obra, as quais deverão ser observadas atentamente e seguidas pela Contratada, estarão detalhadas no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Especificações Técnicas, de Terraplenagem e de Topografia, Orçamentos e Cronograma Físico-Financeiro, ambos anexos do futuro edital de licitação.

#### **V - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

**5.1** Todas as quantidades estarão dispostas no orçamento a ser elaborado pelo DEIT/SEINF com base nos quantitativos tem o intuito de direcionar a Administração Pública à mencionada contratação, preparar elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, a fim de caracterizar os serviços que serão contratados, estabelecer normas, especificações e procedimentos, elaborar documentos necessários do objeto a ser licitado e definir os parâmetros do certame.

#### **VI - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**6.1** Contratações de obras rodoviárias são situações singulares, distintas e específicas em relação a suas características tais como objeto, localização física e geográfica, solução desejada, entre outras particularidades.

**6.2** A busca deve se dar através de um processo licitatório entre empresas que detenham as devidas habilidades técnicas e operacionais e se predisponham a participar, em igualdade de condições, seguindo os modelos e as regras dos editais desta SEINF/RR, dada a sua complexidade, que **não se adequam a modelo-padrão**, considerando as especificações e complexidade do objeto.

**6.3** Conforme análises realizadas e considerando que o fluxo nas rodovias do Estado de Roraima, é proporcionalmente menor quando comparado a linha geral, a solução em revestimento primário foi considerada satisfatória e suficiente para as condições de projeto. O levantamento dos preços, será realizado com base nas referências de custo DNIT/SICRO e CAIXA/SINAPI.

**6.4** Na falta de composição no boletim de referência SICRO/SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração.

## VII - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

**7.1** O valor estimado para a contratação será calculado com base nos valores praticados pelo mercado e nos valores pagos pela Administração Pública em serviços e obras similares, cuja referência de preços será conforme os §§ 2º e 3º do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021.

**7.2** O valor estimado orçado pelo DEIT/SEINF, para a contratação, é de **R\$ 2.075.266,08** (dois milhões setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e seis reais e oito centavos), com base na SICRO/SINAPI/OUT/2023 e Tab. Consult. DNIT OUT/2023.

## VIII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

**8.1** Promover a execução indireta dos serviços de Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, Localizadas no Município de Cantá-RR, em conformidade com o memorial descritivo baseado neste estudo técnico preliminar.

**8.2** Subsidiando a escolha da melhor alternativa para a obra de **Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros**, Localizadas no Município de Cantá-RR, com base em tabelas de referências de preços, diante da análise da adoção de diferentes soluções que se mostrou ser a mais vantajosa em termos econômicos e técnicos, em que tais serviços constarão resumidamente em: • Serviços preliminares; • Administração local; • Terraplenagem; • Revestimento Primário; • Obras de Arte Corrente; • Serviços complementares.

## IX - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA CONTRATAÇÃO

**9.1** No caso do objeto deste estudo técnico, considerando um futuro processo licitatório, os recursos orçamentários pertinentes constarão no Projeto Básico.

## X - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

**10.1** Não haverá fracionamento do serviço, devendo este cumprir com o cronograma físico-financeiro, anexo do Projeto básico.

**10.2** No que tange à forma de contratação, por se tratar de uma obra de engenharia com alto nível de complexidade não cabe o parcelamento da solução. Tendo em vista que a divisão do objeto poderia trazer prejuízos ao conjunto devido a necessidade de compatibilidade técnica entre os itens. Sendo assim, é recomendável que o objeto do procedimento licitatório na modalidade de concorrência seja por menor preço global.

## XI - ADOÇÃO DE LOTE ÚNICO

**11.1** No presente caso, tecnicamente não seria recomendável a realização do parcelamento, tendo em vista que os serviços apresentam aspectos correlacionados entre si, o que justifica o tratamento conjunto.

**11.2** Uma eventual divisão em lotes não seria vantajosa para a Administração, visto que o conjunto das obras a serem executadas requerem uma intervenção específica e de pequena extensão. A divisão também

acarretaria perda de economia de escala bem como em maiores dispêndios na fiscalização e gestão de múltiplos contratados para um único fim, contrariando o princípio da eficiência.

## **XII - DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

**12.1** Pretende-se dar trafegabilidade para a **Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, Localizadas no Município de Cantá-RR**; promover segurança às pessoas e veículos que transitam na vicinal; promover condições aos produtores locais da região em escoar suas produções agrícolas; além de evitar com que os moradores da vicinal fiquem “ilhados”.

**12.2** Com a Implantação de Vicinal, a Construção de Bueiros na Rodovia Vicinal Pé da Serra, irá melhorar a vida dos produtores da região, reduzindo custos de transporte da produção e também de deslocamentos dos moradores, trazendo desenvolvimento sustentável e socioeconômico das famílias que vivem na região.

**12.3** E ainda, pretende-se ao final do processo de seleção do executor da obra, classificar em primeiro lugar a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste estudo, do Projeto Básico, e do futuro edital, a que apresentar "**menor preço**", nos termos do art. 33, inciso I da Lei 14.133/2021 e "**empregada por preço unitário**" nos termos do art. 46, inciso I da Lei 14.133/2021, excluindo-se os casos com preços manifestamente inexequíveis, respeitando o disposto no art. 59, inciso III, §4º, da Lei 14.133/2021.

## **XIII - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO** (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

**13.1** De acordo com as especificidades do objeto a ser contratado, a SEINF, indicará por meio de Ordem de Serviço, com a devida capacitação técnica, um ou mais representantes do órgão para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto contratado, conforme dispõe o art. 117 da Lei n.º 14.133/2021.

**13.1.1** A **fiscalização técnica** do contrato será realizada por servidores designados pelo Secretário de Estado da Infraestrutura, o qual será responsável por acompanhar e controlar a execução da obra, cabendo-lhe assegurar o cumprimento do objetivo e das atividades contratadas, conforme definido no projeto básico.

**13.1.2** O controle e a organização dos documentos; controle dos prazos de execução e da vigência do instrumento contratual; o acompanhamento das alterações contratual, e do eventual reequilíbrio financeiro do contrato, será acompanhado por **fiscal administrativo**, designados pelo Secretário de Estado da Infraestrutura.

**13.2** Desta forma, entendendo-se necessário, poderá ser contratada empresa especializada de supervisão para apoio à fiscalização, de forma a auxiliar os fiscais técnicos designados pelo Secretário da SEINF, subsidiando-os com informações necessárias ao cumprimento de suas atribuições, contribuindo assim para a fiel execução do que será previsto em contrato.

**13.3** O cronograma físico-financeiro a ser proposto pela Contratada deverá apresentar as quantidades de serviços a serem executados, servindo como o elemento básico de controle da obra e referência para a devida fiscalização do **DEIT/SEINF**, sendo essencial para a medição e pagamento dos serviços que deverão ser recebidos e aceitos pela fiscalização.

## **XIV - CONTRATAÇÕES CORRELATAS** (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

**14.1** Não há contratos vigentes para os serviços das obras de **Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR**, objeto deste estudo.

## **XV - DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**15.1** A necessidade da presente contratação encontra-se incluída na Proposta Orçamentária do Plano Anual de Trabalho - PAT - Anexo I - Prioridades e Metas 2024 (aprimorar a infraestrutura rodoviária - priorizando a melhoria das estradas vicinais), no Programa de Trabalho: 26.782.075.3340, compatibilizada com a Lei



Orçamentária Anual para o Exercício de 2024, com detalhamento da programação no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - FIPLAN.

**15.2** O Plano de Contratação Anual da Secretaria de Infraestrutura está em fase de elaboração.

## **XVI - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)**

**16.1** A Contratada deverá observar o disposto no Art. 2º. -Decreto Federal nº. 9178/2017, que trata acerca da contratação de serviços e obras, a Administração adotará critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no referido decreto. Cumprindo integralmente todas as condicionantes, diretrizes, leis e normas vigentes, e atender às solicitações dos órgãos intervenientes, devendo ser seguidas as **exigências** estabelecidas no **licenciamento ambiental**.

**16.2** Na execução da obra de **Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR,** é necessária uma atenção especial a todos os serviços envolvidos, tendo em conta o contexto hidrológico da região, para os possíveis impactos ambientais que decorrem de fatores inerentes à execução de obras rodoviárias, como a emissão de ruídos, poeiras e gases provenientes dos equipamentos utilizados, a contaminação do solo e das águas superficiais, início ou aceleração de processos erosivos, entre outros, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>Processos</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Aspectos reais</b>	<b>Aspectos potenciais</b>	<b>Impactos ambientais</b>
Mobilização de pessoal, materiais e equipamentos.	Contratação de mão de obra e serviços, aquisição e transporte de materiais e equipamentos.	Movimentação de veículos, insumos e pessoas, pagamento de salários e impostos, geração de resíduos sólidos, efluentes sanitários e poeira.	Derrame acidental de combustíveis e/ou lubrificantes, incêndios florestais.	Contaminação do solo e águas, redução da biodiversidade e da qualidade do ar, incremento da atividade econômica.
Serviços preliminares	Construção do canteiro de obras, desmatamento.	Geração de poeira, ruídos, efluentes oleosos e sanitários, resíduos sólidos, exposição de solo, supressão de vegetação.	Derrame acidental de combustíveis e/ou lubrificantes, carreamento de sedimentos para os cursos d'água, descarte inadequado de resíduos e efluentes.	Contaminação do solo e águas, redução da biodiversidade e da qualidade do ar, assoreamento de cursos d'água.
Terraplanagem	Armazenamento de solo orgânico, escavação, carga e transporte de materiais, compactação de aterros, regularização de superfícies.	Geração de poeira, efluentes oleosos e sanitários, resíduos sólidos, exposição de solo, consumo de água bruta, geração de ruídos, supressão de vegetação.	Derrame acidental de combustíveis e/ou lubrificantes, descarte inadequado de resíduos e efluentes, carreamento de sedimentos para os cursos d'água.	Contaminação do solo e águas, redução da biodiversidade e da qualidade do ar, assoreamento de cursos d'água, redução da disponibilidade hídrica.
Revestimento primário	Armazenamento de solo orgânico, escavação, carga e transporte de materiais, compactação	Movimentação de veículos e equipamentos, geração de poeira, resíduos sólidos, efluentes oleosos e sanitários, geração de ruídos.	Derrame de combustíveis e/ou lubrificantes, descarte inadequado de resíduos e efluentes, incêndios florestais.	Contaminação do solo e águas, redução da biodiversidade e da qualidade do ar, aumento da pressão acústica.
Drenagem Pluvial	Escavação e reaterro de valas, construção de bueiros, canaletas e sarjetas.	Movimentação de veículos/equipamentos, geração de resíduos sólidos, oleosos e sanitários,	Descarte inadequado de resíduos e efluentes, derrame acidental de combustíveis e/ou óleos, carreamentos de	Contaminação do solo e águas, assoreamento dos cursos d'água, redução da qualidade do ar.

		movimentação de solo, geração de poeira.	sedimentos para os cursos d'água.	
Obras Complementares	revegetação de taludes.	Movimentação de veículos/quipamentos, geração de resíduos sólidos e efluentes oleosos e sanitários.	Descarte inadequado de resíduos e efluentes, derrame acidental de combustíveis e/ou óleos.	Contaminação do solo e águas, assoreamento dos cursos d'água, redução da qualidade do ar.
Exploração de jazidas e caixas de empréstimo	Exploração de materiais para reconformação da plataforma, elevação de greide, aterro de obras de arte corrente, execução de base e sub-base (material laterítico).	Movimentação de veículos/equipamentos, geração de resíduos sólidos, oleosos e sanitários, movimentação de solo, geração de poeira, supressão de vegetação.	Derrame acidental de combustíveis e/ou lubrificantes, descarte inadequado de resíduos e efluentes, carreamento de sedimentos para os cursos d'água.	Contaminação do solo e águas, redução da biodiversidade e da qualidade do ar, assoreamento de cursos d'água.

**16.3** A presente contratação gerará impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na **Instrução Normativa SLTI/MP n. 01/2010**, Capítulo III, artigo 5º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

## **XVII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

**17.1** Com base nas informações apresentadas neste estudo, a contratação da solução pretendida mostra-se tecnicamente viável e deve trazer diversos benefícios para a população no que diz respeito às obras de Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, observando sempre a presença do Interesse Público e o atendimento as leis em vigor.

**17.2** contratação pretendida está de acordo com o previsto na Lei n.º 14.133/2021, em tempo que diante de todo o exposto, **declaramos ser viável** a contratação do objeto: Contratação de Empresa Especializada para execução dos serviços das obras de **Implantação de Vicinal, Construção de Bueiros, Construção de Pontes de Madeira na Rodovia Vicinal Pé da Serra - (Antiga Vic. 6A) - CTA-266, com Extensão Total de 7,93KM de Rodovia, 60M de Pontes e 189M de Bueiros, localizadas no Município de Cantá-RR.**

**Responsável pela elaboração:**

(assinatura eletrônica)  
**Eng.ª MARTA ALVES DOS SANTOS**  
 Integrante da Equipe Técnica

**Revisado por:**

(assinatura eletrônica)  
**Eng. RAIMUNDO MAIA MORAIS**  
 Diretor do Departamento de Infraestrutura e Transporte  
 Requisitante/Demandante - DEIT/SEINF

**Aprovado por:**

(assinatura eletrônica)

**EDILSON DAMIÃO LIMA**  
Secretário de Estado da Infraestrutura/SEINF



Documento assinado eletronicamente por **Marta Alves Dos Santos, Engenheira Civil**, em 14/10/2024, às 11:28, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Maia Moraes, Diretor do Departamento de Infraestrutura e Transporte**, em 04/11/2024, às 12:00, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Edilson Damião Lima, Secretário de Estado**, em 05/11/2024, às 09:58, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **14766604** e o código CRC **6F33BAFC**.

21101.001066/2024.34

14766604v9

Criado por [44641982287](#), versão 9 por [77909739320](#) em 13/10/2024 20:52:41.



**Estado de Roraima**  
**Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima**  
*"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"*

**MAPA DE RISCOS**

**ANEXO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

PROCESSO Nº: [21101.001066/2024.34](#)

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO VICINAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIROS, CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NA RODOVIA VICINAL PÉ DA SERRA – (Antiga Vic. 6A) – CTA-266, COM EXTENSÃO TOTAL DE 7,93KM DE RODOVIA, 60M DE PONTES E 189M DE BUEIROS, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CANTÁ-RR.**

**MATRIZ DE RISCOS - OBRAS DE ENGENHARIA**

A matriz de risco é o instrumento que define a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação.

**IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Em toda contratação há riscos que permeiam a formalização do contrato, e riscos que são essencialmente voltados à gestão da fiscalização da execução do objeto. Neste momento preliminar, será construído mapa de riscos presente na etapa **preparatórias/interna**, até a formalização do contrato.

O presente documento foi elaborado conforme recomendação da IN nº 5/2017, e para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingenciais, bem como a identificação dos responsáveis por ação.

**Descrição dos impactos:**

**Baixo:** danos que não comprometem o processo de instrução e a execução do objeto, devem ser registrados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

**Médio:** danos que comprometem parcialmente o processo e a execução, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

**Alto:** Danos que comprometem a essência do processo e a execução do objeto, impedindo-o de seguir seu curso.

**RISCO 01**

<b>RISCO:</b>	Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Projeto Básico, que constitui anexo obrigatório do Edital, especialmente no que diz respeito à capacitação técnica profissional e técnico operacional das empresas licitantes.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Médio</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>BAIXO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATANTE</b>	
<b>DANOS:</b>	Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado.	
	Atrasos para início e, conseqüentemente, para entrega da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Observar o que dispõe a <b>Lei nº 14.133/2021</b> , especialmente no que se refere às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento



	Observar as orientações dos órgãos de orientação e fiscalização da Administração Pública como a AGU e o TCU, dentre outros.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica.	DEIT / Responsável pela Licitação
<b>RISCO 02</b>		
<b>RISCO:</b>	Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Médio</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>BAIXO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>SELEÇÃO DO FORNECEDOR / LICITAÇÃO</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATANTE</b>	
<b>DANOS:</b>	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Para os projetos de engenharia elaborados por <b>empresas terceirizadas</b> , acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
	Para os projetos de engenharia elaborados pela <b>equipe de engenharia do DEIT</b> , revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Em casos de impugnações por erros nos documentos técnicos, solicitar aos responsáveis técnicos que procedam com as correções.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
	Republicação do Edital, com a reabertura da contagem de prazos.	Responsável pela Licitação
<b>RISCO 03</b>		
<b>RISCO:</b>	O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Média</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Alto</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>ALTO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>SELEÇÃO DO FORNECEDOR / LICITAÇÃO</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATANTE</b>	
<b>DANOS:</b>	Necessidade de republicação da licitação, impactando no planejamento da Coordenação de Licitações da SEINF.	
	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Correto planejamento das exigências postas para a contratação.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento / Responsável pela Licitação
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	Responsável pela Licitação
<b>RISCO 04</b>		
<b>RISCO:</b>	A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Alto</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>MÉDIO</b>	
<b>FASE DO</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	

<b>PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>		
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATANTE</b>	
<b>DANOS:</b>	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
	Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta.	Coordenação de Contratos
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Nos termos da <b>Lei nº 14.133/2021</b> , convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.	Responsável pela Licitação / Coordenação de Contratos
	Aplicar as sanções previstas na contratação.	Coordenação de Contratos
<b>RISCO 05</b>		
<b>RISCO:</b>	Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Média</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Baixo</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>BAIXO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATANTE</b>	
<b>DANOS:</b>	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Prever, dentre as cláusulas do Projeto básico, sanções que contemplem esta situação.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
	Observar os prazos previstos para entrega do contrato assinado e das garantias contratuais e acompanhar a entrega, notificando a contratada caso seja verificada a ocorrência de atrasos.	Fiscal Administrativo
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Aplicação das sanções previstas na contratação.	Coordenação de Contratos
<b>RISCO 06</b>		
<b>RISCO:</b>	Impossibilidade de início da obra, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições da Contratante (liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço, interferências com outras atividades etc).	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Média</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Médio</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>MÉDIO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATANTE</b>	
<b>DANOS:</b>	Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.	
	Possibilidade de aumento de custos não previstos, principalmente com mobilização e desmobilização da equipe e de equipamentos, aluguéis de estruturas para abrigar os canteiro de obras, gerenciamento de obras, dentre outros que poderão ser reclamados pela Contratada.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Verificar junto ao setor competente na SEINF, antes da emissão da Ordem de Serviço, se há algum impedimento para início da execução dos serviços nos prazos determinados na contratação.	GTEGE / SEINF
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Suspender a emissão da Ordem de Serviço, solicitando que a Contratada não realize a mobilização até que os serviços sejam novamente liberados.	GTEGE / SEINF
	Verificar a necessidade de alterações contratuais para prorrogação dos prazos de execução e vigência do contratado.	Fiscal Administrativo

RISCO 07		
RISCO:	Alterações no projeto básico/ executivo inicialmente contratados, por solicitação da Contratante.	
PROBABILIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	EXECUÇÃO CONTRATUAL	
ALOCÇÃO DO RISCO	CONTRATANTE	
DANOS:	Aumento dos custos inicialmente previstos para execução do objeto.	
	Possibilidade da ocorrência de atrasos para entrega da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Elaboração dos projetos de engenharia e/ou arquitetura de forma participativa, baseado no Plano de Necessidades apresentado pela unidade demandante.	DEIT/Equipe técnica de Planejamento
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.	DEIT / Fiscalização Técnica
RISCO 08		
RISCO:	Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam irrelevantes.	
PROBABILIDADE:	Alta	
IMPACTO:	Baixo	
NÍVEL DE RISCO	MÉDIO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	EXECUÇÃO CONTRATUAL	
ALOCÇÃO DO RISCO	CONTRATADA	
DANOS:	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Para os projetos de engenharia elaborados por <b>empresas terceirizadas</b> , acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função.	DEIT / Equipe técnica de Planejamento
	Para os projetos de engenharia elaborados pela equipe de engenharia do DEIT/SEINF, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que tais custos serão absorvidos pela Contratada.	DEIT / Equipe de Planejamento da Contratação
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização. Observar o Acórdão 1.977/2013 / Plenário do Tribunal de Contas da União.	DEIT / Fiscalização Técnica
RISCO 09		
RISCO:	Diferença entre os quantitativos da planilha de orçamento e os quantitativos que serão efetivamente executados na obra, devido a incertezas inerentes ao objeto ou a alguns serviços que compõe o objeto.	
PROBABILIDADE:	Baixa	
IMPACTO:	Médio	
NÍVEL DE RISCO	BAIXO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	EXECUÇÃO CONTRATUAL	
ALOCÇÃO DO RISCO	CONTRATADA	
DANOS:	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Por se tratar de obra em que os quantitativos dos serviços a serem executados podem ser definidos com precisão, optou-se por adotar	DEIT / Equipe técnica de Planejamento

	o regime de <b>execução de empreitada por preço unitário.</b>	
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Para as obras contratadas no regime de empreitada por preço global, a remuneração da contratada será após a execução de cada etapa, previamente definida no cronograma físico-financeiro. As medições de campo das quantidades realizadas devem ser precisas apenas o suficiente para definir o percentual executado.	DEIT /Fiscalização Técnica
<b>RISCO 10</b>		
<b>RISCO:</b>	Preços de insumos que compõe a execução do objeto abaixo do preço de mercado.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Média</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Baixo</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>BAIXO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATADA</b>	
<b>DANOS:</b>	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que será realizada alteração contratual para aumento dos preços fornecidos pela Contratada, em nenhuma hipótese.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização.	DEIT / Fiscalização Técnica
<b>RISCO 11</b>		
<b>RISCO:</b>	Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Média</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Alto</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>ALTO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATADA</b>	
<b>DANOS:</b>	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
	Atrasos para conclusão da obra decorrentes da necessidade de refazimento de serviços.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas <i>in loco</i> .	DEIT / Fiscalização Técnica
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de correção de algum serviço já executado.	DEIT / Fiscalização Técnica
	Aplicação das sanções previstas na contratação.	Coordenação de Contratos
<b>RISCO 12</b>		
<b>RISCO:</b>	Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no projeto inicialmente contratado.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Baixo</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>BAIXO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATANTE</b>	
<b>DANOS:</b>	Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Não identificadas.	-
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso	DEIT / Fiscalização Técnica



	concreto.	
<b>RISCO 13</b>		
<b>RISCO:</b>	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Alto</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>MÉDIO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATANTE</b>	
<b>DANOS:</b>	Prejuízo aos trabalhadores alocados na execução do objeto.	
	Possibilidade de demandas judiciais trabalhistas contra a Contratante.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, a responsabilidade exclusiva da Contratada sobre o pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
	Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, solicitando, nos termos da IN SEGES n. 06/2018, nº 05/2017, os documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada.	Fiscal Administrativo/ Gestão de Contratos
	Prever a possibilidade de possibilidade de rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.	Fiscal Administrativo/ Gestão de Contratos
	<b>Rescisão contratual.</b>	Coordenação de Contratos
<b>RISCO 14</b>		
<b>RISCO:</b>	Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Médio</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>BAIXO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATADA</b>	
<b>DANOS:</b>	Prejuízos ao trabalhador com a ocorrência de lesão corporal ou perturbação funcional que causa a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.	
	Onerar o contrato com a possibilidade de pagamento de indenizações.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança no Trabalho.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
	Avaliar, durante as visitas rotineiras da equipe de fiscalização, as condições do canteiro de obras, verificando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual e a instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva.	DEIT/ Fiscalização Técnica
	Notificar a Contratada, caso sejam verificadas irregularidades em relação às normas de segurança no trabalho.	Fiscal Administrativo/ Gestão de Contratos

<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Em caso de persistência da irregularidade, instaurar processo para aplicação das sanções previstas na contratação.	Fiscalização Técnica / Fiscal Administrativo
	Em caso de acidentes, solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada junto à Previdência Social.	Fiscal Administrativo/ Gestão de Contratos

**RISCO 15**

<b>RISCO:</b>	Ocorrência de roubos e furtos na obra.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Médio</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>BAIXO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATADA</b>	
<b>DANOS:</b>	Prejuízos e aumento dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada deverá manter vigilância da obra e se responsabilizará pelos danos e prejuízos oriundos de roubos e furtos.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Não identificadas.	-

**RISCO 16**

<b>RISCO:</b>	Atrasos da obra decorrentes de chuvas ou outros eventos climáticos e ambientais.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Médio</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>BAIXO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>COMPARTILHADO</b>	
<b>DANOS:</b>	Atrasos para entrega da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada arcará com os prejuízos advindos de chuvas ocorridas dentro das médias históricas dos últimos 12 meses, sendo justificável atrasos na execução da obra somente se registradas chuvas acima da média histórica.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Avaliar, caso seja solicitada prorrogação do prazo de execução do objeto pela Contratada, se as chuvas ocorridas preenchem os requisitos de excepcionalidade. Em caso afirmativo, realizar a prorrogação do prazo de execução. Caso contrário, avaliar a necessidade de prorrogação da vigência contratual.	DEIT/ Fiscalização Técnica

**RISCO 17**

<b>RISCO:</b>	Aumento nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Baixo</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>BAIXO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATADA</b>	
<b>DANOS:</b>	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada arcará com aumento nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, não decorrentes de alterações	DEIT /Equipe técnica de Planejamento

	tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.	
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Não identificadas	-
<b>RISCO 18</b>		
<b>RISCO:</b>	Alteração nos custos de quaisquer dos insumos que compõem a execução da obra, decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos ou redução de custos.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Baixo</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>BAIXO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>COMPARTILHADO</b>	
<b>DANOS:</b>	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Não identificadas	-
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Para estes casos, a Contratante procederá a correção dos valores pagos, considerando as novas alíquotas vigente.	DEIT / Fiscalização Técnica
<b>RISCO 19</b>		
<b>RISCO:</b>	Prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Médio</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>BAIXO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATADA</b>	
<b>DANOS:</b>	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra. Atrasos na execução do objeto	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada arcará com os prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Solicitar que a Contratada providencie os reparos necessários para entrega do objeto nas condições inicialmente previstas na contratação.	DEIT/ Fiscalização Técnica
<b>RISCO 20</b>		
<b>RISCO:</b>	Risco de inadimplência da Contratante.	
<b>PROBABILIDADE:</b>	<b>Baixa</b>	
<b>IMPACTO:</b>	<b>Alto</b>	
<b>NÍVEL DE RISCO</b>	<b>MÉDIO</b>	
<b>FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:</b>	<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	
<b>ALOCÇÃO DO RISCO</b>	<b>CONTRATANTE</b>	
<b>DANOS:</b>	Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação. Atrasos para entrega da obra.	
<b>AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Licitação da obra somente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente.	DEPLAF/ SEINF
<b>AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL</b>	Processos custeados com recursos de convênios - em caso de dificuldades no repasse de recursos orçamentários pelo Governo Federal, planejamento dos pagamentos para evitar a suspensão da execução da obra.	DEPLAF/ SEINF

RISCO 21		
RISCO:	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Contratada.	
PROBABILIDADE:	Média	
IMPACTO:	Alto	
NÍVEL DE RISCO	ALTO	
FASE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	EXECUÇÃO CONTRATUAL	
ALOCÇÃO DO RISCO	CONTRATADA	
DANOS:	Atrasos para entrega da obra.	
	Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	
	Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente, impactando no planejamento.	
AÇÕES PREVENTIVAS/ SETOR RESPONSÁVEL	Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, sanções que contemplem esta situação.	DEIT /Equipe técnica de Planejamento
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA/ SETOR RESPONSÁVEL	Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada.	Fiscalização Técnica/ Coordenação de Contratos
	Realizar a contratação do remanescente da obra, nos termos do Lei nº 14.133/2021.	Gabinete SEINF / Gestão de Contratos
DEFINIÇÕES:		
<b>Probabilidade:</b> chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos.		
<b>Impacto:</b> resultado de um evento que afeta os objetivos.		
<b>Nível de Risco:</b> magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades.		

(assinado eletronicamente)  
Eng. RAIMUNDO MAIA MORAIS  
Diretor do DEIT/SEINF  
Requisitante/Demandante

(assinado eletronicamente)  
Eng.ª MARTA ALVES DOS SANTOS  
Integrante da Equipe Técnica



Documento assinado eletronicamente por **Marta Alves Dos Santos, Engenheira Civil**, em 07/05/2024, às 09:45, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Maia Moraes, Diretor do Departamento de Infraestrutura e Transporte**, em 08/05/2024, às 10:05, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **12702013** e o código CRC **F0894846**.